MIRIAM FERNANDES MURAMOTO

Assistência e Educação: as iniciativas católicas na educação paulista no início do século XX.

FEUSP

São Paulo

2016

MIRIAM FERNANDES MURAMOTO

Assistência e Educação: as iniciativas católicas na educação paulista no início do século XX.

Dissertação apresentada à Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo como requisito para a obtenção do título de mestre em Educação.
Linha de pesquisa: História da Educação e Historiografia.
Orientadora: Profª Drª Maurilane de Souza Biccas.

FEUSP

São Paulo

2016

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catalogação na Publicação

Serviço de Biblioteca e Documentação

Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo

377.1 Muramoto, Miriam Fernandes

M972a Assistência e Educação: as iniciativas católicas na educação paulista no início do século XX / Miriam Fernandes Muramoto; orientação Maurilane de Souza Biccas. São Paulo: s. n., 2016.

195 p.; ils.; tabs.

Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Educação. Área de Concentração: História da Educação e Historiografia) - - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

1. Assistência 2. Educação 3. Religião 4. Infância 5. Pobreza 6. Mulheres I. Biccas, Maurilane de Souza, orient.

Miriam Fernandes Muramoto

Assistência e Educação: as iniciativas católicas na educação paulista no início do século XX.

Dissertação apresentada à Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Educação.

Área de concentração: História da Educação e historiografia.

Aprovado em:

Banca examinadora:

Prof. Dr. _____

Instituição_____Assinatura_____

Prof. Dr. _____

Instituição_____Assinatura_____

Prof. Dr._____

Instituição_____Assinatura_____

Prof. Dr._____

Instituição_____Assinatura_____

Este estudo é dedicado às mulheres da minha vida.
Eva Maria Fernandes, mãe.
Helena, Lúcia, Ruth, Márcia e Andréa, irmãs.
Nicole Ayumi, filha.

Mulheres fazem mais do que dar a vida.
Elas trazem alegria e esperança.
Elas dão compaixão e ideais.
Elas dão apoio moral para sua família e amigos.
Mulheres têm muito a dizer e muito a dar.
(Pablo Neruda)

AGRADECIMENTOS

O mestrado em História de Educação representou um divisor de águas na minha vida, e duas grandes mulheres exerceram um papel muito especial nesse processo. A primeira foi a professora Maurilane Biccas, que desde o primeiro contato me fez sentir que essa pesquisa poderia sim se tornar viável, seu pronto atendimento em me auxiliar na pesquisa foi de extrema importância. Agradeço a minha orientadora, Prof.ª Maurilane de Souza Biccas, pela atenção depositada em mim e por estar ao meu lado numa atitude de muita atenção na orientação desta dissertação, me incentivando e me ensinando os caminhos sinuosos da pesquisa e da vida acadêmica e que incansavelmente me estimulou a continuar com a pesquisa mesmo que em tempos muito difíceis.

Outra mulher que cruzou meu caminho nesse transcurso foi minha orientadora durante as duas iniciações científicas que realizei durante o meu período na graduação em pedagogia. Durante o período em que tive o prazer de frequentar suas aulas descobri que além dos méritos como intelectual humana, era também uma mulher excepcional, humana, forte, justa e correta, que fez com que aquela admiração que eu tinha por ela, por meio de suas leituras durante a graduação, só aumentasse. O meu profundo agradecimento à Prof.ª ª Maria Lúcia Spedo Hilsdorf, por me iniciar na arte de pesquisar, me orientando durante as duas Iniciações Científicas que fiz durante a graduação, com ela aprendi muito a respeito da arte de pesquisar.

À banca de qualificação e defesa, composta pelos professores: Marcos Cezar de Freitas e Maria Lúcia Spedo Hilsdorf, meu eterno agradecimento por me mostrarem o caminho por onde deveria seguir para um melhor aproveitamento do tema da pesquisa.

Agradeço também a CAPES que financiou essa pesquisa.

Meu sincero agradecimento às irmãs da Congregação das Pequenas Irmãs da Divina Providência por me receberem em suas casas em São Paulo e em Niterói, e em uma atitude de confiança, ofereceram materiais de seu arquivo para essa pesquisa, agradeço a hospedagem que tive e o carinho com que fui tratada em minhas viagens a Niterói, onde me senti totalmente acolhida pelas irmãs. Um agradecimento especial à Irmã Cláudia de Freitas, secretária geral da Congregação no Brasil, que foi incansável

em me passar todo seu conhecimento a respeito da vida da Madre Teresa Michel na Itália e principalmente por suas informações a respeito da instalação em São Paulo, foi com ela também que aprendi sobre o vocabulário de uma Congregação, seu funcionamento, seu carisma, sua espiritualidade; agradeço também à Irmã Cássia, que foi meu primeiro contato aqui na casa de São Paulo e que também me ofereceu os materiais que havia na Congregação. Meu sincero agradecimento também à Irmã Leda, tão lúcida aos 90 anos, contou-me com detalhes a trajetória da Congregação em São Paulo; à Irmã Ivone, que com sua alegria e disposição contagiante conseguiu fazer com que a pesquisa tomasse um ar mais leve e mais agradável a ser seguido. Às Irmãs Arlete e Marilene por me receberem tão bem na casa de Niterói e a me fazerem entender sobre o carisma da Congregação na vida delas, a entrega à favor do próximo, do mais necessitado.

Também gostaria de agradecer a duas pessoas que fazem parte da minha vida e sempre me incentivaram muito, acreditando em mim mais do que eu mesma: a minha amiga-irmã Juliana Dias, que corrigiu meu trabalho com tanta dedicação e amor, pois só uma pessoa com muito amor no coração poderia disponibilizar tanto do seu precioso tempo para a correção, Juliana à você minha eterna gratidão e a minha amizade. Te agradeço por saber que em meio ao desespero você me estendeu as mãos, me disse palavras tão carinhosas e as mais verdadeiras possíveis. E a você Erika Garcia, minha amiga- comadre Erikinha, que em nenhum momento me deixou desistir, me incentivando sempre. Vocês também têm muitos méritos em cada conquista que obtive em minha vida acadêmica desde a graduação.

Aos meus amigos de Niephe, Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em História da Educação, pessoas com quem aprendi muito sobre pesquisa, com eles dividi: dúvidas, incertezas, angústias, mas acima de tudo muita conquista durante esse período de convivência.

Aos colegas do GEHER, Grupo de Estudos História da Educação e Religião – FEUSP, que me animaram a continuar nas pesquisas após o término da graduação, um agradecimento especial ao Thiago Borges Aguiar por me ajudar a formular meu projeto de pesquisa e à Paula Leonardi por me mostrar esse caminho da pesquisa na área. Sem me esquecer da companhia sempre agradável deles: Débora Querido, Roni Menezes,

Alessandra Carbonero, Fernando e o Professor Waldir Cauvilla, que me muito me ensinou sobre as questões a respeito da Igreja Católica.

Às minhas amigas de graduação com quem convivi por quatro anos e pudemos vivenciar cada momento na FEUSP, e pós- faculdade também, especialmente minhas amigas: Érika Garcia, Priscilla Mancinelli, Juliana Dias, Margarete Wada e Patrícia Amparo, Bárbara Solowiejczyk que nossa amizade perdure para sempre.

Neste período de pós-graduação também, conheci pessoas que se tornaram imprescindíveis na minha vida: Alexandra Rudakoff, Alairton Luis Araújo Soares, Nadjelena Souza, Luis, Marta Rocha, com a qual estive desde o processo seletivo. Com eles dividi as maiores angústias da pesquisa e deles também recebi o impulso necessário para continuar, me ouviram por horas e me ajudaram a não desistir, nos momentos mais difíceis estiveram ao meu lado.

Ao arquivo da Cúria, em especial ao Jair que muito me auxiliou na documentação da Congregação das Pequenas Irmãs da Divina Providência e por sua indicação de leituras a respeito do Bispado paulista.

Um agradecimento especial ao pessoal da secretaria da Pós-graduação da FEUSP, pela paciência com que sempre atendem aos alunos desesperados que chegam à sessão, em especial ao Antônio, que sempre me atendeu com tanto carinho e disposição, sempre atento e disposto a responder minha inúmeras dúvidas sobre a pós-graduação.

Aos meus amigos que entenderam minha ausência quando eu não pude comparecer aos compromissos, mesmo sem saber, eles me ajudaram.

O meu carinho e agradecimento à minha sogra, Miseko Muramoto, que por muitas vezes ficou com meus filhos para que eu pudesse realizar minha pesquisa de campo.

À minha família, que mesmo sem entender direito o caminho pelo qual decidi seguir sempre me apoiou em especial à minha mãe Eva, que sempre torceu por mim, que cuidou da minha filha recém-nascida, para que eu pudesse ingressar no mestrado, sem ela nada disso seria possível. Meu eterno agradecimento a ela. Às minhas irmãs: Helena, Lúcia, Ruth, Márcia e Andréa. Ao meu pai Ari.

Ainda quero agradecer ao Aldo Muramoto, marido, amigo e meu braço direito na vida. Agradeço o seu apoio, mas, sobretudo o seu incentivo desde sempre, sua paciência em ouvir minhas lamentações, minhas queixas, meus momentos de total desconfiança de que a pesquisa fluiria. A ele devo também o apoio inconteste com meus filhos, Eduardo e Nicole.

Fechando esses agradecimentos, meus filhos: Eduardo e Nicole, ao Eduardo devo todo amor e toda compreensão por entender que o tempo da mamãe era escasso, por vezes deixei de brincar para me dedicar à pesquisa. À Nicole que esteve comigo desde o processo de seleção do mestrado, pois passei pelo processo grávida dela, mas ela foi forte e esperou que a mamãe passasse no processo seletivo para depois nascer, os nossos primeiros dias foram os mais difíceis devido o início das aulas com apenas 29 dias de nascida. Mas de tudo isso fica algo muito bom, a certeza de que valeu a pena cada minuto desse período e saibam que é para vocês e por vocês que sigo nessa caminhada da arte de educar, pois tenho certeza que esse caminho que resolvi seguir me possibilitará oferecer a vocês uma melhor educação. A vocês o meu amor eterno.

RESUMO

MURAMOTO, Miriam F. *Assistência e Educação: as iniciativas católicas na educação paulista no início do século XX*.

Este trabalho tem como objetivo construir uma narrativa histórica sobre a instalação, inserção e as contribuições da Congregação das Pequenas Irmãs da Divina Providência, no contexto socioeconômico e cultural da cidade de São Paulo, no período de 1903 a 1923. O foco da pesquisa foi conhecer e analisar a proposta de assistência e educação ofertadas às crianças desvalidas e pobres acolhidas no asilo, eminentemente católico, uma das ações empreendidas pela Congregação e apoiado pela sociedade paulista. Neste sentido buscou-se analisar as motivações da criação desta instituição, como se deu seu funcionamento e organização, outra dimensão fundamental foi o de identificar e conhecer quem eram os sujeitos atendidos, e, que de forma direta e indireta participaram da constituição, manutenção e da missão assumida pela Congregação em São Paulo. No desenvolvimento da pesquisa e na escrita da dissertação realizamos levantamentos de: fontes documentais da Congregação (estatutos, regulamentos, etc.); jornais paulistas que circularam no período analisado; fotografias do acervo da Congregação e das irmãs; cartas das egressas que possibilitaram investigar o cotidiano dessa congregação católica. Realizamos ainda, uma extensa revisão bibliográfica sobre a temática, bem como de referências teóricas metodológicas adequadas para a análise das fontes e do tema central da dissertação. Verificamos que a instalação da Congregação das Pequenas Irmãs da Divina Providência no Brasil e especificamente em São Paulo, ocorreu entre muitas tensões e conflitos com o poder hierárquico católico local, devido a vários fatores políticos e também religiosos, talvez pelas características da própria missão da Congregação e pelos sujeitos que faziam parte da Congregação. No que se refere ao asilo, constatamos que foi um instrumento e estratégia política social importante, na e para a sociedade paulista, posteriormente integrada pela Igreja, pois de maneira preventiva atuou tirando as meninas pobres das ruas, dando educação, moral, boas maneiras e ofícios domésticos, evitando que se tornassem mendigas, delinquentes e prostitutas.

Palavras-chave: Religião - Assistência - Educação - infâncias– pobreza - mulheres

ABSTRACT

Muramoto, Miriam F. Assistance and Education: Catholic initiatives in the state education in the early twentieth century.

This work aims to build a historical narrative about the installation, insert and the contributions of the Congregation of the little sisters of Divine Providence, in socio-economic and cultural context of the city of São Paulo, in the period from 1903 to 1923. The focus of this research was to know and analyze the proposal and offered education assistance to children and the poor are embraced in the asylum, eminently Catholic, one of the actions undertaken by the Congregation and supported by society. In this sense he sought to analyze the motivations of the creation of this institution, as did its operation and organization, other fundamental dimension was to identify and get to know who were the subject met, and which directly and indirectly participated in the Constitution, maintenance and mission taken by the Congregation in Sao Paulo. In the development of the research and writing of the thesis we conduct surveys of: documentary sources of the Congregation (statutes, regulations, etc.); newspapers in São Paulo that circulated in the analysis period; photographs of the acquis of the Congregation and of the sisters; letters of recent grads who made it possible to investigate the everyday life of this Catholic congregation. We held still, an extensive literature review on the topic, as well as theoretical and methodological references suitable for the analysis of the sources and the central theme of the dissertation. We note that the installation of the Congregation of the little sisters of Divine Providence in Brazil and specifically in São Paulo, occurred between many tensions and conflicts with the local Catholic hierarchical power, due to various political and religious factors, perhaps by the characteristics of the Mission of the Congregation, and by guys who were part of the Congregation. As regards asylum, we found that it was an instrument and important social policy strategy, and to society, later the church because integrated preventively served taking the poor girls from the streets, giving education, morals, manners and domestic crafts, avoiding to become beggars, criminals and prostitutes.

Keywords: Religion-Assistance-Education-Childhood-Poverty-Women

ABSTRACT

MURAMOTO, Miriam f. Assistenza e Formazione: paulista di iniziative di educazio.. cattolica in inizio del 20esimo secolo.

Questo lavoro mira a ricostruire una narrazione storica circa l'installazione, inserto e i contributi della Congregazione delle piccole Suore della Divina Provvidenza, nel contesto socio-economico e culturale della città di São Paulo, nel periodo dal 1903 al 1923. Il focus di questa ricerca è stato quello di conoscere e analizzare la proposta e ha offerto formazione assistenza ai bambini e i poveri sono abbracciati nel manicomio, eminentemente cattolica, una delle azioni intraprese dalla Congregazione e supportato dalla società. In questo senso egli cercò di analizzare le motivazioni della creazione di questa istituzione, come ha fatto il suo funzionamento e organizzazione, altra dimensione fondamentale è stato quello di identificare e conoscere chi sono stati oggetto incontrato, e che direttamente e indirettamente partecipato la costituzione, la manutenzione e la missione preso dalla Congregazione a Sao Paulo. Lo sviluppo della ricerca e stesura della tesi conduciamo sondaggi di: fonti documentarie della Congregazione (statuti, regolamenti, ecc.); quotidiani a São Paulo che circolava nel periodo di analisi; fotografie dell'acquis della Congregazione e delle sorelle; lettere di grads recenti che hanno permesso di indagare la vita quotidiana di questa Congregazione Cattolica. Abbiamo tenuto ancora, una vasta revisione di letteratura sull'argomento, come pure i riferimenti teorici e metodologici adatto per l'analisi delle fonti e il tema centrale della tesi. Notiamo che l'installazione della Congregazione delle piccole Suore della Divina Provvidenza in Brasile e in particolare a São Paulo, avvenuta tra molte tensioni e conflitti con il potere gerarchico cattolico locale, a causa di vari fattori politici e religiosi, forse dalle caratteristiche della missione della Congregazione e da ragazzi che facevano parte della Congregazione. Per quanto riguarda l'orfanotrofio, abbiamo scoperto che era uno strumento e la strategia per la política sociale importante, e per la società, più tardi la Chiesa perché integrato preventivamente prestò servizio prendendo le povere ragazze dalle strade, dando istruzione, morale, le buone maniere e artigianato domestico, evitando di diventare mendicanti, criminali e prostitute.

Parole chiave: Religione - Assistenza - Formazione - Infanzia– Povertà – Donne.

SUMÁRIO

Introdução.....16

1° Capítulo: As irmãs da Divina Providência: uma história ítalo-brasileira.

1.1: A assistência e as concepções sobre a infância pobre.....23

1.2: A economia cafeeira, a industrialização e a imigração italiana: urbanização da cidade de São Paulo.....33

1.3: A Congregação Irmãs da Divina Providência: da Itália ao Brasil.....45

2° Capítulo: O bispado paulista e a Congregação das Irmãs da Divina Providência: projetos, tensões e conflitos.

2.1: A caridade e a filantropia paulista à criança abandonada.....86

2.2: As congregações católicas: um chamado para a caridade e as iniciativas católicas na educação.....92

2.3: As irmãs e o bispado paulista: território de conflitos e tensões.....104

3° Capítulo: Para além do asilo: meninas, moças, noviças, operárias, donas de casa...

3.1: Registro de órfãs internas matriculadas na Congregação das Pequenas Irmãs da Divina Providência.....118

3.2: Período de permanência das meninas na Instituição (1903-1923).....129

3.3: Educação e formação oferecida pela Congregação: o destino ocupacional das meninas.....132

3.4: Menina, moça noviça.....137

3.5: Menina, moça, dona de casa.....139

3.6: Menina, moça, operária.....139

3.7: Quem são essas meninas.....153

Considerações Finais.....166

Bibliografia.....170

TABELA DE FIGURAS

FIGURA 01: Bairro Mooca em 1881 pg. 40

FIGURA 02: Bairro Mooca em 1885 pg. 40

FIGURA 03: Bairro Mooca em 1905 pg. 41

FIGURA 04: Bairro Mooca em 1913 pg. 41

FIGURA 05: Bairro Mooca em 1916, pavimentação das ruas. Pg. 42

FIGURA 06: Mapa da região do Piemonte, ao centro a cidade de Alessandria. pg. 46

FIGURA 07: Foto da cidade de Alessandria. pg. 47

FIGURA 08: Imagem de Giuseppe Benedetto Cottolengo pg. 53

FIGURA 09: Irmã Teresa Michel pg. 57

FIGURA 10: Teresa no colégio de meninas em Lodi pg. 59

FIGURA 11: - Piccolo Ricovero: Primeiro Abrigo pg. 61

FIGURA 12: Fotografia de D. Luís Orione pg. 62

FIGURA 13: Irmã Maria Imaculada Gilet pg. 75

FIGURA 14: Fotografia de D. Giuseppe Capra pg. 76

FIGURA 15: Primeira visita da Madre em São Paulo, na casa da Mooca. pg. 81

FIGURA 16: Casa da rua da Mooca. pg. 83

FIGURA 17: Convite para um concerto com o intuito de angariar fundos para contribuir com a construção da enfermaria do asilo. pg. 88

FIGURA 18: Convite para um concerto com o intuito de angariar fundos para contribuir com a construção da enfermaria do asilo. pg. 89

FIGURA 19: Anúncio acerca do valor arrecadado graças ao concerto beneficente em prol da construção da enfermaria do asilo. pg. 90

FIGURA 20: Convite para o grande concerto em prol dos órfãos do asilo. pg. 91

FIGURA 21: Ofício de doação de terreno em benefício da Congregação das Pequenas Irmãs da Divina Providência. pg. 91

FIGURA 22: Esclarecimento sobre esmolação. pg. 92

FIGURA 23: Irmã Cherubina ao centro, agora como Superiora na casa da Mooca pg. 107

FIGURA 24: Foto do prédio no Rio de Janeiro doado por Mons. Capra pg. 111

FIGURA 25: Foto do primeiro colégio de Queluz pg. 112

FIGURA 26: Don Angelo de Paoli ao centro com algumas crianças no Brasil pg. 113

FIGURA 27: Irmã Teresa Accornero pg. 117

FIGURA 28: Decreto do Diário Oficial do Estado de São Paulo que versou sobre a nova diretoria da Congregação das Pequenas Irmãs da Divina Providência pg. 120

FIGURA 29: Carta desligamento de uma noviça. pg. 138

INTRODUÇÃO

Renunciou a tudo em vida: nome ilustre, posição social, partidos, se quisesse.
Sua riqueza imensa, o fausto, a fama, a glória, aquilo que gozar no mundo ainda pudesse.
Fiel à voz de Deus, buscou o mais sublime.
Sobre os ombros, a cruz de Cristo, em sua trilha...
Que fez do seu palácio? – a casa dos meninos, dos seus pobres sem lar, sem pão e sem família.
Que restava depois da inigualável dama? Da nobreza? Da glória? –
Ela deixando tudo: seus criados/fortuna, a sua corte, os nobres.
Era agora a mendiga do infinito
Por amor se fizera a doce *MÃE DOS POBRES*![1]

A partir do ato de examinar o processo de criação e atuação da Congregação das Pequenas Irmãs da Divina Providência[2] como um espaço voltado para o recolhimento, assistência e educação de "meninas órfãs e desvalidas", esta dissertação se propõe a observar a identificar e conhecer a ação dos sujeitos envolvidos no desenvolvimento das propostas assistenciais na cidade de São Paulo, analisando os discursos e as práticas acerca da assistência à criança pobre, a partir dos debates, embates ocorridos entre os vários segmentos da sociedade no período, no início do século XX, no nosso caso, entre a Congregação, o Bispo de São Paulo, membros da sociedade católica paulista atuante nas ações de assistência e etc.

Com embasamento nos documentos produzidos pela instituição supracitada, procurou-se aclarar os modos como naquele período uma instituição católica que recolhia meninas pobres realizava um trabalho assistencial e educativo no seio de uma sociedade em que os debates políticos e o desenvolvimento econômico despontavam em seu ganho de importância no cenário nacional. É neste contexto que as iniciativas

[1] Irmã Maria dos Anjos Maia, *Poema para Madre Michel*, Alessandria, 1983, p. 34. Irmã Maria dos Anjos, autora do livro, escreveu esse livro de poemas recordando os 40 anos da morte da Madre Teresa

[2] No período estudado, descreveu a 1923 em que a sem nos documentos institucionais o nome da Congregação como "Congregação das Pequenas Irmãs da Divina Providência", em vários documentos analiso neste período esta denominação aparece às vezes sem a palavra - Pequenas. A partir de 1924 esta congregação muda o seu nome para "Congregação das Pequenas Irmãs Franciscanas da Divina Providência". O Bispo Dom Duarte Leopoldo e Silva da Arquidiocese de São Paula promulga um decreto selando a mudança do nome e certamente redefinindo a sua missão eclesial. Neste texto, a opção foi a de sempre utilizar a denominação primeira "Congregação das Pequenas Irmãs da Divina Providência".

voltadas para a instrução da criança pobre, sobretudo financiada pela elite, obtêm relevância.

Buscou-se assim, analisar como se constituía a assistência e a educação "das meninas desvalidas" na cidade de São Paulo, por meio de suas instituições portadoras deste intento, entre o final do século XIX e os primeiros anos do século XX. Tal investimento tencionou corroborar para a análise das representações do lugar das crianças na sociedade no período, as quais, no âmbito da instituição em estudo, deveriam ser moralizadas, educadas, disciplinadas e higienizadas para serem mães, muito possivelmente de famílias pobres. Sendo assim, um dos objetivos da pesquisa foi o de identificar as ações expressas nos documentos do asilo, bem como o significado deste recolhimento atrelado às propostas de assistência e as expectativas para a inserção das mulheres na sociedade paulistana.

No período em estudo, o termo órfão parece não se referir exclusivamente às meninas que tinham um dos pais ou ambos falecidos. Tange, neste sentido, ao termo "desvalidas", que remete àquelas que pertenciam a famílias de baixo poder aquisitivo. Desta maneira, considera-se que a menina desvalida no período era sinonímia de menina pobre, com total ausência de recursos financeiros ou de alguém que pudesse lhe "garantir um valimento" (SCHUELER, 2001, P. 162).

É possível citar alguns estudos, como o de Lapa (2008), sobre criança pobre em fins do século XIX, adverte que, quando procuramos entender quem eram órfãos no período, nos defrontamos com crianças que supostamente pobres, que perambulavam pelas ruas e, ainda, as que causavam balbúrdia na cidade, como vidraças quebradas, chafarizes depredados, etc. (p.98). Além disso, segundo o autor, havia aqueles órfãos que estavam sob o amparo de parentes, em asilos, cuidados por filantropos ou sob a "curadoria e tutelagem legitimados pela justiça" (2008, p.96).

Recorrendo aos estudos de Gondra (2004), destacamos que o conceito "de infância pobre era no vocabulário oitocentista extenso e variado" (p.125). Debruçando-se sobre as leituras de Valdez (2006) a autora nos traz a constatação de que, no âmbito dos discursos médicos-higienistas, políticos, religiosos e jurídicos, as crianças pobres figuravam como: "perigosos, ignorantes, desvalidos, infelizes da sorte, desprotegidos, deserdados, abandonados, desamparados, miseráveis, pobres, inocentes, enjeitados" (p.18)

Ainda de acordo com Valdez (2006), ao estudar as representações da infância, a autora assinala que, no Brasil, a ação "filantrópica liberal-ilustrada" se constituiu em meados do século XIX quando, segundo ela, a "geração da independência começou a construir o Estado Nacional". Em seu discurso, a filantropia praticada no século XIX era uma espécie de "resposta assistencialista para os problemas da pobreza, pois com base em conhecimentos científicos visava melhor adaptação dos indivíduos à sociedade através de intervenções do Estado e de particulares" (p.43).

Kuhlmann Jr. (1998) enuncia que a filantropia é a coordenação da assistência feita de forma racional, em contraponto à caridade que se destaca pela sensibilidade de seus praticantes. Para o autor, a filantropia, neste aspecto, torna-se uma prática que isenta o Estado de suas obrigações e, paralelamente, fortalece a "atuação de entidades privadas, defendendo um atendimento fracionário em múltiplas instituições" (KUHLMANN JR., 1991, p.24). Ainda aludindo a este autor, pode-se inferir que ao Estado, nessa conjuntura, era atribuído o papel de supervisor e subsidiário destas entidades.

Como se pôde averiguar nos documentos que se constituíram em fontes para esta investigação, a institucionalização de meninas desvalidas fazia com que a instituição se consolidasse como um espaço construído para uma resposta aos problemas sociais relacionados com a infância pobre das meninas, na cidade de São Paulo.

As fontes que estaremos utilizando para fundamentar as análises definidas são: fotografias, regimento interno, estatuto, cartas (compiladas em livro da Congregação), a gama destes documentos constituem parte do acervo da Congregação das Pequenas Irmãs da Divina Providência. É altamente relevante destacar que grande parte das fontes citadas acima foi organizada pelos membros da Congregação das Pequenas Irmãs da Divina Providência, no período do processo de beatificação da Madre Superiora Teresa Michel, portanto o acervo encontrado tem uma lógica específica, uma lógica de uma instituição católica, que provavelmente deveria seguir requisitos e orientações da Cúria, que por sua vez acolhia as determinações vindas de Roma, do Vaticano.

A pesquisa foi realizada junto ao acervo da instituição, sob a supervisão de irmãs, que abriram uma série de documentos, que de maneira informal contou uma série de história do período, da atuação da Congregação, etc. É necessário atentar-se para o fato de que, no que se refere às fontes históricas pertencentes ao arquivo da instituição,

tratam-se de documentos selecionados pelas dirigentes da mesma. Esses documentos são de interesse da própria instituição, que anseia transmitir uma imagem de si para a construção de uma memória; trata-se então de um "conteúdo controlado" (LEONARDI, 2008, p. 25).

Outros documentos referentes às congregações religiosas católicas instaladas no Brasil e em São Paulo, tais como: manuais de "regras de conduta", revistas, jornais católicos, etc., foram consultados no acervo do Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo; aqui também utilizados no intuito de completar, fundamentar e contextualizar as análises moldadas no âmbito deste trabalho.

A reunião desta documentação leva-nos a pensar, que, "toda pesquisa historiográfica se articula com o lugar de produção socioeconômico, político e cultural" (Certeau, 2002, p. 66). Atentando-se para tal fato, devemos proceder à crítica documental, levando em conta o lugar em que foram produzidas e o conjunto de práticas instauradas pelos sujeitos envolvidos com essas fontes.

Sempre que se está diante da realização de uma pesquisa, faz-se necessário lançar o olhar para quem são os autores de determinado documento e quais eram seus destinatários, pois como ressalta Le Goff, (1992) "Todo documento é monumento, e dessa forma ele não é neutro, devendo, enquanto monumento, ser "alvo de críticas do trabalho histórico" (p.545).

Visando compreender as propostas de assistência e educação implementadas no âmbito do asilo, foi analisado o regimento interno da instituição e o seu estatuto. Esses documentos constituem-se em importantes fontes que possibilitaram a problematização no que tange às propostas do asilo e a reflexão acerca de como as meninas eram recolhidas, assistidas e educadas. Na análise dessa documentação, tornou-se necessário considerar o alerta de FARIA FILHO (2000), que atenta para o fato de que essa documentação trata-se de um conhecimento produzido e, portanto, em contínua aproximação do real; o que implica que ser revisto, acrescido e até substituído por novos conhecimentos (p.101).

Estas fontes forneceram elementos para compreender as motivações e a iniciativa para a construção dessa instituição, a quem era destinada, permitindo observar e identificar as razões que justificaram a criação de um asilo católico, que teve a finalidade de oferecer assistência e educação a meninas órfãs e desvalidas da cidade.

Outra fonte que compõe este acervo é o regimento da Congregação das Pequenas Irmãs da Divina Providência, que viabilizou o entendimento sobre como a Madre Teresa pensava a assistência dessas meninas e como justificava a missão filantrópica do asilo.

As fontes pesquisadas na congregação possibilitaram engendrar uma visão clara sobre os métodos utilizados pela instituição na assistência e educação das "meninas órfãs" e, ao mesmo tempo, ofereceram indícios para compreender como se constituía a "missão filantrópica" do asilo.

A instituição dispõe de um pequeno acervo fotográfico, que trata do período estudado, podendo ser utilizado para análise das atividades educativas e eventos sociais que ali tiveram lugar, desfrutando então o potencial pesquisador que ali está de uma visão fac-símile do que ocorria ali em uma gama de importantes ocasiões.

> Quando apreciamos determinadas fotografias nos vemos, mergulhando em seu conteúdo e imaginando a trama dos fatos e as circunstâncias que envolveram o assunto ou apropria representação (o documento fotográfico) no contexto em que foi produzido: trata-se de um exercício mental de reconstituição quase que intuitivo. (KOSSOY, 2000, p.132)

Desde a última década do século XX, os estudos sobre escritas cotidianas e práticas epistolares tanto de pessoas que se situam em lugares de poder, quanto as escritas por pessoas comuns, tem ampliado de maneira significativa no campo da história e da história da educação, chamadas de escrituras ordinárias, vem abrindo um campo bastante frutífero, possibilitando análises sobre as práticas e funções culturais da escrita na sociedade letrada que se desenvolve a partir do século XIX. As cartas de maneira específica são fontes que revelam práticas sociais podem ser bastante imbricadas, e como tal passível de análise na perspectiva da história cultural, para a qual o principal objetivo é analisar o modo como "uma realidade é construída, pensada e dada a ler". (CAMARGO, 2000, p.205).

No momento da escrita desta dissertação foi encontrado um *corpus documental* importante, que são cartas. Um primeiro conjunto foi encontrado no acervo da Cúria Metropolitana de São Paulo, do qual selecionei três grupos: a) àquelas trocadas entre as Irmãs que se encontravam no Brasil e a madre Teresa Michel, que se encontrava na Itália. Estas correspondências são de 1900 a 1919, portanto, escritas no momento de

chegada de um grupo para o Brasil, em São Paulo, na cidade de Mococa e posteriormente na Capital do Estado. Além do registro, dos desafios, problemas para que pudessem assegurar a criação do próprio espaço institucional, para cumprir a missão incumbida, dar assistência aos patrícios, italianos que migraram para São Paulo. As cartas também informam sobre o processo de implantação das Casas da Congregação e os conflitos e tensões gerados a partir da relação com a Arquidiocese de São Paulo; b) àquelas trocadas entre a Madre Superiora Irmã Cherubina, responsável pela Congregação no Brasil para o Bispo Dom Duarte, de 1907 a 1923, poderemos verificar no decorrer da dissertação, as tensões e conflitos evidenciados nestas correspondências; c) àquelas trocadas entre as noviças da Congregação para o Bispo Dom Duarte, onde solicitavam poder usar o hábito, ou seja, institucionalmente fazer parte da Congregação das Pequenas Irmãs da Divina Providência, de 1915 a 1923.

O segundo conjunto de cartas, foi encontrado no acervo da Congregação das Pequenas Irmãs da Divina Providência, o *corpus documental* são de 20 cartas, escritas na sua grande maioria na década de 1940, pelas egressas da Congregação para as Irmãs. Deste conjunto de 20 cartas foram analisadas 3. Selecionadas a partir de alguns critérios, ou seja, as que mencionavam a formação que tiveram e que contavam os rumos que tiveram na vida. As outras 17 cartas, informavam que os rumos dado à vida, ou, aquilo que era esperado das mulheres na sociedade, casarem, serem submissas aos maridos e tomarem conta dos afazeres domésticos.

Os dois conjuntos de correspondências analisadas nesta pesquisa precisam ser problematizados, pois apresentam objetivos e funções sociais, ou seja, faz-se necessário explicitar as condições de enunciação e de produção das mesmas. No primeiro conjunto temos correspondências trocadas entre o Bispo de São Paulo e a Madre Superiora da Congregação, o que significa que estamos lidando com hierarquias e representações de um sobre o outro, no que se refere ao lugar daquele que escreve, para quem se escreve, qual é a visão que o escritor tem daquele para quem escreve. No caso oposto, isto também ocorre, portanto, as questões objetivas, subjetivas, vão sempre levar em conta a posição e o lugar social desses sujeitos que estão interagindo via este tipo de escrita.

No segundo conjunto de cartas, quando as egressas de maneira espontânea escrevem para as Irmãs do Asilo, podemos também problematizar que, o que está sendo enunciado está pautado por todas estas operações: quem era a interna, quem é a interna

no momento da escrita da carta, o tempo que se passou, as memórias e para quem ela escolheu escrever, que escrita de si foi produzida.

As cartas oficiais foram utilizadas para formalizar intenções, apontar questões que eram tensas e conflituosas, portanto, marcadas por posições hierárquicas, onde os argumentos são fundamentais para mais do que convencer, mandar, fazer com que ações fossem obedecidas.

Na análise dos trechos das cartas das egressas, foi dada uma ênfase às narrativas que tratavam ou evidenciavam o impacto da educação que receberam no asilo, às representações escritas, de situações vividas no dia a dia, na vida privada. De igual maneira, apesar, das lacunas documentais, havia uma preocupação de realçar o modo como as missivistas escreveram, as condições de produção dessas cartas, ou seja, que campos desenharam na plataforma do escrito; que regime de historicidade (HARTOG, 2006, p. 263). É possível encontrar nessa documentação para fazer vir à tona uma história de sujeitos se construindo e se inventando pela escrita, uma possibilidade de "capturar sensibilidades do passado, por meio de traços objetivos que estas deixaram para o presente" (PESAVENTO, 2006, p. 177).

O estudo traz assim uma relevante contribuição para o campo da História da Educação, inclusive por constituir-se em uma pesquisa inédita nos moldes em que ela foi engendrada, sobre a referida Congregação, que pretende traçar seu percurso nas dimensões sócio-educativas-culturais. Sendo assim, poderá certamente contribuir para relevantes discussões sobre variados temas, tais como: a história da educação da infância feminina, com foco na educação de órfãs desvalidas; a atuação das congregações italianas no Brasil; a filantropia em São Paulo e, ainda, a questão das políticas públicas básicas de atendimento integral à criança desvalida.

Cumpre acrescentar que nosso estudo tenciona coadjuvar com o acervo da historiografia de congregações religiosas femininas instaladas no Brasil, levando em conta o que diz Paula Leonardi (2010).

> Se, por um lado há uma vasta bibliografia produzida pelas próprias ordens e congregações católicas a respeito de sua história e memória, a produção acadêmica sobre essas instituições é incipiente. Sabemos superficialmente da história dessas congregações e, comumente, a história das freiras também é negligenciada, sendo somente esboçada como pano de fundo para o estudo sobre seus colégios. (Leonardi,

2010, p. 26-27)

A delimitação deste estudo abrange o período compreendido entre 1903 e 1923, período este proposto pela banca de qualificação. A fronteira inicial da delimitação, 1903, deveu-se a tentativa de localizar e datar a chegada das Pequenas Irmãs da Divina Providência ao Brasil, para a instalação de uma congregação em São Paulo. Como ponto de referência para o limite final foi 1923, demarcamos pela data de expulsão das irmãs italianas, pelo então bispo de São Paulo, Dom Duarte Leopoldo e Silva.

Para um melhor entendimento acerca da instalação da Congregação em São Paulo, entendeu-se que seria necessário um recuo à Itália onde foi fundada a primeira Congregação e onde nasceu a Madre fundadora, Madre Teresa Michel, buscando maior compreensão sobre o contexto social e político do período, a fim de perceber como as irmãs que aqui chegaram se comportariam diante de uma ordem social já estabelecida.

A opção por esta temática para a investigação deveu-se a uma convergência de vários fatores e situações. Primeiramente, ainda na graduação tive a oportunidade de fazer a iniciação científica, por dois anos, em 2007 e 2009, da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, estes dois momentos de formação em pesquisa tive por orientadora a Profa. Dra. Maria Lúcia Spedo Hilsdorf.

O primeiro projeto de iniciação científica teve por objetivo contrapor o ensino, no momento em que estava vinculado à religião, representado modelarmente pelos colégios jesuítas de humanidades clássicas ou humanísticas dos séculos XVI e XVII, e o ensino após o Iluminismo, que vem com a proposta de um ensino laico, desatrelado da religião. O interesse era estudar o período do aparecimento e constituição dos colégios da era Moderna, buscar compreender as justificativas e ou explicações para a emergência, do que E. Garin chamou de “processo do latim”, isto é, a rejeição ao modelo jesuítico e a proposição de uma educação escolar voltada aos interesses do estado laico, Hilsdorf (2006).

Com a premissa de embasar uma melhor compreensão do estudo que foi exposto, fomos buscar na literatura informações a respeito dos jesuítas, do papel desempenhado pelos educadores dentro da Igreja, para verificar como se deu esse processo de mudança.

Condorcet foi tomado como exemplo, no âmbito dos iluministas, indagando os propósitos que indicavam uma nova organização para o ensino, em que as questões religiosas não interfeririam nessa nova pedagogia. Não obstante a isso, fez-se necessário reportar ao período do final da Idade Média, para ter a possibilidade de entender e avaliar o significado do próprio aparecimento do modelo colegial, o qual implicava a subdivisão dos alunos em grupos, apontando para uma nova organização e agrupamentos por faixas de idades, aos conteúdos que foram destinados a esses grupos de idade, o que acabou por inventar um novo modo a ordenar os alunos em classes seriadas.

O que pode ser concluído ao finalizar este estudo na iniciação científica, é que um dos desdobramentos da Revolução Francesa, na educação, configurou uma nova mudança, não só nos modos de se organizar e funcionar as escolas, no sentido de ensinar mais crianças, ao mesmo, tempo, seriando-as por idade. Posteriormente, em alguns lugares concomitantemente, agregando definições de conteúdos curriculares para ser ensinado a cada série de idades. No entanto a transformação mais radical foi o Estado assumir a educação. A igreja ainda continua sendo uma instituição reconhecida e atuante no campo da educação, praticamente em todo o mundo ocidental, mas desvinculada do Estado. O Estado vai se apropriar da estratégia educacional, com outros objetivos, criando escola, visando à integração, a civilização e a consolidação enquanto nação.

Mas, é importante lembrar que, embora a Revolução lutasse por uma maior popularização, não se poderia concluir que esse ensino seria oferecido a toda população, e sim que foi pensado para a burguesia, porque a universalidade foi garantida apenas ao nível elementar, sendo que do nível secundário em diante haveria seleção; onde entre os vários aspectos podemos destacar que os pobres, a grande massa populacional e outros segmentos vão demorar séculos para poder ter acesso.

Conclui-se então que se tratava do ensino pensado para a burguesia, não era para todas as classes sociais. A universalização da educação elementar que deveria ser para todos, também demorou muito para acontecer na França, no mundo e no Brasil. A entrada para o ensino elementar, apesar de gratuito não conseguia chegar a todos, falta de escolas, distancias, as crianças eram fundamentais para assegurar seu próprio

sustento e das famílias. Quem vai conseguir finalizar o fundamental e chegar a universidade é uma elite, ou filhos de uma burguesia rica e emergente.

Somando ao que apontamos anteriormente, pode-se perceber uma mudança na pedagogia; entretanto, este fenômeno não se deu de maneira simples e rápida durante todo o século XVIII, ou seja, as mudanças ocorridas foram sendo constituídas ao longo de vários séculos; elas não surgiram apenas com o Iluminismo, mas desde a Reforma de Lutero e outros educadores, que propunham uma pedagogia diferente da que era oferecida pelos jesuítas. Hilsdorf (2006) assinala que logo após ser definido o modelo dos jesuítas, em 1599, os Oratorianos já articulavam reações em relação a esta proposta (1635); ou seja, desde o início do século XVII, os jesuítas já vinham sofrendo certa pressão em relação ao seu projeto educacional.

Creio ser possível afirmar que conseguimos argumentar sobre a existência divergente de duas propostas educacionais, de um lado por meio do Colégio dos Jesuítas; por outro, pelas Escolas Centrais, representando os pressupostos em que se fundamentam: o ensino monopolizado pela Igreja Católica, em oposição aos ideais propostos pelo Iluminismo, que exigem uma compreensão racional do mundo em face da visão dogmática do ensino religioso então vigente.

A hipótese inicial era de que essas mudanças não teriam a ver com a política de extensão da educação, pelo menos não em meados do século XVIII, e sim com as mudanças de Estado. O Estado deixa de ser religioso e a Educação passa a ter um novo mantenedor, um Estado leigo e separado das questões religiosas. Mudanças essas que tiveram grande impacto na sociedade ocidental cristã da época, talvez nas práticas e certamente nas discussões e proposições de modelos de educação.

A segunda pesquisa de iniciação científica teve por título: *"A Educação nos colégios Franceses: Do ensino religioso para o ensino laico",* o projeto teve por objetivo contrapor o ensino na França, no momento em que era vinculado à religião, e o ensino após o Iluminismo, trazendo consigo a proposta de um ensino laico, não subordinado à religião. O interesse era, portanto, estudar o período do aparecimento e constituição dos colégios de humanidades nos séculos XVI-XVII, isto é, na Era Moderna, pois são essas instituições de ensino que onde ocorreu essa passagem no âmbito da história da educação. O ensino elementar será atingido posteriormente, entre os séculos XVIII e XIX.

Desta maneira, o objetivo geral foi procurar compreender como e o que levou os colégios a exercerem tanta influência na sociedade francesa nos séculos XVI a XVIII e, consequentemente, quais foram às mudanças ocorridas no âmago do setor da educação neste período. As mudanças ocorridas na área da pedagogia estariam relacionadas de alguma forma com as mudanças também incididas na sociedade? Que impacto teve a política dos colégios nas concepções educacionais propostas pelo Estado e nas atividades políticas educacionais empreendidas? Que diferenças existem entre colégios religiosos e laicos?

Depois de um aprofundamento maior, sobre como a história se desenrolou na área da educação durante o referido período, ou seja, buscando obter maior clareza sobre até que ponto a educação esteve ligada a alguma instituição religiosa e confessional; tornou-se previsível o fato de que os conflitos no âmbito do campo educacional seriam esperados, já que havia uma discordância considerável entre os órgãos que ofereciam a educação no período, levando em conta, inclusive, que a Igreja buscava continuamente manter sua primazia. Todos esses fatores transformaram a Companhia de Jesus em seu maior aliado na luta contra os protestantes, que tinham como ideal que a educação oferecida por eles também conseguisse tanto êxito quanto sua rival. Foram tempos de muitas lutas fora do campo educacional, mas que repercutiram profundamente na educação da época, cada qual com seu interesse, mas visando sempre obter êxitos, como aponta Hilsdorf (2006).

De fato, a luta tinha seus ideais encobertos, por vezes relacionados ao campo de educação. Entretanto, em uma série de ocasiões, estavam atrelados às causas religiosas, deflagrando-se a ideia de que a educação e religião estivessem entrelaçadas; e de fato estavam, uma vez que seus principais mentores eram também os religiosos. Todavia, quando isto era realizado pelos políticos, ou seja, quando propunham "políticas educacionais": a escola foi percebida pelos mentores religiosos e/ou políticos como importante para a sociedade da época – a sociedade do Antigo Regime, onde justamente passa a existir uma junção identitária entre Igreja e Estado - e usada por eles para atingir seus interesses: a hegemonia e o poder religioso, social, político e cultural.

É possível contemplar por meio deste estudo a relevância que teve a Companhia de Jesus na educação na época, que se estende de 1600 a 1750. Como também o ensino apregoado pelos protestantes, tal qual poderemos verificar de forma mais detida na

segunda parte da pesquisa, e que teve um papel indispensável para que obtivéssemos a compreensão de como a religião e a educação estiveram ligadas durante um longo período, e por fim, a proposição dos Iluministas de um ensino laico desatrelado da religião surgido com o Advento do Iluminismo. De acordo com a bibliografia levantada, essas realizações somente vão acontecer um século depois na França, com as reformas do fim do século XIX, ligadas ao nome de Jules Ferry, ligado aos círculos protestantes. (Hilsdorf 2006)

Para a dissertação de mestrado retomei estes dois primeiros estudos e procurei verificar que perguntas ainda poderiam ser respondidas, desdobramentos possíveis, discutidos tanto coma Profa. Dra. Maria Lúcia Hilsdorf, quanto às apontadas nas avaliações dos relatórios da iniciação cientifica.

A partir da trajetória das pesquisas realizadas na graduação, das leituras e reflexões, ficou evidente que estudar a educação confessional seria uma temática significativa e um desdobramento do investimento da formação inicial com pesquisa no campo da história da educação. Para o projeto de mestrado defini por identificar e conhecer a ação dos sujeitos envolvidos no desenvolvimento das propostas assistenciais na cidade de São Paulo, especificamente da Congregação das Irmãs da Divina Providência, analisando os discursos e as práticas acerca da assistência à criança pobre, a partir dos debates, embates ocorridos entre os vários segmentos da sociedade no período, no início do século XX, no nosso caso, entre a Congregação, o Bispo de São Paulo, membros da sociedade católica paulista atuante nas ações de assistência e etc.

A Congregação das Pequenas Irmãs da Divina Providência no período de 1903 a 1923 aparecem em vários documentos oficiais, destacando o Anuário Eclesiástico da Arquidiocese de São Paulo (1912-1923)[3], inúmeras atividades e ou configurações que esta instituição realizou, tais como, asilo, orfanato, internato, externato, jardim de infância, conforme poderemos verificar no decorrer da dissertação. No entanto, o foco é analisar a ação de recolhimento das meninas pobres e desvalidas que frequentaram o orfanato em que estavam internas.

[3] Este documento começou a ser produzido a partir de 1912, ou pelo menos não encontramos nenhuma informação que tivesse alguma publicação com esta natureza antes desta data. Encontramos uma informação neste anuário, que a Congregação acolheu meninos no período de 1915 a 1923, aproximadamente 483, de várias idades, que será apresentado no capítulo 3. No entanto, este atendimento não aparece nem no Estatuto e nem nas correspondências do Bispo Dom Duarte para as Irmãs da Congregação apontando problematizando está questão.

Entendemos que a relevância da análise investigatória do asilo dirigido pelas Irmãs da Divina Providência centrou-se no fato de buscar resgatar o percurso deste estabelecimento de ensino, nas dimensões socioeducativas culturais. Estudar tal problemática buscou ser uma contribuição no âmbito da educação da infância desvalida, dentro de um determinado contexto sócio-histórico-cultural de São Paulo, possibilitando esclarecimentos a respeito da assistência às órfãs atendidas pela instituição.

Pretendeu-se assim, oferecer à história da educação da infância feminina uma reflexão sobre a orfandade, nossa proposta não prescindiu de centrar-se apenas na instituição fechada como uma resposta filantrópica ideal e eficaz para a problemática na assistência à infância desvalida. Tentou-se concomitantemente de vislumbrar se a Congregação atingiu seu intento de suprir com a filantropia a ausência de políticas públicas básicas, de políticas de proteção, e de políticas socioeducativas, destinadas às crianças mais desprotegidas, prevenindo a marginalização, e por outro lado, protegendo a comunidade da presença de crianças desassistidas nas ruas, buscando sempre investigar a educação da orfandade pobre.

Essa pesquisa pautou-se por produzir uma história da trajetória da Congregação das Pequenas Irmãs da Divina Providência, com suas lacunas, contradições, conflitos, tensões, no sentido de compreender o movimento e ao mesmo tempo alguns dos processos vivenciados pelas Irmãs, quando resolvem vir para a América Latina, para o Brasil e para o Estado de São Paulo, instalando-se inicialmente na capital. Uma dimensão desafiante do trabalho foi o de tentar desvelar as relações políticas, hierarquias entre esta Congregação e a Arquidiocese de São Paulo, bem como as redes de solidariedade construída com a comunidade da Mooca e de outras partes da cidade. O modo de como estas relações foram construídas tiveram implicações na formulação e implementação no projeto assistencial e educacional direcionados para as meninas órfãs que viveram nesta instituição.

Leituras, teorias e ideias de inúmeros teóricos, professores e pensadores contribuíram com uma parcela significativa para o entendimento do objeto de estudo. Dentre as obras lidas, que ultrapassam em muito as citadas, algumas foram mais próximas do objeto de estudo, não menosprezando as demais.

Dentre as obras que mais contribuíram para a elucidação das ideias, é interessante citar Paula Leonardi (2008), em sua tese de doutorado, que traz uma análise

sobre duas congregações católicas francesas que vieram para o Brasil, especificamente para São Paulo, sendo uma delas a Congregação de São José de Chambéry e que mostra com clareza a estratégia da Igreja na sua tentativa de retomada de um espaço perdido.

A leitura de *A invenção do cotidiano feminino: Formação e Trajetória de uma Congregação católica (1880-1909),* Custódio (2014) contribuiu significativamente para a compreensão das táticas e das estratégias utilizadas pelas Filhas da Imaculada Conceição, para formar uma congregação religiosa que também atendia meninas pobres e órfãs e o trabalho que foi desenvolvido por essas junto a essas meninas órfãs.

Negrão (2004) desvenda as estratégias da elite campineira para resolver os problemas sociais, mantendo o seu status e ampliando seus privilégios, mas também aclara, ao ouvir as próprias órfãs, as táticas por elas construídas para, no contato com as irmãs francesas, educarem-se e se prepararem para um futuro no qual os anseios de ascensão social não estavam descartados.

Câmara (2010) constituiu-se em um importante esteio para dar sustentação ao entendimento acerca das questões da infância, procurando mostrar o modo como forças distintas (médicas, jurídicas, pedagógicas e religiosas) se uniram para delinear as práticas dirigidas à infância abandonada.

Neste mesmo sentido, ainda sobre as questões da infância, Kuhlmann Jr. (1998) Gondra (2004) Moncorvo Filho (1926), muito nos elucidou no que tange as políticas sociais voltadas para esse infância pobre.

Kuhlmann JR (1998), Valdez (2006), apresentam a filantropia como alternativa à falta de políticas públicas de educação e assistência para o período.

Beozzo e Azzi (1992,1986,1975) coadjuvaram a contextualização da história da Igreja Católica no Brasil no século XIX. A contribuição de ambos os autores revelou-se trazendo clareza sobre as reações e resistências no bojo desse processo, ou seja, quais as práticas elas teriam utilizado para enfrentar o então bispo de São Paulo Dom Duarte Leopoldo e Silva.

De significância ímpar: Marcílio (1998), Hilsdorf (2011) pertinentes à visão adquirida sobre a história social da criança abandonada. Ainda Hilsdorf, nos traz uma análise cuidadosa dos vários processos de educação das próprias freiras, desde sua infância e suas práticas educacionais nas casas de menina, assim como em asilo de órfãs.

Faria Filho (2000), Le Goff (1992) Certeau (2002), também subsidiaram os critérios de coletas de dados mediante história oral, história de vida, relatos e critérios para sua leitura, decodificação, interpretação e compreensão da história da congregação.

Para tratar das questões sobre a imigração italiana, recorremos à Franco Ceni (2002), e Bertonha (2005) que muito nos auxiliaram.

Para contextualização do cenário de expansão pelo qual passava São Paulo na época, recorremos à Rufinoni (2004), que trata da preservação do patrimônio industrial na cidade de São Paulo no período, dissertação de mestrado da FAUUSP, mostrando-nos como essas indústrias de imigrantes italianos mudaram o cenário econômico e social da região da Mooca.

Ainda Simmel (1907) sobre os pobres e a pobreza, que trará importante compreensão a respeito da passagem da noção abstrata da pobreza às formas regulatórias da assistência e a sua objetivação social na forma de instituição públicas e/ou privadas da assistência.

As Constituições e Regras das Pequenas Irmãs da Divina Providência que elucidaram sobre o funcionamento de uma Congregação; dissertações de Mestrado e Teses de Doutorado sobre o tema foram de fundamental relevância para que esta investigação fosse possível.

O rastreamento do *corpus* documental da Congregação, constituiu inquestionável valia para a dimensão investigatória, pois forneceu dados elucidativos a respeito das asiladas, que propiciaram a familiaridade com a dimensão eclesial no campo assistencial e na atuação da congregação religiosa. Quando engendramos a pesquisa, em 2012, a intenção era de reunir o maior número possível de fontes primárias acerca da Congregação das Pequenas Irmãs da Divina Providência.

Para isso, foram realizados os primeiros contatos com as Irmãs da casa da Mooca a fim de saber sobre a possibilidade da viabilização da pesquisa e também solicitar autorização para ter acesso ao seu arquivo histórico para fundamentar a pesquisa a ser realizada; o que a princípio mostrou-se viável pela disposição das Irmãs em colaborar com nossa pesquisa sobre a Congregação das Pequenas Irmãs da Divina Providência situada na rua da Mooca.

A hipótese inicial era de que encontraríamos, em seus arquivos, a história da Congregação. Mas após realizada análise preliminar sobre a documentação e fotos

conservadas em seus arquivos, deparamo-nos com o fato de que não seria ali que localizaríamos os documentos necessários para tal investigação, mediante ao fato de que o arquivo contemplava uma documentação mais recente, pois parte da documentação, especialmente a do período analisado, havia se extraviada, devido às diversas viagens que foram feitas entre Brasil e Itália.

Vale destacar que a documentação referente aos primeiros anos, ou seja, do processo de criação e implementação não foram localizados. Além disso, como veremos no decorrer dos capítulos, as tensões e os conflitos não ocorreram somente entre a hierarquia do bispado do Estado de São Paulo e a Congregação na Itália e no Brasil, existia também relações bastante conturbadas entre as próprias irmãs, o que provavelmente comprometeu a guarda de documentos e a conservação do acervo da instituição.

Mais tarde, após a leitura sobre a fundação da Congregação na Itália e acerca de sua expansão pelo mundo, foi que tivemos acesso ao fato supracitado, já que chegou ao nosso conhecimento que em uma dessas viagens entre Brasil e Itália, duas irmãs que voltavam ao Brasil em um navio sofreram um acidente e naufragaram, levando assim com elas, boa parte da documentação da instalação da casa da Rua da Mooca.

Chegamos à conclusão, desta maneira, que deveríamos recorrer então à outras fontes para nossa pesquisa, após isso nos foi indicado pela Irmã Cássia, que em 2012 residia na casa da Rua da Mooca, o *Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo*, uma vez que a mesma já havia pesquisado parte da documentação de sua Congregação para uma compilação de documentos com o intuito de enviá-la à Itália. Sendo assim, visitamos o *Arquivo da Cúria Metropolitana*, no bairro do Ipiranga, que conserva boa parte da documentação da Congregação das Pequena Irmãs da Divina Providência, que estão divididas em duas pastas demarcadas por períodos, uma das quais abriga os documentos inicias e que vão até o ano de 1923, exatamente o período da nossa pesquisa, e outra pasta onde se encontram os documentos que datam a partir de 1924. Entre os mesmos, nos deparamos com as cartas trocadas entre Madre Teresa Michel e as irmãs no Brasil, cartas de Irmã Cherubina e o Arcebispo de São Paulo, D. Duarte Leopoldo, e os pedidos de que fosse empossado um intercessor para ajudar as irmãs na Congregação, cópias de escrituras de doação de terreno, ofícios, entre outros.

Nestas visitas ao Arquivo, com o intuito de localizar algo que nos indicasse

como ocorreu a instalação da Congregação na rua da Mooca e como se deu o recolhimento das meninas no asilo, não houve grande êxito, pois não havia documentação que permitisse essa análise; no entanto, foi possível observar que parte da nossa pesquisa estava ali, documentada de uma outra forma e que seria nosso papel como historiadores analisá-la. Os conflitos, que constituem-se em partes primordiais dessa pesquisa estavam ali, presentes nas cartas trocadas entre a Madre Teresa Michel, D. Duarte Leopoldo e Silva e Irmã Cherubina, superiora da casa da rua da Mooca. Desta maneira, lançando o olhar através destas cartas, tornava-se evidente que a instalação da Congregação das Pequenas Irmãs da Divina Providência se deu em meio a enormes conflitos.

Diante de tais cartas escritas pelos sujeitos responsáveis pela instalação e manutenção da Congregação das Pequenas Irmãs da Divina Providência aconteceu a eclosão de um novo desafio, pois as cartas manuscritas pela Madre Teresa eram de uma leitura muito difícil, em sua maioria grafadas no idioma italiano. Vale dizer que algumas dessas cartas foram transcritas em seu livro *Alla Scuola Di Madre Teresa Grillo Michel* e traduzidas para o português com o título *Na Escola de Madre Teresa Grillo Michel*, o que facilitou a leitura de parte das mesmas. Tendo isso em vista, podemos analisar com mais profundidade os conflitos que permearam por anos as relações desses sujeitos e conhecer também parte da história da Congregação da rua da Mooca.

Ainda detendo nosso olhar sobre os documentos encontrados no *Arquivo da Cúria*, deparamo-nos com o relato de como se deu a instalação das Pequenas Irmãs da Divina Providência que chegaram de Alessandria, na Itália, no governo de D. Antônio Alvarenga, chefiadas pela Irmã pela Irmã Maria Imaculada Gilet, que fundaram um colégio na cidade de Mococa, interior de São Paulo, mas que, infelizmente, por absoluta incapacidade dos profissionais que ali atuavam, fechou suas portas, partindo assim, essas irmãs, para a cidade de São Paulo e instalando aqui na Rua da Mooca sua nova casa. Convém dizer que esses documentos que se encontram no Arquivo da Cúria e que dizem respeito a instalação da Congregação são geralmente escritos por superiores e relatam os conflitos e a relação conturbada que existia à época naquela casa e que eram geralmente direcionados ao Núncio Apostólico.

Tendo como guia esta documentação foi possível ainda traçar o percurso da referida Congregação que desembarcava no Brasil vinda da Itália, bem como as

expectativas e também as frustrações que intercorreram durante o período compreendido na nossa pesquisa; desde sua chegada ao interior do Estado de São Paulo, durante o breve período em que estiveram à frente do Asilo Sagrada Família no bairro do Ipiranga, na cidade de São Paulo, culminando com a instalação definitiva no bairro da Mooca.

Haja vista que éramos compelidos a prescindir da documentação necessária para entendermos a questão sobre o recolhimento das meninas nas pasta da Congregação, foi iniciada então uma nova investigação. Ainda no *Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo*, recorremos aos Anuários Eclesiásticos da Arquidiocese de São Paulo e empreendemos a árdua tarefa de tentar encontrar, através dos dados da Igreja, indícios de quem eram tais meninas, quantas eram, por quanto tempo permaneceram no asilo. Sendo assim, nos deparamos com alguns dados que se mostraram úteis para a pesquisa e que serviram como objeto de análise para tentar responder à essa questão. Foram analisados os *Anuários Eclesiásticos* dos anos 1912-1913,1915-1916,1916-1917,1918-1919,1920-1921,1921-1922,1922-1923. Embora nossa pesquisa tenha como data inicial uma data anterior, o primeiro Anuário data de 1912, sendo assim, nossos dados são referentes a esse período.

A coleta dos dados contou também com várias conversas informais das irmãs que residiam na Congregação na rua da Mooca, da Secretária-Geral da Congregação no Brasil. Destaco a Irmã Cláudia e outras pessoas que puderam contribuir com a investigação e para localizar e consultar as seguintes fontes: livros, documentos, fotografias, regulamento do acervo da Congregação em São Paulo e em Niterói, arquivo da Congregação das Pequenas Irmãs da Divina Providencia e a indicação da Cúria Metropolitana de São Paulo. Na Biblioteca da Faculdade de Educação da USP; encontramos fontes referentes a asilo e ao recolhimento de órfãs. Foi ainda utilizado o banco de dissertação e teses para a produção de uma revisão bibliográfica sobre o tema.

Como já citado anteriormente, não há uma pesquisa sobre a Congregação das Pequenas Irmãs da Divina Providência, e é importante ressaltar que este fato dificultou significativamente o nosso trabalho, pois, se de um lado há certa gama bibliográfica referente à vida da Madre e, em relação a isso, podemos citar dois autores que escreveram com muita propriedade sobre tal tema: *Carlos Torriani (1989)* e *Renato Lanzavecchia (1991)* que narram a história da vida de Teresa Grillo Michel desde sua

infância na pequena Alessandria; por outro lado, não existia pesquisa acadêmica sobre a História da Instalação da Congregação das Pequenas Irmãs da Divina Providência no Brasil, que, de acordo com nosso estudo, tem muitas características semelhantes a muitas congregações que por aqui desembarcaram; no entanto, têm características bem originais resultantes da difícil escolha de uma mulher, residente à Itália no final do século XIX, que se recusa a aceitar a segurança e o conforto de uma vida de classe média para se colocar a serviço dos pobres juntamente com suas companheiras, cujas práticas, gestos, cuidados e amor ao próximo compunham as características dessa Congregação.

De posse desses documentos encontrados no *Arquivo da Cúria* e relacionando-os com as leituras realizadas anteriormente, fizemos um cotejamento na tentativa de construir essa narrativa história proposta em nossa pesquisa. Para atingir tal finalidade, lançamos mão dessas crônicas ainda inéditas e jamais exploradas em pesquisas acadêmicas anteriores de quaisquer autores, para assim narrar a história dessa Congregação. Especificamente no caso da pesquisa aqui desenvolvida, esses documentos encontrados no arquivo já descrito se constituem em uma das principais fontes que serão analisadas largamente, pois pode-se aferir que os mesmos contém muitas informações de total relevância para a pesquisa. Almejamos assim suscitar uma reflexão mais maciça acerca dos processos de formação dessa Congregação.

Considerando o que foi exposto, espera-se lançar compreensão sobre o trajeto e os diversos contingentes da trajetória que percorremos e que foram moldando os caminhos de busca do nosso trabalho, reconstruímos nosso objeto de pesquisa que inicialmente tratava-se da Instalação da Congregação das Pequenas Irmãs da Divina Providência; entretanto, assim fizemos adicionando novas temáticas que trouxeram elucidações a respeito das questões sociais deste período, sobretudo em atreladas às iniciativas assistenciais oferecidas à estas meninas, tendo invariavelmente a indagação sobre o que de fato tais iniciativas teriam afetado o seu destino.

Elencando e confrontando-nos com estes temas, percebemos que tínhamos um longo caminho a percorrer, mas que havia indícios suficientes para o andamento da pesquisa acerca da instalação da Congregação das Pequenas Irmãs da Divina Providência como algo ainda desconhecido da produção acadêmica e, desta maneira, iniciamos a narrativa desde a fundação da Congregação na Itália em 1899, passando

pela instalação no Brasil, até os eventos ocorridos em 1923 que culminaram na expulsão das irmãs que vieram da Itália para o Brasil, junto com sua fundadora, Madre Teresa Michel.

Essa narrativa histórica apresenta-se em 3 capítulos articulados entre si e irremediavelmente ligados ao seu fio condutor que permeou toda a nossa análise aqui construída e interpretação do objeto de estudo.

A introdução apresenta a origem do problema, a justificativa da escolha, a metodologia adotada e a coleta de dados, bem como a potencial contribuição à educação de assistência.

O primeiro capítulo: "*As Irmãs da Divina Providência: uma história ítalo-brasileira",* traz um estudo acerca da assistência e das concepções relacionadas à infância pobre na sociedade paulista no início do século XX e, ainda, desenvolve a trajetória sócio histórica cultural da Congregação das Pequenas Irmãs da Divina Providência, partindo da sua origem na Itália até a criação da Casa na cidade de São Paulo, tendo ainda como objeto de análise essa instalação ocorrida em um momento em que a cidade de São Paulo passava por um enorme processo de expansão.

O capítulo 2 *"O Bispado Paulista e a Congregação das Irmãs da Divina Providência: projetos, tensões e conflitos"* apresenta a filantropia paulista, em razão da grande imigração italiana no período. O asilo como instituição total de caridade, com seu programa assistencialista, sob a tutela das Pequenas Irmãs da Divina Providência, assim como as tensões e conflitos que permeou a relação das irmãs com o bispado paulista.

No terceiro capítulo "*Para além do asilo: meninas, moças, noviças, operárias, donas de casa…"* Propôs-se conhecer e analisar o percurso das "egressas" na vida, seus sonhos, sua inserção no mercado de trabalho, sua emancipação e o novo "status" por meio da constituição de família, balizando sua vida com sua formação recebida no Asilo, sem deixar de considerar as influências ou eventuais sequelas.

As considerações finais tecem interpretações dos resultados, evidenciando as descobertas e sinalizando os pontos obscuros; traçando o perfil de uma instituição filantrópica, que tentou suprir a ausência de políticas de atendimento à infância desvalida, para evitar que essas meninas perambulassem ou se prostituíssem pelas ruas do bairro da Mooca e que conseguissem a oportunidade de serem preparadas para uma

vida diferente, no entanto ainda dentro dos parâmetros estipulados pela sociedade paulista da época.

Capítulo 1 - As Pequenas Irmãs da Divina Providência: uma história ítalo brasileira

"No momento em que nos comprometemos, a providência divina também se põe em movimento. Todo um fluir de acontecimentos surge ao nosso favor. Como resultado da atitude, seguem todas as formas imprevistas de coincidência, encontros e ajuda, que nenhum ser humano jamais poderia ter sonhado encontrar. Qualquer coisa que você possa fazer ou sonhar, você pode começar. A coragem contém em si mesma, o poder, o gênio e a magia".
Johann Wolfgang von Goethe

Neste capítulo buscamos fazer um estudo acerca da assistência prestada e das concepções sobre a infância pobre na sociedade paulista no início do século XX e ainda desenvolve a trajetória sócio histórica e cultural da Congregação das Pequenas Irmãs da Divina Providência, partindo da sua origem na Itália até a sua chegada na cidade de São Paulo; e tendo a premissa de analisar essa instalação em um momento em que a cidade de São Paulo passava por um enorme processo de expansão.

Como proposição de nossa análise alguns dos acontecimentos que foram sediados pela cidade de São Paulo, bem como dos seus personagens no âmbito do tema escolhido para esta pesquisa, do ponto de vista de suas relações políticas, sociais, culturais e econômicas e, sem esquecer de mencionar, as políticas de assistência às crianças pobres. O objetivo que pretendemos alcançar com isso é obter a compreensão a respeito de quais interesses estavam por trás da criação da Congregação, em suas relações com a cidade, no que tange ao aspecto social e religioso e as articulações desta instituição com as outras instituições que comungavam de semelhante "missão": a educação de crianças pobres.

Serão analisados os processos da industrialização da cidade de São Paulo, lançando nosso olhar mais detidamente ao bairro da Mooca. Traremos uma amostragem sobre o rápido processo de crescimento e transformação pelo qual passou a cidade de São Paulo a partir de meados do século XIX, impulsionado por vários fatores, entre os quais se encontra a gradativa substituição da cultura da cana de açúcar pela do cultivo do café, o processo de industrialização, a chegada da estrada de ferro, e, como consequência da extinção do tráfico de escravos, o incentivo à imigração italiana.

Temos o intento de elucidar ainda, temas relativos às transformações que se deram no interior do bairro da Mooca por consequência das instalações das indústrias nas várzeas próximas à ferrovia, a formação dos bairros operários e a importante presença dos imigrantes italianos ali.

Por fim, analisaremos também a trajetória dessa Congregação católica italiana, que foi fundada pela Madre Teresa Michel em Alessandria na Itália e tinha a finalidade de assistir a pessoas carentes e, posteriormente, a instalação da Congregação na cidade de São Paulo.

1.1 - A assistência e as concepções sobre a infância pobre

Esta pesquisa busca tecer uma análise acerca das influências vigentes no processo de constituição das instituições de assistência no início do século XX. Propostas essas que derivam da articulação de várias personagens do cenário social, sendo elas, empresariais, políticas, médicas e também de cunho religioso. Indagando a possibilidade de haver uma relação entre o "assistencial" e o "educacional", quando é de nosso conhecimento que o assistencialismo foi identificado como uma proposta educacional para a população pobre.

Embora haja uma diversidade de opiniões sobre as causas que levaram à criação dessas instituições, pretendemos aqui situar a assistência como fruto de forças empresariais, políticas, médicas e, sobretudo, religiosas.

Este início dá-se buscando centrar o nosso olhar para o que seja o papel social atribuído à assistência. Torna-se imprescindível extrair o estigma que transmite a ideia de naturalidade que há neste termo, ou seja, não é um processo "natural", é de suma importância reconhecer a ação do homem que necessita estar inserida nesta questão; tem-se a impressão de quando ocorrem as intempéries que continuamente afetam o mundo e interferem negativamente na vida dos pobres, se alguém os assiste, de maneira correta ou não, isso já esgotaria todo o significado que abarca o termo e o ato de prestar assistência; quando, na realidade, esta não é a ótica correta acerca do assunto pois, "assistência" no sentido em que o termo é utilizado nesta pesquisa é a "Assistência aos pobres", e para este universo há um vasto debate sociológico sobre a pobreza e a situação dos pobres no Brasil.

O nosso intento é evidenciar o fato de que a história do assistencialismo não é uma sucessão de acontecimentos que se somam, mas a interação de tempos, influências e temas, onde o período de elaboração da proposta educacional assistencialista se integra aos outros tempos da história.

As ações de caráter assistenciais, numa perspectiva de caridade, historicamente são ações nas quais o *outro*, detentor de necessidades, não é visto como um portador de

direitos; desta maneira, as práticas assistenciais voltadas para os segmentos mais pobres da população se caracterizam por gestos de desqualificações, em que para receber o benefício ele perderá outros direitos de cidadania. O atendimento à infância era visto não como um direito, mas como uma dádiva dos filantropos.

De acordo com FONSECA (2010), a base da organização do ideário humanista e filantrópico que vai subsidiar as ações sociais, especialmente aquelas de cunho assistencial, será colocada numa concepção de desigualdade natural entre os homens e na necessidade de hierarquia das relações sociais. Onde aqueles que não tivessem desenvolvido plenamente suas capacidades individuais de acesso aos bens, caberia à sociedade organizar os meios de auxiliá-los, sobretudo através da filantropia e da assistência social. Este sistema de ajuda e filantropia vai constituir um complexo instrumento de acesso às camadas populares, mantendo-os sob um rígido controle social.

Do ponto de vista médico higienista, o tema que estava em evidência em relação ao âmbito da assistência à infância era a mortalidade infantil; e um outro fator que estava em voga era o da questão de saneamento, para que pudessem atingir a civilidade e a modernidade. Assim, pode-se notar claramente a preocupação existente à época sobre a criança pobre, e não só sobre ela, mas em relação à população desfavorecida economicamente de maneira geral, como uma ameaça à tranquilidade das elites.

Vale ressaltar que as instituições eram defendidas por isolar as crianças de meios que tivessem a possibilidade de contaminá-las, e o elencado como o principal deles era a rua, onde tinham a possibilidade de se misturar com outras crianças já marginalizadas que rondavam a cidade naquele momento. É interessante lembrar que estas instituições eram divididas por sexo, idade e grau de moralidade, buscando evitar qualquer contato entre os marginalizados, ou que já houvessem cometido algum delito, e os inocentes.

Um outro cenário compunha a realidade destes estabelecimentos, e se tratava da baixa qualidade do ensino, que já era premeditada, a fim de que estas crianças pobres tivessem um ensino de acordo com sua situação menos favorecida, preparando-as para um destino que não sinalizasse quaisquer possibilidades de ascender econômica ou socialmente. Se assim não fosse, estas crianças poderiam pensar de maneira mais consciente sobre sua realidade e se rebelarem, ocasionando a perda de sua resignação em relação à posição social que ocupavam. Neste panorama, é possível compreender

que o dever social do asilo naquele contexto era retirar o menor abandonado de um meio hostil e prover sua subsistência; ensinando-lhe hábitos do trabalho, instruindo-lhe, mas sem jamais permitir que ele esqueça de sua condição social, a condição de pobre.

Já na concepção dos religiosos, a Igreja era apresentada como um sustentáculo da sociedade capitalista, lembrando que a caridade sempre esteve presente entre eles e que tinham conhecimento suficiente para gerir essa parcela da sociedade que vivia na pobreza, por meio de suas obras assistenciais. De acordo com Kishimoto (1988, p.32 e 157), esses asilos não fariam parte do sistema pré-escolar, por não terem preocupações educativas.

Na leitura de Kuhlmann (1991) fica evidente que as instituições assistencialistas tinham uma perspectiva educacional coerente com as proposições de uma educação claramente dirigida para a submissão; não somente das famílias, mas também das crianças das classes populares. Educação que não era entendida apenas de forma genérica, ocorrendo informalmente, mas no sentido de prever uma prática intencional, no interior de instituições constituídas para este fim.

Essas instituições asilares evidenciavam a aprovação da Igreja quanto ao seu formato e traziam elementos esclarecedores sobre os objetivos pretendidos para essa instituição:

> "(...) Seu objetivo é recolher a primeira idade para preservá-las do isolamento, apoderar-se de suas faculdades à medida que se desenvolvam, de sua memória, de sua imaginação, de toda a sua alma, para enchê-las de santas imagens, de edificantes narrações, de ideias morais, de sentimentos virtuosos e de doces e puros afetos. A instrução se distribui ali gota a gota sob a proteção das senhoras cristãs, sob a direção de piedosas mulheres dedicadas em seu interesse puramente evangélico e tão admirável ministério. Assim, por intermédio de lições adaptadas à sua débil capacidade e alternando cantos e diversas evoluções que mantêm desperta a sua imaginação sem cansá-la, a criança aprende quase sempre sem perceber, como se estivesse jogando, os elementos da religião, os rudimentos do idioma e as primeiras noções da história, da geografia, da numeração, de modo que em resposta à vigilância que preside a conduta e o bem-estar daquelas terna criaturas, se vê brilhar em suas francas e joviais fisionomias esse aspecto de saúde e de felicidade que é como o reflexo de sua alma". (apud Mira Lopes e Aller, Apêndice 2, p.442)

Neste sentido, o que ocorria dentro deste âmbito no território brasileiro assemelha-se com o que se dava na Inglaterra, onde nasceu a lei *Poor Law*, ou seja, a "Lei dos Pobres"; criada no final do século XIX e que considerava as reinvidações dos

pobres como se não estivessem atreladas aos direitos de cidadãos, mas consistiam em reinvindicações que somente poderiam ser "atendidas".

> A *poor law* tratava as reinvindicações dos pobres não como parte integrante de seus direitos de cidadãos, mas como uma alternativa deles, como reinvindicações que poderiam ser atendidas somente se deixassem de ser cidadãos[...] o estigma associado à assistência aos pobres exprimia os sentimentos profundos de um povo que entendia que, aqueles que aceitavam assistência, devia cruzar a estrada que separava a comunidade dos cidadãos da companhia dos indigentes. (MARSHALL,1967, p.72)

O conceito que abrange os integrantes da categoria intitulada "pobre" também se encontra inserido em um estigma que necessita ser "desnaturalizado", os pobres não estão em um espaço simbólico, conceitualmente falando, onde não são considerados integrantes da sociedade, eles tomam parte dela, a integram, mas para além destes, ainda há aqueles que estão "excluídos" da sociedade, e estes não são referidos como parte da categoria "pobre". Em dado momento, quando admite necessitar de assistência, e diz: eu, sem os demais, sem a ajuda da sociedade, eu não vivo, não vivo sem assistência, e começam a fazer parte de alguma lista onde serão cadastrados, à esses Simmel (1908) intitula pobre. Porque eles são passíveis de serem quantificados, são pessoas que entrarão estatisticamente em alguma documentação que fará com que estes tenham uma identidade e, porque estão agrupadas, terão visibilidade; e é neste âmbito que podemos considerar que se insere a categoria "assistência". A assistência se dá a partir do momento em que as pessoas se tornam visíveis.

Compreende-se então que as assistências foram criadas para atender as crianças pobres que não contavam com a proteção de alguém que lançasse o olhar para a sua condição e os auxiliasse, aqueles que eram vistos como a escória da sociedade; então essas instituições teriam sido criadas com o intuito de ampará-los; para abarcar esse conceito simbólico inserido na estigmatização que se pretendeu explicar logo acima e que concretamente sequer um nome tem. Entretanto, pode-se perceber que na prática não era bem assim. Criou-se um paradoxo, ou seja, um substrato dos cadastrados. Este universo assistencialista tornou-se um mundo que faz listas, e que acaba subvertendo a lógica.

Entre várias coisas que mantém uma sociedade estável, apesar de suas turbulências internas, pode-se citar a *assistência*, o que, diga-se de passagem, aparece

em vários discursos sociológicos, debates e críticas sobre o assistencialismo. O universo assistencialista gerou várias tensões entre o público e o privado.

Ordens religiosas e congregações foram *locus* que se ocuparam do encargo de praticar a assistência, e este é um encargo das quais se responsabilizavam especialmente as congregações femininas, com a premissa de cuidar daqueles que não possuem alguém para ampará-los; este conceito de assistência é algo presente na história da Igreja; o outro universo é o cuidar pelo prazer, pela satisfação que possa trazer a quem o pratica. Uma parte da sociedade se encarrega dessa parte da assistência, por outro lado às congregações a estão inserindo em seus documentos fundantes, em seu carisma. Castel (1998) aponta para esse paradoxo que há sobre a questão da assistência; ele lança seu olhar para as ordens religiosas, e atenta também para o quanto tempo essas pessoas estão denominando como virtuosa a pobreza e, concomitantemente, lutam para combatê-la.

No Brasil, a criança *pobre* tem sua visibilidade social aprisionada à uma família fragilizada, à delinquência e à debilidade moral e intelectual que serão responsáveis por traçar seu caminho social. Ela se insere no contexto social como uma pessoa que não foi capaz de construir seus próprios meios de sustentação e, com isso, não pôde usufruir de todos os recursos que a sociedade poderia lhe disponibilizar.

É interessante lembrar que a preocupação da sociedade em relação à infância pobre tem se evidenciado desde o século XVIII. São inúmeras as referências às múltiplas ações e propostas provenientes do Estado, do patronato, da Igreja, de filantropos, médicos e juristas.

Rizzini (2006), aborda não somente o papel social atribuído à infância caracterizada como pobre e abandonada, materialmente e moralmente falando, mas também busca contextualizar o momento histórico marcado pelas profundas transformações por que passava o país. Com um olhar voltado para uma população que continua à margem da sociedade, ou seja, aqueles que nasceram em condições de maior precariedade e que necessitam de subsídios e políticas públicas que possam beneficiá-los. Relatos dão conta de que crianças e jovens eram figuras continuamente presentes no cenário de abandono, pobreza e desordem da cidade.

Na passagem do século XIX para o século XX, fica evidente a importância dessas crianças empobrecidas. No momento descrito, essa parcela da sociedade revelava

um problema social, e era necessário sanar, em caráter de urgência, tal problemática no país. A possível solução encontrada para atingir tal intento era a de buscar moldá-los de forma que se tornassem bons cidadãos, ou seja, sujeitos ideais para a nação. O interesse pela infância abandonada e delinquente refletia a preocupação existente com o futuro do país.

Ainda fazendo referência aos pensamentos de Rizzini (2006), a autora nos traz a consciência de que na infância estava o futuro da nação no século XIX, estava associada à necessidade de manutenção da ordem e da criação de mecanismos que protegessem a criança dos perigos que pudessem desviá-la do caminho da disciplina e do trabalho. E assim ela prossegue:

> A análise das ideias e práticas vigentes na passagem do século levam a concluir que o acentuado interesse na criança pobre na época deve ser entendido como parte de um projeto essencialmente político. A meta era combater o contingente ocioso da população, enquadrando-o desde a infância à demanda do desenvolvimento capitalista de então, ou seja, transformar a criança pobre em elemento útil para o país. (Rizzini, 2006).

De acordo com Sodré (1989), as últimas décadas do século XIX foram marcadas por acontecimentos de grande relevância histórica para o Brasil. A abolição da escravatura e a Proclamação da República, foram fatos que culminaram com um profundo reordenamento econômico, político e social na conjuntura do país, estabelecendo novas relações de produção e trabalho, como forma de ajustes às bases do Estado liberal, e na lógica capitalista.

A questão do assistencialismo à infância pobre, era assunto recorrente na época e já passou a figurar como um problema social. Tal fato pode ser vislumbrado adiante:

> A presença perturbadora de crianças nas ruas, *"material e moralmente abandonadas"*, como eles se referiam na época, emergia nos debates políticos como um apelo para que o país assumisse que estava diante de uma crise social grave a demandar intervenção urgente. (Trovão, 1896. (Moncorvo Filho, 1926:129-130)

Os médicos higienistas do período alertavam para a necessidade do cuidado com as crianças, aludindo ao fato de que elas precisavam ser protegidas, cuidadas, amparadas e educadas; daí os ideais higienistas. Nota-se que a partir da metade do século XIX, conforme a medicina se torna mais científica, a prática médica torna-se mais poderosa e influente na sociedade, recebendo dela e dos poderes políticos a

"autorização" para descobrir, propor e impor normas de saúde e equilíbrio que beneficiassem essa mesma sociedade. Como detalhamos a seguir:

> O higienismo constituiu-se num forte movimento, ao longo do século XIX e início do século XX, de orientações positivistas. Foi formado por médicos que buscavam impor-se aos centros de decisão do Estado para obter investimento e intervir não só na regulamentação daquilo que estaria relacionado especificamente. (Merisse, 1997, pp 33-34).

Essa investida higienista tinha como objetivo a transformação das famílias que ainda traziam consigo muitos costumes da estrutura colonial e que não era bem vista por essa medicina atual; muitos dos costumes familiares comuns naquela época eram abominados por esses médicos. E vagarosamente, estes profissionais tiveram sucesso em impor às famílias uma nova educação, uma nova forma de cuidados com as crianças.

Este cuidado, especialmente com a criança, atingiu a família, e, consequentemente, ocasionou significantes mudanças no âmbito da sociedade brasileira. A importância das mudanças provocadas pelos higienistas está especialmente no fato de que eles lançaram as bases de uma medicina que se tinha como foco as crianças e seu desenvolvimento.

De acordo com Kramer (1993), durante o Império a assistência institucional era totalmente incipiente. Essa situação começa a tomar novos rumos com o Advento da República, a libertação dos escravos, além do imenso processo de imigração europeia, que transformou os grandes centros urbanos do país. Outro fator preponderante está relacionado à população de baixa renda e seu aumento considerável neste período; uma população onde se incluíam muitas crianças, sujeitas a condições subumanas de vida, que se revelará em paradoxo de sentimento para as elites.

A partir de então, a criança pobre passa a ser o centro dos discursos e reflexões nas propostas de assistência, em um universo em que, até então, a prioridade era as crianças das classes favorecidas economicamente.

Nas primeiras décadas do século XX, a preocupação com a criança foi concretizada por iniciativas precursoras em instituições que se voltam especificamente para os cuidados com a infância. O médico Arthur Moncorvo Filho[4], funda em 1889, o

[4]Carlos Arthur Moncorvo Filho nasceu no dia 13 de setembro de 1871, na cidade do Rio de Janeiro. Viveu seus primeiros anos na Europa, onde seu pai estagiava nos serviços de Pediatria dos professores Bouchut e Roger. Voltou para o Brasil aos três anos de idade. Na hora de escolher sua carreira profissional, seu pai o convenceu a estudar Medicina. Graduou-se em 1897, na Faculdade de Medicina do

Instituto de Proteção e Assistência à Infância, que era voltado para os cuidados maternais e de infância, onde atuavam médicos de várias especialidades.

Por um longo período de tempo, foi notada a influência de Dr. Moncorvo Filho e sua luta em prol da assistência à criança; tendo sua articulação no âmbito de o que as instâncias governamentais poderiam ou deveriam fazer para contribuir com a causa. Nem sempre obteve sucesso em suas investidas, mas se empenhou muito para atingir sua meta.

Tendo em vista o que foi exposto, pode-se inferir que a preocupação com a criança e os cuidados assistenciais à ela destinados provinham geralmente de iniciativas particulares, com características filantrópicas e assistencialistas; enquanto que o poder público pouco atuava nesta questão. A assistência ao grupo ao qual nos referimos, sempre vivenciou o conflito entre o público e o privado.

Uma questão que salta ao nosso olhar por ter estado em evidência de maneira recorrente neste período era a que se relacionava acerca de quando uma família não era capaz de prover os cuidados de suas crianças, sobre quem iria recair esta tarefa; seria ao poder público, a iniciativa privada, através das instituições religiosas ou leigas, ou ainda a sociedade através da caridade e da filantropia?

Muitas ações caritativas, religiosas ou leigas, se fizeram presentes durante o século XX; logo após o poder público estabelecer alianças com a Igreja e suas obras assistenciais. No mesmo período, surgia também as políticas públicas para a infância, resultantes de conjunturas provocadas por discursos e ações filantrópicas.

Do ponto de vista da sociedade da época, a infância que necessitava ser assistida era a designada "órfã". Com a chegada do final do século, passou-se a usar o termo "desvalido", como vimos em (Rizzini, 2011, p.99), lembrando que o termo não

---

Rio de Janeiro que, atualmente é uma das unidades da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Assim, Moncorvo Filho seguiu os passos de seu pai, o Dr. Carlos Arthur Moncorvo de Figueiredo, imprimindo uma marca própria na sua atuação: foi um defensor da assistência médico-social à criança brasileira pobre. Iniciou uma intensa propaganda a favor da higiene infantil e de uma "verdadeira" Puericultura. Criou, em 1899, o "Instituto de Proteção e Assistência à Infância" do Rio de Janeiro. Este instituto localizou-se primeiramente em sua residência, mesmo local em que seu pai criara, em 1881, a Policlínica Geral do Rio de Janeiro. Dois anos depois, o instituto foi instalado em prédio alugado, à rua Visconde do Rio Branco 22. Em 1914, o então presidente da República Marechal Hermes da Fonseca, doou um terreno onde foi construída a sede própria do instituto, na antiga rua do Areal, hoje rua Moncorvo Filho. Hoje no local funciona o Hospital Moncorvo Filho.

significava necessariamente que a criança não tivesse pai ou mãe, ou um deles, e nem que estivesse em situação de abandono pelos mesmos.

Algumas reflexões merecem maior atenção, especialmente no que concerne à maneira como as crianças adquiriram visibilidade no interior das práticas inscritas no campo das políticas sociais. Parte-se do pressuposto de que esta visibilidade se dá de uma forma ambígua; pois, ao mesmo tempo em que existe o reconhecimento da infância dos filhos dos pobres como um *locus* legítimo de atenção e de proteção social, há uma diferenciação e discriminação dessas crianças no âmbito das instituições que para elas estão voltadas. Trata-se de uma questão que foi sendo instituída desde suas primeiras práticas de atendimento. Um local integrado predominantemente por crianças pobres e que dependem desta política social de assistência, que incluem e exclui simultaneamente.

> Trata-se de uma inclusão que se faz pela exclusão, de uma modalidade de participação que se define paradoxalmente pela não participação e pelo mínimo usufruto da riqueza socialmente construída. A noção de tal inclusão integrativa não se esgota pelo plano econômico. Tal abordagem envolve o campo das representações, ao buscar apreender as significações subjetivas da experiência vivida em condições objetivas. Em outros termos, considera-se aqui que o conjunto das privações e carências que configuram objetivamente a exclusão expressa-se em um 'estoque simbólico' articulado a partir da instabilidade existencial que situa os excluídos no 'limite-possível' da sobrevivência. (YASBEK,1993, p.69)

Mais adiante, poderemos observar que, com a ausência de recursos destinados às Casas de Misericórdias, os quais deveriam ser repassados pela Câmara Municipal, que não o fazia corretamente; a responsabilidade por essas crianças acabou por recair sobre a iniciativa religiosa.

A criação do asilo da Congregação das Pequenas Irmãs da Divina Providência é parte de um conjunto maior de iniciativas católicas do período, visando produzir um cidadão dentro dos moldes que a sociedade da época esperava. Os responsáveis pela criação do Asilo viam, neste fato, uma oportunidade para que se iniciasse a resolução dos problemas das crianças abandonadas e também uma oportunidade de compensar a sua ausência no campo educacional. Diversos estudos revelam que crianças nascidas em situação de pobreza ou em famílias com dificuldades em criá-los eram encaminhadas para estas instituições, como se fossem órfãs ou abandonadas.

A partir da documentação analisada sobre as meninas que chegaram ao Asilo, temos indícios que um número considerável delas tinha família; no entanto, essas famílias frequentemente não possuíam uma condição financeira boa. Portanto, as famílias não conseguiam assegurar as suas filhas o suporte necessário para assegurar um crescimento saudável, premidas então pelas condições econômicas eram praticamente obrigadas a entrega-las ao asilo, para que tivessem a possibilidade de serem educadas e assistidas.

De acordo com Rizzini (2004) o recolhimento de crianças às instituições de reclusão foi o principal instrumento de assistência à infância no país. Este adquiriu uma tradição de institucionalização de crianças; ainda que com altos e baixos, eram mantidas, revistas e revigoradas por uma cultura que valoriza a educação da criança por terceiros. Meninos e meninas índios, ou filhos de escravas libertas, passaram por asilos, casas de educandos, institutos e colégios. Ainda assim, eram os pobres e livres das cidades que constituíram o grande alvo de ação das políticas de internação.

As primeiras instituições para educação de órfãs datam do século XVIII, e foram instaladas em várias cidades do Brasil por religiosos. O regime de funcionamento dessas instituições tinham como referência o modelo de claustro e da vida religiosa. Já no século XIX, por influência da Revolução Francesa, tais instituições alteram gradativamente alguns aspectos estruturais, no sentido de que o ensino religioso cede espaço a um ensino onde as pessoas deveriam ser "úteis a si e à Pátria".

Propondo ainda uma análise acerca da discussão sobre os projetos de assistência, Kuhlmann Jr. Salienta:

> A pedagogia das instituições educacionais para pobres é uma pedagogia da submissão, uma educação assistencialista marcada pela arrogância que humilha para depois oferecer o atendimento como uma dádiva, como favor aos poucos selecionados para o receber. Uma educação que parte de uma concepção preconceituosa de pobreza e que, por meio de um atendimento de baixa qualidade, pretende preparar os atendidos para permanecer no lugar social a que estariam destinados. Uma educação bem diferente daquela ligada aos ideais da cidadania, da liberdade, igualdade e fraternidade. (KUHLMANN JR. 1998, p.182-183)

Com relação às meninas órfãs, o asilo substituiu a tutela do pai, oferecendo os meios necessários voltados para que as futuras mães de família fossem capazes de reproduzir o seu lugar na sociedade, adquirindo habilidades para lidar com a educação

para o lar, o enxoval de casamento e o dote. Alguns estabelecimentos passaram a receber subvenção dos governos. Nestes asilos, meninas e moças eram educadas no sentido de desenvolverem trabalhos domésticos e sua instrução elementar. Destas instituições, só podiam sair com a condição de estarem casadas, ou através de "favor". Há indícios de que o destino mais comum era que fossem criadas em casas de família, nem sempre contando com pagamento de salários por seus serviços.

No caso da Congregação das Pequenas Irmãs da Divina Providência, algumas meninas tornaram-se noviças, permanecendo então ali. No tocante às operárias algumas meninas foram trabalhar nas fábricas instaladas no bairro da Mooca, no entanto a maioria tornou-se, de fato, dona de casa, exercendo assim o papel que era pensado para elas à época, pela sociedade paulista que, na maioria das vezes, se configurava como mantenedora destas instituições, juntamente com a Igreja Católica.

1.2 - A economia cafeeira, a industrialização e a imigração italiana: urbanização da cidade de São Paulo

Um dos fatores que impulsionou o crescimento da cidade de São Paulo foi a economia cafeeira, à qual estavam intimamente ligadas: uma estrutura bancária, comercial e ferroviária, o estabelecimento das primeiras indústrias e a introdução do trabalhador assalariado de origem europeia. O desenvolvimento de uma estrutura financeira e o aparecimento de uma vasta estrutura comercial, baseada no comércio de importação e exportação, propiciou uma rede de distribuição para os produtos industriais. A abolição da escravidão e a imigração europeia foram decisivas para a formação de um mercado especial: o da força de trabalho.

A industrialização trouxe consigo a modernização e, consequentemente, transformações econômicas, sociais e também políticas. Neste período, São Paulo possuía uma elite que buscava sua modernidade. O comércio paulista, geralmente nas mãos dos europeus, tinha sua base em artigos de luxo importados para atender a essa elite cafeicultora. É nesse período que surgem vários bairros aristocráticos, tais como: Campos Elíseos, Vila Buarque e a Avenida Paulista. Entretanto, os imigrantes foram habitar o outro lado do Tamanduateí, além da Várzea do Carmo (atual Parque Dom Pedro II), compreendendo os bairros operários do Brás, Mooca, Belém, Belenzinho e

Ipiranga, resultando em uma população com carência de medidas assistencialistas em todos os níveis; tanto educacionais quanto de higiene como veremos mais adiante.

Por sua vez, o incentivo à imigração viria a se transformar em um catalizador do processo de urbanização no final do século XIX e da mudança de padrões de consumo. O imigrante trouxe consigo novas técnicas e hábitos responsáveis, em grande proporção, pelo crescimento da cidade, o que contribuiu fortemente para o desenvolvimento da então província.

Essas transformações que tiveram palco em São Paulo relacionam-se com uma série de fatores de ordem econômica, social e cultural que possibilitaram essa aceleração no processo de crescimento e desenvolvimento, pois, até então, a cidade permanecera, durante muito tempo, marcada por seu conservadorismo e ligada às tradições rurais.

As contribuições da cultura do café na expansão da capital.

Entre os fatores que acabaram por acelerar a referida transformação, podemos enunciar: a gradativa substituição da cultura da cana de açúcar pelo cultivo do café como produto primordial de exportação; a extinção do tráfico de escravos, a chegada de muitos imigrantes, bem como o surgimento da estrada de ferro ligando Santos-Jundiaí; e, mais tarde, a criação de outras que tornaram São Paulo rota obrigatória de toda a produção de café e da riqueza trazida por esse produto, além das novidades que chegavam da Europa pelo porto de Santos.

A ferrovia representou um fator imprescindível para o desenvolvimento ocasionado em São Paulo, pois se converteu em meio para a escoação da produção do café do interior do Estado em direção ao porto de Santos; esta nova possibilidade facilitou o transporte das mercadorias e a distância entre ambos os locais deixou de representar um obstáculo, fazendo com que muitos fazendeiros ampliassem seus negócios, difundindo assim, pelo território paulista, a riqueza advinda do café.

A ferrovia detentora de maior relevância neste âmbito, era a São Paulo Railway Company, Limited, que ligava o porto de Santos a Jundiaí, e, a partir desta localidade, dava acesso para os distritos cafeeiros; vinculava-se às ferrovias quase todo o processo de exportação e importação e todos os lucros que envolviam o café. Esta prosperidade havia se concretizado a partir de então, tanto no campo como na cidade, tornando

possíveis diversas mudanças tanto vida tanto do imigrante quanto do resto da população.

Fascinado com a *nova cidade* que vê nascer, no final do século XIX, graças ao surto de progresso que começava a mudar as feições e a atmosfera da provinciana cidade, o jornalista Américo de Campos[5] refere-se, em 1877, às transformações por que passava São Paulo, traduzindo-as em três imagens: "a *cidade do Jesuíta, a cidade acadêmica e a cidade da civilização"* a nova cidade que transfigura-se (...) emancipando-se aos poucos das feias antigualhas do passado" (BRESCIANI, 1999, p.29).

O esplendor do café, atraindo milhares de novos habitantes, modificaria aceleradamente a acanhada "cidade *acadêmica"* na "cidade *dos fazendeiros"* e, em um pequeno lapso, na cidade dos imigrantes. Como observa Glezer, os "tentáculos da nova cidade foram se lançando por cima dos ribeirões, apropriando-se dos sítios e das chácaras em seu entorno, para erguer o "centro novo", a cidade nova dos fazendeiros do café (1993, p.170).

O processo de industrialização na expansão

O final do século XIX e o início do século XX, marcam o período em que o processo de industrialização se intensifica em São Paulo, tem início então o surgimento de cada vez mais registros de estabelecimentos fabris. O processo de desmembramento das grandes chácaras existentes ao redor da cidade acontece no mesmo período da industrialização e disponibilizou grandes áreas próximas ao centro e da rede ferroviária para a instalação de novos usos, muitos deles industriais, em um momento em que São Paulo passava por um crescimento extraordinário.

[5]O político e jornalista Américo Brasilio de Campos nasceu a 12 de agosto de 1838, em Bragança Paulista Província de São Paulo, e faleceu a 20 de janeiro de 1.900, em Nápoles, na Itália, onde cônsul do Brasil. Diplomado pela Faculdade de Direito de São Paulo, em 1860, foi promotor público em Itu, até 1863. Em 1865, já assumindo plenamente a profissão de jornalista, voltou a São Paulo, onde assumiu a redação do *Correio Paulistano*. Em 1875, com os maçons Rangel Pestana e José Maria Lisboa ele fundaria o jornal A *Província de São Paulo* (depois O Estado de São Paulo), do qual se retiraria, em 1884, para, juntamente com José Maria Lisboa, fundar o *Diário Popular*, o qual ele redigiu até 1890, pois, proclamada a República, ele seria nomeado, a 23 de março daquele ano, para as funções de cônsul do Brasil em Nápoles, aonde viria a falecer. (Transcrito do livro **"A Maçonaria e o movimento republicano brasileiro"** de José Castellani - Editora Traço - 1.989 - pág. 51 e 52)

De acordo com Decca (1987, p.18), a concentração das indústrias em alguns bairros foi a resultante da conjugação de alguns elementos: o valor dos terrenos, a proximidade de estradas de ferro, e as facilidades de transporte para os trabalhadores. Os baixos custos dos terrenos de várzea atrairiam, deste modo, tanto a população mais pobre quanto o estabelecimento de indústrias.

Alguns bairros que se localizavam nas proximidades do centro começaram então a serem destacados por sua intensa concentração de atividades ligadas à indústria, dentre eles estão o Brás, Pari e Mooca, que se constituíram como os primeiros a receber uma série de indústrias que, além de transformarem o bairro, contribuíram diretamente para o desenvolvimento da cidade. Trataremos de maneira mais específica às transformações desta região, sua relação com a Congregação e com as meninas, moças que se tornaram operárias das fábricas no capítulo 3.

Segundo Rufinoni (2004), além das indústrias, a ocupação dos terrenos ao longo da ferrovia também atraía os operários que, em um primeiro momento, se instalaram nas proximidades de seus locais de trabalho. Isso culminou com o surgimento de um grande número de vilas operárias na região; como, por exemplo, a Vila Maria Zélia, a Vila das Fábricas e a Vila do Cotonifício Crespi.

Dentre as indústrias que se estabeleceram no bairro da Mooca, no período que corresponde às últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX, estão: *Alpargatas, Cervejaria Bavária, Cotonifício Crespi, os Armazéns Gerais Piratininga, os Armazéns Ernesto de Castro, o Moinho Gamba, e os Armazéns das Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo.* (Rufinoni, 2004 p.47)

De acordo com Wayne de Souza (2010) em 1901, havia no Estado de São Paulo cerca de cinquenta mil operários; entre homens, mulheres e crianças. Dentre estes, a imensa maioria era constituída por italianos. Um detalhe relevante a ser menciona é o que tange à má qualidade de vida de alguns bairros operários. Ainda que tenha havido a instalação das grandes indústrias nos bairros do Brás e da Mooca, estes bairros nunca concentraram a riqueza e abrigaram moradores que constituíam parte da elite da cidade; sempre foram bairros habitados pela população humilde que, em sua maioria, eram operários das indústrias da região.

A imigração italiana:

Buscou-se ainda elucidar como se deu o fenômeno da imigração italiana em São Paulo no período supracitado, pois é dela que emerge a personagem relevante para a compreensão na nossa pesquisa: a Madre Teresa Michel.

> "A emigração é um dos fenômenos mais característicos e duradouros da vida dos italianos e não pode ser reduzida a uma simples fuga da fome ou da pobreza em momentos difíceis. Era um mecanismo de sobrevivência econômica e um modo de vida que se reproduzia por gerações e implicava viver e trabalhar pelo menos uma parte da sua vida fora do seu lugar de origem". (BERTONHA, 2005, p. 82)

Em 1910, sempre conforme as fontes a que se refere Gnerre (Grossi, 1914), os dados sobre a imigração italiana seriam os seguintes:

Quadro 1- Dados da imigração italiana para o Brasil em 1914

Espírito Santo	50.000
Minas Gerais	90.000
Rio Grande do Sul	250.000
São Paulo	800.000
Rio de Janeiro	50.000
Paraná	20.000

Ainda de acordo com Thales de Azevedo (1975), o mau governo geral italiano que limitava à população a possibilidade de desenvolvimento, foi um dos fatores deste fluxo migratório, pois no Vêneto e na Lombardia estava se espalhando a crença de que a pequena propriedade não deveria ser abandonada sem uma motivação muito forte.

O alimento predominante nos campos do norte da Itália era a polenta; a deficiência de outro tipo de alimentação será responsável por várias doenças. Vale lembrar que, enquanto a imigração do norte da Itália foi eminentemente camponesa (pequenos proprietários atraídos pelas promessas de agentes de engajamento inescrupulosos), aquela centro meridional[6] foi, de um modo geral, artesanal e comercial.

> "Os fluxos migratórios interessam pelos componentes socioeconômicos que subentendem, mas sobretudo, pela instância exótica que os ilumina de uma força dificilmente imaginável. É lógico

[6] Pulheses, calabreses, napolitanos

> perguntar, se é mais fácil enfrentar o desconhecido, renunciando a própria terra, os próprios hábitos e tradições, aos afetos mais queridos e aceitando os incômodos duma luta sem dúvida igualmente dura nas novas terras, ou revoltar-se in loco às injustas condições do governo no pátrio". (Idem, p.19).

No Brasil, em consequência da abolição da escravatura, em 1888, havia uma necessidade de mão de obra para as fazendas; graças a isto, famílias inteiras, procedentes, sobretudo, do Vêneto, foram contratadas para trabalhar nos latifúndios em um tipo de parceria agrícola. Os camponeses agricultores, assim como os trabalhadores braçais, não foram os únicos, vieram também artesãos, e operários diversos também os acompanharam. Com isso, os italianos foram os protagonistas do maior êxodo migratório da história moderna. No início do século XX, metade da população de São Paulo era composta predominantemente por italianos e seus descendentes.

A miséria que reinava na Itália na segunda metade do século XIX, impulsiona muitos italianos a emigrarem para terras estrangeiras à procura de trabalho que lhes garanta, não somente uma vida digna, mas que, além disso, lhes possibilite remeter ao menos uma quantia de dinheiro aos familiares que permaneceram em solo italiano.

A congregação se instala em São Paulo no momento em que a cidade transita para um período de crescimento e desenvolvimento inéditos; a cidade pacata cedia lugar a uma nova cidade, com diferentes necessidades e novos gostos. Em um espaço de tempo de 30 anos, São Paulo havia se transformado em uma "cidade italiana". Já no início do século, havia 800 mil italianos no Brasil.

É oportuno citar que dentre estes italianos, um número considerável deles que chegava com o intuito de trabalhar na lavoura vinha do sul da Itália. Os que vinham do norte da Itália denotavam preferência por se dedicar às atividades urbanas, na indústria ou comércio; e existiam também os profissionais liberais, que se configuravam como marceneiros, pedreiros, ferreiros, sapateiros, entre outros. BRESCIANI (1999, p. 30) destaca que:

> Vindos de diferentes lugares do mundo e do próprio país, os forasteiros são responsáveis, tal como ainda hoje, pelo espantoso crescimento demográfico nos últimos anos do século XIX e nas décadas inicias do século XX. São linguajares diversos a colorir com a negativa imagem de Babel os textos da época; são artesãos italianos, em estreita colaboração com os profissionais brasileiros formados em escolas de engenharia dos centros universitários europeus, os que irão

> pôr abaixo a cidade de taipa. E sobre seus escombros construir a cidade de alvenaria.

Examinando os dados levantados por Alvim (1986, p. 125), é possível constatar que, aproximadamente, 965 mil italianos entraram no Estado de São Paulo, entre 1870 e 1920. Surgindo assim uma cidade com características italianas, assimilando a língua, os costumes e os hábitos dos novos moradores. Esses novos imigrantes, pelos seus hábitos e costumes, vão, aos poucos, executando uma reconfiguração identitária da cidade.

Ao delinear um panorama acerca do que representava o local onde residia a população "pobre" de São Paulo, vê-se surgir a pobreza, imundície, escuridão, crime e vícios. Identificadas como causa de degradação física e moral, as moradias dos pobres exigiam um apurado exame por parte dos poderes públicos.

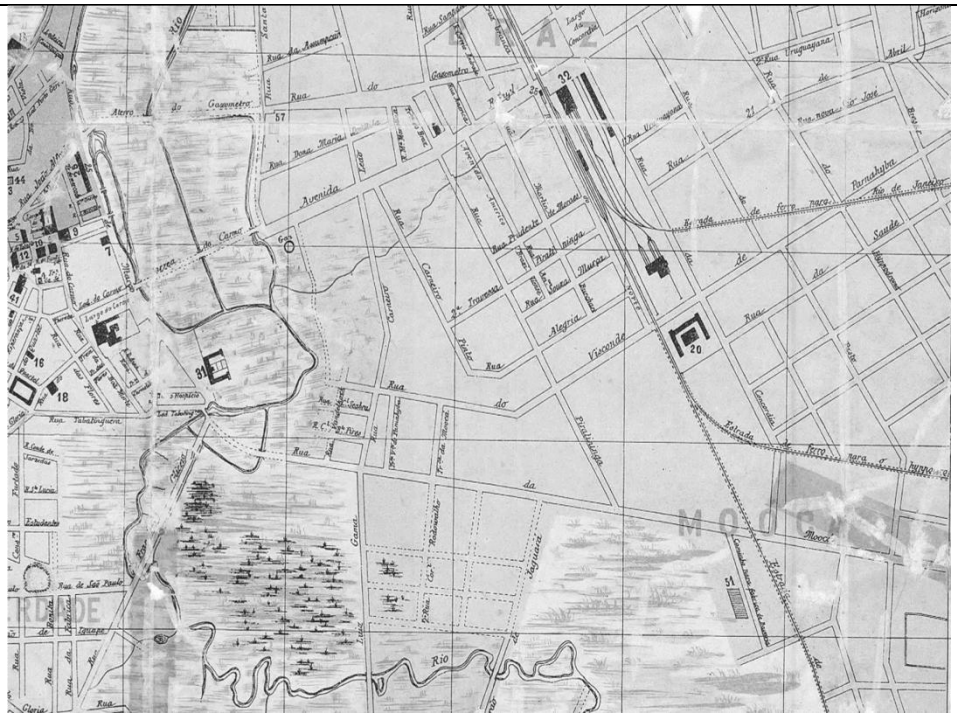
Figurando entre os bairros operários mais antigos, podem ser citados: Brás, Mooca, Belém, Belenzinho e Pari; todos situados na "zona leste" da cidade de São Paulo, ou cidade das indústrias, como esta zona da cidade era tratada pela imprensa operária (Bertucci, 1997, p. 59). Um pormenor interessante a ser citado dentro desta pesquisa é de que nos bairros do Brás e Belenzinho, ao lado de fábricas, pequenas oficinas e comércios; erguiam-se minúsculas casas geminadas, alinhadas diretamente com as calçadas; além de habitações coletivas e cortiços, onde se abrigava um enorme contingente de operários.

Vejam nas figuras 1, 2, 3, 4 e 5, que se seguem as transformações urbanísticas ocorrida na região do Braz e da Mooca de 1881 a 1916. A Mooca só deixa de ser distrito do bairro do Braz em 1913. Podemos observar que o aumento no número de habitações, pavimentações de rua, chegada da linha do trem, implantação de armazéns, comércio e pequenas indústrias modificaram a paisagem, todo este processo fez com que a população operária aumentasse bastante, pois morar perto do trabalho é sempre mais uma maneira de se fazer economia.

Figura 1 - Bairro Mooca em 1881

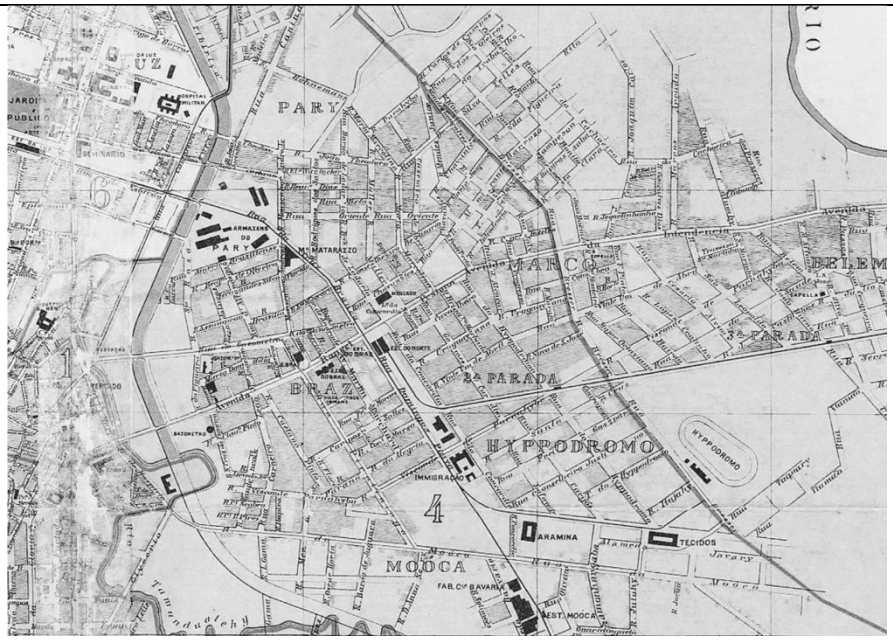
Fonte - HENRY, B; JOYNER, M.I.C.E. *Planta da Cidade de São Paulo levantada para a Companhia Cantareira de Esgotos*. 1881

Figura 2 - Bairro Mooca em 1885



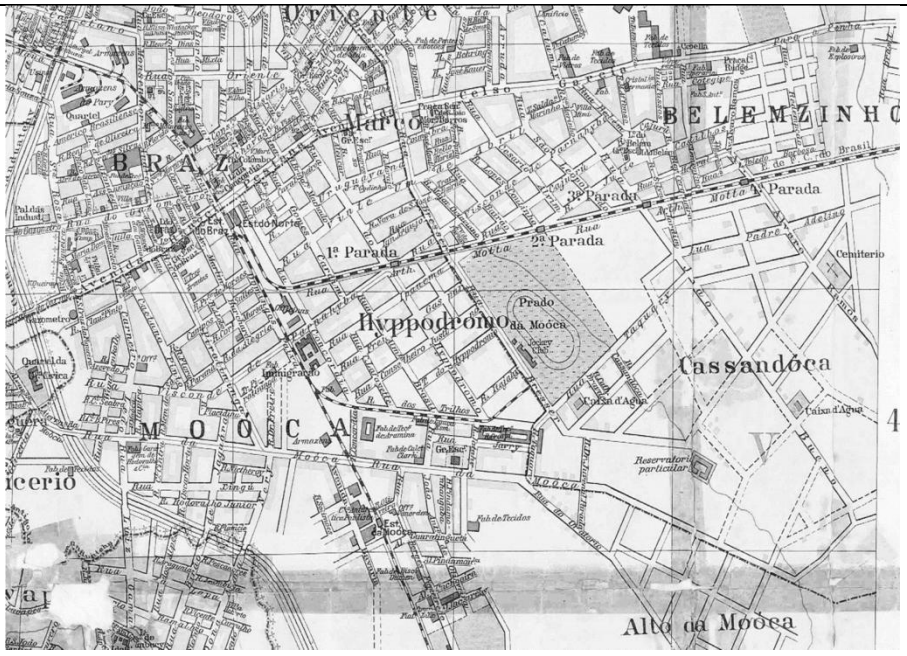
Fonte - BONVICINI, Hugo. *Planta da Cidade de São Paulo*. 1895.

Figura 3 - Bairro Mooca em 1905



Fonte - COCOCI, Alexandre Mariano; COSTA, Luiz Fructuoso. *Planta Geral da Cidade de São Paulo. Prefeitura Municipal de São Paulo para uso de suas Repartições,* 1905.

Figura 4 - Bairro Mooca em 1913



Fonte - COCOCI, Alexandre Mariano; COSTA, Luiz Fructuoso. *Planta da Cidade de São Paulo*. Companhia Litographica Hartmann-Reichenbach, 1913.

Figura 5 - Bairro Mooca em 1916, pavimentação das ruas.

Fonte - *Planta da Cidade de São Paulo. Levantada pela Divisão Cadastral da 2ª Secção da Directoria de Obras e Viação da Prefeitura Municipal ("Edição Provisória")*. Companhia Litographica Hartmann-Reichenbach, 1916.

Os cinco mapas apresentados do bairro da Mooca de 1881, 1895, 1905, 1913 e 1916, podem ser lidos e analisados de várias formas considerando os contextos históricos, economicos e sociais que impactaram São Paulo, de maneiras diferentes a capital e o interior, com a chegada das grandes levas de imigrantes, italianos, espanhóis, portugueses, árabes, asiáticos, etc. A predominancia e a definição por uma cidade específica, quando observamos a província de São Paulo, e da mesma forma a cidade de São Paulo, podemos verificar que determinados grupos, de acordo com a sua nacioalidade acabam por se juntar aos que aqui já estavam, ou que chegaram antes, seja para trabalhar com agricultura, seja para trabalhar no setor de serviços, nas fábricas, etc.

Martins (1989) problematizou que houve modos diferentes de absorção do imigrante na sociedade brasileira de uma maneira geral, devido as demandas e as transformações desta mesma sociedade ao longo do tempo. No caso de São Paulo, o autor toma como referencia o período de 1880 a 1930, analisando as circunstâncias, as condições diferenciandas dos imigrantes que chegaram. Aponta que o imigrante que chegava tanto no Brasil, quanto em São Paulo de uma mesma nacionalidade poderia e encontrava situações para o acolhimento, inserção bem distintas em diferentes momentos. Esta não é uma problemática desta dissertação, mas não podemos desprezá-la, uma vez que a própria Congregação das Pequenas Imãs da Providencia Divina, desde

a chegada ao Brasil tinha a missão e o desejo de estar e auxiliar os seus patrícios, os seja os italianos[7].

O autor ainda destaca que a parcela mais substantiva da imigração italiana veio para o país para substituir a força-de-trabalho escrava, após a abolição da escravidão negra, em 1888, e também devido à grande expansão da economia cafeeira. No caso específico do Estado de São Paulo, no período entre 1890 e 1925, a área de cultivo cresceu quase seis vezes. A questão do trabalho livre era uma questão relativamente aberta, as novas relações de trabalho, que ficariam conhecidas como colonato, estavam emergindo como resultado de diferentes experimentos em torno do regime de parceria e do trabalho por empreitada. Todo este processo nas primeiras décadas do Século XX acabaram por quebrar as concepções escravistas que se escondiam por trás da dominação pessoal do fazendeiro, por trás do endividamento do trabalhador, que eram formas de subjugar o seu trabalho. O imigrante italiano esteve, portanto diretamente inserido nos dilemas criados pela substituição do trabalho escravo.

Estes trabalhadores desfavorecidos economicamente foram produzindo as suas condições de sobrevivência em um meio inóspito, sujeitos às constantes enchentes que passariam a fazer parte do seu cotidiano.

É possível ver em SAMPAIO (1978) que além de contribuir para a produção cafeeira, a imigração também foi fundamental para o aumento da população que até aquele momento se encontrava em número bastante escasso, existem alguns estudos que apontam o fato de que em um breve período, entre 1886 a 1896, a população da cidade triplicou, saltando de 45.000 para 150.000, acarretando com isto em sérios problemas e prejuízos; ocasionando a muitos viverem em estado de insalubridade.

Um considerável número destes imigrantes, que chegando a São Paulo se instalavam na Hospedaria dos Imigrantes, chegavam destinados a trabalhar nas fazendas de café, alteravam seus planos e acabavam ficando na cidade, onde novas oportunidades de trabalho surgiam tanto no comércio como na indústria, ou na construção civil. Tal

[7] Os imigrantes italianos chegaram em São Paulo em grande número no final do Século XIX, eram o grupo mais numeroso de todas as nacionalidades presentes. A partir de 1905, a imigração espanhola passou a ser mais numerosa em São Paulo, pois os italianos estavam retornando a seu país, reemigrando para a Argentina e o Uruguai ou se deslocando para as zonas pioneiras, onde se expandiam os cafezais. O fluxo de abastecimento dos cafezais com trabalhadores italianos havia sido interrompido, em 1902, com o decreto Prinetti, que proibira a imigração subvencionada para o Brasil. Isto significava na prática que o governo italiano não aceitava que o Brasil pagasse passagem, transporte e oferecesse terras para que os imigrantes viessem para o país. (MARTINS, 1989)

acontecimento coadjuvou para a formação da "classe média" naquela população da cidade.

Um fato de extrema relevância que merece ser elucidado neste cenário é o de que, o crescimento demográfico, bem como da urbanização desestruturada e da chegada da indústria, entre outros fatores, desencadeou a progressão da pobreza nos centros urbanos.

Multiplicaram-se também as habitações precárias, as favelas, os cortiços nas grandes cidades; além disso, muitas pessoas passaram a ser vítimas de exploração em sua mão-de-obra; desde as mulheres até as crianças. As pessoas vinham do campo objetivando encontrar novas oportunidades e acabavam permanecendo nestes lugares mesmo urbanizados, ainda que estes não fossem dotados de quaisquer tipos de estruturação; pessoas sem nenhum preparo para trabalhar nessas grandes indústrias que eram recém-chegadas ali; e o que lhes restava era somente estes, por vezes, insalubres locais para residir e prover o sustento e educação de seus filhos, que diversas vezes acabavam sendo abandonados por ausência de recursos.

Foi com a ânsia de sanar este problema social que alguns juristas e médicos, no final do século XIX, interviram no setor da infância desvalida e delinquente, elaborando então suas propostas de políticas assistenciais, enfatizando a emergente necessidade que havia de mudanças nos comportamentos e práticas tradicionais e arcaicas para o uso de técnicas "científicas".

> Até mesmo a designação da infância mudou nesta fase de intervenção da Medicina e das Ciências Jurídicas. De um lado, o termo "criança" foi empregado para o filho das famílias bem postas. "Menor" tornou-se discriminativo da infância desfavorecida, delinquente, carente, abandonada. (MARCÍLIO, p. 195).

Produzindo um discurso sobre a cidade, em que a desordem urbana se traduz em uma imagem de degradação dos bairros, ruas e casas dos trabalhadores, os médicos-higienistas e sanitaristas elaboraram a justificativa para a urgência de intervenção sobre a cidade. A educação do pobre era defendida como uma "ferramenta" para obter êxito sobre a situação de miséria em que, se supunha, muitos estivessem inseridos, na cidade na cidade.

Moncorvo Filho, defendia também a possibilidade de se construir um lugar de recolhimento, no qual as crianças desvalidas seriam abrigadas e educadas "com base em

princípios filantrópicos e higiênicos". Tal investimento seria realizado por meio de um consórcio entre as ações da Igreja e o Estado; entre os homens da ciência e os representantes da fé cristã. O objetivo desta proposição era o de direcionar, segundo a defesa do médico, o futuro das crianças pobres brasileiras (GONDRA, 2001, p. 289-318).

Como lembrado anteriormente, a Congregação das Pequenas Irmãs da Divina Providência foi uma destas instituições voltadas inicialmente para as questões assistencialistas e proteção das crianças e, em seguida, para sua educação. Essa instituição, instalada em São Paulo, não foi um empreendimento isolado; ela integrou um projeto educacional bem mais amplo de instituições filantrópicas, lideradas por um grupo de intelectuais e políticos da cidade, desfrutando também da colaboração da Igreja.

Para compreender melhor o objeto da pesquisa, foi necessário relacionar as mudanças e transformações pelas quais passou a cidade de São Paulo, à partir das últimas décadas do século XIX. Essas mudanças, de início mais vagarosas, foram se acelerando concomitantemente com o ritmo do crescimento da cidade. E, embora tenhamos seguido uma ordem cronológica para apontar essas metamorfoses, isto não pretende trazer indícios de que tenhamos concordado que as mudanças culturais tenham se dado em sucessão.

As iniciativas já implementadas a partir da união entre a sociedade e a Igreja culminará com a instalação de várias instituições voltadas para a classe pobre; tal empenho relacionado à criação de institutos tinha como finalidade discipliná-la em confluência com os ideais das classes abastadas e da Igreja Católica.

1.3 - A Congregação das Pequenas Irmãs da Divina Providência: da Itália ao Brasil

A Congregação das Pequenas Irmãs da Divina Providência teve sua fundação na cidade de Alessandria, pertencente à região do Piemonte, na Itália. Área está marcada por uma história de lutas políticas de disputas pelo seu domínio[8]. A cidade de Alessandria carrega em sua denominação os sinais dos conflitos da época medieval. Foi fundada em 1168, pela Liga Lombarda, em luta contra Frederico Barba –Roxa. Foi

[8] Para uma análise maior sobre esse processo podemos recorrer a BERTONHA, João Fábio. *Os italianos.* 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2005.

chamada de Alessandria em honra ao Papa Alexandre III, protetor da Liga. Seu nome não se alterou, exceto por um breve período após a Paz de Constanza, quando, com o intuito de evitar a destruição completa a cidade, foi obrigada a adotar a denominação de Cesaréia, em honra ao Imperador que tinha a ânsia de esmorecer o orgulho dos rebeldes e de seu adversário político. Em 1796, Alessandria foi anexada ao território francês e se tornou a capital do departamento de Marengo até 1814, ano em que voltou a ser italiana. **Veja a figura 6:**

Figura 6 - Mapa da região do Piemonte, ao centro a cidade de Alessandria.

Fonte: http://www.weather-forecast.com/locations/Alessandria.

Acesso em 14 de maio de 2016

Ironicamente, assim como São Paulo, na última década do oitocentos; quando Teresa Michel funda sua obra destinada aos pobres, Alessandria era uma cidade que estava vivendo uma significante transformação, ou seja, no referido momento histórico a pacata cidade estava se transformando em um centro industrial, trazendo o quadro de uma nova ordem socioeconômica para a região do Piemonte.

No âmbito de seu desenvolvimento, com a modernização da rede ferroviária, Alessandria tornou-se um ponto estratégico que ligava Torino ao porto de Gênova, atravessava a Lombardia, e, por fim, chegava à Europa Continental. Essa nova linha ferroviária Torino-Alessandria- Gênova e Alessandria - Novara- Avona, teve o início de

suas atividades em 1853. É interessante citar que uma lei assinada em 1859, determinava a divisão administrativa da Região da Sardenha em cinco províncias, sendo elas: Torino, Alessandria, Cuneo, Novara e Gênova[9]. **Veja a figura 7:**

Figura 7 - Foto da cidade de Alessandria.

Fonte: http://www.weather-forecast.com/locations/Alessandria.

Acesso em 14 de maio de 2016

Em Alessandria, a revolução industrial também causou significativo impacto no crescimento demográfico. Em 1861 contava-se 56.000, e em 1901 essa população já passava de 73.000, um aumento de 23% na população local. Esse crescimento havia alterado profundamente o ambiente humano e social.

A situação crítica que se abatia até então sobre a economia italiana, ou seja, a condição de pobreza generalizada implicava-se trazendo um impacto negativo ainda naquele momento, sobre a paisagem urbana de muitas cidades que, a partir do desenvolvimento industrial e a modernização do Estado, começaram a se remodelar. O ambiente antes rural, principiou a tomar ares de cidade urbana; entretanto, foi prioritariamente o desenvolvimento da rede ferroviária que impôs para muitos

[9] C. Sabbatucci – V. Vidotto, Storia d´Itália, Roma – Bari 1994, vol, I. Le premesse dell`Unità, p.418.

habitantes uma nova ordem urbana da cidade, expandindo-se para os bairros periféricos, onde foram construídos novos espaços.

De acordo com PAGLIA[10] (1994, p. 345), ao longo do século XIX, "pobres" e "trabalhadores" tornaram-se sinônimos, embora tenha havido um esforço enorme para afinar a distinção entre o trabalhador moderno (proletariado), os pobres do Antigo Regime (os doentes, os deficientes, os velhos dos hospícios) e o "outro proletariado", composto por inumeráveis vagabundos. Estes últimos foram ameaçados de sofrerem proibição de entrar para os programas estaduais voltados para a extinção do pauperismo. É possível inclusive afirmar que a respeito deles, havia um grande silêncio, que seria quebrado apenas no século XX.

Com o advento do desenvolvimento industrial, a sociedade também sofreu alterações no bojo de sua organização interna. No mundo feudal, e depois ainda, no século XVIII, durante o Antigo Regime, as pessoas eram classificadas com base no nascimento ou na função exercida socialmente. A aristocracia era a classe dominante. Abaixo dela existia núcleos ainda limitados pela burguesia (comerciantes, artesãos, profissionais liberais), mas a grande maioria era constituída de uma massa interminável de camponeses. Na Itália, esse processo industrial também foi um evento que serviu de catalizador para o processo de emigração.

> Industrialização e a chegada dos métodos capitalistas ao campo deram-se mais tarde em comparação ao norte da Europa, mas com efeitos semelhantes. Milhões de camponeses italianos viram-se incapazes de enfrentar a concorrência dos grandes produtores (...) e pagar os impostos e outras despesas e faliram, tendo de vender suas terras e escolher entre a miséria, o trabalho incessante e mal pago nas fábricas ou a velha conhecida, a emigração. (BERTONHA, *os italianos*, p. 84)

Ao realizarmos uma digressão e retroagirmos um pouco nos acontecimentos históricos, é possível notar que com a chegada da industrialização aconteceram importantes transformações sociais. Em primeiro lugar, a aristocracia perdeu progressivamente o poder a favor da burguesia industrial, que se torna a principal protagonista da vida econômica e política.

No século XIX iniciou-se o protagonismo acerca do assunto que era a sociedade dividida em classes. Por "classes" se entendia um conjunto de indivíduos que ocupavam

[10] V. Paglia, Storia dei poveri in Ocidente, Milano 1994, p. 345.

a mesma posição no mundo do trabalho e da produção, e que dispunham de riquezas mais ou menos semelhantes. Uma novidade que emerge no século XIX, do ponto de vista social, era a de uma nova classe: o proletariado. Inseridos nesta classe estava todo aquele que, não possuindo nada, a não ser a mão-de-obra, ou seja, a capacidade de trabalhar; oferecia os seus serviços a um patrão, agrícola ou industrial, em troca de um salário. Estes eram compostos pelos operários de fábricas, os trabalhadores rurais das grandes propriedades agrícolas e os pedreiros que construíam casas, estradas, ferrovias. Visto isso, em meados do século XIX, essas duas classes serão as principais classes sociais: A burguesia e o proletariado.

Como vimos em BERTONHA (2005) a segunda metade do século XIX foi uma época de grandes descobertas e progressos sem precedentes. A Itália, por exemplo, iniciou, mesmo com atraso em relação a outros países europeus, um processo de transformação caracterizado pela progressiva perda da preferência produtiva a favor da indústria. O surgimento da indústria moderna determinou profundas mudanças na cidades, no campo, na sociedade e nas atividades dos países envolvidos nessa nova ordem produtiva.

Se, por um lado, a Revolução Industrial foi determinante para o progresso, do outro, não tardaram a se fazer sentir os aspectos negativos da vida nas fábricas, onde os operários eram obrigados a trabalhar por cargas horárias consideradas desumanas, e ainda eram mal remunerados, sobretudo trabalhavam em condições precárias de sobrevivência.

O fenômeno mais marcante que a cidade natal da Madre Teresa Michel, Alessandria, viu realizar-se no último ainda no final do Século XIX, o desenvolvimento de indústrias e ao nascimento de uma classe operária organizada, como uma consequência deste processo, a concretização e democratização de seu crescimento, paralela ao alargamento do sufrágio, por um ramo local do Partido Socialista, concebido para obter importantes conquistas. A industrialização da província piemontesa teve seu ápice nos anos seguintes a 1870; antes dessa data, o setor secundário não tinha sequer algumas dezenas de trabalhadores.

O início da história da fundação da Congregação das Pequenas Irmãs da Divina Providência tem como sede a cidade de Alessandria; uma cidade agrícola, localizada no norte da Itália, que sofreu transformações impactantes, impostas por um processo de

industrialização acelerada que se deu naquele período. As cidades pequenas foram desfavorecidas neste processo em relação a Capital, o que produziu conflitos e tensões advindos da emergência do capitalismo e suas consequências nas relações de trabalho.

Alessandria, na Itália e no mundo passou a ser considerada a "capital do chapéu". "Borsalino" foi uma das mais importantes fábricas (chapéu) e teve um papel protagônico no desenvolvimento deste setor, na região do Piemonte, e manteve sua característica artesanal nos primeiros anos; mas, a partir do ano de 1880, houve um crescimento exponencial de funcionários, cerca de 700 em 1891, e cerca de 2000 em 1910, não deixando mais possibilidade para a realização de um trabalho artesanal.

As condições reais de trabalho eram terríveis, desde a falta de higiene, turnos estressantes (que podiam durar até 14, diariamente), a promiscuidade existente; sem falar do perigo nocivo causado pela matéria prima utilizada na fabricação de chapéus. Foi só a partir deste momento que os trabalhadores se uniram em sindicatos com a premissa de lutar por melhores condições de trabalho, apoiados pelo partido socialista. Entretanto, as reivindicações e lutas dos trabalhadores não conseguiram melhorar as condições de trabalho.

Se focarmos nosso olhar para o salto no crescimento demográfico da cidade, podemos ter um vislumbre acerca de como a indústria Borsalino impactou o cenário local. Alessandria tinha efetivamente 56.000 moradores em 1861 e 73.000 em 1901[11]. O trabalho com metais preciosos, bem como a indústria de calçados e, em seguida, o surgimento da indústria mecânica e de eletromecânica, mais tarde, possibilitaram que a cidade despontasse como uma dupla vocação: agrícola e industrial.

Baseados em leituras sobre a história dessa região da Itália, os sindicatos do país estavam se organizando, diferente de outros países da Europa, em que os mesmos se encontravam em estágio avançado, isto se explica pelo fato do processo de industrialização ter ocorrido tardiamente. Alessandria, no entanto, representou para o socialismo italiano uma experiência altamente relevante enquanto pioneira pelos sindicatos que foram criados. Despontou na Itália por ser a primeira cidade a ser administração por um socialista; o relojoeiro Paolo Sacco, eleito em 1899 graças a um acordo entre radicais democratas e socialistas[12].

[11] Così F. Miotti, *Lineamenti di stori alessandrina,* cit., p.76.
[12] G. Ferrari, *L'organizzazione sindicale tra i lavatori dell'industria in província di Alessandria (1880-*1914), Milano, 1971.

Sacco recomendou que se removesse das salas de aula as imagens sagradas, por estarem estas tão em contraste com as diretivas do governo. No entanto, o prefeito da cidade estabeleceu uma ordem que correspondia ao fato de que crucifixos deveriam retornar aos seus assentos nas salas de aula; isto foi o estopim para a demissão de Sacco e toda sua equipe.

Previamente a tais acontecimentos, a junta supra referida havia suprimido a instrução religiosa nas escolas públicas e promoveu a transformação nas instituições de caridade, no sentido de que as mesmas não deveriam ser mais governadas por freiras. O lugar das irmãs, portanto, deveriam ser nos orfanatos e hospitais.

Tais medidas abalaram o mundo católico, como pode-se constatar analisando as palavras de Carlo Torriani, (1945, pp.59-60) que, em um trabalho sobre a vida da *Ação Católica* de Alessandria, de 1876 a 1945, dedicou-se a fazer um parágrafo intitulado *Anticristos.*

> Em 1905, os vermelhos retornando, reassentaram e começaram a defender os interesses dos pobres. A primeira iniciativa foi retirar crucifixos de escolas e, portanto, proibir a instrução religiosa. Era necessário não mais inculcar "não roubar, não cometer fornicação, não matar," porque isso já estava na moral socialista[...]
>
> [...]Os jornais foram "moderados" para que toda publicidade grátis fossem para seus negócios e a reputação da Itália como "pioneiros" exortou-os mais e mais [...]
>
> [...]impôs questões burocráticas que variou até o Presidente da Congregação... que era judeu!

Torriani[13], que havia sido chamado pelo Bispo Signori para a direção do jornal diocesano, cujo nome era da *L'ordine* a *La Libertà,* comentava com sarcasmo e ironia as medidas implementadas; o que assinalou uma sensação de desapontamento e aspereza que traria como resultante um clima de confronto e ressentimento. Tal conjuntura implicou à impossibilidade dos dois grandes partidos de massa italiana fazerem frente a seus ideais e lutarem juntos contra o Advento Fascista.

Quando Teresa Michel retorna à Alessandria, após a morte de seu marido[14], a cidade estava passando por transformações sociais difíceis, esta ficou assustada com o

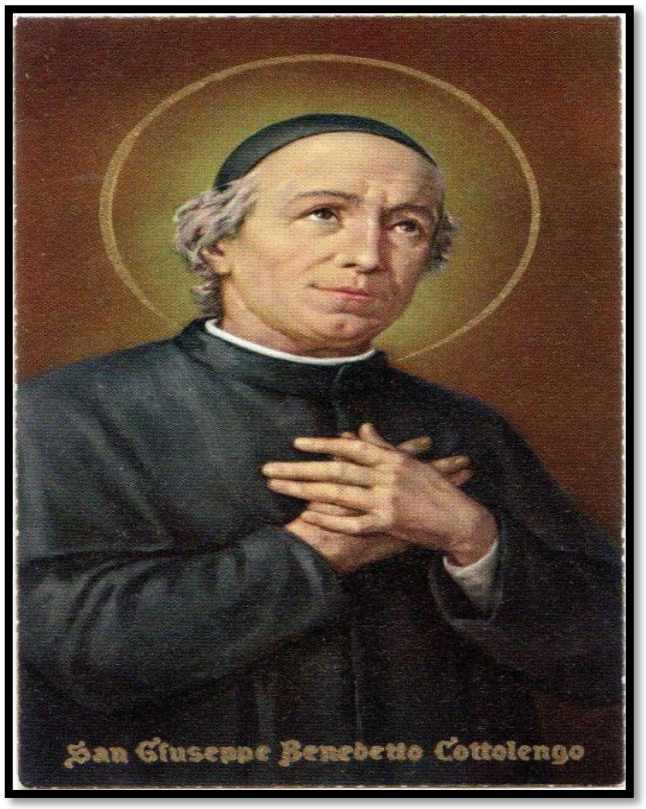
[13] C. Torriani, Uomini di buona volontà. Cenni storici dell'Azione cattolica alessandrina dal 1879, Alessandria 1997.

[14] Ver Renato Lanzavecchia. Teresa Grillo Michel, *La figure, le opere*. Milano. Rusconi, 1991.

número de pobres, mendicantes e as pessoas em dificuldade de suprir as suas necessidades básicas, a pobreza estava por toda parte. Neste contexto Giuseppe Cottolengo[15] abriu os olhos de Teresa Michel para a realidade dos pobres e sugeriu à ela que visitasse a sua obra em Turim. Na **figura 8** podemos ver a imagem de Giuseppe, representado nesta imagem com uma aura de santo ou de um anjo.

[15] José Benedito Cottolengo nasceu na cidade de Bra, em Cuneo, no dia 3 de maio de 1786. Entrou no seminário, onde foi ordenado sacerdote no dia 8 de junho de 1811. Em 1815 se transferiu para Turim com a finalidade de completar seus estudos de teologia, e ali fez parte dos Cônegos do Corpus Christi. Ainda era conhecido por seu carinho pelos mais necessitados, por aqueles que se encontravam em grandes dificuldades. No dia 17 de janeiro de 1828, depois de 3 anos de profunda crise espiritual, inaugurou o hospital de Volta Rossa, que mais tarde será a Pequena Casa da Divina Providência que foi inaugurada em 27 de abril de 1832. Dez anos depois, em 30 de abril o cônego Cottolengo morria em Chieri, na casa de seu irmão, cônego Luís.

Figura 8 – Imagem de Giuseppe Benedetto Cottolengo



Fonte: Marco Impagliazzo, 2005.

O encontro com o Instituto do Cottolengo[16] foi de uma inestimável importância para possibilitar o engajamento em relação ao desenvolvimento do trabalho de Teresa Michel. Retornando à Alessandria, sua maior ânsia era abrir uma casa nos moldes daquele Instituto que havia visitado em Turim, e que de início chamou-o de *Piccolo Ricovero*; "Pequeno Abrigo".

A obra de Giuseppe Cottolengo foi iniciada em 1827 para acomodar todos aqueles que não tinham lugar para serem cuidados e assistidos; abrangendo pessoas de todos os tipos, tais como: deficientes, crianças abandonadas, mulheres em perigo. Ou seja, pessoas que foram "rejeitadas pela vida".

Inspirada na obra de Giuseppe Cottolengo, que a Madre pôde experienciar a vida de uma instituição de caridade e que, posteriormente, deu à luz uma família religiosa que Teresa Michel esperava se tornar totalmente dedicada aos pobres, com total confiança na Divina Providência. Fica evidente analisando as circunstâncias posteriores, e também o modo de ação da intuição da fundadora, que as iniciativas da mesma

[16] G. Maritati, *L'arca dela carità: vita di San Giuseppe Benedetto Cottolengo*, Roma, 1998.

levaram sua história a um caminho em muitos aspectos bastante original; mas não se pode deixar de reconhecer que a sua inspiração inicial foi determinada pelo fato de ela ter estado na "Obra de Cottolengo" em Turim, no ano de 1893.

Há certa particularidade, observada principalmente nos estabelecimentos que tinham alguma ligação com as obras do Cottolengo, que se trata de não se esgotarem apenas nos moldes de uma obra de caridade, mas também de justiça para com aqueles que foram considerados os resíduos da humanidade. Neste clima, no entanto, as formas do renascimento católico tiveram que digladiar dentro contexto sócio-político do momento.

Cottolengo converteu-se para Madre Teresa Michel em um modelo a ser seguido, a fim de dar uma resposta a muitas das indagações que lhe trouxeram os pobres que bateram à sua porta; mas também obter o ensejo de se deparar com respostas concretas às crescentes e pessoais questões de relacionadas à sua fé.

É sabido que cada santo tem a sua individualidade e sua identidade carismática, como uma síntese daquilo que recebe de Deus para a realização de sua missão. No entanto, todos eles vivem a sua história pessoal de uma maneira; a fim de articular os seus talentos. Em resumo, há uma aproximação significativa entre a missão carismática de Giuseppe Cottolengo e a de Madre Teresa Michel; assim como em relação aos aspectos espirituais e eclesiais, especialmente no que diz respeito ao seu trabalho junto aos pobres.

Do ponto de vista cultural, não podemos deixar de mencionar o fato de que cada indivíduo é o retrato de seu tempo; além do fato de que sua identidade cultural, material e espiritual possuem suas características moldadas com muita influência da sociedade onde está inserido. Desta maneira, torna-se interessante destacar elementos que os aproximam mutuamente: Giuseppe Cottolengo e Madre Teresa Michel. Na verdade, eles são contemporâneos e conterrâneos. Estes traços, na realidade, impactaram em diversos aspectos a sua atuação e, consequentemente, possibilitou que eles influenciassem significativamente uma gama numerosa de valores no âmbito da sociedade onde atuaram.

Merece destaque a capacidade que ambos demonstraram no sentido de compreender e responder às necessidades emergentes no contexto social onde se encontravam; contribuindo para o desenvolvimento obtido pela sociedade da época, de

fato, com os acontecimentos que se seguiram à Revolução Francesa; especialmente na região do Piemonte. Outro ponto que podemos afixar, neste contexto, é o fato de que aqueles que eram resgatados eram vistos em sua constituição identitária como pessoas "humanas", e, portanto, protagonistas de toda obra social e de caridade. Resumindo, deu-se a criação de um serviço à humanidade, especialmente para o fato de que suas condições especiais os colocariam à margem da sociedade. Essa perspectiva é o componente principal do serviço prestado; ele deve ser humanizado e devotar pleno respeito à dignidade humana, atribuindo a todos o conceito de criaturas de Deus. Em suma, vale lembrar também que, a instituição ainda poderia ser um meio de mudança de status daqueles que por ali passavam.

Esse foi o tempo que registrou um despertar do olhar mais consciente da Igreja voltando-se para as classes mais baixas e os pobres. O movimento de católicos desenvolvendo iniciativas a serviço daqueles que se encontrava em situações de desvantagem e que careciam de obter o crescimento, de acordo com o que pudesse se considerar digno, no contexto de vida da pessoa humana.

Faz-se necessário lembrar, porém que este impulso no sentido de compaixão em prol daqueles que passam por necessidades, não é determinado por um sentido de humanitarismo, mas sim por iniciativa evangélica. Neste sentido, tanto o Cottolengo quanto Madre Michel lidera uma tensão radical em relação ao serviço em favor dos pobres, tornando-se pessoalmente envolvidos e trabalhando constantemente para a implementação de iniciativas que atendam às necessidades de seu tempo; engendrando propostas voltadas para o benefício dos pobres. A esse trabalho dá-se o nome de caridade; o preceito da caridade vem enfatizar que é necessário trabalhar em favor do homem buscando atender às suas múltiplas necessidades, e, especialmente no que tange àqueles que são negligenciados por outros.

A premissa dos ideais que conduzem as ações de Teresa, assim como de muitos outros que se dispusera a cuidar dos pobres, tem como lastro o princípio de que não são primordiais edifícios e formas de direção e orientação; o que de fato de não se pode prescindir é de agir como o "Bom Samaritano", sem realizar grandes distinções para aqueles que estão necessitados. A verdadeira caridade deve ser praticada atentando-se ao cuidado com relação às necessidades dos pobres, em um primeiro momento e, posteriormente, refletir acerca do que pode ser feito em seguida. E essa abordagem que

ela pratica por meio da criação de um instituto religioso, que gradualmente foi sendo moldado de acordo com os ideais e as diretrizes decorrentes do seu carisma. Se, por um lado, demonstra o real sentido da caridade, por outro, será esse pensamento que não prima por certa organização, além da falta de um administrador que pense e organize toda a parte burocrática de uma instituição que resultará em enormes problemas para a Congregação.

De acordo com as Constituições da congregação, o carisma da Beata Teresa Grillo Michel é uma maneira simples da vida cristã, em união com as Igrejas locais, caracterizadas pela concepção da cristandade nos parâmetros dos conselhos evangélicos. Este ponto de vista carismático acaba por se manifestar em suas ações, no sentido da "maternidade espiritual" praticada em relação aos pobres e aos que sofrem; para que, por conseguinte, as freiras conseguissem o ensejo de expressar um espírito particular de serviço.

Assim podemos verificar em suas, *Constituições, III/30*

- ✓ *Siga o Senhor com Humildade e simplicidade de vida,*
- ✓ *Abandono à Divina Providência,*
- ✓ *A Constante disponibilidade para os irmãos*
- ✓ *E em ouvir o grito dos pobres.*

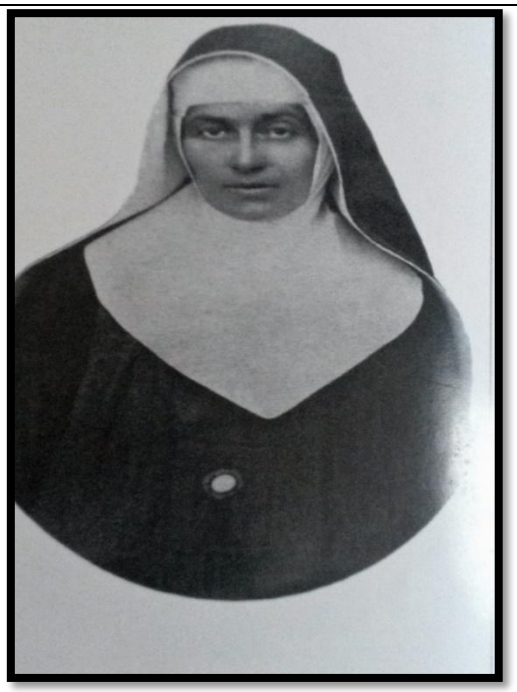
O encontro ocorrido entre Teresa Grillo e os "pobres", culmina na disseminação de um sentimento de "sensibilidade" de algumas damas da alta sociedade local que ficaram fascinadas com o seu exemplo e passaram a compartilhar de seus ideais. Ela gradualmente faz surgir uma nova família ao serviço daqueles mais necessitados; os pobres. Sua casa abre as portas para as crianças abandonadas que se tornam seus "filhos". Seus ativos e suas joias foram vendidos para apoiar esta nova família. Em 8 de janeiro de 1989, com a aprovação do bispo de Alessandria, fundou a Congregação das Pequenas Irmãs da Divina Providência; intitulada como um "grupo de mulheres corajosas, discípulas de Jesus e amigas dos pobres".

Era o ano de 1899, no final do século, quando Teresa Michel dá vida a uma nova congregação religiosa das mulheres, a Congregação das Pequenas Irmãs da Divina Providência, que tinha como lema servir aos pobres e necessitados. Simultaneamente, no entanto, é uma comunidade cujas características originais derivam da escolha dolorosa de uma mulher, na Itália do final do século XIX, que rejeita o conforto de uma

classe média para servir aos pobres, juntamente com outras companheiras, enfatizando inclusive que em sua obra não haveria distinção; todos seriam bem-vindos, levando em consideração todo o carisma franciscano, no qual se baseava. Com essas mudanças sociais em curso, Teresa se questiona, o que pode ser feito pelos mais necessitados?

É importante enfatizar também que Turim, naqueles anos, para o mundo católico, não se reduz apenas ao Cottolengo. Aquela que se tornara a primeira cidade industrial da Itália é também conhecida por sua rede de relações que combina espiritualidade e iniciativas sociais[17]. Sendo assim, Teresa Michel não perde a ocasião de conhecer e aprofundar-se nas diversas experiências sobre assuntos de notável importância como a oração e a caridade. O que, posteriormente, figuraria como o carisma[18] da Congregação fundada por ela. **Figura 9 –** apresentamos a imagem da Irmã Teresa Michel no início do seu apostolado.

Figura 9 – Irmã Teresa Michel



Fonte - Marco Impagliazzo, 2005

[17] Marco Impagliazzo, 2005.

[18] O carisma da Beata Teresa Grillo Michel é uma maneira simples da vida cristã, em união com as igrejas locais, caracterizadas por seguir a Cristo segundo os conselhos evangélicos, a implementação de um abandono sereno à Divina Providência, no contexto em que as Pequenas Irmãs da Divina Providência vivem. O ideal é construir em vida uma autêntica família na comunidade, vivendo em uma maneira profunda a dimensão eucarística na escuta e meditação da Palavra de Deus. Neste ponto de vista carismático manifesta-se no sentido da maternidade espiritual em relação aos pobres e sofredores a quem as freiras devem expressar um espirito particular de serviço.

A história das Pequenas Irmãs da Divina Providência está inserida neste caminho de oração e caridade. Quando Teresa Michel tomou o véu, em 1889, era o vigésimo ano do pontificado do papa Leão XIII. Alessandria, em 1889, era considerada um Santuário dedicado ao Sagrado Coração; uma obra dos Capuchinhos. O mundo da piedade popular atraiu tão logo Teresa Michel. Foi neste ambiente que ela encontrou respostas para sua busca espiritual e teceu uma rede de relações e amizades com pessoas que eram conduzidas pela ânsia de salientar de alguma maneira o cuidado com os necessitados.

Vale destacar que a parte essencial desse contexto, enquanto relato oriundo de biografias de pessoas ligadas a Igreja e que conviveram com a madre, parece carregada na composição exaltatória de Teresa; entretanto, ainda desta nestes moldes, não se pode retirar o crédito do relato.

Carlo Torriani (1989), um dos autores que se dedicou à escrita da história da Madre Teresa Michel com base em relatos orais e da própria Teresa, conta com detalhes o dia a dia da fundação da Congregação. Teresa Michel, embora tenha sido educada em um colégio católico, o Colégio das Graças de Lodi[19], nos parâmetros do mundo da fé; veio de uma família de aristocratas, acostumados à religião, com relação a viver na fé, mas também com desprendimento.

[19] Fundado em 1812 pela baronesa Cosway e por ela doada ao Instituto da Beata Virgem Maria em 1831, o colégio das Graças já possuía, quando Teresa Grillo nele ingressou, uma certa tradição. Tinha sido sempre muito apreciado tanto pela nobreza quanto pela burguesia lombarda. Em 1886 a supressão de centenas de instituições religiosas, com o consequente confisco de bens, incluiu o conceituado colégio, único na cidade que se dedicava a instrução feminina. Para subsistir, o Instituto teve que assumir a aparência de uma instituição secular, eliminando qualquer título ou sinal alusivo ao seu caráter religioso. Foram assim proibidas a aceitação de novos membros, a vestição e a profissão religiosa daquelas que já pertenciam ao Instituto. O colégio então se transformou em meio leigo e meio religioso, com um corpo de professores compostos na maior parte por professores externo, mas dirigido pelas religiosas não vinculadas por votos perpétuos.

Figura 10: Teresa no colégio de meninas em Lodi

Fonte: Marco Impagliazzo, Poveri e Preghiera, 2005

Após a morte de seu marido, encontrando-se sozinha, embora cercada de muitos parentes e amigos, vê-se envolta em uma crise existencial profunda. É então que Teresa Michel busca respostas na fé que experimentara desde a infância. No entanto, o que poderia fazer uma senhora sozinha, em uma cidade provinciana, tão enclausurada em seus próprios conceitos, com seus horizontes fechados e uma população desconfiada?

Teresa Michel necessitava, primeiramente, dar uma resposta aos pobres; entretanto, seu objetivo também era preencher as lacunas de suas próprias dúvidas. Com isso, começou a frequentar, na companhia de algumas mulheres, o Santuário do Sagrado Coração. Suas companheiras aderiram à sua causa e iniciaram uma vida de oração e caridade cristã. É o caso da Irmã Gorresio di Mondovì, amiga de longa data de Teresa, ativista da Cruz Vermelha Italiana; assim como também de Teresa de Blasi di Trapani que, posteriormente, fundou a Congregação do Instituto das Filhas pobres dele' Incoronata[20].

É possível afirmar que Teresa Michel, quase inconscientemente, constrói, naqueles anos, uma rede de conhecimentos e amizades. Teresa aproveita todas as ocasiões, encontros, reuniões, no sentido de estabelecer relações fortes e coerentes com sua fé e desejo de ajudar o próximo, assim a Congregação começa a ser delineada.

[20] Lanzavecchia, R. Teresa Grillo Michel, p.56.

Em 14 de janeiro de 1893, Teresa ingressou na terceira Ordem franciscana. Foi um modo de se unir ao movimento de renovação idealizado por Francisco de Assis, pelo qual ela nutria um apreço bastante considerável. O encontro com os pobres se constituiu em um fato determinante. Michel tinha em si o propósito de propagar a caridade e convidar outros companheiros para a caridade, naquele momento.

Entre os anos de 1800 e 1880, cerca de 200.000 mulheres entraram para ordens religiosas; tomando o devido cuidado aos doentes, asilos, assim como em relação à educação dos filhos e das crianças[21]. No entanto, a vocação de Teresa Michel não se enquadra imediatamente neste quadro, atrelado a essa religiosidade.

Quando, em 1893, Michel saiu de casa para abrir o que seria o "Pequeno Abrigo da Divina Providência", prescindiu de tomar as ordens canônicas; assim sendo, seu abrigo não tinha o reconhecimento canônico celebrado.

[21] Cfr. C. Langlois, Le christianisme au feminin, Paris 1984.

Figura 11 - Piccolo Ricovero: Primeiro Abrigo

Fonte: Marco Impagliazzo, 2005

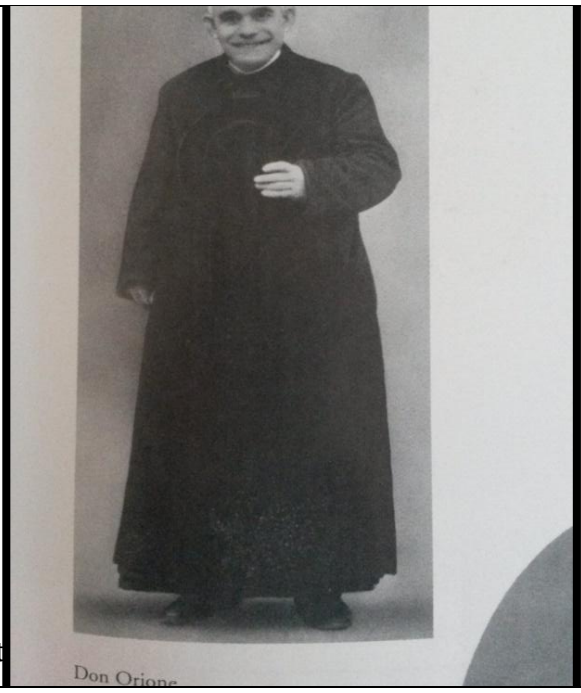
O abrigo originário localizava-se à Rua Fàa di Bruno, no centro da cidade, como atestam as documentações, Michel havia comprou a casa inteira, pelo valor de 30.000 liras italianas[22]. Um custo significativo, considerando que, para atender as despesas iniciais, fez-se necessário vender quase todos os seus ativos; seu patrimônio. O nome da casa foi escolhido pensando certamente na obra do Cottolengo[23]. Mas certamente também sofreu influência da onda de um ideal muito presente naquele momento, na espiritualidade católica, que movia o agir do homem para além de sua vontade; ou seja, a ação da *providência divina*. De certo modo, do ponto de vista filosófico, o conceito de providência era um pouco oposto ao racionalismo e ao método positivista.

Outra relação de amizade e ideal de trabalho, muito importante na vida de Teresa Michel, foi a que se deu entre ela e D. Orione.[24] Tal acontecimento, inclusive, se

[22] Ato notório de 3 de julho de 1894, cit. In R. Lanzavechia, Teresa Grillo Michel, cit., p.57.
[23] Hoje em dia o abrigo é conhecido também em Alessandria, como Piccola Casa e o "O Cottolengo".
[24] Dom Luís Orione, nasceu em Pontecurone (Al) no dia 23 de junho de 1872. No dia 2 de março de 1892, Luís inicia o apostolado para a juventude e, no dia 15 de outubro de 1893, abre o primeiro colégio para vocações pobres em Tortona. No dia 13 de abril de 1895, Luís é ordenado sacerdote. Em setembro de 1899 é criado o primeiro ramo feminino da Congregação, trata-se das Damas da Divina Providência. No dia 21 de março de 1903, a sua congregação Pequena Obra da Divina Providência é aprovada pelo

tornou um dos aspectos mais interessantes da vida humana e religiosa da Congregação de Alessandria. Podemos notar essa estreita relação pela numerosa troca de cartas entre os dois[25]. Esta afinidade deu-se por meio da importância dada por ambos em relação à necessidade de se ter religiosas. Outro fato comum aos dois: suas obras enfrentaram anos iniciais de muitas dificuldades.

Figura 12 – Fotografia de D. Luís Orione



Font **2005**

Na tentativa de estreitamento de laços entre os dois, Teresa Michel remete uma carta à D. Orione, contendo a ideia de união:

> "[...]Eu gostaria de me aconselhar sobre esse assunto. Seria uma Santa Liga, e juntos, você poderia fazer tanto bem com a ajuda de Deus. Mas eu quero saber qual a vontade de Deus para ser capaz de fazer...Se você pudesse vir à Alessandria um dia" [..][26].

bispo diocesano. Com as irmãs inicia a atividade caritativa dos Pequenos Cottolengo para os mais pobres, de ambos os sexos, abandonados, doentes, recusados e sem possibilidades de assistência. Morreu aos 68 anos em San Remo no dia 12 de março de 1940, deixando uma legado notável de obras. No dia 26 de outubro de 1980, o Papa João Paulo II o proclamou Beato e a 16 de maio de 2004 foi finalmente proclamado Santo.

[25] APSDP, Cartas de Madre *Michel,* vol. I.

[26] Carta de 1º de março de 1897, p. 637. G. Venturelli, Don Orione e la Piccola Opera dela Provvidenza. 6 voll., Roma 1969-1992; vol.IV, p.637.

A Congregação das Pequenas Irmãs (cujo nome inicial era Filhas da Providência) foi vista inicialmente com desconfiança pelo clero de Alessandria. Na diocese prevaleceu a tradicionalista e conservadora atitude, levantada em oposição ao clima da cidade fortemente anticlerical e maçônica. A novidade de Teresa Michel, além de suscitar perplexidade na aristocracia local, despertou preocupação para a igreja local, este receio se evidenciou constantemente na imprensa anticlerical. Que consequências teria um gesto tão radical?

Teresa Michel se desfez dos seus bens e doou todo o retorno financeiro disso aos pobres, (C. Torriani, 1989) como tal ato poderia não compor os ditames cristãos? Ainda mais somando-se a isso o fato de que este ato veio de uma mulher aristocrata que parecia destinada a despertar mais sensações e escândalos que bons ofícios? O trabalho de Michel, recém-nascido, tendo aberto as suas portas indiscriminadamente aos pobres, terá seu estilo próprio que se baseava em acolher aqueles que foram rejeitados por todos, sem limitar a caridade.

A Igreja teve uma reação inicial de preocupação, e as razões se resumiam basicamente duas: Por um lado, os aspectos espirituais ainda estavam longe de serem estabelecidos e, por outro, havia o agravante de que os primeiros anos de trabalho de Michel, 1893-1900, apresentou dificuldades do ponto de vista financeiro, e a congregação ainda não havia resolvido como gerenciaria tal questão.

Coincidentemente, este mesmo problema está presente no processo de início da congregação de D. Orione. As preocupações financeiras, para Teresa Michel, apesar de serem constantes, não a impediram de buscar respaldo necessário para sua obra. Ao inaugurar o Abrigo aos pobres, Teresa fez-se também pobre, começando a implorar para eles. A mendicância fez-se um recurso, ou seja, uma característica fundamental das Pequena Irmãs; tornou-se um meio não apenas de angariar os recursos necessários, mas também de bater de porta em porta tornando conhecida a nova obra de caridade.

Teresa Michel, juntamente com as primeiras companheiras, começam a peregrinar pela zona rural e as cidades do Piemonte. Aliás, pode-se anuir que a ideia de mendicância expressa bem um meio de como lidar com os problemas econômicos que surgiam. Sendo assim, estas dificuldades não poderiam ser resolvidas, a não ser por meio de uma relação de amizade, por meio da contribuição social, e assim foi feito.

No entanto, uma característica particular de Teresa Michel, que ficou rapidamente conhecida nos lugares que circulou, é que sempre prometia fazer uma série de ações baseada nos seus próprios cálculos financeiros. Porém, não consegue cumprir sua palavra, pois os cálculos nem sempre são condizentes com a realidade. Este será um problema que vai acompanha-la por muitos anos e será também uma marca da Congregação das Pequenas Irmãs da Divina Providência, certamente gerando muitas tensões, conflitos com a hierarquia da Igreja Católica na Itália e posteriormente no Brasil.

Uma questão persecutória, que se coloca como um obstáculo muito notável no bojo da organização da congregação é a ausência de regras, em seus anos iniciais. Teresa Michel inicia uma obra comunitária e de caridade. A abordagem realizada pela mesma tem a possibilidade de resolver os problemas das pessoas em necessidades. Teresa escapa continuamente de seu planejamento inicial no campo da caridade e também da vida religiosa; no entanto, essas tentativas de driblar estes sistema, trará muitos outros problemas a serem resolvidos por ela. Em seu ponto de vista, as urgências da vida cotidiana sempre terão maior relevância em relação às convenções e regras impostas para o funcionamento de uma obra destinada aos pobres.

Os necessitados, sempre numerosos, batem à porta, e a inexperiência da administração de um centro transformado em pouco tempo em uma complexa estrutura, desencadeiam irregularidades administrativas e carências organizativas no âmbito da Congregação. Estes desacertos, compreensíveis em um instituto em pleno crescimento e sem regras constituídas ainda, se inscreveram como causas para o fechamento da seção masculina do Pequeno Abrigo. Maria Gilet ficou encarregada de encontrar soluções alternativas; eis então que, concomitantemente, Teresa Michel consegue um encaminhamento para esses jovens.

É neste momento então que autoridades eclesiásticas fazem pressão para formalizar em caráter de urgência a direta dependência hierárquica do Pequeno Abrigo com a Igreja para, assim, tomar as rédeas dessa instituição, cuja filiação era instituída com base tão somente moral. A Cúria e alguns benfeitores desejavam que o instituto fosse associado ao Instituto do Cottolengo de Turim e se empenham no intuito de convencer Teresa Michel a aceitar aquela situação. Teresa decide dar sua anuência e

respeitar quaisquer decisões da Cúria, com a condição de que ela tivesse o direito de permanecer em Alessandria.

Teresa Michel recusou-se em partir para Turim, iniciou nesse momento a buscar um responsável por gerir a instituição na cidade de Alessandria de forma rigorosa, já que está também foi uma das condições primordiais impostas a Congregação para que esta pudesse continuar em funcionamento.

Este foi um período de extremas dificuldades para Teresa Michel, em sua missão de acolher, nutrir, tratar e confortar centenas de abandonados, bem como para resistir aos vexames de várias administrações. Resistindo a todos estes contingentes, Teresa encontra força para prosseguir com sua obra. Vale acrescentar que Teresa Michel conta com o apoio de suas fieis companheiras que não a abandonam. Dentre as quais, se destaca Maddalena Accornero (1869-1944) e Maria Gilet (1856-1937); uma francesa que havia chegado ao abrigo após permanecer um período no Cottolengo e que, posteriormente, tornar-se-ia o braço direito de Teresa Michel.

Uma resolução da autoridade eclesiástica constituída transformou a obra de Teresa Michel em uma Congregação; desta forma, as regras teriam que ser seguidas; e, embora não constasse nos projetos de Teresa o intento de fundar uma congregação; ela aceita as orientações para que houvesse a possibilidade de continuar o trabalho junto aos pobres.

A Cúria pontifícia dá autorização, datada de 26 de janeiro de 1895. Solicita, então, ao bispo D Savaj, confiar a um sacerdote a direção espiritual da pequena comunidade. O padre Luís Orione assume então a diligência espiritual da Pequena Obra em 1895; ano em que é ordenado sacerdote.

A orientação do padre Luís Orione se revelou primordial para o início da Congregação; mesmo tendo somente uma breve permanência, posto que D. Orione deixou a congregação em 1901. Com sua contribuição, Teresa Michel obteve êxito em superar várias crises de desenvolvimento e pôde encontrar nele um interlocutor que mostrou-se capaz de estabelecer junto à ela um diálogo aberto e construtivo. Essa colaboração se constituiu em altamente preciosa para Teresa Michel, que, após anos de hostilidades e incompreensões, encontra finalmente um interlocutor que cumpriu o feito de estabelecer um diálogo que, pode-se considerar, concordante com as suas crenças. D.

Orione renuncia à direção da Obra espiritual em 1900 para dedicar-se inteiramente à sua própria Obra.

No domingo, na data de 8 de janeiro de 1899, na capela do então Pequeno Abrigo, ocorreu que D. José Capecci, bispo local, celebra o rito da vestimenta das irmãs. Teresa Michel recebe o nome de sua mãe, como uma homenagem: Maria Antonietta. Já Maddalena Accornero recebe o nome da fundadora: Irmã Maria Teresa; enquanto Maria Gilet passa a ser chamada de Irmã Maria Imaculada.

Para que houvesse um entendimento acerca das questões relacionadas à Igreja, remontamos à um período anterior em relação à instalação da Congregação das Pequenas Irmãs da Divina Providência, a fim de entendermos as políticas eclesiais do período.

O século XIX foi bastante complexo para a Igreja. Se por um lado, ainda está se dando o desenvolvendo do racionalismo no âmbito da filosofia e da ciência; por outro lado, vemos a propagação de configurações antirreligiosas e anti-Igreja, decorrentes da Revolução Francesa. Tais aspectos se encontram intimamente relacionados à situação política e cultural do século e contribuíram com o agravamento da questão social instituída pelo socialismo utópico e pelo materialismo histórico.

O Século XIX foi muito importante para o desenvolvimento da vida religiosa, socialmente falando, com o nascimento de centenas de instituições. Ocorreu neste momento o ápice do investimento nas obras mais modernas produzidas pela Igreja, com o intuito de possibilitar a sua renovação e a para contribuir com o seu serviço à comunidade. Pode-se inferir que ocorreu, de certa maneira, uma renovação religiosa, e um enorme indício de tal fato será a fundação de muitas instituições religiosas de vida ativa, especialmente congregações femininas. As necessidades da nova população, em termos educativos, referentes à geração mais jovem, especialmente as meninas, giram em torno do crescimento moral dos jovens; como também do cuidado aos doentes, em geral.

Instalação do Pequeno Abrigo

Era 8 de janeiro, quando no Pequeno Abrigo se deu a cerimônia de vestimenta de Teresa Michel e de suas primeiras companheiras, com a presença de D. Orione no local. É então que ocorre o momento onde Madre Michel sentirá o peso de uma

significativa responsabilidade, e reafirmará o fato de contar com a colaboração de seu amigo:

> Precisamos mesmo que sua Congregação, Casa da Divina Providência e de Adoração, tome esta casa em Alessandria e ajude-me na administração, poderíamos ficar aqui um número necessário para encaminhar o serviço dos pacientes internados e um outro grupo trabalharia pelo noviciado e para ir trabalhar onde a Divina Providência nos chamar[27].

Por um lado, encontra-se um peso econômico constituído, além de alguns assuntos administrativos, dos quais Teresa Michel precisava inteirar-se. De outro lado, coexiste o receio de que as regras constituintes da vida religiosa pudessem limitar o espírito inicial marcado pela total liberdade; inspirado pela divina providência. Além disso, há neste momento também a ideia de que uma direção espiritual fora dos padrões da congregação poderia representar um fator limitante sobre aquela nova obra. Estas e mais algumas questões atormentam Teresa Michel durante o processo inicial de funcionamento do Pequeno Abrigo.

A distância entre Michel e D. Orione relativas à diligência espiritual do trabalho remete a um problema que perdurará longamente entre as irmãs da Congregação. Esta questão se faz presente especialmente no caso da irmã Maria Imaculada Gilet, uma das primeiras companheiras de Teresa Michel no Pequeno Abrigo. Irmã Gilet, previamente à sua chegada em Alexandria, havia atuado por 12 anos junto à obra do Cottolengo de Torino.

Ainda sobre irmã Maria Gilet, o arcebispo de Turim, Cardeal Bilio, havia lhe solicitado anteriormente a fundação de um novo Instituto religioso; entretanto, entrou em desacordo com as outras irmãs, e isso impediu a obra de seguir adiante. Quando conhece Teresa Michel, Maria Imaculada Gilet, se tratava de uma freira que era detentora de certa experiência, superior até mesmo à da fundadora, que ainda não havia feito de fato os votos. Teresa Michel fica impressionada com a experiência de irmã Gilet e vê nela uma figura importante para contribuir com o futuro da Congregação. Desta maneira, ela se vê perante a assertiva de confiar cargos de responsabilidade na gestão da comunidade religiosa à ela; tanto é assim que, inicialmente, ela promete à Gilet o cargo de mestra de noviças.

[27] Carta de Madre Teresa para D. Orione em 6 de outubro de 1889. G. Venturelli, Don Orione e la Piccola Opera dela Divina Provvidenza, cit., vol II, p.237.

A confiança que Teresa Michel demonstra em relação a esta irmã acaba por ocasionar atritos com as outras irmãs, agravados por seu caráter super. autoritário. Provavelmente, por conta de sua participação em várias congregações anteriormente, recebia muitas críticas e alguma inimizade, e, consequentemente, não participava de grande simpatia.

No entanto, será justamente com Gilet que Teresa Michel juntar-se-á para resolver os percalços da vida comunitária do Pequeno Abrigo e também nas novas casas religiosas relacionadas a Congregação das Pequenas Irmãs da Divina Providência.

D. Orione, na qualidade de diretor espiritual, olha para Irmã Gilet com desconfiança; segundo o seu parecer, esta irmã parece ter mais autoridade na congregação do que a própria fundadora. Devido a isto, ele então decide sugerir e, não sendo atendido, impõe que Irmã Gilet seja removida de Alessandria.

Esta ocasião repercutiu em alguns boatos que rapidamente se disseminaram entre seus pares, eles chegavam por meio de cartas anônimas que denunciavam essa crise relacionada à Irmã Gilet. Até mesmo no âmbito do ambiente eclesiástico eclodiu uma preocupação com este caso, especialmente no tange a possíveis escândalos que poderiam decorrer de uma confusão de papéis, onde Irmã Gilet parecia exercer um cargo que na realidade deveria pertencer à madre. Teresa Michel, da sua parte, não entende a razão de tão intensa dureza e não deseja prescindir da preciosa ajuda da irmã Maria Gilet, e decide defendê-la incondicionalmente.

Apreensivo com esta decorrência, Mons. Villa, vigário diocesano de Alessandria, escreveu a D. Orione: "Devemos conter Dona Teresa; e ela, principalmente, manter-se em seu posto".[28]

A desconfiança e a suspeita atreladas à autoridade eclesiástica sobre a nova congregação ganharam muita força e, frente a tais decisões sérias e delicadas, como também aos momentos de desespero, Teresa vê-se novamente absorvida pela questão de sua inadequação à vida religiosa. Seu desejo não era o de ser a fundadora de uma ordem, mas se baseava somente em encontrar companheiras para ajudar aos pobres. Em dezembro de 1899 ela escreveu para Don Orione.

> Eu primeiro preciso de tempo para aprender a ser boa religiosa, e não posso ensinar os outros o que eu não sei ainda, fugir de

[28] Carta de 28 de novembro de 1889, vol. II, p.637.G. Venturelli, *Don Orione e la Piccola Opera della Divina Provvidenza*, cit., vol II.

> mim... porque preciso de encorajamento e conselhos para ajudar a espécie pelos sacerdotes e, infelizmente, como eu pouco![29]

Apesar de todas as dificuldades listadas acima, a Congregação seguiu adiante. Com o novo século, é possível observar o crescimento da comunidade. Novas irmãs vestiram o hábito em 9 de abril de 1900; um ano após a posse da Madre. Como implicação do crescimento do número de postulantes e jovens que ingressam para o Pequeno Abrigo com o intento de ajudar, acaba por tomar forma a ideia de instalar ali um noviciado. E, com isso também, refletir sobre o futuro da congregação. No entanto, estes não se configuraram como tempos fáceis. Além da habitual morosidade em angariar fundos e apoio para atender às necessidades dos pobres, a vida no interior da comunidade é tumultuada pela permanência do desacordo acerca do caso de Maria Gilet.

Sua presença na congregação continua disseminando problemas: o bispo, Mons. Pompirio, não concede permissão para a mendicância. Também em Turim, o canônico Allamano della Consolata, muito ligado a Madre Michel, pela primeira vez não dá sua aprovação à presença das irmãs. No final de abril de 1900, D. Orione escreve peremptoriamente a Teresa Michel, ordenando que Irmã Imaculada Gilet, em um período de duas semanas, deveria ser enviada para a América, na companhia de mais uma irmã para, assim, serem eliminadas todas as acusações que afetavam o cenário do desenvolvimento interno e externo da Congregação.

D. Orione, como diretor espiritual da Congregação, comunica a Teresa Michel que a ordem de sua remoção se deu com o intuito de evitar o perigo que aquelas cartas anônimas poderiam causar e impõe a Madre que lhe obedeça imediatamente.

A madre, ressentida, questionava o motivo de tanta animosidade em relação à irmã Maria Gilet, indagava o real motivo que impulsionou a decisão de mandar sua companheira para a América; se tal pressão, por conta de escândalos e fofocas, se estenderia de fato à vida religiosa. A resposta que obteve foi que as extravagâncias de irmã Gilet poderiam implicar no comprometimento do nome da Igreja e do futuro de sua Congregação.

D. Orione, que aprendera a conhecer o caráter compassivo da madre, está bem ciente de seu modo de agir, visto como uma espécie de resistência passiva. Teresa

[29] APSDP, Carta da Madre em 7 de dezembro de 1899 para D. Orione.

Michel, entretanto, pretende, primordialmente, obedecer a Deus e também àquele que ela considera o protetor divino da sua Congregação.

Confrontado as dificuldades descritas com aquilo que ele percebe como uma forma de desobediência, D. Orione considera renunciar à direção espiritual da Congregação. E então escreve abertamente para a madre sobre o tema, e a resposta desta é permeada pela necessidade que apresentava da liderança de D. Orione, enfatizando que caso ele a deixasse sozinha perante seus encargos, a mesma não conseguiria cumpri-los da forma como deveria, que perderia toda a coragem de continuar e implorava para que ele reconsiderasse antes de consumar a sua decisão de cortar o vínculo que mantinha com a congregação de Teresa Michel.

No entanto, a ajuda solicitada por Michel não pôde se concretizar por via de D. Orione, já que ele, na posição de diretor espiritual, estava limitado à possibilidade de lhe aconselhar, mas nunca discutir os méritos da vida interna da família religiosa. Diante deste panorama permeado por dificuldades, Teresa Michel compreende que, a partir deste momento, a direção da Congregação está apenas em suas mãos e que deve se considerar mãe, não apenas para os pobres, como também em relação às suas irmãs. O caso da irmã Gilet continua pendente no âmbito de sua resolução. Em 6 de junho de 1900, madre Michel volta a escrever para D. Orione, especialmente tratando do tema da remoção da irmã com destino à América.

> O sacrifício da distância em um país estrangeiro já é doloroso o suficiente sem grave perigo, ainda cultivá-la paz do coração ou da sagrada união que ajuda a suportar as agruras e fadigas de uma longa jornada... Por favor deixe ter as filhas em geral para estes em particular mudam agora para isto, porque conhecê-los mais intimamente, podemos mais facilmente saber qual delas é melhor juntar ou dividir. Sem esta liberdade, que é impossível governar e assume qualquer responsabilidade relativamente a eles. Se eles são mãe perguntará a maior liberdade de dispor das filhas e guia-los como isso parece-me melhor.

Don Orione, ao ler esta carta, se dá conta de que não lhe era possível permanecer como o diretor de uma obra que não fosse dele e escreve:

> Depois de orar, eu não sinto bem de continuar como o Diretor das Irmãs: sinto-me incapaz e só bom para estragar. Eu renuncio, precisamente porque elas estão convencidas de que não sou o único que pode consertar as coisas. Eu poderia

> suportar qualquer dor, mas eu não me sinto mais bem para continuar[30].

Em 20 de julho de 1900, D. Orione deixava oficialmente a direção espiritual da Congregação das Pequenas Irmãs da Divina Providência, concluindo assim o primeiro capítulo de uma colaboração intensa.

A questão relacionada à Maria Imaculada Gilet foi uma prova decisiva para o futuro da Congregação. Após resistir às pressões de Don Orione e das autoridades eclesiásticas, a madre desfrutava de uma nova força na liderança da Congregação. Embora a direção espiritual de D. Orione tenha se constituído, num primeiro instante, em um importante apoio para Teresa Michel, coadjuvando no interior do desenvolvimento e crescimento de sua comunidade, Teresa tinha mais apreço e respeito por irmã Maria Gilet que por este último.

Os anos entre 1900 e 1901 se perfazem como um período de alta dificuldade para a Congregação. Após enfrentados os problemas já conhecidos junto às autoridades eclesiásticas com a sua resistência de obedecer à decisão de enviar irmã Maria Gilet para o Brasil, é Teresa Michel quem decide partir para o nosso país. Durante esta longa jornada, em que ela se manterá ausente de Alessandria por algum tempo, muitas pessoas deram continuidade à experiência iniciada por esta nobre mulher.

Mesmo em vista de todos os obstáculos enfrentados, as irmãs de Michel continuaram, neste período, a desenvolver uma gama de serviços, com uma original capacidade inventiva e certo empreendorismo, tendo como premissa a tarefa de cobrir o vazio da assistência social local. Este é o caso do "Forno da Providência", uma casa dirigida a epiléticos com dificuldades para atuarem no mercado de trabalho, aberto em Lu Monferrato. O intuito era oportunizar aos pacientes com epilepsia, excluídos do mundo do trabalho, uma chance de redenção social por meio de atuarem “profissionalmente” em uma fundição.

A experiência, apesar de sua brevidade, já que ela foi finalizada em 1902; configurou-se como uma inovação no campo da caridade social. Neste mesmo ano, as ações das irmãs de Michel, estenderam-se à província de Novara, onde o primeiro jardim de infância em Trarego teve sua inauguração e, posteriormente, ocorreu a de outros em Traffiume e Dormelletto. Outra região que atraiu o trabalho das irmãs de

[30] Carta de D. Orione em 11 de junho de 1900, in *ibid.*, p.650

Michel é a de “Ligúria”, local onde D. Orione era bastante conhecido; entretanto, esta área não se tornou atraente somente pela influência de D. Orione; pode-se assinalar, na realidade, que as irmãs da Divina Providência tornaram-se cada vez mais conhecidas e queridas pelos arredores de Alessandria. Pode-se citar o exemplo de Vezzano Ligúria, onde uma senhora chamada Giuseppina Spezia, inaugura uma que intitula de “Casa Divina Providência” e convida algumas das irmãs da madre Michel para apoiar este trabalho, nos mesmos moldes e espírito da casa de Alessandria.

Ainda na Ligúria, as irmãs tomaram para si o encargo de constituir um jardim de infância com um laboratório adjacente. Uma característica peculiar das obras de caridade deste período é a criação de laboratórios situados no mesmo local, na tentativa de possibilitar a continuidade e autonomia destas casas, garantindo assim maior interação no âmbito destes estabelecimentos.

Seguirão estes parâmetros, o jardim de infância e o laboratório de Valle San Bartolomeo, localizado na província de Alessandria, que se constituirá, simultaneamente, asilo e escola elementar, aberta em 1904.

O ano em que se sucederam todos estes acontecimentos tornou-se especial para a Congregação, graças ao fato de que Teresa Michel foi recebida, pela primeira vez, em uma audiência com o Papa que a incentivava. Entre 1904 e 1905, se dá o encaminhamento de dois pedidos de reconhecimento do trabalho da Congregação das Pequenas Irmãs da Divina Providência. O primeiro teve como destino a Congregação para os religiosos, e o segundo foi remetido para o Estado italiano, com o objetivo de obter o reconhecimento da congregação como uma congregação de caridade.

Teresa Michel fez o seu caminho no âmbito deste momento histórico, tendo o conhecimento de que a ampliação e expansão do seu trabalho, e ainda seu futuro, estavam subordinados às de honras públicas e também ao auxílio eclesial.

Ainda neste mesmo ano, a madre Michel profere uma solicitação para uma subvenção pública para o Pequeno Abrigo de Alessandria e para o Hospital de Vila del Bosco. As despesas anuais de subsistência giravam em torno de 4.500 liras, enquanto a subvenção concedida era de 300 libras anuais. Em 1904, Vila del Bosco e o Pequeno Abrigo receberam reconhecimento como um local de caridade.

Em 1908, de acordo com as informações da prefeitura de Alessandria, os pacientes internados contavam cerca de 120. Alguns anos antes, em dezembro de 1903,

no Pequeno Abrigo contava-se 178 pessoas; pode-se considerar então que dos 178 internos: 47 se configuravam como órfãos ,46 como deficientes, 41 se encontravam na condição de idosos doentes crônicos, e 44 pessoas classificadas como "pessoal de serviço", ou seja, as irmãs, as assistentes e as enfermeiras. O crescimento conquistado pelo trabalho e as questões de reconhecimento e ampliação da obra, amadurecem uma reflexão acerca da estrutura interna da Comunidade. Entretanto, os fatores de não haver um Estatuto e também uma maior organização no âmbito da vida da Congregação, e de suas casas, logo se convertem em um problema. Em 1906, Teresa Michel havia solicitado ao Bispo a abertura do noviciado em Alessandria, na tentativa de sanar um dos problemas da congregação.

No ano de 1906, por ocasião da chegada do décimo quinto aniversário da fundação do Pequeno Abrigo, a madre descreve seus sentimentos por meio de uma carta. Nesta, está presente a memória e a celebração deste aniversário; e estes são os sintomas das mudanças de prospectiva, com o qual as irmãzinhas do Pequeno Abrigo contemplam as suas obras. Ela trilhou o seu caminho, na verdade, lançando maior atenção ao aspecto organizacional; todavia, mantém a sua confiança sobre a providência divina.

Seguindo os moldes do instituto que se localizava no Cottolengo; dentro do Pequeno Abrigo, todos eram detentores de uma rotina e um trabalho que se harmonizavam dentro da Comunidade: existiam os órfãos, "as boas filhas" (mulheres com graves deficiências físicas ou mentais), mulheres idosas, as michelinas (mulheres adultas encarregadas de trabalhar na casa, bem como responsáveis pelo cuidado do jardim, assim como para o cuidado e o acompanhamento das "boas filhas"), as epiléticas, as inválidas, mulheres com algumas deficiências (mulheres não aptas para o trabalho, mas ainda auto-suficiente) , as giuseppinas (mulheres adultas, aspirantes à vida religiosa, mas com alguns impedimentos; à estas mulheres era confiada a casa e o cuidado dos doentes que ali estavam). E, junto a elas, somam-se as irmãs e as postulantes.

Entre 1907 e 1909 a presença das irmãs torna-se mais consistente e se consolida na província de Alessandria. Somam-se jardins de infância abertos em Valmadonna, Litta Parodi, Gamalero e em San Rocco. Em San Germano Monferrato e em Oldenico (Piemonte) ocorreu a abertura de uma casa assistencial com a finalidade de oferecer

cuidados para com os filhos dos trabalhadores, inaugurando assim, um novo tipo de serviço para fornecer apoio aos trabalhadores.

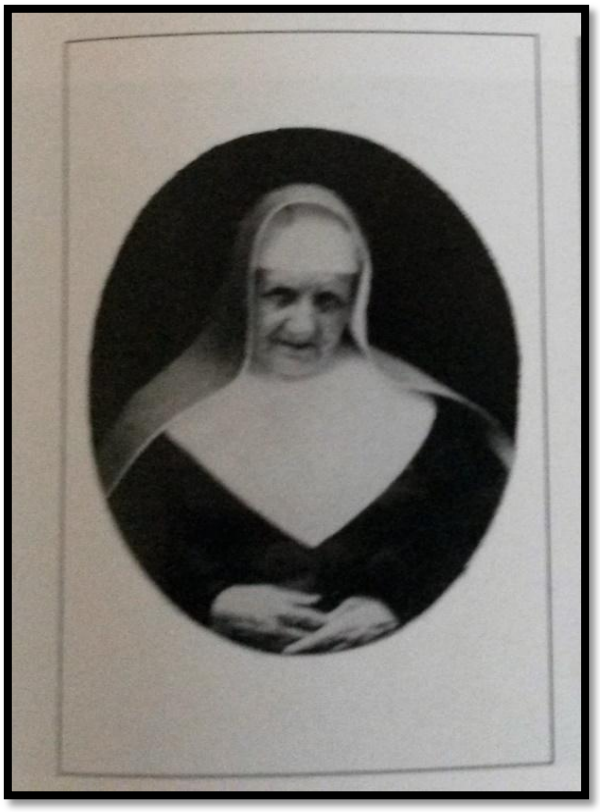
Estas duas experiências permanecem, no entanto, isoladas, não havendo continuidade sobre elas; todavia, elas denotam a atenção da Congregação à uma questão social importante: a inclusão das mulheres no mercado de trabalho. Teresa Michel sempre foi impulsionada por uma sensibilidade particular que a levou a lançar seu olhar aos problemas sociais dessa época, mobilizando-a no sentido de intervir sobre eles da maneira que lhe fosse possível, ainda que os focos de sua atenção estivessem distantes geograficamente.

A instalação da Congregação no Brasil:

A instalação brasileira das Pequenas Irmãs da Divina Providência foi um projeto idealizado por D. Orione, com a pretensão de enviar a irmã Maria Imaculada Gilet a mendigar na América. A ideia desta missão foi engendrada por D. Orione, e juntou-se ao projeto de alargar a rede de sustentação da congregação estendendo-a para além do território italiano.

Eram épocas difíceis, e a premissa de que os imigrantes italianos faziam fortuna na América, e que haveria o ensejo de a congregação aqui encontrar recursos necessários para sustentar a congregação sediada na Itália culminou com o desembarque delas por aqui. Desta forma, ocorrendo que aquela que deveria ser somente uma missão temporária no âmbito da comunidade italiana, se converteu em uma presença permanente das religiosas italianas em terras brasileiras. **Na figura 13** apresentamos a fotografia da Irmã Maria Imaculada Gilet.

Na figura 13 – Irmã Maria Imaculada Gilet



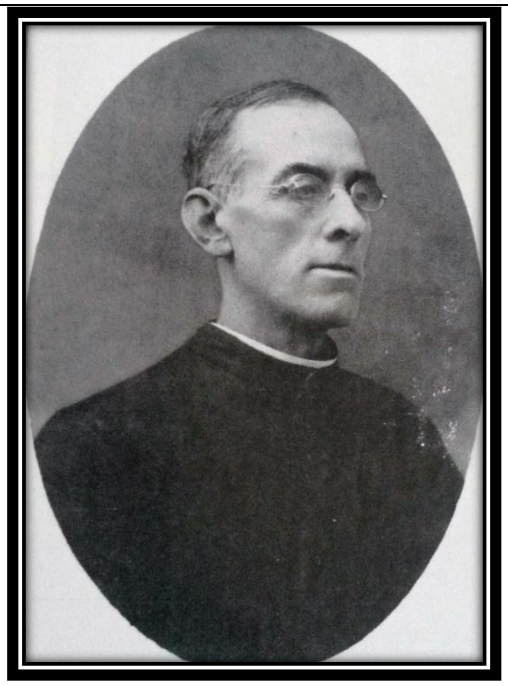
Fonte: Marco Impagliazzo, Poveri e Preghiera, 2005

Iniciava-se assim, um novo capítulo na história das irmãs Michel; o que versava sobre a abertura de algumas casas no Brasil, ocasionando a entrada de muitas irmãs brasileiras. Além disso, o espírito da congregação no que tange, de forma primordial, ao cuidado dirigido aos pobres, animou os italianos, especialmente os religiosos.

A instalação do trabalho pretendido, no Brasil, não ocorreria de maneira simples. Por muitos anos, haveriam que ser medidos pelas percussoras da instituição, os obstáculos impostos pelo Arcebispo de São Paulo e pelo clero brasileiro. É útil, a este respeito, sumariamente, reconstituir os acontecimentos que se deram no âmbito da Igreja brasileira no século XIX; com a separação entre o Estado e a Igreja, seguidos, respectivamente, pela Instauração da República, em 1889. A separação fez com que se findassem os 350 anos de dependência da Igreja perante o Estado; anteriormente a que sofria em relação ao Estado português e, em seguida, aquele que foi constituído em 1822.

Foi neste contexto eclesial, altamente desafiante, mas rico em oportunidades, que Irmã Maria Imaculada Gilet e Irmã Zaveria desembarcam em São Paulo, naquele 4 de julho de 1900. O planejamento desta missão, não incluía a abertura de novas instalações. As duas irmãs partiram da Itália com uma soma bastante reduzida de dinheiro e uma carta de apresentação do Reitor dos Salesianos, D. Rua, além de outra carta, está sendo de recomendação, remetida pelo bispo de Alessandria, D. Giuseppe Capra.

Figura 14 – Fotografia de D. Giuseppe Capra



Fonte: Marco Impagliazzo, Poveri e Preghiera, 2005

Logo após sua chegada a São Paulo, as duas freiras, pelo período de um mês, mantiveram-se hóspedes das Filhas da Maria Auxiliadora, e esta classificou-se como responsável por lhes apresentar o Vigário geral da Diocese, Mons. Manuel Vicente; graças ao fato de ele atuar como bispo; posto que naquele momento era ocupado por Mons. Antônio Candido de Alvarenga que encontrava-se, à época, na Itália. Irmã Maria Gilet e irmã Zaveria, chegaram em Santos, onde se situava o porto de maior destaque do Estado de São Paulo; e viram-se confrontadas com uma realidade urbana que se encontrava em processo de tumultuada transformação. O Estado de São Paulo figurava entre os mais desenvolvidos no país; e a capital de São Paulo era, após a capital do Rio de Janeiro, a cidade mais importante do Brasil; centro de cultura e refinamento. São

Paulo, neste contexto, era a expressão da burguesia que havia trazido há alguns anos antes, em 15 de novembro de 1889, a queda da monarquia e a proclamação da República; além de configurar uma cidade cosmopolita de cerca de 300.000 habitantes, onde, além do português, falava-se *alemão, inglês e italiano*[31].

Maria Gilet, bem como sua companheira, rapidamente se viram imersas em um mundo complexo, distinto de suas expectativas; assim, tal descoberta sinalizava que o propósito original de vir ao Brasil implorar esmolas logo seria descartado. Na Itália, havia se disseminado a ideia de que os colonos italianos acumularam muitas riquezas no Brasil. E isto constituiu a crença falsa que impulsionou a vinda das Irmãs de Alessandria, que haviam escolhido o Brasil como destino, com o intuito de levantar fundos entre os expatriados residentes em São Paulo, já que, como foi mencionado acima, aí havia se centrado a maioria das comunidades italianas. Em 1906, havia aproximadamente 100.000 italianos.

Na capital, a emigração italiana foi composta primordialmente de pequenos empresários, comerciantes e profissionais (médicos, farmacêuticos, professores). Diversos foram as associações e os institutos culturais italianos formados então, muitas deles constituídos por trabalhadores de empresas e cooperativas de imigrantes italianos. Com isso, na concepção das Irmãs, teria sido muito natural se inserir e ter o contato direto com eles.

As irmãs da congregação religiosa italiana previamente aqui tratada, aportaram em solo brasileiro com um propósito maior, que era o de esmolar. No entanto, encontraram uma surpresa desagradável, que foi o fato de o Vigário Geral da diocese, Mons. Vicente, não lhes dar a concessão para recolherem fundos em benefício da congregação italiana. No entanto, este lhe propôs uma outra obra; situada na cidade de Mococa. As irmãs não apenas aderiram à tal proposta, como chegaram em 6 de agosto de 1900 a cidade que contava com uma população de cerca de 7.000 habitantes; fundada em 1846, localizada à cerca de 300 quilômetros de São Paulo, em direção ao interior. Era uma pequena aldeia, estendida em torno de uma grande área, voltada para a produção de café. Na extensão de seu território, havia mais de 100 fazendas.

É possível observar a descrição na revista *A Fanfulla* nesta parte do país:

[31] Aa.vv., Gli *italiani in Brasile Il Fanfulla*, Moderna 1906, p.642

> Particularmente notável: quase todos os agricultores de Mococa não têm nenhuma responsabilidade, e os colonos das fazendas são pagos regularmente e seus eventuais créditos solidamente são garantidos. E esta é uma das principais razões por que nossos compatriotas preferem a área de Mococa, apesar de ser relativamente longe da capital do Estado e o porto do desembarque (Santos). Pelo menos há segurança absoluta dos salários e também sem atrito existente entre imigrantes e o item local, hospitaleiro que vê com os olhos cheios de bondade fraternal (Ibid., p.714).

Um detalhe bastante relevante a se assinalar, é o de que a situação dos emigrantes italianos para as irmãs, na realidade, pareceu muito mais complicada do que a propaganda que nos querem fazer crer. Condições de trabalho eram particularmente pesadas, pois vinham com o encargo de substituir o trabalho dos escravos que há pouco haviam sido abolidos. A vastidão do espaço se revelou como um facilitador ao associativismo; e os agricultores não tinham a intenção de aceitar as reinvindicações apresentadas pelos trabalhadores. A escassez de integrantes do clero e, com certa frequência, a oposição dos padres da paróquia local em manter tradições religiosas dos imigrantes dificultaram a manutenção do vínculo destes com sua religiosidade. Repetidamente, não foi possível celebrar a missa no idioma italiano, muito menos viabilizou-se as procissões tradicionais dos padroeiros de seus locais de origem.

Tendo em vista tal conjuntura, na data de 14 de agosto de 1900, irmã Maria Gilet, assumiu a direção do colégio de Mococa, contando com a colaboração de uma freira italiana, Irmã Domingas Porrini. Era então inaugurado um colégio voltado para o atendimento de dezessete meninas pobres; foi a subvenção popular e a contribuição do pároco que viabilizaram a sua abertura. As cartas escritas por irmã Maria Gilet neste período assinalam as dificuldades devido ao imprevisto dos deveres religiosos que lhe foram impostos como diretora do colégio, para os quais confessou não estar preparada. Como auxílio, pôde contar com a contribuição de duas professoras de língua portuguesa. Até mesmo a irmã Maria Gilet, que sequer conhecia a língua, consegue se comunicar e colaborar, mantendo a serenidade e confiança.

Todavia, não conseguindo sustentar o peso do compromisso que havia aceitado, escreve para a Madre Teresa, na Itália, o desabafo:

> Minha querida e boa mãe, não se preocupe comigo, não se preocupe com tudo que com a ajuda de Deus eu farei tudo que puder fazer bem. O senhor me ajuda muito, apesar de bom em

> nada e sem educação, também, precisa o senhor inspirar-me e ajudar-me a falar com estas professoras e às, vezes é um milagre de Deus. Certas coisas que não se sabem que nós ensinamos sem ler ou sem vê-los e em que trabalho no colégio[32].

Estes primeiros relatos se configuraram como a causa da vinda de Madre Michel ao Brasil, na companhia de outras freiras da Itália, com o intuito de respaldar o que começava a moldar-se com a força de uma verdadeira missão. A primeira viagem fora realizada por ela, junto à quatro companheiras, sendo estas três irmãs: *Agnes Saifi*, *Maddalena Rosaria e Tarrico Musso*, além de uma postulante, que, posteriormente, voltou para a Itália. A chegada ao Brasil ocorreu em 21 de junho de 1901; então a Madre dirigiu-se imediatamente para Mococa, com o intuito de perceber a real situação.

Tal qual ocorreu em Alessandria, Teresa Michel, lançando mão de sua sensibilidade, consegue perceber o surgimento de novas formas de pobreza e desequilíbrios, consequências da rápida modernização do Brasil; similarmente, muitos foram atingidos por esta nova conjuntura. O fato de a população de origem africana, após a abolição da escravatura, se encontrar em um estado de liberdade formal concedida, aos antigos escravos, tornou-se ainda um agravante para a culminância deste triste cenário, onde muitos se viram sem teto, desempregados e ainda sujeitos a preconceitos e práticas segregadoras. Assim como no Piemonte, Madre Michel sentiu o chamado para cuidar das crianças abandonadas, dos doentes e dos mendigos.

Em 1902, após deixarem o colégio de Mococa, as irmãs retornam a São Paulo, onde José Vicente de Azevedo havia cedido à elas uma casa para acomodar os filhos de escravos, no bairro do Ipiranga. Esta foi aberta na data de 18 de outubro de 1902, no entanto, manteve-se nesta condição por pouco espaço de tempo, já que foi abandonada poucos meses depois, em 27 de janeiro de 1903. As razões que impediram o seu funcionamento foram diversas, dentre as quais se pode citar: a casa se localizava muito distante do centro; a estes fatores devem ser adicionados também a escassez de recursos e meios de subsistência. Este trabalho, embora de curta duração, confirmou mais uma vez a escolha das irmãs Michel de dedicarem-se mais arduamente ao seu trabalho de auxílio aos pobres.

[32] APSDP, pasta A-34, carta de Irmã Maria Gilet, 17 de janeiro de 1901.

D. Viçoso, o antecessor a D. Silvério Gomes Pimenta[33] (1840-1922), consagrou-se como o primeiro Bispo do Brasil mestiço, assim como também teve prioridade em receber a congregação logo após a Proclamação da República. Ele encorajaria a Madre, assim como teria solicitado a presença em sua diocese de D. Orione, e o trabalho da Divina Providência.

De certo modo, ela tomava como inspiração os ensinamentos de D. Viçoso, que propunha uma igreja para aproximar-se das pessoas e de seus dilemas. Madre Michel era adepta deste prelado que encarna a visão de um cristianismo atenta aos anseios dos pobres, como se pode vislumbrar em Carlos Torriani (1989).

Todavia, apesar disso, o Brasil permaneceu com muitos preconceitos e resistências perante à população negra. Embora as leis garantissem a igualdade entre as raças, havia um sentimento de segregação entre a população branca de origem europeia (que constituía a maior parte do clero católico) e outros grupos.

Outro fator que se configurou como um obstáculo de grande relevância enfrentado no período, se trata do abandono de crianças, já que, majoritariamente, elas não se constituíam mais como um recurso no interior de sua família, mas haviam se convertido em um fardo para a mesma, frequentemente formada por libertos da escravidão; e as irmãs de Michel desejavam poder intervir sobre tal situação de precariedade, garantindo-lhes um futuro decente.

A condição das crianças comoveu significativamente as primeiras irmãs, e tal fato implicou para que elas se comprometessem ativamente em relação ao campo da assistência e da educação, simultaneamente. Neste quesito, já havia algumas instituições, especialmente da Igreja Católica. Em São Paulo, os Salesianos haviam sido responsáveis pela abertura do Colégio do Sagrado Coração de Jesus que, em 1900, já contava com mais de 700 estudantes. Ainda no Ipiranga, foi inaugurado um asilo voltado para o atendimento de oitenta crianças órfãs. Entretanto, as Pequenas Irmãs da Divina Providência atribuíram um novo espírito em seu campo de atuação, especialmente voltado para as situações de extrema pobreza.

Após o fechamento da casa que se localizava no bairro do Ipiranga, as irmãs se estabeleceram na Rua da Mooca, denominada como “Villa Carneiro Leão”, de

[33]Dom Silvério foi o primeiro a ingressar na Academia Eclesiástica do Brasil, poeta e latinista, tinha muito apreço pela questão escravagista.

propriedade do Dr Lins de Vasconcelos[34]. Esta residência fora construída de tijolos, e transformada, especialmente para a ocasião, em uma espécie de convento, que não contava com eletricidade ou esgotos. Apesar da precariedade do prédio, tal como havia acontecido no Pequeno Abrigo em Alessandria, as irmãs abriram as portas para as primeiras órfãs. Irmã Maria Gilet sugere então solicitar apoio e ajuda econômica para o desenvolvimento da missão. Neste momento, a comunidade de São Paulo era constituída enfim por 7 irmãs. Sendo Madre Teresa Michel a superiora geral, acompanhada pelas irmãs: Agnese, Cherubina, Madalena, Jacinta, Marta e Francesca.

Figura 15 – Primeira visita da Madre em São Paulo, na casa da Mooca.

Fonte: Marco Impagliazzo, Poveri e Preghiera, 2005

Ainda em 1902, foram inauguradas outras duas casas, uma em Água Branca e a outra em Botucatu. A divisão deu-se da seguinte forma: Madre Teresa e irmã Agnes permaneceram em São Paulo; para Botucatu partiram as irmã Cherubina e Jacinta e, finalmente, para Água Branca, as irmãs Madalena e Francesca. Todas iniciaram a acomodação de meninas órfãs e mulheres inválidas. Ainda no mesmo ano, realizou-se a recepção, na rua da Mooca, uma postulante, a brasileira Maria Augusta Pereira, fato que consolidou a escolha das Pequenas Irmãs em enraizar-se no Brasil.

[34] A pedido de Dr. Ismael que fazia parte como membro da Igreja Católica, Lins de Vasconcelos doou a casa da rua da Mooca para as irmãs da Congregação.

A Congregação se instala, então, em uma pequena propriedade chamada Vila Carneiro Leão; mais especificamente à rua da Mooca, número 113; local onde se deu sua reestruturação necessária. Após isso, obtém a autorização do então bispo de São Paulo, D. Antônio Cândido Alvarenga, para realizar a inauguração de um orfanato, onde foi realizado o recolhimento, inicialmente, de sessenta meninas pobres. Para essa nova missão, o bispo solicita à Madre Teresa que traga mais irmãs; e em sua primeira vinda ao Brasil, a madre traz consigo 3 irmãs e uma postulante.

> "(...) o novo prédio, na capital, fora doado. Mas era preciso realizar grandes e custosas reformas para deixá-lo em condições. Nele recolheram-se logo sessenta meninas pobres. Acompanhada de algumas delas, Irmã Maria começou a bater de porta em porta dos corações brasileiros, que descobriu serem muito generosos. Surgia assim, o asilo da Divina Providencia em São Paulo". (SANTA CATARINA, Pe. Fausto 2003. p.37)

Com o intento de retratar o impacto que causou a vinda desta Congregação para São Paulo, no contexto de um momento em que a cidade passava por uma significativa transformação econômica, social, política, cultural e educacional, pretendeu-se compreender e analisar como se deu o processo de institucionalização da Congregação supracitada, debruçando-nos sobre as dimensões da sua história, sua missão, a organização, os sujeitos atendidos e, sumamente, os aspectos assistenciais e educacionais voltados para seu público alvo.

Cuidar dos mais pobres na cidade de São Paulo, que se encontrava em franca expansão naquele momento, se tratava de uma tarefa árdua; em vista de que muitos eram imigrantes vindos da Itália e necessitados de amparo, em um país distante, levando em conta ainda o fato de que nem sequer eram falantes do idioma brasileiro. Ainda considerando todos estes contingentes, neste local eles receberam o cuidado da Madre e suas companheiras; pois, segundo a Madre Teresa, as Irmãs deveriam viver e agir tal forma que possibilitassem com que todos que delas se aproximem tivessem a possibilidade de compreender que existe um Pai do Céu, misericordioso e amoroso, cuidando de cada um de seus filhos. O lema vigente neste contexto era de que as Irmãs deveriam ter para com o próximo, a solicitude como de pai e de mãe; serem capazes de amar como acreditassem que Deus as ama; estes fatos constam em recorrentes passagens das cartas escritas pela Madre.

> Os pobres aumentam a não poder mais; quisera alargar os braços de tal forma para acolhê-los a todos sob as asas da Divina Providência, é preciso ir com cautela, minha filha, fazer as coisas como pobres, porque na pobreza, está o Senhor. Há menos perigo de que amor próprio nos engane e nos leve as dar passos falsos. Às crianças, aos doentes, aos velhos, haveis de sorrir; faz bem à alma tudo que leva sorriso aos olhos, que por si mesmos falam da luz e de vida, os pobres são nossos senhores. (Irmã Violeta de Araújo Queiroz, 1994, p. 59)

Em São Paulo, a congregação situada no bairro da Mooca, foi responsável pela formação de meninas órfãs e carentes que residiam nas proximidades do bairro da Mooca; muitas delas, inclusive, filhas de imigrantes italianos que vieram ao território brasileiro com a finalidade de trabalhar nas fábricas recentemente ali instaladas. A instituição possibilitava uma formação que permitia às alunas que ali passavam por seu processo de formação o mínimo de escolaridade e destreza nos afazeres domésticos, pois nesta instituição aprendiam a lavar, passar, costurar, bordar, entre outras tarefas consideradas pelas madres como primordiais para a formação de uma boa dona de casa.

Figura 16: Casa da rua da Mooca.

Fonte: Marco Impagliazzo, Poveri e Preghiera, 2005

O asilo se constituía em uma instituição de assistência que oferecia uma oportunidade de inserção na sociedade às meninas, no decorrer de seu processo formativo. Isso se dava por meio da aplicação de suas disciplinas, as quais procuravam suscitar em suas educandas aquilo que a sociedade esperava delas, de modo a torná-las

pessoas educadas, minimamente esclarecidas e civilizadas; evitando assim, que elas se perdessem por falta de ensinamentos em âmbito moral e religioso.

O asilo das Pequenas Irmãs da Divina Providência atuava como um agente de assistência e educação que correspondia a uma necessidade tanto moral quanto social. Portanto, converteu-se como um dos primordiais agentes educadores de meninas, recolhendo-as provisoriamente do convívio direto com a sociedade; dando-lhes assistência, moralizando-as, higienizando e disciplinarizando-as. “Assim, neste local as meninas podiam encontrar a ‘educação, a formação, a disciplina e a vigilância que as prepariam para a vida em sociedade” (MARCÍLIO, 1998 p. 207)

Capítulo 2 - O Bispado paulista e a Congregação das Pequenas Irmãs da Divina Providência: projetos, tensões e conflitos

Conheça todas as teorias, domine todas as técnicas, mas ao tocar uma alma humana, seja apenas outra alma humana.

Carl Gustav Jung.

Querida Irmã Maria e Filha em N.S.J.C.,

Querida, tu sofres e eu também sofro. Todas, mais ou menos, especialmente as mais idosas, sofrem, porque aquelas que o Senhor chamou primeiro a trabalhar nesta sua vinha têm de sofrer mais, humilhar-se e aniquilar-se, quase, para contribuir a esta Obra de seu amor e de sua misericórdia. Coragem, então. Não te aflijas, se as outras parecem que triunfam e ficas colocada de lado. Com teu aniquilamento, trabalhas muito mais que se fizesse grandes coisas com o perigo de estragá-las com o amor próprio.

Madre Teresa Michel.

O excerto acima foi extraído de uma carta remetida da Itália por Madre Teresa Michel à sua querida companheira, Maria Gilet, onde a primeira demonstra sua lamentação pelo tratamento dispensado a esta por suas companheiras, no Brasil. Diante dos obstáculos e conflitos que reinavam na Congregação, pelo período. Então considerado, seu intuito, ao enviar a carta, era o de alentá-la e o de tentar evidenciar que este se tratava de um caminho árduo; todavia, a alternativa de voltar para a Itália, onde o frio e a miséria se alastravam, poderia se converter em uma cruz ainda mais pesada a se carregar. O que se pode concluir é que, embora a Madre estivesse incansavelmente disposta a oferecer uma palavra de carinho e encorajá-la a seguir na execução da Obra, irmã Maria Gilet via suas forças esvanecerem perante ao tratamento tão hostil que era endereçado a ela por suas companheiras, no interior da casa da rua da Mooca.

No bojo de tais considerações, este capítulo trata da imigração de congregações religiosas para o Brasil, entre o final do século XIX e o início do século XX. Analisa as alianças, no âmbito de suas disputas e acordos para viabilizar a instalação destas congregações europeias no Brasil; bem como suas relações com o projeto da Igreja Católica voltado para o Brasil, em um período em que o país acabara de se converter em República. As nossas elucubrações incluem ainda, a pretensão de compreender a

maneira como foram implementados, em território brasileiro, os projetos políticos das próprias congregações em fase de expansão; analisando também os efeitos que teve a chegada dessas Congregações religiosas sobre a conjuntura do país.

Pretende-se assinalar aqui, um retrato da caridade e filantropia paulistas, em virtude do alto fluxo imigratório italiano que ocorreu no período, tomando como foco analítico o asilo, sob a ótica de uma instituição de caridade com seu programa voltado para o assistencialismo, tutelado pelas Pequenas Irmãs da Divina Providência. Elucubraremos ainda sobre as iniciativas católicas dirigidas para a assistência e educação dos mais pobres; assim como acerca das tensões e os conflitos que permearam a relação destas irmãs com o Bispado paulista.

2.1 - A caridade e a filantropia paulista à criança abandonada

O termo *filantropia* foi usado, posteriormente, aludindo ao termo *caridade*; o qual foi usual nos primeiros séculos de colonização brasileira. Já o léxico *filantropia*, provindo do grego *filantropos+ia (ser* amigo do homem), significa amor pela humanidade; faz referência à praticar a caridade; ocupar-se em melhorar a sorte ou condição do semelhante[35].

No que diz respeito à infância das crianças abandonadas, desvalidas, órfãs pertencentes ao gênero feminino; vale ressaltar que, originalmente, elas eram comparadas à classe dos loucos e dementes.

O espírito de compaixão, mesclado aos sentimentos de caridade, culminou com o engendramento de programas dirigidos para o assistencialismo e, posteriormente, à filantropia ensejando o atendimento à criança desvalida, confinada em instituições fechadas, com destaque na formação profissional; intentando o isolamento aos problemas, no sentido de que não cometessem atos que pudessem pôr em risco a sociedade local.

Várias fases compõem o processo histórico de atendimento à infância desprotegida no âmbito da história do Brasil; constituindo-se estas, habitualmente, vinculadas a instituições totais e, com frequência, marcadas pelas dimensões: religiosa, eugenistas e higienista, estabelecidas com a finalidade de discutir a "limpeza" do

[35] Cf. Caldas Aulete, Dicionário contemporâneo da língua portuguesa, 3ª ed., vol 3. Rio de Janeiro: Delta, 1974, p.1.597.

cenário urbano em relação à pessoas indesejáveis. O atendimento ao qual se faz aqui menção, ateve-se à dimensão catequizadora, assistencialista e filantrópica, nas quais a criança, desprovida de quaisquer direitos enquanto sujeito, configurava-se como objeto de caridade.

Vale assinalar que a assistência, voltada à orfandade feminina era preponderante, devido ao fato de que as meninas desprotegidas e marginalizadas que se instalavam nas grandes cidades compunham um tema de maior preocupação, do ponto de vista da elite. As ameaças às quais as órfãs estavam expostas, se soltas e desamparadas pelas ruas, prescindindo do amparo de um dos seus pais ou até mesmo dos dois genitores, deparando-se com a necessidade de dominar a si próprias, cotejadas com o mundo em que viviam; se convertiam em um incômodo altamente relevante, um peso para a sociedade local. Configurou-se então, assim, asilar essas meninas, numa alternativa de afastamento institucionalizado para proporcionar-lhes uma educação consoante aos preceitos morais mais apurados, assim como no âmbito religioso.

De acordo com Fonseca (2010), variados segmentos sociais se uniram em torno da dimensão filantrópica; dentre eles destacam-se a Igreja, a oligarquia, a imprensa e o Governo Municipal, que estiveram lado a lado; seja motivados pela fé, cuja caridade garantia o céu; seja pela busca do prestígio pessoal que aventava a possibilidade de eternizar os nomes que engrossavam as fileiras das benemerências, ou ainda viabilizar a projeção política de lutar pelo compromisso público da assistência aos menos favorecidos.

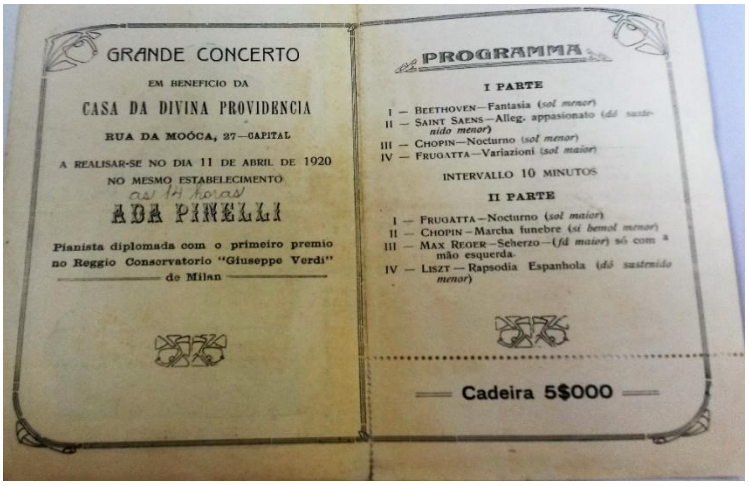
A casa da Congregação das Pequenas Irmãs da Divina Providência, como frequentemente era referida, detinha como uma de suas particularidades, o regime de filantropia; e este fato culminou com a concessão de diversas subvenções. Ao analisarmos alguns excertos, colhidos de jornais datados do período, que não apresentam sua origem, é possível considerar que a sociedade local também se empenhava em angariar fundos para o orfanato.

Como um fato que assemelha muitos estabelecimentos criados por essas Congregações, destaca-se a precariedade enfrentada, havendo em seu interior episódios de penúria presenciados, e até vividos, pelos abrigados, assim como também pelas irmãs que têm estes por sua residência.

Ensejando a construção de uma enfermaria dentro da casa da Divina Providência; se deu a organização, por meio da ajuda solidária e cristã das mulheres da elite, em benefício da instituição supracitada, de um grande concerto de piano executado pela renomada pianista Ada Pinelli, que teve sua concretização na data de 11 de abril de 1920.

Como podemos inferir, por meio dos excertos previamente citados, encontrava-se crítico o estado financeiro do orfanato, e tornou-se imprescindível uma solicitação de clemência articulada pelas irmãs responsáveis pretendendo a consecução de auxílio prestado pela sociedade, em âmbito geral.

Figura 17 - Convite para um concerto com o intuito de angariar fundos para contribuir com a construção da enfermaria do asilo.



GRANDE CONCERTO

EM BENEFICIO DA

CASA DA DIVINA PROVIDENCIA

RUA DA MOÓCA, 27—CAPITAL

A REALISAR-SE NO DIA 11 DE ABRIL DE 1920

NO MESMO ESTABELECIMENTO

as 14 horas

ADA PINELLI

Pianista diplomada com o primeiro premio no Reggio Conservatorio "Giuseppe Verdi" de Milan

PROGRAMMA

I PARTE

I — BEETHOVEN—Fantasia (*sol menor*)
II — SAINT SAENS—Alleg. appassionato (*dó sustenido menor*)
III — CHOPIN—Nocturno (*sol menor*)
IV — FRUGATTA—Variazioni (*sol maior*)

INTERVALLO 10 MINUTOS

II PARTE

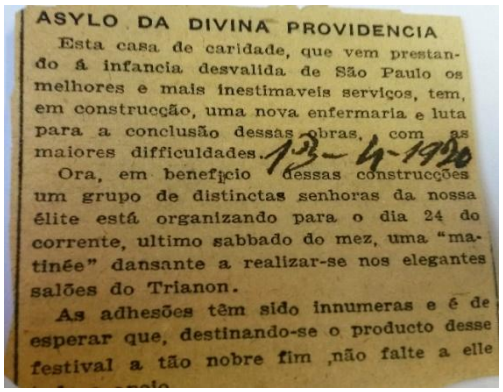
I — FRUGATTA—Nocturno (*sol maior*)
II — CHOPIN—Marcha funebre (*si bemol menor*)
III — MAX REGER—Scherzo—(*lá maior*) só com a mão esquerda
IV — LISZT—Rapsodia Espanhola (*dó sustenido menor*)

Cadeira 5$000

Fonte: Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo

Aqui temos a oportunidade de corroborar nossa análise, vislumbrando mais um excerto que apontam indícios de que as irmãs buscavam incansavelmente o respaldo necessário para a continuidade de sua obra, pretendendo conseguir apoio social financeiro.

Figura 18 - Convite para um concerto com o intuito de angariar fundos para contribuir com a construção da enfermaria do asilo.



ASYLO DA DIVINA PROVIDENCIA

Esta casa de caridade, que vem prestando á infancia desvalida de São Paulo os melhores e mais inestimaveis serviços, tem, em construcção, uma nova enfermaria e luta para a conclusão dessas obras, com as maiores difficuldades. 13-4-1930

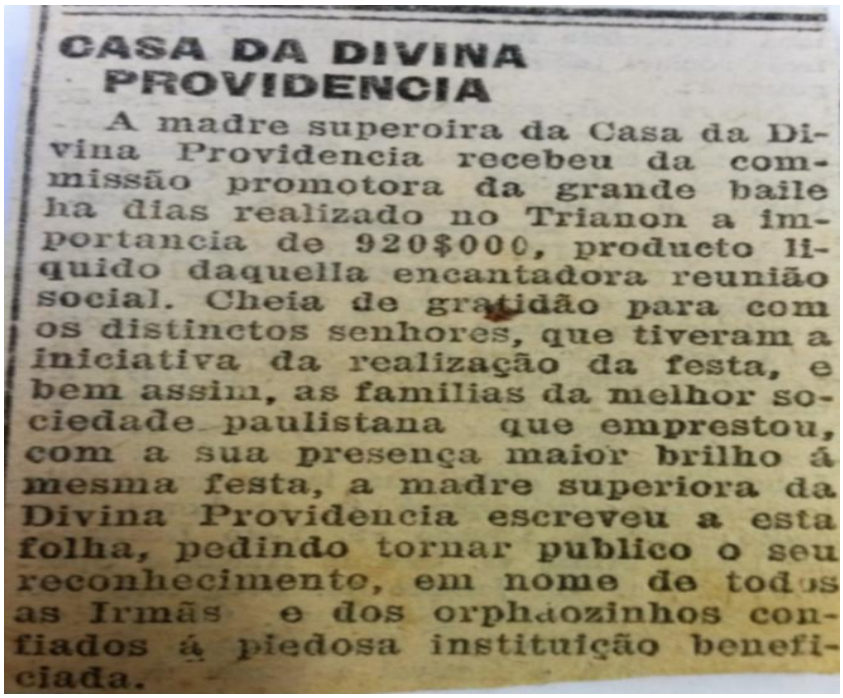
Ora, em beneficio dessas construcções um grupo de distinctas senhoras da nossa élite está organizando para o dia 24 do corrente, ultimo sabbado do mez, uma "matinée" dansante a realizar-se nos elegantes salões do Trianon.

As adhesões têm sido innumeras e é de esperar que, destinando-se o producto desse festival a tão nobre fim ,não falte a elle

Fonte: Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo

Em vista do anúncio afixado no jornal, pretendendo que a população se sensibilizasse perante a situação das crianças assistidas pelo abrigo, e aclarando que caso participassem do evento organizado, estariam contribuindo com a situação das órfãs que, impreterivelmente, careciam de ajuda. Consequentemente, o festival foi muito bem-sucedido, obtendo como saldo final a importância de 920$000. Este que, segundo o jornal, se converteu em produto líquido daquela encantadora reunião social. Sanada a questão da construção da enfermaria, Irmã Cherubina agradece a todos que por elas intercederam.

Figura 19 - Anúncio acerca do valor arrecadado graças ao concerto beneficente em prol da construção da enfermaria do asilo.



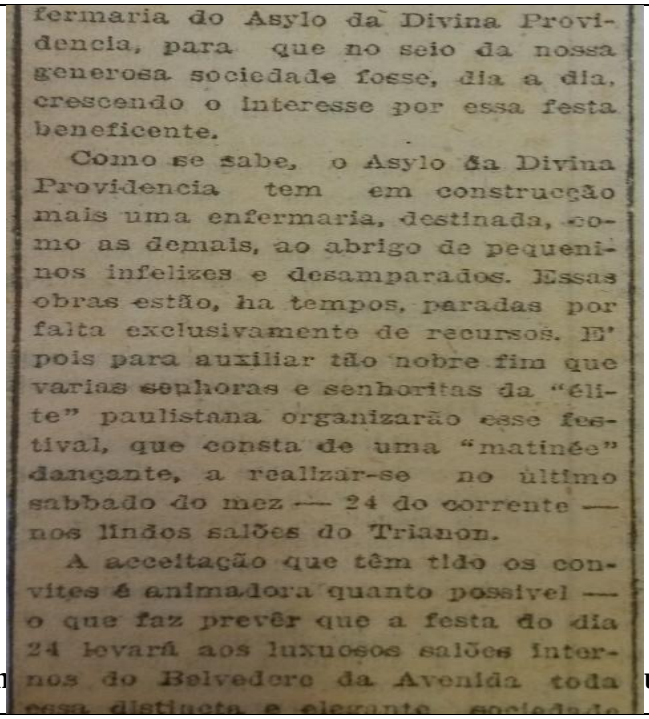
CASA DA DIVINA PROVIDENCIA

A madre superoira da Casa da Divina Providencia recebeu da commissão promotora da grande baile ha dias realizado no Trianon a importancia de 920$000, producto liquido daquella encantadora reunião social. Cheia de gratidão para com os distinctos senhores, que tiveram a iniciativa da realização da festa, e bem assim, as familias da melhor sociedade paulistana que emprestou, com a sua presença maior brilho á mesma festa, a madre superiora da Divina Providencia escreveu a esta folha, pedindo tornar publico o seu reconhecimento, em nome de todos as Irmãs e dos orphãozinhos confiados á piedosa instituição beneficiada.

Fonte: Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo

Ao realizar o balanço final acerca dos acontecimentos, a Madre superiora da instituição, Irmã Cherubina, assinala que o evento resultou altamente proveitoso para todos que compunham aquela casa, continuando a configurar-se esta como instituição educativa, e solicita que todos continuem endereçando sua contribuição para a mesma; a qual, desde a sua fundação, acolhe meninas pobres e desvalidas amparando-as em seu processo formativo.

Figura 20 - Convite para o grande concerto em prol dos órfãos do asilo.



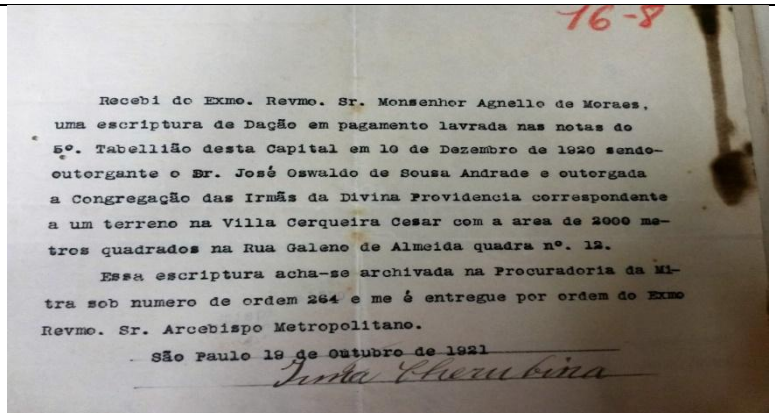
fermaria do Asylo da Divina Providencia, para que no seio da nossa generosa sociedade fosse, dia a dia, crescendo o interesse por essa festa beneficente.

Como se sabe, o Asylo da Divina Providencia tem em construcção mais uma enfermaria, destinada, como as demais, ao abrigo de pequeninos infelizes e desamparados. Essas obras estão, ha tempos, paradas por falta exclusivamente de recursos. E' pois para auxiliar tão nobre fim que varias senhoras e senhoritas da "élite" paulistana organizarão esse festival, que consta de uma "matinée" dançante, a realizar-se no ultimo sabbado do mez — 24 do corrente — nos lindos salões do Trianon.

A acceitação que têm tido os convites é animadora quanto possivel — o que faz prevêr que a festa do dia 24 levará aos luxuosos salões internos do Belvedere da Avenida toda

Fon **ulo**

Figura 21 - Ofício de doação de terreno em benefício da Congregação das Pequenas Irmãs da Divina Providência.



16-8

Recebi do Exmo. Revmo. Sr. Monsenhor Agnello de Moraes, uma escriptura de Dação em pagamento lavrada nas notas do 5º. Tabellião desta Capital em 10 de Dezembro de 1920 sendo outorgante o Dr. José Oswaldo de Sousa Andrade e outorgada a Congregação das Irmãs da Divina Providencia correspondente a um terreno na Villa Cerqueira Cesar com a area de 2000 metros quadrados na Rua Galeno de Almeida quadra nº. 12.

Essa escriptura acha-se archivada na Procuradoria da Mitra sob numero de ordem 264 e me é entregue por ordem do Exmo Revmo. Sr. Arcebispo Metropolitano.

São Paulo 19 de Outubro de 1921

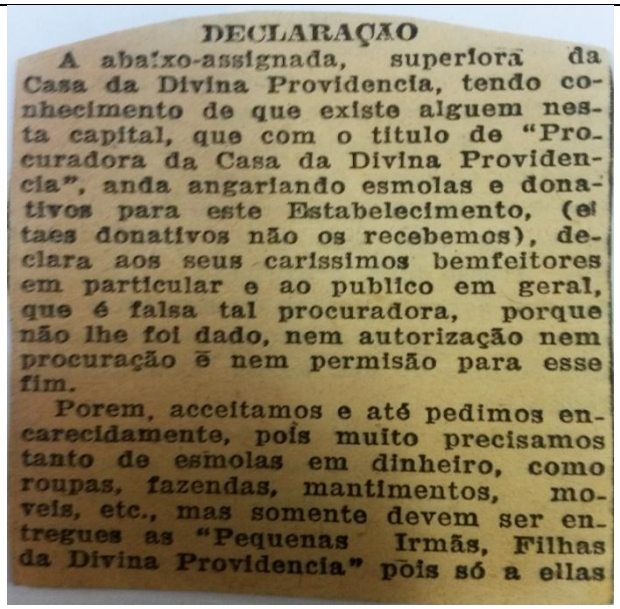
Fonte: Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo

As subvenções recebidas pelo Orfanato vinham de esferas distintas do poder público e também do particular, como é possível constatar a partir deste recibo; a Congregação recebeu um terreno na Villa Cerqueira César com área de 2000 metros, localizado à Rua Galeano de Almeida, quadra n º 12, que fora doado à Igreja para que fosse repassado à Casa da Divina Providência. Assim, as irmãs teriam soldos para propiciar as órfãs uma vida com mais conforto.

Além do respaldo das subvenções, o Orfanato contava ainda com esmolas e contribuições particulares; e todos os donativos recebidos apresentava um destino certo: os gastos com as internas que, diga-se de passagem, não eram insignificantes.

Como foi previamente explicitado, nada na vida da Congregação, sobre a qual debruçamos a nossa análise, resultou-se sem dificuldades; frequentemente ela esteve envolta em conflitos, inclusive no que diz respeito à esmolação, que se tratava de uma característica emblemática destas irmãs. Como é possível inferir acerca da nota anexada, estas últimas encontraram percalços inclusive nesta esfera. Pessoas dotadas de má fé e oportunismo, transitavam pelas ruas do bairro solicitando ajuda, esmolando em nome delas. Todavia, ao contrário do que faziam crer a quem os auxiliava, tais pessoas não apresentavam qualquer vínculo em relação à Congregação e sua ação repercutia em certo desconforto para as Irmãs, que se viram diante da incumbência de vir a público trazer tais esclarecimentos acerca destas ocorrências.

Figura 22 - Esclarecimento sobre esmolação.



DECLARAÇÃO

A abaixo-assignada, superiora da Casa da Divina Providencia, tendo conhecimento de que existe alguem nesta capital, que com o titulo de "Procuradora da Casa da Divina Providencia", anda angariando esmolas e donativos para este Estabelecimento, (e taes donativos não os recebemos), declara aos seus carissimos bemfeitores em particular e ao publico em geral, que é falsa tal procuradora, porque não lhe foi dado, nem autorização nem procuração é nem permisão para esse fim.

Porem, acceitamos e até pedimos encarecidamente, pois muito precisamos tanto de esmolas em dinheiro, como roupas, fazendas, mantimentos, moveis, etc., mas somente devem ser entregues as "Pequenas Irmãs, Filhas da Divina Providencia" pois só a ellas

Fonte: Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo

2.2 - As congregações católicas: um chamado para a caridade e as iniciativas católicas na educação

Frente ao cenário da Proclamação da República, o Brasil sofria radicais transformações político-eclesiais; a separação entre a Igreja e o Estado comprometia a subsistência da primeira, que deveria encontrar novas formas de manter-se. Foi então

que a união surgida com a oligarquia, tendo em vista o grande contingente de fé católica e a criação das irmandades, influenciou positivamente para o suprimento da ausência dos benefícios obtidos por meio do Estado.

A igreja brasileira desenvolveu tardiamente sua autonomia em relação ao Estado; e, ainda assim, a posição jurídica da Igreja Católica em seu afastamento perante a este último, manteve-se consideravelmente inalterado. A maneira peculiar acerca de como se deu a independência brasileira, permitiu ao Estado a soberania em relação ao poder da Igreja; acontecimento que foi impedido de se dar em outros países do continente sul americano. A culminância deste fato se deu graças ao Tratado do Regime do Patronato, baseado no firmar de um compromisso que primava por evangelizar os povos do Novo Mundo; onde o governo exerceria controle completo sobre tal façanha para executar a nomeação dos bispos da paróquia, a cobrança de dízimos, a criação de novas dioceses e clérigos, etc.

O exercício do Patronato foi progressivamente se convertendo em mais secularizado, em meados do século XVIII, e este se constituiu em um dos fatores de tensão entre Roma e os dois impérios que detinham o poder na América do Sul, particularmente no que se referia ao império português. A expulsão dos jesuítas, seguida pela guerra de resistência sobre o controle da redução do poder religioso em âmbito territorial nos países: Brasil, Argentina e Paraguai, representaram o triunfo para o regalismo imperante de Madri e de Lisboa, e às pretensões romanas de exercer alguma autoridade religiosa em território "exterior"; inclusive por parte da hierarquia local que intentou afrouxar os laços com o Patronato. No século XIX, o clero brasileiro, bem como o das repúblicas de origem espanhola, viram-se diante da possibilidade, pela primeira vez em três séculos, de estabelecer contatos diretos com Roma. O processo de romanização destas Igrejas resultou contraproducente, posto que entraram em confronto em relação às políticas anticlericais de governos que tencionavam limitar a influência do clero na sociedade.

O Brasil, frente aos oitocentos, construiu sua história de maneira distinta; se por um lado seu caminho o levou a uma situação menos problemática, por outro, poderia se classificar como a mais inexpressiva delas. A expulsão dos jesuítas, por conseguinte, deficiências estruturais pertencentes a um clero pouco numeroso e não muito preparado.

Todavia, a igreja brasileira começou uma marcha de alerta em relação a Roma. Uma nova geração de bispos, atenta a não entrar em conflitos com as autoridades seculares, se preocupou em obter certa autonomia para a formação de seminaristas e atingir o intento de que um número maior de religiosos estrangeiros aportassem no Brasil; como se pode inferir com a análise dos anuários eclesiásticos referentes aos anos 1912-1913.

Esse processo de reforma em âmbito eclesiástico resultou em uma relevante crise em relação ao Estado, a chamada "questão religiosa[36]"; que se arrastou de 1872 a 1875. Esta crise foi bastante emblemática, pois constituiu-se em um ponto de mutação sobre as relações constituídas entre o Estado brasileiro e a Igreja Católica.

Tal processo findou-se com tranquilidade, após a ocorrência de todos os acontecimentos, particularmente se cotejado com a luta furiosa envolvendo a Igreja e Estado em todo o restante do continente. Esta secção não se constituiu de forma tão traumática; inclusive, as relações com a Santa Sé foram mantidas, revelando que parte da elite brasileira sentia mais indiferença que hostilidade perante à religião.

No que tange à ação da Igreja surgiram diversas críticas, pois a secção formal concretizada não se encontrava em conformidade com o esperado para a doutrina; especialmente acerca da posição especial que o catolicismo deveria ocupar no país.

Roma trabalhou durante muitos anos para reforçar o que acreditava ser "as fracas estruturas" da Igreja brasileira. Nos primeiros anos da República houve um progresso quantitativo no número de dioceses, crescendo este de 12 para 58. Durante o mesmo período, o fluxo de pessoas provenientes da Europa influenciou para que culminasse uma mudasse radical da paisagem social do país.

O estudo da sociedade brasileira viabiliza constatar a presença do catolicismo no âmbito das diversas instituições e dos vários níveis sociais. Historicamente, sua influência foi marcante, desde sua implantação, com o regime do Padroado, o elemento religioso sempre desempenhou um papel significativo para as pessoas inseridas nas diversas camadas sociais.

[36] De acordo com D. Antônio de Almeida Lustosa (1992) a questão religiosa começou no ano de 1972, quando os bispos começaram a reagir contra as intromissões de autoridades civis em assuntos eclesiásticos e contra a presença de membros maçons nas Irmandades religiosas católicas. Em Pernambuco, D. Vital, em 5 de janeiro de 1873 suspendeu os trabalhos da Irmandade de N. S. da Soledade porque esta não acatou a ordem de excluir seus membros maçons (LUSTOSA,1992, pp 133-134)

Torna-se relevante registrar que o regime republicano não promoveu uma perseguição religiosa, e também não colocou empecilhos para a organização do ensino católico privado no Brasil. Este se configurou como um fator que concorreu para a expansão do movimento educativo religioso.

Diante dos novos tempos no contexto histórico do Brasil, e especificamente, com a proclamação da República, ocorre uma dissociação entre o Estado e a Igreja, ocasionando assim em uma liberdade maior de culto; isso provoca o embate entre os católicos e protestantes de forma mais vigorosa; com o protestantismo tencionando ganhar espaço, e o catolicismo tentando impedi-los de conquistá-lo, conforme aponta Hilsdorf (2005).

No entanto, como anseia assinalar Miceli (1998) a Primeira República foi um período de construção institucional da igreja no Brasil, e não de dificuldades, por conta da separação Igreja-Estado. Que teve que lidar com dois interlocutores sociais – O Vaticano romanizado que quer as obras pias sob o controle dos bispos, e não mais das irmandades, e as oligarquias, determinantes para a cultura organizacional dos prelados que passa pelas alianças com os setores oligárquicos.

Tais embates mencionados, entre católicos e protestantes, já vinham tendo palco desde o início do século XX, o que ocasionou à Igreja a necessidade de criar algumas formas de combate, com o intento de enfraquecer o movimento protestante supracitado, simultaneamente disseminando os ideais católicos, com o fito de retornar a posição ocupada por ela anteriormente e, por meio disso, aumentar o número de fiéis da Igreja Católica. Analisando o que foi exposto, é possível pensar nas estratégias encontradas pela Igreja Católica em sua busca pela retomada de espaço na educação.

Como meio de atingir seus objetivos, a Igreja implementa sua política de restauração através da educação; sendo assim, é possível compreender o papel relevante que a educação assumiu no contexto histórico brasileiro, sobretudo a partir dos últimos anos do século XIX. Os vários conflitos entre Igreja e República, que ao se verem diante de suas ideologias, desenvolveram seus respectivos modelos de escola; onde o confessional poderia abarcar a realização das aspirações reformadoras da Igreja Católica. Tal projeto de Restauração engendrado pela Igreja, no contexto brasileiro, assumiu suas diversas formas, adaptando-se às mudanças e aplicando seus objetivos em ações sociais políticas e religiosas.

A referida proposta de Reforma da Igreja visava também a separação do clero da participação política, assumindo o propósito de "catolizar o povo brasileiro"; para isso, houve uma atenção maior voltada para a difusão de escolas, permitindo que a educação fosse um importante meio para tal fim. Para tal empreitada, as autoridades religiosas no Brasil recorreram a institutos religiosos europeus para levar adiante este movimento.

As escolas surgiram com a missão de sanar as carências educacionais do período, e a Igreja acabou se convertendo em importante instituição educadora naqueles tempos. De acordo com MUNIZ (2003 p.181) Conciliando o desejo de educar os jovens por parte das famílias, com o interesse do bispado pela disseminação do catolicismo na vida cotidiana dos fiéis, a educação da mulher assumiu novas proporções educacionais nestes institutos, atendendo à "clientela dos estratos superiores e médios da sociedade", possibilitando que a criação de internatos ou orfanatos masculinos e femininos encontrassem apoio na sociedade.

A Igreja, na prerrogativa de consolidar-se diante do novo regime, buscou defender a fé católica, sob a perspectiva de uma reforma moral através da religião; e as escolas confessionais constituíram-se em estratégias ideológicas da Igreja no âmbito de seu projeto de restauração, no decorrer do período republicano. Conforme NUNES (1986) a Igreja tinha como objetivo centralizar e aprofundar o controle católico na sociedade, constituindo, juntamente com outras instituições católicas, como asilos, creches, bem como o trabalho catequético em geral "canais privilegiados", através dos quais a Igreja faz passar representações religiosas e éticas.

A partir da análise inicial dos Anuários Eclesiásticos da Arquidiocese de São Paulo datados do período de 1912-1923, é possível notar, especialmente na figura do então Bispo de São Paulo, Dom Duarte Leopoldo e Silva, a empreitada que seria necessária desenrolar-se para atingir a consecução do objetivo de combater a disseminação do protestantismo na cidade de São Paulo; e ele chama para si a responsabilidade da concretização desta Obra. Afinal, a educação tornara-se a "alavanca" para a Restauração da Igreja Católica, e tal fato alavancou muito empenho em direção à conquista deste espaço educacional.

Segundo a Igreja Católica, vista como educadora natural, a sua missão de educar compõe uma finalidade mais elevada que é a promulgação de sua fé; não se constitui em vão o seu empenho no sentido de promover a criação de escolas católicas, e fazê-las

tornarem-se importantes instituições de ensino. Para que tal missão tivesse êxito, o Arcebispo de São Paulo propicia a criação de várias frentes de estabelecimentos de ensino.

Assim que D. Duarte Leopoldo e Silva assume a diocese de São Paulo, percorre imediatamente a diocese, ansiando conhecer suas necessidades; e o resultado de sua ação, foi a confrontação com uma série de problemas pertencentes a diversas ordens; particularmente no que tange à carências educacionais e religiosas; entraves estes relatados no anuário eclesiástico de 1912. Com o objetivo então de catolizar a população, ele desenvolve os movimentos populares que já se encontravam em fase de atuação, e se empenha em maximizar a expansão da política educacional católica, inclusive incentivando a educação ocorrida através do catecismo.

O protestantismo se moldou como uma ameaça com a qual se deparava a Igreja Católica naquele momento histórico; tendo isto em vista, a Igreja Católica lança mão de estratégias para estabilizar a autoridade da Igreja, concomitantemente a que buscava engendrar a participação popular neste projeto, através da criação de escolas, asilos e orfanatos.

Pretendendo a consecução de tal intento, verifica-se uma ação educacional, por parte do Bispado, visando a construção de escolas; especialmente contando com o número considerável de Congregações que vieram para São Paulo. Pode-se verificar no Anuário datado de 1912-1913, que no período eram 19 as Congregações de Irmãs estabelecidas na Arquidiocese de São Paulo, com 44 comunidades; tendo a dianteira as Irmãs de São José, estabelecidas em Itu, desde 1888, contando com um total de 631 religiosas; das quais 100 são contemplativas e 531 hospitalares e ensinantes. Este considerável número de Congregações torna-se significativo para compreendermos a ação educacional da Igreja naquele contexto.

Analisando estes 19 Institutos, 8 tinham noviciados na Arquidiocese, 7 possuíam externamente, e 5 apenas, sendo elas N. S. De Sião, Damas de S. Agostinho, Irmãs da Esperança, Missionárias do Coração de Jesus e Zeladoras do Coração de Jesus ainda se estabeleciam em território estrangeiro. Neste determinado momento, era preponderante a participação de Irmãs brasileiras. Estas informações foram obtidas a partir da análise das informações extraídas dos Anuários Eclesiásticos da Arquidiocese de São Paulo, n. 2 (1915-1916) n.3 (1916-1917), n.4 (1918-1919) e n.5 (1919-1920)

Havia também os estabelecimentos de ensino, num total de 63, que funcionavam na Arquidiocese, servidos por 452 professores de ambos os sexos, onde constava a matrícula de 11.224 alunos. Destes, 6.397 recebiam o ensino gratuito, notando-se que mesmo no interior dos grandes pensionatos, havia a existência de alunos que matricularam-se gratuitamente. Os referidos estabelecimentos estavam distribuídos em 18 colégios, 34 escolas ou externatos - sendo 24 diurnas e 10 noturnas – e, ainda, 11 asilos. Dos colégios, 13 se constituíam como pensionatos, e 5 como gratuitos. Das escolas, apenas 1 era pensionato, e os asilos eram gratuitos.

Não era reduzida a quantidade de alunos que contavam com o ensino gratuito; nos pensionatos eram admitidos muitos alunos que não eram obrigados a pagar pelo ensino que receberiam, e em alguns deles existiam os pensionistas, cujo os pais ou responsáveis eram os provedores do auxílio.

Entre as escolas, 7 eram mantidas pelos vigários, e oito por associações católicas. Todos os demais colégios, escolas e asilos tinham as Congregações religiosas como mantenedoras.

Ainda neste período, foram inauguradas 10 escolas noturnas, voltadas especialmente para os adultos; destacando-se a dos Salesianos, que forneciam atendimento a 230 alunos. Outras seis eram mantidas pela Associação de Escolas populares, fundada pelo Exmo. Dom Sebastião Leme, ainda quando se encontrava na função de pró vigário geral da Arquidiocese; nesta associação era oferecido ensino gratuito e religioso para 180 moças operárias.

De acordo com Garcia (2007) a Associação das Escolas Populares, foi criada no ano de 1910, por meio da iniciativa de alguns membros da sociedade católica, os quais tinham o intuito de alfabetizar e evangelizar crianças pobres e operários. Essas escolas jamais foram subvencionadas pelo Estado, e tinham como conselheiro espiritual o Arcebispo Metropolitano, Dom Duarte Leopoldo e Silva.

Ao lançarmos o olhar sobre os relatórios estudados, insinua-se outra preocupação a Dom Duarte; e ela está atrelada à população infantil, que embora já em idade de receber instrução religiosa, este segmento social acabava por não recebe-la. Segundo as estatísticas eclesiais, somente 1/3 dessas crianças receberam tal tipo de instrução, e menos da terça parte dos alunos matriculados tiveram acesso à primeira comunhão.

Segundo o ponto de vista do Arcebispo de São Paulo, este fato se dava graças ao descuido dos pais, onde outras demandas da vida cotidiana se faziam mais interessantes em relação a dos ensinamentos católicos. A ordem então se deu no sentido de que eles, os párocos, se organizassem para prover a multiplicação dos centros de catequismos, recorrendo aos bons serviços voluntários, onde os grupos que tomassem para si tais encargos seriam de preciosa ajuda no intento de ensinar estas crianças a trilharem o caminho do aprendizado à leitura.

Este não se constituiu em um período particularmente brando para os párocos, pois estes se encontravam na linha de frente desta retomada eclesiástica. Cabia a eles, além dos afazeres atrelados a seu exercício religioso, a efetivação e fortalecimento das alianças contraídas junto aos poderosos; além de preservar o carinho e o apego endereçados pelos pobres em direção à contemplação dos interesses da Igreja e da elite e; não obstante a isso, administrar a paróquia, cultivando a esperança de auxiliar na preservação e na constituição do patrimônio da instituição.

Cabe a constatação, a partir de uma análise inicial dos relatórios anuais elaborados pela Arquidiocese, que ao menos no tocante à iniciativa por parte da Igreja católica que traz a premissa de educar por meio da catequese, o objetivo foi alcançado; como atestam os dados apresentados, onde, vale lembrar, somente se considerou a população infantil do bairro da Mooca; tomando como lastro os dados apresentados pela Arquidiocese de São Paulo, em um breve estudo acerca da preocupação trazida por estas crianças ao estarem excluídas de receber a instrução religiosa fornecida pela Igreja.

Quadro 2 – Crianças catequizadas no bairro da Mooca:

Período	**1913**	**1914**	**1915**	**1916**	**1917**	**1918**	**1919**	**1920**	**1921**	**1922**	**1923**
Masculino	**60**	**-**	**190**	**-**	**60**	**108**	**301**	**-**	**342**	**-**	**362**
Feminino	**75**	**-**	**521**	**-**	**75**	**220**	**520**	**-**	**586**	**-**	**434**

Fonte: Quadro elaborado a partir dos dados extraídos dos Anuários Eclesiásticos da Arquidiocese de São Paulo *n. 2 (1915-1916) n.3 (1916-1917), n.4 (1918-1919) e n.5 (1919-1920)*

Tomando como referência esta tabela, é possível vislumbrar um aumento considerável em relação à quantidade de crianças catequizadas no bairro da Mooca, especialmente no que se refere ao número de meninas. Tendo em vista este panorama, a

Igreja conseguia também retomar um espaço importante no decorrer de sua luta pela retomada do espaço educativo, ainda que de cunho religioso. O que também se insinua a partir dos relatórios analisados é que, apesar da ocorrência do aumento considerável de crianças passando pelo processo de catequização, ainda assim, um contingente bastante alto de crianças não havia sido beneficiadas com a instrução religiosa, o que contabilizava um déficit muito grande para a Igreja. Se tomarmos o ano de 1917 como demonstrativo, o mesmo torna-se evidente. O total de crianças catequizadas em 1917 foi de 135, enquanto o número de crianças que não receberam instrução religiosa católica somou-se em 2.386.

Para que os projetos de D. Duarte fossem adiante, é de uma necessidade ímpar atentar para os parâmetros que determinaram o posicionamento de apoio dos paulistas ao projeto Reformador da Igreja Católica. Essa aliança entre Igreja Católica e a classe abastada paulista deve-se à uma situação vivida por esta classe, ameaçada por uma nova ordem. Esta elite buscou o desenvolvimento de uma série de mecanismos tencionando a manutenção de sua dominação, através de aparatos ideológicos, entre os quais se acha a Igreja, para a legitimação de sua posição na sociedade; ou seja, a camada privilegiada da sociedade paulista que se dispôs a dar respaldo à Reforma da Igreja, na época, tinha interesses voltados na direção de obter o auxílio da instituição religiosa para consolidar a sua própria dominação social.

Por outro lado, a Igreja, embora assinalando sua predisposição em oferecer o apoio requerido por aquele grupo, procurou esclarecer suas condições para a manutenção da aliança; ou seja, ela almejava a restituição do *status* que julgava ter perdido com a secção instituída pelo Estado em 1890.

Os dilemas de D. Duarte Leopoldo e Silva em torno dos representantes do Estado associavam-se à resistência que tivera, por suas convicções ultramontanas, em aceitar a condição a que ficara submetida a Igreja no contexto republicano em que se encontrava o Brasil.

A Santa Sé atraiu a entrada no Brasil de muitos religiosos e religiosas da Europa, necessários para garantir a assistência espiritual em prol de um grande número de imigrantes. Entretanto, o cuidado pastoral aos recém-chegados não se configurou como o único motivo que levou muitas congregações europeias a desembarcar em território brasileiro. No entanto, essa chegada da Europa de todos esses religiosos também foi

fonte de equívoco e dificuldades com alguns dos bispos e do clero diocesano, mas os próprios tinham autonomia e independência.

O processo de composição dos asilos se deu abstraindo de manifestações desarmônicas entre a Igreja e o governo republicano; afinal, a todos competia o interesse sobre uma instituição religiosa que assistisse, educasse e, até mesmo, regenerasse a infância desprotegida, que estivesse entregue à própria sorte nas ruas, expondo a cidade ao convívio com um incômodo social: a situação de meninas mendigando ou prostituindo-se.

Se constituía como de suma importância, a presença mais efetiva da fé católica no contexto social, e uma maior consonância e colaboração entre Igreja e Estado; desta maneira, visava-se a criação de uma sociedade que primasse pelo respeito aos valores tradicionais do cristianismo[37].

Desde meados da época imperial, o episcopado brasileiro vinha fortalecendo seus vínculos de dependência em relação à Santa Sé. Com isso, objetivava alcançar a substituição da tradicional formação luso-brasileira por uma orientação educacional marcadamente europeia; e esses missionários formaram o núcleo principal dessa nova orientação da Igreja, na esfera educativa.

Em resposta aos estímulos dos bispos, estes religiosos passaram a multiplicar seus estabelecimentos educativos. Aliás, não faltaram congregações europeias que principiassem no Brasil a atuação em tal área, especificamente visando atender às solicitações do episcopado. Houve, assim, diversas situações de improviso, e tal fato culminou com a diminuição da qualidade do ensino, pois, neste momento, se primava predominantemente pela preservação da fé de seus educandos, em detrimento à sua formação cultural.

No decorrer do período monárquico, houve, invariavelmente, restrições maciças à presença de religiosos estrangeiros em território brasileiro. Com o Advento da República, entretanto, o governo deixa de interferir neste aspecto.

A partir do ano de 1851, com a nomeação do padre Antônio Joaquim de Melo para a sede episcopal paulista, a situação começou a ser permeada por um novo rumo, pois ele procurou alinhar-se no âmbito do movimento ultramontano, já principiado pelo bispo de Mariana D. Antônio Ferreira Viçoso.

[37] Para que essa presença fosse eficaz, os bispos desejavam reconquistar uma série de privilégios e regalias típicas do Padroado.

Os bispos brasileiros patrocinaram, ainda, a vinda de congregações europeias para prover o cuidado aos imigrantes, e isso ocasionou a vinda de diversas congregações masculinas e femininas que objetivavam oferecer amparo aos seus compatriotas. Como vemos em Azzi (1992):

> A dificuldade não pequena de achar congregações religiosas que queiram fundar casas no Brasil para os colonos, poderá ser diminuída por uma recomendação do Santo Padre aos palotinos, aos passionistas, aos redentoristas e outras congregações florescentes na Europa.

Como situar a história da educação brasileira no interior das análises que aqui se engendram, desprezando a contemplação ao trabalho das congregações religiosas? A relação entre a educação e a religião católica atravessou nossa história. Na perspectiva educacional, a atuação das congregações religiosas ganhou um papel de grande destaque.

Segundo PASSOS (1998), neste período houve um aumento significativo da rede escolar católica. No período de 1889-1930, o Brasil recebeu um total de 95 congregações femininas.

Admitindo-se ainda que o atendimento dos colégios católicos privilegiasse os filhos da antiga classe senhorial, ocorreram algumas iniciativas junto às camadas populares. No ano de 1892, foi fundada oficialmente, na Diocese de Mariana, em Minas Gerais, a Associação das Irmãs de Nossa Senhora da Piedade, que primava por atender as meninas órfãs e oferecer-lhes uma educação consoante aos princípios da fé católica; essa Associação dirigia-se às crianças, filhas de escravos beneficiados com a Lei do Ventre Livre.

A expansão das escolas católicas femininas incorreu no surgimento da possibilidade de as jovens elevarem seu nível cultural. Neste contexto, diversas congregações fundaram as escolas Normais, com o objetivo de formar professoras católicas que atuassem no Magistério.

Segundo Azzi (1987), a unificação da Itália era considerada pela hierarquia católica como violação aos direitos da Santa Sé; se convertendo em violência e injustiça praticadas pelo Estado Liberal contra a autonomia da Igreja. Dissemina-se assim, por várias partes do mundo, a solidariedade dos fiéis católicos endereçada ao papa despojado de seu estado, convertido agora em prisioneiro voluntário do Vaticano.

No cenário da conjuntura do Brasil, os leigos e os clérigos ultramontanos uniram-se a este movimento de adesão incondicional à Sede de Roma e às suas diretrizes. A educação católica passou a reforçar tais orientações de resistência às aspirações liberais.

A Congregação das Pequenas Irmãs da Divina Providência, instalada em São Paulo, encontra-se inserida em meio a essas tensões pois, de um lado vê-se ligada à essa política ultramontana e, de outro, deve seguir as orientações de D. Duarte Leopoldo e Silva; este determina que as congregações aqui instaladas devem ser ao máximo composta por pessoas e elementos da cultura brasileira, inclusive seguindo as diretrizes da Diocese de São Paulo, e não da Santa Sé.

Em vista de tal imposição articulada pelo então bispo de São Paulo às congregações aqui instaladas, cria-se um grande conflito entre D. Duarte Leopoldo e a Madre Teresa Michel, fundadora da Congregação das Pequenas Irmãs da Divina Providência.

De acordo com (CUSTÓDIO, 2012) a superiora geral e fundadora da congregação, a italiana Teresa Michel, "sofreu muito por causa dos juízos negativos por parte da autoridade Diocesana, pela qual mais vezes foi reenviada para a Itália. Foi tida por Dom Duarte como 'uma dessas histerias terríveis senão maluca' causa da perturbação e de desorganização da comunidade da Mooca[38]. À época em que as irmãs se estabeleceram em São Paulo, encontrava-se à frente da Diocese paulista, Dom Antônio Cândido de Alvarenga.[39]

O considerável índice de Congregações em funcionamento torna-se significativo para favorecer a compreensão acerca da ação educacional da Igreja em meio àquele momento republicano. Tais congregações disseminaram os reflexos das mudanças sociais que se desencadearam na Europa e são caracterizados especialmente por seus projetos voltados para a questão social, como as que se ligam à saúde e à educação. A educação feminina, no entanto, se converterá em relevante foco de atenção, neste primeiro momento da República. Como se pode inferir, foi por meio das mudanças político-sociais que essas congregações se tornaram singularmente atuantes sobre

[38] (CCS/Positio,v.1, 1987, pp. 250-251)
[39] Nascido na Comarca de Itu em 1858, ordenou-se sacerdote em 11 de março de 1883. Em Janeiro de 1894 foi nomeado primeiro bispo de Curitiba, ainda neste ano foi sagrado em Roma. Em 1906, faleceu, vítima do naufrágio do Vapor Sírio.

importantes questões sociais. Com isso, está consciência social tornou-se primordial para a estratégia de reforma e restauração da Igreja brasileira; abrangendo em seu âmbito, o cuidado aos necessitados, principalmente aos enfermos, assim como também aos asilos, tendo influenciando a educação feminina, em especial aquela voltada ao amparo das meninas pobres.

No que se refere à educação de meninas, aliás, tanto no contexto das escolas como no dos internatos, era papel das Irmãs era zelar pela instrução e preservação da moral, bem como transmitir o ensinamento à mulher acerca das questões voltadas para o lar, poupando-a de seguir por caminhos indesejáveis e, desta maneira, primar pela preservação, nessas meninas, à imagem de mulher instruída para o lar, bem como para o esposo.

A ação educativa católica constituía-se como uma missão evangelizadora. Em seus diversos momentos, tal presença buscou "estratégias e formas diferenciadas". Contudo, é necessário considerar que a questão educacional não existe isoladamente, mas está inserida em seus contextos sociais e culturais.

Consoante ao que foi dito anteriormente, vale ressaltar que a chegada das congregações já mencionadas ao Brasil resultou em uma contribuição altamente significativa para a educação, especialmente quando ela foi dirigida à formação feminina; entretanto, tais instalações não se viram isentas de superar conflitos.

Contava-se o ano de 1903, quando irmã Cherubina regressa a São Paulo, na companhia de outras irmãs, em direção à Rua da Mooca, com o intuito de dirigir o Orfanato da Providência Divina. É nesta ocasião que se dá o acontecimento que pode-se inferir que foi vivenciado pela Congregação, denominado como a "Divisão de São Paulo".

2.3 - As irmãs e o bispado paulista: território de conflitos e tensões:

É possível vislumbrar que a instalação da Congregação das Pequenas Irmãs da Divina Providência no Brasil parece-nos imersa em conflitos e tensões; ora graças à sua fundadora, junto ao Arcebispo de São Paulo, na figura de Dom Duarte Leopoldo e Silva; ora, por conta das irmãs da Congregação que não se entendiam entre si de maneira satisfatória; sem deixar de mencionar os percalços enfrentados por conta da má administração da casa.

As Pequenas Irmãs da Divina Providência, de Alessandria, na Itália, enviadas pela própria fundada da Congregação, Madre Teresa Michel, viajaram com destino a então Diocese de São Paulo, em 1900, no governo de D. Antônio Alvarenga, chefiadas pela Irmã Imaculada Gilet. Como já foi abordado anteriormente, ao chegarem foram encaminhas para a cidade de Mococa, interior de São Paulo, sendo confiada a elas a tarefa de trabalhar em um colégio católico, que estava sob a direção do Vigário da cidade, para atuar atendendo as demandas da comunidade italiana que vivia nesta região e próxima à instituição.

No entanto, ao chegarem a Mococa acabaram por serem absorvidas na administração e funcionamento do Colégio, não desempenhando atividades junto à comunidade italiana. A atuação das Irmãs, segundo documentos encaminhados pelo Vigário, foi desastrosa, evidenciando segundo a avaliação do mesmo, que elas não possuíam a capacidade para gerir um colégio. Como as condições de funcionamento e financeiras desta instituição estavam muito frágeis, o Colégio acabou sendo fechado, demolido posteriormente, no seu lugar foi construído um hospital.

De toda forma, observa-se que este foi um dos muitos obstáculos aos quais as irmãs enfrentariam; e corroborou-se a hipótese, descrita em carta enviada pelo Vigário para o Núncio Apostólico, de que a superiora Irmã Gilet era, como foi rotulada, uma religiosa sem espírito, de formação deficiente, agitada e absolutamente incapaz.

Se elas tinham ou não capacidade administrativa, não temos indícios que possam confirmar esta questão, no entanto, parece estranho que esperassem de um grupo de religiosas que havia chegado de outro continente tão repentinamente tivessem condições de salvar, ou reverter uma situação tão grave em apenas 6 meses, ou seja, o período que ali permaneceram.

As irmãs que lançavam seu interessem primordialmente ao atendimento aos pobres, sem titubear, inauguraram casas em Botucatu, Sorocaba, Tietê e Casa Branca; no interior destas casas, as irmãs aceitaram diversas mocinhas sem qualquer preparo ou noviciado regular, prescindindo de preparação moral anterior, como também intelectual e religiosa; o que se converteria para elas em mais um obstáculo atrelado às suas obras sediadas em terras brasileiras, conforme relatado em ofício enviado ao Núncio apostólico, ao Monsenhor Scarpadini em 14 de abril de 1919.[40]

[40] APSDP, pasta A- 41, documentos, crônicas e depoimentos.

Sobre a abertura destas quatro casas no interior de São Paulo, temos poucas informações, inclusive se as Irmãs que estavam nestes locais estavam ou não associadas a outros grupos religiosos, congregações que atuavam com ensino jardim de infância, primário, secundário, como veremos no capítulo 3. O que chama atenção pelos dados dos Anuários a partir de 1912, que a Congregação atendia meninos, os números são muito significativos e isto não aparece em nenhum outro documento da instituição.

Convém notar, como explicação para tantos disparates, que a Diocese dirigida por D. Alvarenga, que à época encontrava-se doente, em nada atuava para conter as irmãs que ao Brasil aportaram. Ao tomar posse da Diocese, um dos primeiros cuidados de D. José de Camargo constituiu em inteirar-se acerca do que passava na Congregação da Providência.

O edifício da Rua da Mooca, em um primeiro instante, foi alugado pelas irmãs, e, posteriormente, doado à Madre Teresa Michel. Ainda neste ano, o então bispo de São Paulo, Dom José Camargo Barros, receoso com a conduta da casa, resolve fazer-lhes uma visita. Na época, as irmãs de Michel eram uma congregação de direito diocesano dependente de Alessandria; como resultado, o Bispo de São Paulo poderia exercer sua plena jurisdição sobre casos em sua diocese. A falta de um quadro jurídico claro e a maneira de trabalhar das irmãs deixou-o completamente perplexo. Tempos depois, o arcebispo de São Paulo escreve para o Núncio, fazendo referência acerca de sua visita à casa da Rua da Mooca:

> Anarquia, intriga, espírito de indisciplina, desordem entre as irmãs. Improviso e dirigido por uma ignorante, falta de senso prático. Na verdade, eu conheci as Irmãs vivendo em meio a gritos, sem saneamento, sem as condições necessárias para alguns alunos, principalmente para as irmãs, sujeitas a todo tipo de privações e misérias.[41]

Transcorrida tal visita, medidas rigorosas foram adotadas. Ou seja, todas as casas do interior foram fechadas, em Casa Branca, São Paulo, Sorocaba e Botucatu. Algumas das religiosas que constituíam a equipe de atuação de tais estabelecimentos foram convidadas a retornar ao seio de suas famílias, outras foram enviadas para Minas

[41] (APSDP, pasta A-40, documento do Brasil, carta do Bispo, Mons. Camargo Barros ao núncio apostólico, Mons. Scarpadini, em 13 de junho de 1920)

Gerais, onde irmã Maria Gilet havia fundado uma casa. E as que não se renderam às condições mencionadas, eventualmente regressaram para a Itália.

Em São Paulo, na casa da Rua da Mooca, cuja direção foi confiada à Irmã Cherubina; tanto ela quanto suas companheiras, Irmã Elena, Irmã Maria e Irmã Angélica sofreram a sanção de serem proibidas de ter contato e receber ordens da Madre Teresa Michel. Tal acontecimento culmina com a história "São *Paulo"*, uma crise longa e cansativa para a Congregação.

Figura 23 - Irmã Cherubina ao centro, agora como Superiora na casa da Mooca

Fonte: Marco Impagliazzo, 2005

A questão que tange à divisão e também relacionada à Irmã Cherubina, sobre as quais o Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo arquiva documentos amplamente, está enfatizada em dois pontos cruciais:

O primeiro refere-se ao fato de que a Madre utilizou-se de todos os meios que lhe cabiam, a fim de salvaguardar a comunhão e a unidade da Congregação; e o segundo se relaciona às críticas realizadas pelo Bispo de São Paulo em direção às irmãs de Alessandria. As acusações versavam em torno da improvisação que imperava na Congregação.

Outra objeção para as irmãs italianas constituiu-se na ausência de uma equipe profissional e competente apropriada, em várias disciplinas; no entanto, as críticas pairavam especialmente sobre a falta de uma educação religiosa "clássica", garantida pela existência de um noviciado regular. Este dilema acompanhou a congregação desde o início.

Em 1907, era transferido da Diocese de Curitiba para São Paulo: D. Duarte Leopoldo e Silva. Constituído membro do clero paulista, fora ele o sucessor de D. José de Camargo Barros, que, por sua vez, sucedeu, por poucos anos D. Antônio Cândido, na diocese de São Paulo. Aquele é descrito como detentor de um grande carisma, pelos religiosos estrangeiros.

Em oposição a D. José Camargo Barros, D. Duarte Leopoldo preocupou-se intensamente com a perda identitária da Igreja brasileira, em vista da forte presença dos institutos religiosos europeus; em uma de suas ações , acusou as freiras italianas para o Núncio Apostólico[42], por elas terem fundado "novas casas"; fazendo a reunião de pessoas, sem noviciado regular ou quaisquer meios de preparação, nas instâncias intelectual e religiosa da moralidade, e condenou estas condições diferentes, onde meninas quase ou completamente analfabetas, humildes e, até mesmo, várias "pretas", se reuniam com o simples objetivo de preencher o quadro de irmãs para as casas precipitadamente fundadas, como se a organização da instituição existisse apenas *pro-formes*.

Um outro temor que permeava este universo congregacional, era a abertura da Congregação às irmãs afrodescendentes. O fato de, na casa de Michel, convergindo com o sumo espírito do trabalho, as irmãs e as "convidadas" vivenciarem a plena fraternidade na vida diária, representava algo novo. Ocorria de maneira rara, apesar de não se mostrar impossível, que as irmãs de origem europeia vivessem em união à jovens negras.

D. Duarte, de nenhuma maneira, prescindia à colaboração dos religiosos vindos do exterior e, menos ainda, manifestava oposição à vinda de imigrantes. Seu interesse, porém, era promover a incorporação de tais grupos, imergindo-os na realidade brasileira; e solicitava aos imigrantes que aprendessem a língua portuguesa, para sua inserção de forma mais ligeira na sociedade brasileira.

Em uma carta de D. Orione onde o mesmo cita o nome de D. Silvério, o primeiro relata que comentou sobre a questão de cultivar as vocações de negros e mulatos, como sacerdotes pretos; e, segundo ele, o Bispo Dom Silvério, "disse-me que é uma obra da justiça em relação a eles que colonizaram o Brasil como escravos".

[42] APSDP, pasta A-40, Documento do Brasil, carta do Bispo Mons. Dom Duarte ao núncio apostólico, Mons. Scarpadini, 13 de junho de 1920

No imaginário coletivo de muitos brasileiros, a disseminação dos imigrantes de origem africana pelo território brasileiro, foi vista como potencial fator de desintegração da estrutura social; todavia, as irmãs italianas ampararam não apenas os filhos de imigrantes italianos, como seria mais lógico, mas lançaram o seu cuidado também às crianças negras em suas casas.

Tal atenção à condição de negros e mulatos; seu cuidado pastoral e espiritual para com eles, possivelmente tenha sido vislumbrado pela Igreja local como uma intromissão em relação a uma questão puramente brasileira; e este também se constituiu em um fato gerador de conflitos, no âmbito desta já tumultuada relação.

Havia um acordo que versava acerca de que as Irmãs da Divina Providência cuidariam dos imigrantes italianos; tanto este fato é verdadeiro, que em uma viagem de D. Orione com destino ao Brasil, para executar a tentativa de estabelecer um compromisso com a Ir. Cherubina, na rua da Mooca, visando o seu regresso para o Ipiranga, a resposta de Ir Cherubina mostrou-se significativa: "Não tinha que ir para o Ipiranga, prefiro trabalhar no distrito do Braz, onde são todos italianos". Considerando sempre o modo como estes missionários foram empregados, especialmente para o cuidado de seus respectivos compatriotas[43].

Em 1907, já eleito o novo bispo de São Paulo, Dom Duarte Leopoldo e Silva, a situação da casa da rua da Mooca não se alterou. Em uma tentativa de reconciliação, Madre Michel voltou a escrever para a Irmã Cherubina e, simultaneamente, deu prosseguimento à sua luta para obter o reconhecimento da sua Congregação pela Santa Sé. Em outra ocasião também, a Madre escreve para Irmã Cherubina; sempre deixando caminhos abertos para o diálogo, mencionando que se fosse da vontade de Deus "que nos reunamos novamente nessa terra, só depende de você, ainda vou continuar te abençoando apesar de qualquer circunstância".

Embora a Madre se empenhasse em dar continuidade à obra da congregação brasileira, os conflitos entre esta e o bispado paulista tornavam-se cada vez mais evidentes. Neste momento então, não somente havia incompatibilidade com o superior eclesial, como também havia irmãs dissidentes infiltradas na congregação.

> Na fundação americana, que deixava entrever tanta messe de boas obras para o futuro, infiltrara-se não só a incompreensão por parte de

[43] APSDP, Carta de Don Orione para Madre Michel, carta de 14 de outubro de 1921, VO050P117.

> alguma Irmã, mas também é forçoso dizê-lo, o espírito de divisão e separatismo. Na história de quase todas as congregações é fatal (diriam os incrédulos), é permitido pela Divina Providência, dizemos nós, que os Fundadores devem lutar contra discípulos insubordinados. (Torriani, 1989, p. 89).

As necessidades de intervenção em favor da Congregação foram relatadas ao novo diretor espiritual, D. Capra e, posteriormente, até mesmo a D. Orione. Pela ação destes, entretanto, não houve qualquer progresso. A princípio, ambos tencionaram expor ao bispo de São Paulo, que estavam dispostos a encontrar uma solução para as questões que necessitavam serem resolvidas neste âmbito. Todavia, quando iriam apresentar essa nova proposta, enfrentaram a oposição do bispo, D. Duarte, que enrijeceu sua posição e reiterou as proibições anteriores.

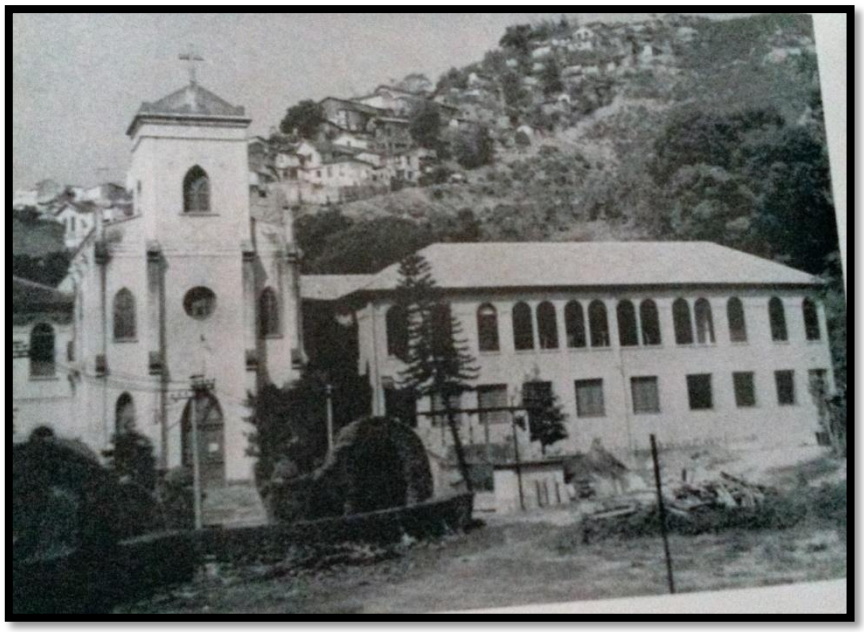
Esses trechos, extraídos de uma das suas cartas redigidas pela Madre, evidenciam o seu estado de alma:

> "As ocupações contínuas, os sofrimentos, as provações que aqui me atormentam, deixam-me pouco tempo disponível para escrever...e o que se pode escrever, quando o coração chora e está sofrendo? O mundo falará mal de nós e suscitará calúnias e perseguições, tratar-nos-á com desprezo...mas por quanto faça, não conseguirá arrancar-nos a paz, aquela paz que só Deus pode dar e que nos recompensará abundantemente pelas tribulações que se padecem por seu amor."[44]

D. Capra, bispo de Alessandria, na tentativa de solucionar um dos problemas existentes na casa da Mooca, em 1908, adquire um prédio localizado no Rio de Janeiro, em São Gonçalo; e irmã Maria Gilet, juntamente com outras irmãs vindas da Itália, dá início a esta nova missão brasileira.

[44] APSDP, Carta de Madre Michel para D. Orione, carta de 14 de outubro de 1921.

Figura 24 - Foto do prédio no Rio de Janeiro doado por Mons. Capra



Fonte: Marco Impagliazzo 2005

Em outubro de 1912, na ânsia por promover a reconciliação entre o bispo e a Congregação, é que foi envolvida a Nunciatura. As Cartas de Madre Michel, em Roma, e as repetidas intervenções de D. Orione e D. Capra provocaram alguma reação. Do ponto de vista organizacional, tal questão ainda estava inacabada para o noviciado. Este fator era uma questão primordial; D. Duarte exigia que as irmãs possuíssem um local para se desenvolver o noviciado.

Ao remontarmos ao ano de 1905, Irmã Gilet parti para a cidade de Queluz, na tentativa de resolver alguns problemas com a Arquidiocese de São Paulo, que no momento fazia uma enorme pressão para que a congregação tivesse uma escola de noviciado, a casa de Queluz tornou-se a alternativa mais viável para o momento. A casa de Queluz[45], localizada na região de Minas Gerais, era de fato, conforme a documentação consultada o primeiro colégio da cidade, converteu-se em local ideal para iniciar o seu processo formativo das Pequenas Irmãs da Divina Providência, conforme o espírito original da congregação. Um aspecto que precisa ser ressaltado é que o Bispo Pimenta da Arquidiocese de Minas Gerais, fez uma acolhida bastante positiva, o que

[45]A casa de Queluz, que em 1905 fora fundada como um abrigo para crianças abandonadas se converteu em abrigo para as freiras que foram impedidas de entrar na casa da Rua da Mooca.

possibilitou uma mudança tranquila. Na Figura 25 podemos ver uma fotografia do Colégio, na data em que chegaram. Em frente ao prédio, podemos ver alunas de várias idades e várias Irmãs, podemos inferir que entre elas se encontram as da Congregação das Pequenas Irmãs da Divina Providência.

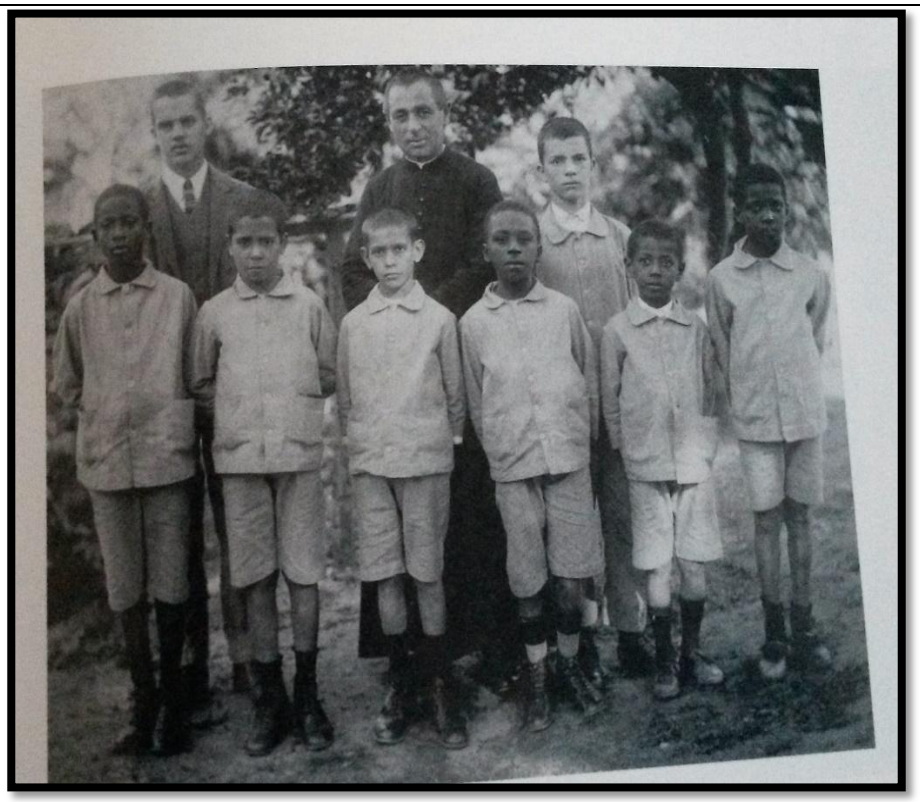
Figura 25 - Foto do primeiro colégio de Queluz

Fonte: Marco Impagliazzo, 2005

Sob a demanda urgente de Madre Michel, D. Orione detectou um momento oportuno para trazer seus sacerdotes ao Brasil. Em junho de 1914, Madre Teresa regressou à América, na companhia de outras irmãs: Marcelina, Geltrude e Giuseppa; além do Orionino D. Angelo De Paoli, destinado a se tornar diretor adjunto das irmãs da Divina Providência no Brasil.

De Paoli teve sua entrada para a Congregação da Divina Providência de D. Orione no ano de 1908, em Tortona, na Itália. O serviço em prol da causa das irmãs de Michel se converteria no prelúdio de sua obra para a entrada de D. Orione no Brasil. O empenho de De Paoli seguia consoante ao de Madre Michel. Desta correspondência que os ligava, emerge a visão que ambos possuíam sobre a condição miserável, material e espiritual, acerca dos pobres e, ainda, no âmbito da questão religiosa. Ele aparece na fotografia da Figura 26.

Figura 26 - Don Angelo de Paoli ao centro com algumas crianças no Brasil



Fonte: Marco Impagliazzo, 2005

Na data de 19 de agosto de 1914, ocorre a chegada, ao Rio de Janeiro, de D. Orione, em quatorze anos transcorridos após a primeira viajem de Michel. À Luis Orione foi ofertada a direção de um famoso Instituto da capital, que contava 260 alunos e um internato feminino, intitulado *Casa de Preservação*. Esta se configurou como uma oferta significativa, pois trazia a ele o ensejo de dispor de um instituto altamente relevante no coração da capital. É interessante notar que este poderia configurar-se como um excelente ponto de partida para uma jovem estrangeira congregação no Brasil.

De outra parte, com a chegada de D. Orione ao Brasil, Teresa Michel ansiava ver finalmente a cura da insurreição sofrida pela congregação no território paulista. O reconhecimento da Santa Sé parecia-lhe bem longe de se concretizar, e os conflitos que emergiram atrelados à da casa da Mooca tornaram-se, no momento, mais emergentes.

No ano de 1919, Madre Michel apelava à Sagrada Congregação dos religiosos, expondo o caso das irmãs dissidentes de São Paulo. Isto culminou com uma nova intervenção por parte da Nunciatura. Esta etapa constituiu-se em um reconhecimento

explícito de que a bondade do trabalho também não teria sido eficaz. E, assim, escrevia para a nunciatura:

Excelentíssimo Arcebispo, Irmã Teresa Michel, fundadora e Superiora geral do Instituto das Pequenas Irmãs da Divina Providência, que tem sua sede em Alexandria, Itália, manifesta-se dolorosamente à Sagrada Congregação para os religiosos que algumas de suas casas no Brasil e tão especial aquela de São Paulo, corre o risco de espalhar o espírito de independência e separação da casa mãe, com graves prejuízos para o Instituto e para as boas vocações que a Providência os envia. Por isso a Sagrada Congregação precisa evitar o desmembramento de uma obra, que em poucos anos de vida tem feito tanto bem, e promete fazer muito ainda. V. Ecc.za Rev.ma torna-se interessante porque com zelo e prudência que definiu alimentar o espírito de separação e independência, círculos com o seu poder e autoridade para promover a completa e perfeita união das casas do Instituto localizada na sua diocese com a empresa-mãe, como prescreve a Constituição[46].

Ainda que o reconhecimento e aprovação oficial por parte da Congregação dos religiosos tenha se evidenciado somente em 1935, esta carta tenta aclarar o fato de que as Pequenas Irmãs da Divina Providência, em poucos anos de existência, haviam realizado um bem significativo com sua obra. Neste momento então, eram passados apenas vinte anos do advento da vestimenta da Madre e de suas primeiras companheiras.

Esta simplicidade, correlacionada ao método pastoral e assistencial, manteve-se como um obstáculo para o Bispo de São Paulo, que se viu capaz de escrever acerca do que pensava sobre Madre Michel em seu relatório à Congregação do Vaticano.

Não moralmente obrigadas, muito menos permitida para cimentar a união destas casas com a companhia de pai, desconhecido para eles, [...] e são mais prováveis como adaptar o espírito às suas solicitações e necessidades da diocese, que promovem o ideal de Congregação[47].

O Bispo D. Duarte, escrevendo para a nunciatura em 1919, que continuava a discorrer sobre o assunto, depois de anos, chega à conclusão de que havia salvado a Congregação de Madre Michel na diocese, insinuando que a Madre havia negligenciado

[46] APSDP, pasta A-41, documento, crônicas e testemunhos do Brasil, carta da Nunciatura datada de 26 de fevereiro de 1919.
[47] APSDP, Relacionada à Sacra Congregação para os Religiosos (1923).

as irmãs que lhe foram confiadas. Se tratava de uma interpretação que ele compunha a partir das palavras proferidas por Mons. Marcondes em sua visita à casa da rua da Mooca. Desta maneira, parecia mais distante ainda uma reconciliação entre Madre Michel e Irmã Cherubina.

O bispo lamentava[48] a ausência de um quadro adequado de pessoal idôneo e competente, indicando que, por se encontrar fora da diocese, acabara-se limitando o desenvolvimento da Congregação das Pequenas Irmãs da Divina Providência.

A conclusão reafirmou a proibição de Irmã Cherubina de comunicar-se com Madre Michel. A intervenção da Nunciatura, em uma tentativa de ação mediativa, foi percebida como uma interferência no assunto interno da diocese. Esta última seguiu reiterando a escolha de dispensar a Madre Michel da casa da Rua da Mooca, lançando mão de temas como o despreparo, a ausência de comodidades adequadas e de uma educação religiosa canônica (na forma de um noviciado regular), além da má gestão econômica por parte das Irmãs da Divina Providência, para embasar tal decisão.

Tal avaliação negativa continuou a pressionar não apenas sobre a Madre, como também às outras irmãs. O sucessor de Monsenhor Duarte, Bispo D. Gaspar, em uma conversa com irmã Maria Flaminia Guerra, expressa com algumas palavras afiadas os seus pensamentos acerca da Congregação: não se tratam de irmãs, constituem-se em apenas um bando de senhoras boas que juntaram-se[49].

Este parecer negativo acarretou em uma nova premissa trazida pela congregação, que dificilmente seria assimilada dentro dos modelos até então presentes no Brasil. Não se tratava de uma ordem "contemplativa" (orante e em regime de clausura), nem sequer de uma ordem "caritativa" com um objetivo específico. Seu ideal era tornar-se uma congregação composta por integrantes unidas e indissolúveis, segundo os ensinamentos da Madre, que pretendia que as irmãs se considerassem como mães para os pobres, assim como para todos que delas necessitassem. O estilo que ela pedia para as companheiras era a atenção graciosa aos mais pobres.

Mesmo em vista da oposição sofrida por parte da Diocese de São Paulo, Madre Michel deu prosseguimento as suas vindas a São Paulo. Em janeiro de 1921, durante a sua viagem, a quinta ao continente americano, em um cenário onde, em todo país

[48] APSDP, carta de J. Marcondes em 27 de março de 1919.
[49] APSDP, pasta A-41, documentos, crônicas e testemunhos, carta de irmã Maria Flaminia Guerra, não datada.

padecia de uma epidemia de febre amarela, uma das irmãs que a acompanhavam desde a Itália, Cristina, adoeceu e não apresentou meios de continuar a viagem. A Madre então prosseguiu seu destino na companhia das irmãs Geltrude e Camila.

Em São Paulo, o Bispo D. Duarte traz a imposição para Madre Michel de uma gama de condições para possível a reunificação, que seriam: manter como superiora para o Brasil, Irmã Cherubina; enviar duas irmãs "realmente irmãs", uma como vigária, e a outra como professora das noviças; e abrir um noviciado em São Paulo. A madre consentiu a todas elas.

Nós viemos no dia 14 e vamos ficar até sábado, vou deixar aqui Irmã Redenta, como garantia, contanto que eu possa enviar mais. Sua Ecc.za Rev.ma é um homem muito bom, tem prometido o seu apoio e perguntei-me 5 irmãs: duas para o noviciado e 3 para a casa, se eles pagam para viajar, porque não vou impor um sacrifício material tão grande para a Congregação que é pobre[50].

Em março de 1921, já em Queluz, no Estado de Minas Gerais, Teresa redigiu uma carta endereçada ao Arcebispo de São Paulo, aclarando que já havia providenciado um novo pessoal para atuar na Mooca, com era o desejo do arcebispo. Nas crônicas da congregação, consta que, no mês de outubro, chegava ao Brasil novas irmãs. Entre elas, encontrava-se a nova provincial, Teresa Accornero, uma das primeiras companheiras de Madre Michel em, Alessandria, junto com a Madre vieram também duas noviças, Eurosia Gazzi e Ambrogina Bonfiglio, na companhia de D. Orione. Este que, aliás, foi apresentado ao bispo como o representante legítimo da casa mãe, assim como também o mediador para uma possível reunificação entre os dois lados.

Espero que com a chegada do rev.do P. Orione, Superior da obra da Divina Providência, Vossa Excelência irá oferecer a ocasião de regularização conforme a intenção que eu tinha feito e a honra de, expondo-os a mãos livres os interesses da nossa comunidade pequena em São Paulo, então ela possa ter a certeza que a estabilidade e a paz, que são nossos desejos comuns, e que são essenciais para o pleno andamento da obra de Deus e que pode ser mereciam conforto ao coração de Exma. Rev.ma, ser protegido fraternalmente[51].

[50] APSDP, pasta A-41, carta da Madre em 16 de junho de 1921.
[51] APSDP, Cartas da Madre, carta de 16 de junho de 1921.

Figura 27 - Irmã Teresa Accornero

Fonte: Marco Impagliazzo, 2005

Para fazer jus à verdade, é possível afirmar que naquele tempo qualquer intervenção de D. Orione alcançaria os efeitos desejados. Aparentemente, uma solução teria se aclarado: previa-se o retorno da casa de São Paulo sob a responsabilidade da casa-mãe de Alessandria, com o acordo de todas as irmãs, o estabelecimento de um noviciado comum e a nomeação de uma nova provincial.

Posterior à sua visita às irmãs de Rua da Mooca, D. Orione redigiu um relatório dirigido ao arcebispo, onde esclareceu seu ponto de vista. A carta, evidentemente bem-humorada, foi destinada a aliviar a tensão acerca de uma questão bastante persecutória, e sobre a qual, ao próprio D. Orione, parecia laborioso manter o interesse. E assim manifestou-se ao bispo.

Excelência que coisa é mais necessário? Francamente, quer saber o que é necessário hoje? Vai ser sempre necessário, Excelência, de muita paciência com as freiras, como dizia o Venerável D. Bosco, quem disse que isso significava um pouco, estava acostumado a dizer (ainda rindo) que é útil hoje sua paciência, mais paciência com um convento de "cabeças enfaixadas " que dirigir dez faculdades.

Embora as irmãs prestem grandes serviços, especialmente no campo da caridade, e é urgente que está caridade reine entre eles. Eu vou, com a ajuda de Deus, peço à Madre provincial, como para todas as outras que são pobres e cheias de defeitos de fabricação (como sou mais que todas elas) não precisam ver o argueiro no olho das pessoas em São Paulo, porque talvez elas tenham um feixe em seus olhos. O que eu iria

animar para ter sempre um grande manto de caridade e coberto de manchas e segurando as mãos fazendo bom caminhar para a reunião no paraíso que nos espera.

Este noviciado (para sua regularização de acordo com os cânones) é necessário pedir à Roma qualquer dispensa, por exemplo irmã Rita, que ainda não tem anos de profissão que são necessários para ser mestre do noviciado. Mas agora, indo para Roma para tratar das questões das irmãs, se V. Exma. achar oportuno, então eu poderia tomar os adequados cuidados e sugerir ao Monsenhor Capra o caminho mais curto[52].

E lança sua conclusão: se queres sinceramente a fusão, que seja uma união completa e perfeita, como o desejo de Deus e sua Igreja; de outra forma, é melhor não provocá-la. E a união realmente não se concretizou. De fato, em 1923, teve lugar uma divisão que parecia definitiva.

O capítulo final dos episódios descritos culminará na expulsão sofrida pela madre da Congregação que fora por ela mesma fundada. Madre Teresa se encontra na Itália quando, vindas do Brasil, chegam notícias de que a casa de São Paulo não estava funcionando como ela previa; apreensiva, ela embarca para São Paulo, com a esperança de acalmar os ânimos e obter a superação dos conflitos.

Eis que, ao descer do trem em São Paulo, na companhia de uma Irmã, se desorienta quanto à direção e, ao tentar cruzar um rio por meio de uma ponte improvisada, vê-se caída sobre a água. Sua companheira, que conseguiu agarrar-se a uma trave, solicita ajuda à quem passava pelo entorno e, por fim, são salvas por alguns soldados.

O dia já havia se findado, e era noite quando finalmente se dá a chegada de ambas ao orfanato; consequentemente, as portas já se encontravam fechadas. Às duas não resta outra alternativa senão chamar à porta do orfanato, entretanto, a esta altura, em que a noite já havia avançado, Madre Teresa e sua companheira recebem uma desagradável surpresa. Mesmo em vista de obter ao menos o respeito pertinente a seu cargo, Teresa é tratada como alguém inoportuna pelas religiosas; estas últimas pretextaram para tal comportamento o fato de que o arcebispo ter-lhes fornecido a autorização para expulsar da casa todos que viessem introduzir a desordem.

Certamente, a referida autorização não se aplicava à possibilidade de restringir a recepção da fundadora; mas aquele não seria o momento de buscar distinções. De

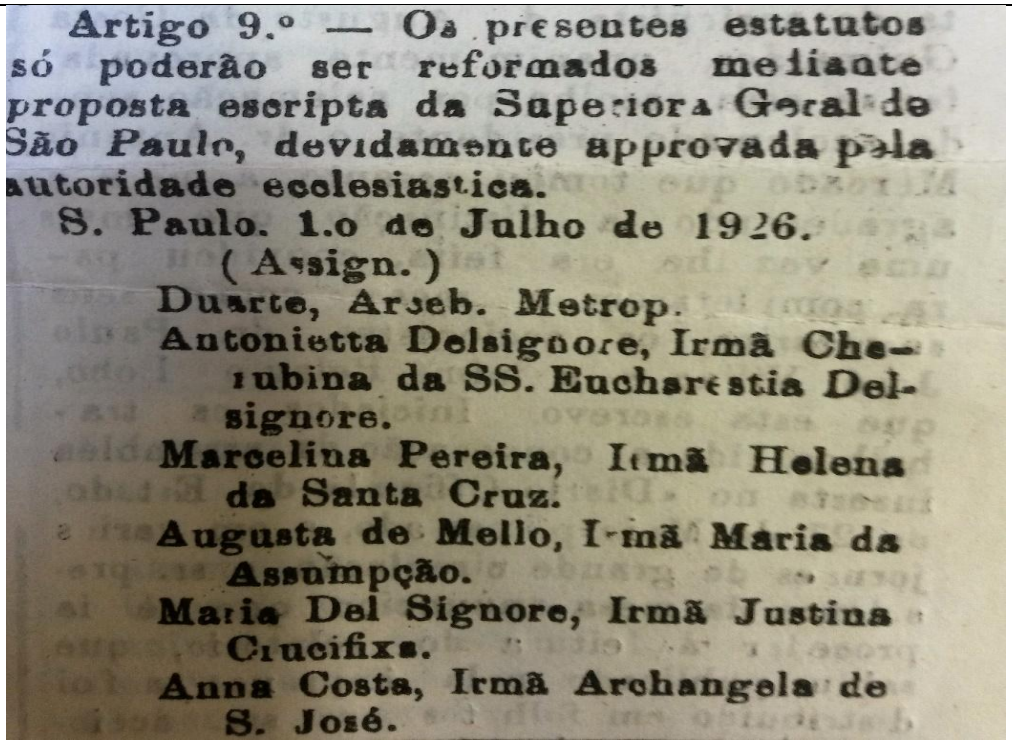
[52] APSDP, pasta A-40, documento do Brasil, carta de 27 de maio de 1922.

acordo com relatos da Madre, as irmãs de origem italiana se configuraram como as que mais a hostilizaram. “A Madre passou a noite sentada numa poltrona; tinha febre e não dormiu. Levantou-se as quatro horas e, readquirindo o bom humor de outrora, disse à companheira: “Aqui não há caridade: Vamos!” (Torriani, 1989, p. 91)

Torriani (1989) escreve que mesmo em vista dos dolorosos conflitos ocorridos, Madre Teresa não apenas concede o seu perdão às “filhas rebeldes”, como também, comunica à autoridade eclesiástica sua disposição em abrir mãos dos direitos da Congregação sobre a casa de São Paulo; e aproveita o ensejo para aconselhar que seja articulado o retorno das Irmãs italianas à Europa, com o intuito de evitar, assim, qualquer motivo de conflito; visando estabelecer um fim às maledicências que poderiam envenenar a alma de qualquer casa religiosa.

Na data de 17 de julho de 1926, foi publicação no Diário Oficial, do Estado de São Paulo, a publicação do Decreto N.1074, de 16 de julho de 1926, que versava sobre a determinação de que, a partir daquela data, as decisões tomadas pela Congregação Pequenas Irmãs da Providencia de só teriam validade se contassem com a anuência da Madre Superiora Geral, Maria Teresa Michel, escolhida pelo Arcebispo de São Paulo, D. Duarte Leopoldo e Silva, conforme podemos verificar pela figura 28.

Figura 28 - Decreto do Diário Oficial do Estado de São Paulo que versou sobre a nova diretoria da Congregação das Pequenas Irmãs da Divina Providência



Artigo 9.º — Os presentes estatutos só poderão ser reformados mediante proposta escripta da Superiora Geral de São Paulo, devidamente approvada pela autoridade ecclesiastica.

S. Paulo. 1.o de Julho de 1926.

(Assign.)

Duarte, Arceb. Metrop.

Antonietta Delsignore, Irmã Cherubina da SS. Eucharestia Delsignore.

Marcelina Pereira, Irmã Helena da Santa Cruz.

Augusta de Mello, Irmã Maria da Assumpção.

Maria Del Signore, Irmã Justina Crucifixa.

Anna Costa, Irmã Archangela de S. José.

Fonte: Arquivo da Cúria Metropolitana do Estado de São Paulo

A reunificação só se daria no ano de 1945, período que confluiu com a morte da Madre Teresa Michel; esta que tanto se empenhou a favor da reconciliação com Irmã Cherubina, mesmo que por meio de correspondências contínuas e compassivas, não se manteve com vida para assistir à reconciliação de suas companheiras.

As atividades da congregação em território brasileiro tiveram continuidade em várias das pequenas cidades onde se iniciaram, especialmente em casas e jardins de infância. As irmãs pertencentes à referida instituição, serviram como voluntárias em diversos hospitais. As pequenas irmãs da Divina Providência não se identificavam no âmbito de uma Congregação missionária; no entanto, isto se alterou quando entraram em contato com um mundo que se apresentou desconhecido e distante a elas; trata-se da conjuntura do Brasil, com suas tantas desigualdades e seus habitantes mais pobres, vítimas das mesmas, tão necessitados de ajuda.

Foram anos que nortearam conflitos de grandes proporções, todavia, germinou-se também, sobre o olhar atento de quem acompanha os acontecimentos históricos que neste período se desenrolaram, muita generosidade por parte de uma congregação pequena e jovem, que não se deteve perante a exposição a riscos diversos, em todas as instâncias, inclusive os que estavam arraigados às periculosidades das viagens

realizadas em prol desta grande missão que suas integrantes tomaram para si. Um exemplo para enfatizar tal assertiva, é o que tange ao naufrágio do navio a vapor "Duca de Cássia", ocorrido em 30 de julho de 1946.[53] Nesta circunstância morreram duas irmãs, Teresa Lima e Maddalena Oggioni; naufragaram também muitos documentos da Congregação, particularmente os que se referiam à fundação da casa da rua da Mooca; suas próprias vidas e a parte da história que viajava documentada com elas, se perderam irremediavelmente.

[53] APSDP, pasta A- 41, documentos, crônicas e depoimentos, testemunho datilografado da Irmã Flaminia Guerra)

Capítulo 3 - Para além do asilo: meninas moças, noviças, operárias e donas de casa

"O encontro de duas pessoas é como o contato entre duas substâncias químicas: quando há uma reação, ambas se transformam."
Carl Gustav Jung

Este capítulo traz consigo a proposição de lançar luz ao conhecimento e à análise dos percursos biográficos referentes a três egressas do Asilo Pequenas Irmãs da Divina Providência; enfatizando o destino social que elas seguiram após deixarem o Asilo. Para isso, foram investigados os condicionantes sociais e os recursos culturais que propiciaram a elas a aquisição de disposições sociais e culturais, e de capitais, que foram traduzidos em posições assumidas no decorrer de suas trajetórias fora dessa instituição (BOURDIEU, 2010).

Dois aspectos figurarão no cerne desta análise, sendo estes: as origens sociais das egressas e os investimentos escolares realizados. O primeiro aspecto se encontra correlacionado às profissões dos genitores, nível de instrução dos familiares, entre outros. O segundo aspecto enfatiza a educação que foi ofertada a elas no interior do Asilo, mostrando o peso representativo que está assumiu na constituição de suas trajetórias em seu caminho já fora da instituição.

Para atingir o fito do capítulo, foram utilizadas escritas de cartas das egressas, endereçadas ao asilo, anos após a sua partida da instituição, assim como por meio de relatos encontrados no Arquivo da Cúria Metropolitana, elaborada pela Superiora da instituição à época; endereçados ao Arcebispo de São Paulo, Dom Duarte Leopoldo e Silva.

Com o intento de resguardar a identidade das egressas atuantes, no âmbito do estudo que aqui se desenvolve, seus nomes serão omitidos no desenvolvimento das análises aqui realizadas; tendo em vista que nosso trabalho planeja se inscrever como significativa contribuição aos estudos atrelados à área da Educação, mas jamais esbarrando nos princípios éticos inerentes ao direito de resguardar à exposição desnecessária àquelas que irão participar dos fatos aqui referidos de maneira tão

relevante. Para tal, lançaremos mão de nomes fictícios, objetivando não enfadar o leitor fazendo-o incapaz de distinguir a unidade de cada uma daquelas a quem iremos nos dirigir.

3.1 Registro de órfãs internas matriculadas na Congregação das Pequenas Irmãs da Divina Providência

As primeiras meninas a serem recebidas na casa localizada à rua da Mooca, totalizavam um número de 46 meninas, como cita (SANTA CATARINA, 2006), e suas professoras eram as irmãs da Congregação das Pequenas Irmãs da Divina Providência; as quais se dedicavam apenas às meninas internas, posto que a educação de meninas e inclusive, de alguns meninos, só se daria tempos mais tarde, como averiguado nos relatórios Eclesiásticos Anuais, entre os anos de 1915 a 1923. Vale ressaltar que não foram encontrados dados anteriores a esta data.

Embora os dados quantitativos devessem receber uma maior atenção, no que diz respeito às internas, realizamos um cotejo junto aos dados eclesiais, pois não figurava, no arquivo da Congregação, dados referentes à ficha de matrículas das primeiras internas.

Os relatórios anuais expressos no âmbito dos relatórios da Arquidiocese de São Paulo forneceram dados referentes à demanda das órfãs pobres, seriados em diversas categorias: idade, gênero, grau de instrução, pensionista, gratuitos, etc. No entanto, os critérios sofriam variações, e, por vezes, foram detectados dados contraditórios e lacunas. Foi possível notar que, em alguns anos, não foram informados à Arquidiocese os números referentes à Congregação das Pequenas Irmãs da Divina Providência.

Acreditamos ser válido assinalar os números encontrados nos anuários, para acentuar um ou outro fator, e ao mesmo tempo problematizar, pois não temos como explicar ou analisar as informações e dados coletivos, devido a fragmentação dos arquivos da Congregação. Portanto, arriscamos a deixar os quadros que elaboramos sobre as informações disponíveis sobre o atendimento realizado pela Congregação, estranhamos o fato da categoria Asilo não estar presente, outro estranhamento refere-se às inúmeras atividades educacionais, jardim, primário e secundário referenciados, bem como o número de meninos que frequentara a instituição como interno e externos. Certamente, estas questões merecem um maior aprofundamento impossível de realiza-lo no âmbito e no tempo desta pesquisa.

Quanto à idade da órfã, divergiam os critérios de referência, com variações que tornou laborioso montar um quadro elucidativo. Em 1915, constavam 60 crianças menores de 14 anos e 10 crianças maiores de 14 anos, enquanto que, em 1916, mencionava-se unicamente criança menores de 14 anos, em um montante de 136; já em 1922, dos 453 alunos, somente 160 eram menores de 14 anos. É provável que tais variações decorressem de fatores externos ao regulamento, e as irmãs acabavam por consentir a entrada de muitas meninas, sem menos ao menos creditarem importância às regras de acolhimento.

A partir do biênio 1916- 1917, nos mapas constavam dados da inclusão atrelados ao jardim de infância**;** entretanto, no relatório referente a isso, não aparece quaisquer crianças residentes ao jardim de infância, no asilo da rua da Mooca. Embora a análise de outros anuários não dê acesso à essa referência ao jardim de infância nos anos subsequentes, eles retornam aos anuários ligados ao biênio 1921-1922, já no biênio 1922-1923, a Casa da Divina Providência contava com 105 crianças matriculadas no jardim de infância. Ocasionando, assim, dificuldade na leitura por nós realizada, já que a apresentação de tais dados não seguiam um padrão.

Efetuamos a verificação de que o grau de escolarização também começou a compor tais coeficientes, mas, somente a partir do ano de 1915; enquanto as outras categorias estiveram presentes desde os primeiros dados coletados como, por exemplo: idade, gênero, interna, externa, a quantidade de professoras, quantidade de irmãs, se havia professor convidado. A ausência de algum dado apresentava-se por meio de um traço (-).

Faz-se indispensável comentar que, pela razão de os dados expostos terem sido obtidos por meio dos Anuários Eclesiásticos da Arquidiocese de São Paulo, e, como não há o exemplar referente ao ano de 1914, não foi possível quantificar os dados referentes a este período.

Outro esclarecimento que se constitui primordial, diz respeito aos anos anteriores, posto que a Congregação foi instalada na cidade de São Paulo, em 1903. Embora tenha estado em funcionamento neste período, não logramos encontrar quaisquer documentos que exprimissem esses dados quantitativos.

Quadro 1 - Matrícula de alunos no biênio 1915-1916

ALUNOS									
Fundação	**Professores**	**Masculinos**	**Femininos**	**Curso Secundário**	**Curso Primário**	**Pensionistas**	**Gratuitos**	**Menores de 14 anos**	**Total**
---	**10**	**2**	**68**	**---**	**70**	**70**	**70**	**70**	**70**

Fonte: Quadro elaborado a partir dos dados extraídos dos Anuários Eclesiásticos da Arquidiocese de São Paulo *n. 2 (1915-1916) n.3 (1916-1917), n.4 (1918-1919) e n.5 (1919-1920)*

Quadro 2 - Matrícula de alunos no biênio 1916-1917

ALUNOS									
Fundação	**Professores**	**Masculinos**	**Femininos**	**Curso Secundário**	**Curso Primário**	**Pensionistas**	**Gratuitos**	**Menores de 14 anos**	**Total**
1912	**15**	**---**	**136**	**---**	**136**	**----**	**136**	**136**	**136**

Fonte: Quadro elaborado a partir dos dados extraídos do Anuários Eclesiásticos da Arquidiocese de São Paulo *n. 2 (1915-1916) n.3 (1916-1917), n.4 (1918-1919) e n.5 (1919-1920)*

Quadro 3 - Matrícula de alunos no biênio 1918-1919

ALUNOS									
Fundação	Professores	Masculinos	Femininos	Curso Secundário	Curso Primário	Pensionistas	Gratuitos	Menores de 14 anos	Total
1902	8	107	347	---	---	----	454	328	454

Fonte: Quadro elaborado a partir dos dados extraídos dos Anuários Eclesiásticos da Arquidiocese de São Paulo *n. 2 (1915-1916) n.3 (1916-1917), n.4 (1918-1919) e n.5 (1919-1920)*

Quadro 4 - Matrícula de alunos no biênio 1920-1921

ALUNOS									
Fundação	Professores	Masculinos	Femininos	Curso Secundário	Curso Primário	Pensionistas	Gratuitos	Menores de 14 anos	Total
1902	13	141	209	---	60	----	350	240	350

Fonte: Quadro elaborado a partir dos dados extraídos dos Anuários Eclesiásticos da Arquidiocese de São Paulo *n. 2 (1915-1916) n.3 (1916-1917), n.4 (1918-1919) e n.5 (1919-1920)*

Quadro 5 - Matrícula de alunos no biênio 1921-1922

ALUNOS										
Fundação	**Professores**	**Masculinos**	**Femininos**	**Curso Secundário**	**Curso Primário**	**Pensionistas**	**Gratuitos**	**Menores de 14 anos**	**Jardim de Infância**	**Total**
1902	**14**	**153**	**613**	**---**	**--**	**226**	**---**	**129**	**80**	**769**

Fonte: Quadro elaborado a partir dos dados extraídos dos Anuários Eclesiásticos da Arquidiocese de São Paulo *n. 2 (1915-1916) n.3 (1916-1917), n.4 (1918-1919) e n.5 (1919-1920)*

Quadro 6 - Matrícula de alunos no biênio 1922-1923

ALUNOS										
Fundação	**Professores**	**Masculinos**	**Femininos**	**Curso Secundário**	**Curso Primário**	**Pensionistas**	**Gratuitos**	**Menores de 14 anos**	**Jardim de Infância**	**Total**
1903	**8**	**80**	**373**	**40**	**50**	**----**	**453**	**160**	**105**	**453**

Fonte: Quadro elaborado a partir dos dados extraídos dos Anuários Eclesiásticos da Arquidiocese de São Paulo *n. 2 (1915-1916) n.3 (1916-1917), n.4 (1918-1919) e n.5 (1919-1920)*

Cabe ressaltar que, por vezes, os mapas de movimentos trazem dados incompletos, ou de difícil entendimento, no que se liga à somatória, especialmente, no que tange à quantidade de alunos.

Observa-se ainda que, no decorrer de um certo período, as irmãs da Congregação da Divina Providência se constituíram responsáveis por um externato que provavelmente funcionava no mesmo espaço que o internato, embora, em determinado momento, de acordo com os dados do Anuário, o mesmo apareça em um outro endereço.

Esse externato funcionou por um breve período, como tornou-se possível inferir, após realizadas as análises dos anuários. O Externato da Divina Providência, que também tinha como Superiora a Madre Cherubina del Signore, esteve ativo entre os anos de 1915 até 1919. Inicialmente, contava com um número reduzido de alunos, mas que, no decorrer do tempo, sofreu um aumento significativo. Resta-nos compreender o motivo pelo qual o externato passou a não mais compor a obra da Congregação das Pequenas Irmãs da Divina Providência.

Quadro 7- Número de alunos que frequentaram o externato

ALUNOS										
Ano	**Professores**	**Sexo masculino**	**Sexo feminino**	**Curso secundário**	**Curso Primário**	**Pensionistas**	**Gratuitos**	**Menor de 14 anos**	**Jardim de Infância**	**TOTAL**
1915/1916	**10**	**---**	**80**	**----**	**80**	**----**	**80**	**80**	**----**	**80**
1916/1917	**4**	**93**	**124**	**----**	**227**	**----**	**227**	**225**	**----**	**227**
1918/1919	**4**	**107**	**187**	**----**	**294**	**----**	**216**	**178**	**174**	**294**

Ainda que existisse um número máximo, fixado regimentalmente, acerca da quantidade de crianças na instituição, é notável que, durante algum tempo, o asilo tenha recebido muito mais crianças, que o que fora regulamentado inicialmente. Um coeficiente constante era de haver muito mais meninas do que o pretendido, e a faixa

etária com maior incidência, era a de menores de catorze (14) anos. A partir de 1920, observa-se um aumento considerável de meninas acima de 14 anos, o que nos faz refletir sobre a questão do tempo de permanência dessas meninas no asilo, posto que a orientação institucional se baseava em que, a partir de uma certa idade, essas meninas deveriam ser encaminhadas, e liberariam sua vaga à outra órfã. No caso dessas meninas, o fatalmente destino já se apresentava pré-determinado; trabalhar como doméstica, ou no comercio ou, ainda, como era de praxe, encontrar um casamento.

3.2 - Período de permanência das meninas na Instituição: (1903-1923)

Como para qualquer instituição, o ideal era que essas meninas permanecessem somente pelo tempo certo para ter sua educação elementar completada; e, desta forma, abririam vagas para outras meninas órfãs, que também precisavam de auxílio; entretanto, como foi possível apreender através da leitura dos anuários, nem sempre isso ocorria. No caso específico da Congregação das Pequenas Irmãs da Divina Providência, as meninas que atingissem a idade máxima permitida para que fossem internas, poderiam sair para trabalhar e regressar diariamente para dormir na instituição; sendo assim, deveriam destinar parte da verba recebida como salário, para o auxílio sobre as despesas da Congregação.

A permanência destas meninas na instituição tornava-se altamente onerosa. Para aquelas que possuíam família, era solicitado que recebessem de volta as órfãs; sendo estes seus parentes, ou protetores, algo muito comum para a época. E, ainda, existiam aquelas que deveriam seguir o que aprenderam no tempo de sua formação dentro do Asilo, e seguir a ocupação que o destino houvesse lhe reservado; ou seja, o casamento, bem como a criação dos filhos, para que, desta maneira, estivessem livres da má sorte que a vida poderia lhes reservar.

Ainda nos atendo às análises dos Anuários Eclesiásticos da Arquidiocese de São Paulo, é notável inferir que há poucas referências, no que tange à data de saída das internas, e acerca das pessoas à quem elas foram entregues. Notamos umas poucas observações, apenas ao analisar algumas cartas que estão arquivadas na pasta da Congregação das Pequenas Irmãs da Divina Providência, no *Arquivo da Cúria*

Metropolitana de São Paulo. Pensando assim, fica a pergunta acerca do porque não cumpriam o que estava regulamentado. Mas, ao avaliar mais alguns documentos de outras instituições que funcionavam em moldes semelhantes, resultou viável compreender que não seria tão difícil de preencher tais lacunas; tal comportamento era bastante frequente entre essas instituições.

No que se refere à nacionalidade das órfãs já mencionadas anteriormente, foram utilizadas duas categorias: brasileira e estrangeira. Faz-se notar que, nos prontuários, passou-se a informar apenas se elas possuíam nacionalidade brasileira ou estrangeira; e, com a informação, também constava tal informação acerca de seus pais, apesar de esses dados não terem sido evidenciados por alguns anos.

Podemos constatar que havia uma ausência de zelo no tocante a quem deveria preencher esses relatórios; o que colocou entraves em alguns momentos de nossa pesquisa, por haver divergências entre os dados apresentados, entre um relatório e outro, embora estas se constituíssem em uma documentação de extrema importância para a instituição.

Demonstrativos referentes ao período 1912 e 1923, tornam dificultosa a análise de quantos alunos em idade ideal permaneciam na instituição; posto que, agora, o livro de registro apresentaria um agrupamento de crianças, não de acordo com a idade, mas sim por período, como pode-se citar no caso de *menores de 14 anos* e *maiores de 14 anos*; o que impede a compreensão sobre em quantos anos havia sido extrapolado o prazo de permanência; o que resulta em uma lacuna às questões interpretativas, no que se relaciona à saída dessas meninas do asilo.

Inferimos, após a análise dos dados apresentados, que, passados os anos, as categorias a serem preenchidas foram se alterando; quiçá com o intuito de responder à uma demanda diferente da inicial. No caso das Congregações católicas, figura a hipótese de que houve ajustes objetivando responder à uma demanda primordialmente financeira.

Por meio de alguns documentos encontrados no Arquivo da Cúria, coletamos alguns dados que se relacionam ainda ao tempo determinado para a permanência destas meninas no asilo.

Helena: Data de entrada 21/03/1906. Permaneceu no asilo por 11 anos.

Marina: Fui morar com as irmãs com 11 anos de idade, com 17 anos foi trabalhar na casa de uma família.

Luzia: Data da entrada 08 de julho de 1915 e permaneceu até a sua morte.

Alícia: Deu entrada no asilo em 05/05/1907 e foi entregue ao pai 10 anos depois.

Ao ponderarmos os dados obtidos, tivemos a oportunidade de constatar que, muitas delas, permaneceram no asilo por mais de 10 anos; à exceção de Marina, que se estabeleceu por 6 anos na Instituição. Marina, desde muito cedo, foi trabalhar em casa de família, algo bem comum para a época; e Luzia, que se tornou noviça, e, posteriormente, ingressou na Instituição, como parte da comunidade das irmãs. Quanto a Alícia, seu pai veio buscá-la quando alçou uma situação financeira mais favorável.

Como não logramos nos deparar com um livro de matrícula específico, que nos trouxessem os dados, no que se refere à data de entrada e de saída das egressas, os dados a que tivemos acesso fundamentaram-se por meio de outra documentação, tais como os pedidos de recebimento das meninas na casa.

Os motivos alegados para o desligamento das meninas foram diversos; segundo justificativas apresentadas como aceitáveis, para sua saída da Instituição. O casamento costumava figurar, preponderantemente, como justificativa para que essas meninas deixassem a casa. Algumas delas, no entanto, tornaram-se operárias. Outras ocupações, às quais tais egressas tiveram destino, não foram aqui analisadas com mais afinco, pois não entraram como objeto desta pesquisa. Analisando o noviciado como um destino também comum à essas meninas, esclarecemos que, neste caso, não ocorria o desligamento delas, pois estas davam prosseguimento à sua trajetória, dentro da casa, passando a não mais ser considerada uma das asiladas, e sim como parte integrante da comunidade das Irmãs da Divina Providência. Ao analisar esses dados, fica a pergunta. A instituição estaria assim, alcançando seus objetivos?

Ao deixar a Instituição, uma parte considerável das meninas tornou-se dona de casa, mas, enquanto permaneceram internas, aprenderam a ler, escrever e contar, além de outros afazeres, aos quais eram submetidas durante sua estadia no asilo. Também tiveram acesso às aulas de artesanato, aprenderam a costurar, a bordar, entre outras tarefas. Sem esquecer de mencionar o aprendizado em relação a alguns ofícios

custeados pelos beneméritos locais, que investiam em algumas meninas, com o interesse de obter mão de obra futura.

Durante seu período de internato, estas meninas desenvolveram significativo aprendizado acerca dos valores regentes à convivência no âmbito do mundo capitalista. Destas meninas, era esperado que tivessem o conhecimento do valor do salário recebido para, com isso, possuírem meios de administrar habilidosamente um lar, ou seja, conscientizarem-se sobre o dinheiro que entrava em casa, e, por meio disso, poderiam almejar ascender socialmente.

3.3 - Educação e formação oferecida pela Congregação: o destino ocupacional das meninas

Outro objetivo sobre o qual se debruçou a nossa pesquisa, era o de compreender a proposta de assistência e educação desta instituição, bem como o seu diálogo com as instituições que lhe são contemporâneas; tanto na função dos projetos católicos, quanto às propostas de assistência e educação propagadas entre o fim do século XIX e início do século XX. Pensando nas estratégias de escolarização, analisando as práticas educativas, bem como as práticas assistenciais, implementadas no contexto da instituição.

O que aproxima tais projetos, assistencialistas e de educação, concebidos pela iniciativa de sociedades civis ou caritativas, quase sempre regidas por princípios humanitário-religiosos, em São Paulo, é que beberam da fonte das motivações humanitárias e/ou religiosas, associadas aos poderes públicos, ou suprindo sua ausência em resposta à pobreza e ao abandono de crianças. Essas instituições se constituíam na forma geral de amparo com que contavam as pessoas, em casos de doença; e a sociedade, em razão dos filhos que não contassem com o amparo de seus pais ou familiares.

Como afirma Negrão (2004) trata-se, portanto, de um grande modelo, baseado no recolhimento e na tutela no caso dos órfãos ou abandonados, ou ainda, na instrução para o trabalho; quando se tratava das crianças pobres, cuja característica geral é a assistência institucionalizada.

Naquele contexto, estes estabelecimentos de acolhimento ainda mantinham grande dependência em relação às vigentes práticas assistenciais humanitário-filantrópicas, cristãs e caritativas, que, no século XX, eram convocadas para auxiliar e remediar as necessidades dos novos pobres e desafortunados da cidade.

Até meados de 1930, a preocupação era quase estritamente dirigida ao ensino primário e à educação popular, pois, como se sabe, a educação era vislumbrada como um meio de "salvar" a nação; e somente por meio de cidadãos conscientes e alfabetizados é que isso poderia suceder. A educação do povo era encarada como um meio de fazer funcionar a democracia, tendo em vista que somente o povo poderia se responsabilizar por escolher seus governantes.

No contexto da primeira república, há uma nítida diferenciação entre educação popular e educação das elites. A política deste período lançou sua atenção ao desenvolvimento da educação popular, vista a necessidade de acompanhar o ritmo de crescimento da população. Como é de nosso conhecimento, uma quantidade considerável de crianças em idade escolar encontrava-se excluídas das escolas, assinalando assim, a elevada taxa de analfabetismo em voga neste período. Acredita-se que, em determinada fase, o número de alunos fora da sala de aula era equivalente ao de alunos matriculados. Além disso, a frequência dos que faziam parte do grupo que estava oficialmente matriculado na escola era muito reduzida, inclusive por conta da mobilidade populacional.

Para tal análise, utilizamos o Estatuto e Regimento da Instituição, à medida que também analisamos como ele regulamentava as competências da instituição, como funcionava a admissão e saída destas meninas do orfanato e, ainda, a justificativa e/ou observações que pudessem trazer respostas para como se deu a saída das mesmas do interior do asilo.

Resultou-se possível notar como o Regimento define o modo de expressão de assistência, assim como também acerca da maneira como seria estabelecida a educação das meninas ali recolhidas, buscando reunir pormenores a respeito de quais disciplinas eram oferecidas à elas; pois suas determinações descreviam explicitamente como deveria funcionar a instituição, bem como sobre qual seria a função e deveres de seus integrantes, para um melhor desenvolvimento do asilo.

Quanto ao objetivo principal da educação oferecida no asilo da Divina Providência, se estabelecia preparação para o lar doméstico: era considerado que as meninas que por ali passassem deveriam receber uma formação que priorizasse sobremaneira a "moldá-las" com o potencial de se tornarem dedicadas esposas e mães

de família. Torna-se relevante esclarecer que essa esposa e mãe de família deveria ser formada de acordo com os moldes cristãos; assim, significava que elas seriam muito mais que "mãe de família"; quer-se dizer, ela não seria apenas importante pela sua função social no seio familiar, mas, principalmente, por seu papel de educadora do lar, e regeneradora de uma sociedade. Para aqueles que pensaram a educação para essas meninas, um lar governado por uma mulher cristã seria o centro disseminador de educação que teria o poder de transformar aquela sociedade.

Para formar tal mulher virtuosa, educadora dos filhos e responsável pelo lar, fazia-se necessário proporcionar à ela um conjunto de conhecimento que respondesse aos objetivos da congregação, estabelecidos em suas regras. Para que fosse possível responder aos anseios depositados nessas meninas, o trabalho pedagógico pensado para elas era definido do seguinte modo: o ensino da Religião, o ensino das Ciências profanas, e o ensino dos trabalhos manuais ou prendas domésticas. No entanto, o ensino da religião católica era o objetivo principal da educação oferecida na instituição, os demais eram coadjuvantes da educação religiosa.

De acordo com o regulamento, as meninas órfãs e desvalidas deveriam receber educação religiosa, intelectual e também moral; essas meninas teriam acesso à uma educação pensada em habilitá-las ao " mundo do trabalho", auxiliando seus futuros esposos a superar os entraves do dia-a-dia, através de sua sabedoria, bem como de sua economia, simplicidade e preparo; no campo moral, intelectual e social, além de parar na vida futura, como esposa dedicada, dispensasse os cuidados necessários e as orientações educativas adequadas a seus filhos, logrando assim gerenciar seu lar , sendo capaz de auxiliar a todo o momento, o seu esposo.

Para alcançar os objetivos de ensino, as Irmãs da Congregação das Pequenas Irmãs da Divina Providência deveriam observar as regras, sempre atentas à manutenção da ordem na instituição; tudo deveria ser planejado e realizado da melhor forma possível; e primariam, sobretudo, por manter organizados os deveres das mestras e a ordenação da casa. Essa disciplina deveria principiar pela sistematização das classes; já a limpeza dos espaços ficaria ao encargo das meninas que residiam a casa.

Pelo olhar das Pequenas Irmãs da Divina Providência, a instrução mais relevante que se podia proporcionar à uma menina, era a instrução religiosa, principalmente por se tratar de meninas pobres, pois, acreditavam que elas, por sua condição, estariam mais

expostas ao perigo mundano; e que poderiam ser fortalecidas, sobretudo, para tornarem-se aptas à enfrentar as agruras do mundo, às quais elas se encontrariam mais suscetíveis que as meninas de classe econômica superior. Se analisarmos acerca do que se trata tais "agruras", é possível constatar que seriam as dificuldades de uma vida fora dali; o perigo de se prostituírem ou, até mesmo, de não conseguirem um bom casamento.

Tomando como lastro nossas muitas leituras sobre a educação oferecidas às meninas pobres, consideradas órfãs ou desvalidas; a condição social tornara-se determinante para elencar quais conteúdos seriam oferecidos a elas. Neste período, enquanto meninas de classes abastadas recebiam uma educação mais esmerada, para as meninas analisadas na pesquisa, a educação oferecida deveria ter ênfase nas prendas domésticas.

Diante da educação recebida pelas órfãs, a instituição passou a ser considerada por muitos, como uma válvula de escape para estas meninas, já que, através desta, maneira teriam a possibilidade de alçar um casamento, ou conseguir o seu próprio sustento exercendo uma função, seja ela na casa de famílias abastadas, ou nas fábricas situadas no entorno do asilo.

De acordo com a Constituição, a organização das classes deveria possibilitar à elas uma aprendizagem efetiva. Integravam as estratégias de aprendizagem, o ornamento das salas de aula com quadro de cenas religiosas, com o intuito de que, irremediavelmente, fossem atraídas por imagens sacras.

O ensino de leitura e escrita deveria ser ministrado com simplicidade, havendo o cuidado necessário para que as meninas copiassem somente coisas que fossem edificantes e construtivas. O ensino de aritmética também se encontrava sob regras, e se reduziria somente às quatro operações, para as mais adiantadas, e as menores deveriam aprender somente adição e subtração. Tais orientações eram imprescindíveis de serem levadas, invariavelmente, em consideração, e jamais poderiam ser descumpridas tais regras, estando em cheque o bom andamento da formação educativa das meninas.

Quanto ao ensino dos trabalhos manuais, era recomendado que voltassem atenção especial à estimular nas meninas o gosto por aqueles afazeres; pois esta seria uma forma de preservá-las, em relação aos perigos presentes no mundo; primando também por lhes conservar a inocência e a consciência de cumprir, um dia, os seus

deveres. Sem esquecer que, à estas meninas, deveriam também ser ensinadas noções elementares de gramática, história, geografia e aritmética.

No tocante ao ensino de leitura e escrita, deveriam ser observados alguns pontos; elas poderiam apenas capacitar suas educandas a ler o catecismo e alguns livros, primordialmente religiosos, e que tivessem sido indicados pela Igreja.

No que se refere ao ensino de aritmética, as meninas deveriam somente estar capacitadas à realizar os cálculos simples, referentes às ações domesticas; como às compras. Já os trabalhos manuais, deveriam ocupar o maior tempo possível do dia das meninas, pois teriam importância imprescindível no futuro de tais meninas.

No decorrer de seu período de internato, na casa da Divina Providência, as meninas contavam com a possibilidade de concluir o curso primário (ler, escrever e contar), e de adquirir os demais saberes relativos à sua condição de mulher responsável pelo lar. Se alguma entre estas meninas sentisse levar em si a vocação religiosa, poderia formar-se freira e permanecer na instituição; as demais deveriam sair após atingirem a idade estipulada pelo regimento interno da Congregação. As meninas órfãs que tivessem sorte, por sua condição social, poderiam conseguir um bom casamento; caso contrário, poderiam ser requisitadas pelas famílias ricas, para trabalhar em suas casas, especialmente na função de domesticas.

Para compreender como se dava o processo de admissão das meninas, no Asilo da Divina Providência, recorremos ao Artigo 7º do capítulo V, que figura no Estatuto Social da Casa da Divina Providência, versando o seguinte: No exercício de suas finalidades institucionais, a CASA DA DIVINA PROVIDÊNCIA não faz discriminação de raça, sexo, nacionalidade, idade, cor, credo religioso, político ou condições social.

No que se refere à manutenção do asilo, o mesmo era mantido com verbas provenientes da Igreja Católica, pelos beneméritos locais e, em parte, pelo Município; de onde procede o decreto onde os internatos deveriam manter por quota de 500$000, o número correspondente de alunos, cuja admissão deveria estar regulada pelo prefeito, sendo preferido os órfãos ou indigentes, e, ainda, caso houvesse recusa por parte do estabelecimento de qualquer aluno, não estando completo o número a que a Prefeitura tem direito, a quota de 500$000, ou a taxa de matrícula, seria descontada da importância do auxílio.

Para viabilizar o recebimento deste auxilio da Prefeitura, os estabelecimentos contemplados nesta lei (1570/1912), deveriam provar a esta que eram constituídos juridicamente, de acordo com as leis da República, e que funcionavam regularmente, na conformidade de seus estatutos, regulamentos, compromissos ou quaisquer títulos de suas funções, e que se fossem solicitadas as documentações para certificação; estes deveriam ser entregues à Prefeitura, no momento da quitação referente à primeira prestação; desta maneira, as instituições que se encontrassem destoantes perante à a lei, estavam expostas ao risco de perder o subsídio da prefeitura. As prestações de conta à prefeitura deveriam ser entregues também no decorrer do período fixado pela mesma.
(Fonte: Lei nº 1570/1912 de 29 de julho de 1912)

Já no estatuto social, em um parágrafo único do artigo 73, do capítulo 1, que aborda o tema das gratuidades no atendimento e, em sua função beneficente de assistência filantrópica, fica autorizada a gratuidade na prestação de serviços educacionais e/ou assistenciais. Ainda, fica estipulado que todas as gratuidades concedidas pela Casa da Divina Providência a seus assistidos, mesmo àqueles que não sejam reconhecidos pelos órgãos públicos, devem ter seus custos econômicos aferidos e devidamente contabilizados, objetivando apresentar, à sociedade e ao governo, toda a sua ação beneficente e filantrópica, desenvolvida visando o cumprimento de suas finalidades institucionais.

Ainda versando sobre o que consta no Estatuto Social da casa, a prática da concessão das gratuidades constava em seus programas e projetos filantrópicos; para a sociedade local, essa gratuidade decorria mediante critérios da constatação da necessidade socioeconômica e financeira das suas assistidas; tais critérios eram estipulados pela diretoria da instituição, quando assim achasse pertinente.

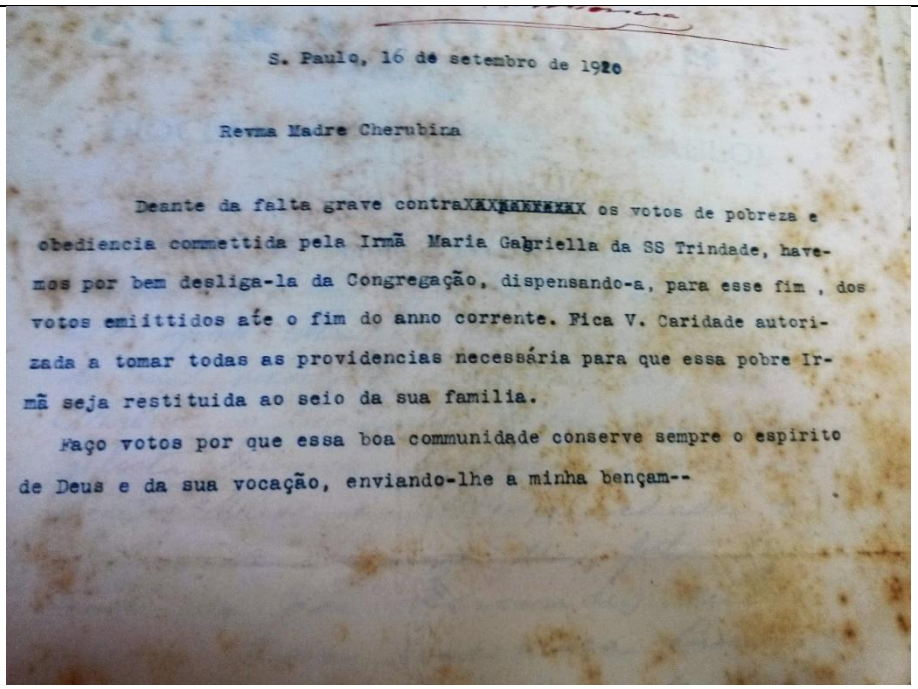
No que concerne a questão da visita à órfã, de acordo com a lei ordinária municipal 1570/1912, publicada em 29 de julho de 1912, durante o período do mandato do prefeito do Município de São Paulo, fica promulgado no Art. 5º, que os internatos de ensino, asylos, etc., permitirão que os alunos internados por conta da Câmara, sejam visitados duas vezes por mês, no mínimo, em dias marcados por seus pais ou tutores, ou parentes próximos.

No que tange à questão da eliminação de algumas das internas que residissem no asilo, por conta da Câmara, fica especificado: A eliminação de qualquer aluno dos

externatos ou internatos de ensino, asylos, etc., deverá ser previamente participada à Prefeitura, sob pena de ser, a respectiva quota ou taxa de matrícula, descontada da importância do auxílio.

No entanto, de acordo com o que foi analisado por meio da documentação da congregação, no que se refere às meninas noviças, qualquer desligamento deveria ser reportado ao Arcebispo Dom Duarte Leopoldo e Silva, especificando quais os motivos levaram ao mesmo. E se o Arcebispo assim julgasse precedente, essa poderia, assim, ser desligada, e então, deveria proceder ao seu regresso, em direção a seu ambiente familiar. Conforme podemos verificar pela carta abaixo na Figura 29

Figura 29 – Carta desligamento de uma noviça.



S. Paulo, 16 de setembro de 1920

Revma Madre Cherubina

Desnte da falta grave contraXXXXXXXXXX os votos de pobreza e obediencia commettida pela Irmã Maria Gabriella da SS Trindade, havemos por bem desliga-la da Congregação, dispensando-a, para esse fim , dos votos emiittidos até o fim do anno corrente. Fica V. Caridade autorizada a tomar todas as providencias necessária para que essa pobre Irmã seja restituida ao seio da sua familia.

Faço votos por que essa boa communidade conserve sempre o espirito de Deus e da sua vocação, enviando-lhe a minha bençam--

Fonte: Acervo da Cúria Metropolitana

Tomando como referência o Estatuto social da instituição, notou-se a presença de certa preocupação em incutir, nestas meninas, o valor do trabalho voluntário, pois esta questão é colocada em um parágrafo único; onde era papel da Casa da Divina Providência estimular o trabalho voluntário, na figura de um instrumento de ajuda, no decorrer de seu processo de educação e de formação de cidadania.

Este Regimento Interno também colaborou como a nossa reflexão acerca de como se dava o funcionamento da Congregação das Irmãs da Divina Providência, uma instituição católica de recolhimento e assistência, dirigida para meninas órfãs e

desvalidas, fundada em 1903, pela Madre Teresa Michel; havendo, assim, meios de observar que o Estatuto se constituía em um conjunto de normas definidoras do conhecimento, sobre o que se deveria aprender, e das regras da instituição; não só regendo a conduta das meninas, como também guiando o comportamento das madres que ali residiam, e se intitulavam responsáveis pela casa. Além disso, explicita um conjunto de práticas, principalmente administrativas, que tornavam viável a transmissão dos conhecimentos ministrados pelas irmãs, e a incorporação de comportamentos exigidos por tal instituição (JULIA, 2001, p.10)

3.4 – Meninas, Moças, noviças

Este tópico traz o anseio dirigido a analisar a organização e o funcionamento da Congregação, voltados para a formação das meninas que, posteriormente, se tornariam noviças. Nos movemos na busca por compreender se, além das atividades para a manutenção da Congregação, e às relativas à educação que recebiam, como o aprendizado que abrangia a capacidade de leitura, contagem, escrita, elas também recebiam formação específica para se tornarem noviças.

Baseando-nos no Regulamento, nas Regras Gerais e na Constituição da Congregação, que informa sobre o cotidiano da instituição, bem como, também, por meio de documentos encontrados no Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo, tornou-se palpável, enfim, incorrer em nossas análises acerca dessas propostas de noviciado da Congregação, quais seus objetivos, e se estes foram alcançados.

Para fundamentar tal análise, engendramos a busca de compreender como se dava a formação dessas meninas. Uma das hipóteses, era a de que elas poderiam ser escolhidas pela Madre Superiora ao sustentarem qualquer indício de possuírem alguma vocação religiosa; no entanto, esta dúvida essa não se fixou após a análise de alguns documentos referentes às solicitações ao Arcebispo de São Paulo para a admissão dessas meninas como noviças pela congregação.

Como podemos ainda verificar, esse pedido pelo noviciado poderia surgir de maneira livre e espontânea por parte das meninas, desde que as mesmas tivessem ultrapassado todo o processo que este exigia.

A análise dos documentos ainda é capaz de assinalar que no decorrer dos primeiros anos de funcionamento da Congregação, poucas foram as meninas que se converteram em noviças, justamente pelo fato de que a Congregação não contava com

um noviciado instalado em São Paulo; fato que irá se dar posteriormente, após inúmeros pedidos de implantação dessa escola de formação de noviças na Congregação.

Outra questão pertinente ao noviciado, é a que tange ao tempo em que elas deveriam permanecer na Congregação, e mais uma série de outras regras próprias destes estabelecimentos que dirimiam acerca das condições que concretizariam a pretensão de uma menina em se tornar noviça.

Os diversos pedidos, tanto de admissão dessas meninas para o noviciado quanto para os votos perpétuos, tornaram-se fontes *sui generis* para atribuir relevância à tais questões; pois, em cada solicitação realizada, a Madre Superiora, através de um sacerdote indicado pelo Arcebispo de São Paulo, descrevia quais eram as meninas postulantes ao noviciado, bem como o seu desejo, concebendo a hipótese de haver família, confirmando a sua concordância; já, no caso de órfãs, esclarecendo se elas haviam passado por todo o procedimento previsto na Constituição da Congregação.

Consoante ao que se pode constatar por meio das cartas remetidas ao Arcebispo de São Paulo, no período correspondente aos anos de 1915 a 1923, cerca de 50 meninas, entre postulantes e votos perpétuos, foram analisadas e admitidas com a finalidade de servirem à Congregação e se inserirem como parte integrante da mesma.

> Ao Exmo. Revmo. Arcebispo
>
> Cordeaes saudações.
>
> No abaixo assignados, por permissão de nossa respeitável Madre Superiora, chegamos humildemente por meio destas simples linhas à vossa augusta presença, afim de exprimir-vos o ardente desejo que temos de sermos admitidas como esposas de Jesus na Congregação da Divina Providência.
>
> Durante os mezes que aqui decorremos temos seriamente reffectido sobre a nossa vocação e estamos resolutas a continuar o caminho traçado; como também, temos visto alguns pontos da nossa regra aos quais com o auxílio especial de Deus prometemos-vos de sermos fieis observantes; e empregaremos todos os meios de não faltarmos ao menor ponto que esteja prescripto. Ao nosso extremoso Pae e digníssimo Pastor pedimos uma benção particular, afim de que o inimigo maligo não nos arranque desta santa habitação onde o Divino Mestre nos conduziu; e para que sejamos perseverantes até a hora da nossa morte. Aos pés de Jesus Sacramentado pediremos sem cessar que derrame copiosas graças e benção sobre vós, e que com vossos brilhantes exemplos possaes levar muitas almas ao Divino Redemptor.

> De vosso rebanho, humildes ovelhinhas as que de joelhos respeitosamente beijam o vosso sagrado annel.[54]
>
> Magdalena Carme Mucciolo
> Hercília Didini
> Antonia dos Santos
> Luzia Meulla

Para possibilitar a admissão das meninas no noviciado, havia uma série de formalidades; a madre Superiora, Irmã Cherubina, solicitava e endossava que as meninas encontravam-se aptas a servirem à Congregação na, agora, posição de noviças, ou com os votos perpétuos. E após o cumprimento de toda a formalidade que constituía o pedido das meninas para serem contempladas com a vestimenta do hábito, fazia-se necessário que o Cônego responsável pela congregação, após analisar todos os pedidos e encontrar conformidade nas Regras da Congregação e do Código Canônico, endossasse tal pedido oficializado pelas que pretendiam tomar o hábito e também por aquelas que faziam os votos perpétuos.

> Exmo. E Revmo.
>
> Obedecendo ao despacho de V. Excia. Revma, dado aos requerimentos das postulantes e noviças da "Casa da Divina Providência", desta Capital nas quais a pediam a vocação de um examinho de suas vocações, dirigi-me a citada casa e ahi, compareceram as Irmãs Maria Luiza do Divino Espirito Santo, Maria Geralda do menino Jesus, Maria Josephina do Santíssimo Sacramento, e as postulantes Magdalena Carme Mucciolo, Hercilia Didini, Antonia dos Santos, Luzia Meulla, que vão fazer os votos trienais e recebem o santo habito.
>
> E ahi, as examinandas responderam separadamente as perguntas formuladas de conformidade com que está disposto no Conc. Trid. Cap XVIII no século de Pio X, de 4 de janeiro de 1910 e no Can. 552 do Código do Direito Canônico pelo que foi respondido:
>
> a) Apta a edade suficiente
> b) Estar no noviciado a tempo prescripto
> c) Que não pertençam a nenhuma outra Congregação
> d) Que tem liberdade e vontade de seguir essa vida religiosa
> e) Que, procedendo, julga cada uma em consciência que é chamada para (...)

[54] Cartas das noviças para o Arcebispo São Paulo, 16 de dezembro de 1918, documento encontrado no Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo, no acervo das Pequenas Irmãs da Divina Providência.

> (...) E por ser verdade o que acima fica dito, firmo este considerando em consciência cada uma das citadas irmãs e candidatas aprovada para os fins de V. Excia[55].

Insinuava-se notoriamente que dados os primeiros anos da instalação da Congregação, o número de pessoal capacitado era insuficiente; este se constituiu, desde os primeiros dias, em um dos motivos geradores de conflitos envolvendo a Congregação e o bispado paulista. Agora iria moldando-se, possivelmente, um acalanto para a Congregação, com a formação de tantas meninas que almejavam o noviciado.

Entretanto, tal premissa desvaneceu-se perante o relato de que a Congregação havia formado poucas meninas em seu noviciado, logo nos primeiros anos. Quiçá seja viável validar tal apontamento, se levarmos em conta os anos iniciais de fundação, tendo em vista que não existia a menor possibilidade de prover a formação de noviças, posto que a Congregação não contava com uma escola voltada para contemplar tal intento; o que veremos acontecer somente após 1909. Todavia, ao nos confrontarmos com algumas cartas, inseridas ainda na pasta do Arquivo da Cúria, tornou-se perceptível um aumento significativo, a partir dos anos de 1915 e em 5 anos, em relação ao número de meninas que haviam tomado o hábito, bem como também das que haviam contraído os votos perpétuos. É certo aferir então que teve espaço, neste âmbito, uma progressão significativa, aproximando-se de 50 o número de meninas, entre noviças e as que se tornaram irmãs, na Congregação das Pequenas Irmãs da Divina Providência.

É interessante frisar que se chegou a tais números após a completa análise das cartas existentes no interior das pastas da própria Congregação, que se encontram no Arquivo da Cúria, e que assim se expressam:

> Exmo. Dmo. Sr. Arcebispo
>
> Exmo. Sr. Arcebispo, permitindo a nossa digníssima Madre Superiora que nos dirigíssemos à vossa respeitável presença por meio destas simples linhas, afim de exprimir-vos o desejo que temos de sermos admitidas como esposas de Jesus na Casa da Divina Providência, pedimos a Vossa Excia. Revma., conceder-nos permissão para a tomada do santo hábito. Durante os mezes que aqui decorremos, temos seriamente reflectido sobre a nossa vocação, como também temos visto alguns pontos de nossa

[55] Carta de Cônego Martins Ladeira para o Arcebispo D. Duarte pedindo por recepção de hábito e admissão de noviças, carta arquivada nas pastas do Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo. Em 28 janeiro de 1919.

> regra, e estamos resolutas a continuar o caminho trilhado. Com auxílio especial de Deus procuraremos sermos sempre fieis em observar a regra, e empregaremos todos os meios de não faltarmos ao menor ponto que nella esteja prescripto; e assim também não vôs desgostaremos, pois como nosso zeloso Pastor, não vôs será aprazível que uma de vossas ovelhas seja desgarrada de tão caro rebanho sem mais pedimos-vos abençoar-nos afim de que alcancemos um tão suspirado desejo, e para que sejamos verdadeiras religiosas.
>
> Nossas preces sempre se elevarão ao céo pelo nosso caríssimo Pastor e Pae, afim de que sejam executadas os vossos menores desejos e pela multiplicação de vossa caríssima Archidiocese.
> Destas humildes ovelhinhas de vosso rebanho que de joelhos beijam vosso sagrado annel.[56]
>
> Leticia Christofo.
> Jeronyma de Carvalho
> Joanna Mocio
> Lucia Tibério
> Alzira Maria de Jesus

3.5 - Meninas, moça, dona de casa.

Embora este trabalho venha a tecer, continuamente, a sua condução, tomando como lastro estas cartas; às mesmas não constavam dados que validassem a comprovação de entrada e saída de algumas das meninas. Estes, por vezes escassos, devido ao extravio de uma gama considerável destas documentações referentes à data de instalação do asilo; convertem a pesquisa sobre as egressas em uma tarefa um tanto árdua, tendo em vista que os dados constitutivos deste trabalho, por diversas ocasiões, eram oriundos de materiais de relatórios que objetivavam outras finalidades, e não eram colhidos por meio do livro de registro das meninas.

No decorrer do longo percurso trilhado, buscamos suscitar a reflexão acerca dos direitos sociais concernentes à estas meninas; baseando-nos ao que era aceito por aqueles que deveriam atender como os responsáveis pela formação e, quiçá, um futuro digno para tais meninas.

No início do século, momento da instalação da Congregação das Pequenas Irmãs da Divina Providência, a maioridade civil dava-se aos 25 anos de idade, a partir

[56] Carta para o Arcebispo D. Duarte pedindo por recepção de hábito e admissão de noviças, esta carta se encontro no Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo. Carta escrita em São Paulo de 5 de janeiro de 1920.

de 1916; está passou a vigorar como aos 21 anos; circunstanciando, este fato, à primordialidade de tutela aos desprotegidos menores. Neste contexto, o casamento acaba por converter-se em uma das condições *sui generis* de emancipação; muito frequente entre as instituições responsáveis por meninas órfãs, e, vale ressaltar, o casamento retirava da interna a categoria de pertencer a um grupo, devendo assim lhe conferir um novo lugar numa ordem social, e, com isso, lhe trazer uma identidade, validando-a enquanto sujeito de direitos; não permitindo mais sua imagem estar atrelada à de uma anônima integrante de um universo institucional.

Leituras anteriores despontam que, convenientemente instruídas, passavam a ter o potencial de se converterem em melhores esposas, auxiliando o chefe da família na administração da casa, bem como de seu salário e, ainda, instruindo os filhos. A missão destas instituições não se limitava somente em fornecer cuidados à estas meninas até que fossem tuteladas por famílias que a isto se dispusessem; ou que alcançassem as próprias condições de se manterem; era imprescindível prepará-las para exercer seu papel na sociedade.

> Eu fui aprendendo a disciplina do orfanato. Levantávamos, nos trocávamos, e fazíamos fila no corredor. Tinha o dormitório das pequenas, médias, e maiores. Depois de todas estarem na fila, nós íamos à Igreja assistir à missa. Deixávamos a cama arrumada, voltávamos da missa, nos trocávamos, e íamos tomar café. A Irmã Benigna ou a Irmã Dulce lia para nós no café uma mensagem de Deus. Depois, as que estudavam iam para a classe, e as outras iam de duas em duas fazer as tarefas do orfanato (...) Lavar os pratos, passar a roupa, ajudar na rouparia, e depois subíamos para a sala de bordado, costura, fazíamos flores de tecido de meia"

Como o trabalho doméstico era de extrema importância na educação das desvalidas, julga- se necessário fazer algumas considerações sobre esse tipo de atividade. Para Perrot (2008), o trabalho doméstico é fundamental na vida das sociedades, se tornando um peso para as mulheres, uma vez que elas eram responsáveis por esses serviços. Além disso, era um peso também na identidade feminina, pois a

formação de uma dona de casa perfeita é resultado de uma boa educação, tornando-se um objeto de desejo para os homens e uma obsessão para as mulheres.

A partir do currículo apresentado, constatamos a preocupação acerca da educação feminina, especialmente no que tange às instituições ligadas à Igreja Católica, no interior das quais se fazia "necessário que as mulheres fossem educadas para que o lar, marido e filhos se beneficiassem" (ALMEIDA, 2007, p. 82). A formação destas meninas visava torna-las guardiãs da moral e dos bons costumes; e, especialmente no caso de órfãs, o rigor resultaria ainda maior; tendo em vista que a educação oferecida pretendia prepará-las para as tarefas de cunho materno e doméstico. Quando chegasse a época de sua saída do Orfanato, estas meninas, impreterivelmente, precisariam ser acolhidas por famílias ou pelos futuros maridos. Por isso, embora o currículo contasse com as chamadas "disciplinas elementares", vale realizar a menção de que estes se "dedicavam-se, sobretudo às prendas domésticas e aprendizagem de boas maneiras" (ALMEIDA, 2007, p. 56).

Considera-se válido acrescentar que o Orfanato da Divina Providência estava em sintonia com os valores que se encontravam em voga, à época, em relação à educação feminina; ou seja, o intuito era prepará-las a desempenharem os serviços domésticos, cuidados com o marido e os filhos. Educadas nestes moldes, convenientemente seriam uma melhor companhia para o homem. Práticas educativas estas, que, encontravam-se em total consonância com os modelos educacionais femininos vigentes no período. A vinculação entre os papéis de mulher, mãe e dona de casa, era tida como o caminho necessário ao andamento adequado da sociedade.

A educação feminina pretendia levar a mulher à adquirir as virtudes que lhe qualificassem como uma boa mãe e esposa, desta forma, não se fazia necessário adentrar ao conhecimento de tantas disciplinas, pois, provavelmente, elas não seriam utilizadas no âmbito de seu universo doméstico.

Proporcionar uma boa formação religiosa e educacional para aquelas crianças consistia no principal objetivo das irmãs responsáveis pela instituição; tendo isso em vista, todo o esforço empregado por elas tinha como único fim a transformação das internas em referenciais educativos, que demonstravam bom comportamento e apreciação aos valores atrelados à religiosidade, consoante ao que almejava a sociedade no decorrer das primeiras décadas do século XX. Pois, assim, chegariam ao que se

constituía no caminho que lhes era previsto: casar, ser boa esposa, mãe zelosa, e guardiã de moral e caráter invioláveis.

Essas práticas deviam ser cultivadas "desde a infância, por isso atribui-se à escola primária o papel de disseminação dos bons hábitos higiênicos" (AZEVEDO, 2004, p. 29). Tendo em vista o Orfanato ser uma instituição voltada à educação de meninas, a preocupação aumentava, pois existia todo um projeto que reservava "à mulher a responsabilidade pela higiene doméstica e aos cuidados com a saúde da prole" (ALMEIDA, 2007, p. 74). Logo, educar meninas seguindo essas práticas seria educar as futuras mães, para assim tornar melhores os homens.

Almeida (2007) evidenciam a influência positivista na educação das meninas brasileiras. O pressuposto de que as mulheres apresentavam uma inferioridade biológica e intelectual, comparada aos homens, fez com que a educação da mulher fosse mais moral do que intelectual, pois esta seria responsável pela educação dos filhos, principalmente dos homens que futuramente estariam no poder. Nesse sentido, Almeida (2007, p. 73) ressalta:

> Os positivistas desde o início, foram aliados da Igreja Católica a respeito da destinação materna das mulheres e, em vista disso, da necessidade sempre presente de mantê-las ao abrigo das injunções da vida pública e seus perigos, o que, indiretamente, atingiria os filhos.

No início da República essa visão positivista ainda estava muito presente na educação feminina. Sobre o assunto, Louro (1987, p. 26) destaca:

> [...] o pensamento positivista do século XIX, que vê a mulher como de natureza complementar ao homem tendo, portanto características diferentes das dele e devendo ser educada, mas com objetivos específicos.

Essa mensagem positivista é ainda dominante no início da república (já que o positivismo é um dos fermentos do movimento republicano) sempre se salientando a função maternal da mulher. Sua educação deve ser feita no sentido de que ela será o responsável pelos homens de amanhã. A finalidade da educação da mulher não estava, portanto, nela mesma, mas fora dela, na sua extensão, que são seus filhos.

Sobre a educação mais moral e voltada para as prendas domésticas, Almeida (2007, p. 72) conclui afirmando que "o fim último da educação era preparar a mulher para o serviço doméstico e o cuidado com o marido e os filhos, não cogitando que viesse a desempenhar uma profissão assalariada". Junto à ampliação das escolas normais e com processo de urbanização e industrialização no qual o Brasil estava passando no início do século XX, também se expandiu a inserção da mulher no mercado de trabalho, mesmo assim, salienta- se que educação feminina ainda tinha atividades voltadas para as prendas domésticas.

3.6 - Meninas, moças, operárias.

Após o desenvolvimento da exposição de todos os fatos que figuraram nesta análise, consoantes a todos os registros, as informais extraídas das cartas, parece que a formação oferecida pela Congregação almejava conduzir essas meninas a uma vida melhor por meio de uma educação voltada para o casamento. Contudo, nem todas as suas educandas seguiram por este caminho e ou opção para viver e sobreviver. Algumas das moças vislumbraram e encontraram empregos na Capital e na própria região do bairro da Mooca, conforme veremos posteriormente, pois o rápido desenvolvimento urbanístico e a vinda de indústrias, comércio para esta área acabou por abrir centenas de empregos para homens e mulheres, infelizmente, neste período também para as crianças que sem outra maneira de sobreviver e para ajudar as suas famílias também disputavam e eram disputadas pelos empregadores, pois pagavam um salário maior e exigia a produção de homens feitos.

De acordo com Caccavelli (2015), os tipos de estabelecimentos fabris e comerciais situados na Mooca, são indícios de quais os ofícios os moradores do bairro podem ter exercido como já vimos anteriormente, a população era composta por um grande contingente de imigrantes italianos e espanhóis. A presença de tecelões; tintureiros; sapateiros; mecânicos; serralheiros; ferreiros; carpinteiros; marceneiros; fogueteiros; farmacêuticos; comerciantes e trabalhadores do comércio em geral. O autor aponta que também havia; trabalhadores em fábricas de bebidas; de alimentos em geral; de louças; de pentes; de gaiolas. Com o processo de urbanização, surgem notícias sobre acidentes e brigas e também apontam para a instalação de ferroviários, vaqueiros e carroceiros que trabalhavam, passavam ou habitavam no bairro.

Neste mesmo período os italianos tinham 2119 indústrias pequenas no Brasil, das quais 68% estavam em São Paulo, a região da Mooca foi um dos lugares privilegiados por estes imigrantes, como também dos espanhóis e de outras nacionalidades.

Muitos dos benfeitores e filantropos que ajudavam o Asilo na Congregação das Pequenas Irmãs da Divina Providência, donos de fábricas e de estabelecimentos comerciais, localizados na Mooca, ofereciam cursos de maneira a habilitá-las. Talvez o fato da Congregação ter sempre se preocupado com a educação, fosse um ponto de partida para que, pudessem ser possíveis candidatas aos empregos e funções que foram se configurando pelos tipos de empreendimentos que foram sendo criados e implementados. Além disso, elas não poderiam permanecer eternamente no Asilo, a partir de certa idade, se não se tornaram noviças, entrando para a Congregação, se não se casaram, deveriam arrumar uma forma de assegurar o seu próprio sustento.

Outra hipótese que pode contribuído para que se tornassem operárias, estaria atrelada ao fato de serem pobres órfãs que por não ter conseguido se casar, ter um trabalho honesto, oferecido no mesmo meio social que já viviam e conviviam, seriam para os empregadores uma maneira de praticar a caridade cristã e também por que as mulheres recebiam uma remuneração menor do que as pagas aos homens.

Nos quadros que se seguem podemos observar o número de mulheres que atuam na área doméstica e têxtil. Aquelas que se tornaram operárias podemos também verificar as funções e as diferenças de salários pagos aos “homens”, “mulheres” e “menores”.

No quadro 8, elaborado por Caccaveli (2015) figura uma lista de estabelecimentos comerciais abertos na Mooca nas primeiras décadas do Século XX, quase todos de propriedade de imigrantes, um destaque importante é que todos estão situados na Rua da Mooca, praticamente nos quarteirões anteriores e posteriores a sede da Congregação das Pequenas Irmãs da Divina Providência, o que reforça a ideia de que as atividades que muitas órfãs foram buscar como possibilidade de sobrevivência estava todas muito próximas da área que elas circulavam o que também pode indicar os conhecimentos que tinham dessa sociedade local.

Quadro 8 - Relação de armazéns no bairro da Mooca.

Ano	Estabelecimento	Endereço	Proprietário	Nacionalidade
1900	Armazém	Rua da Mooca.	Francisco Pamplona	Português ou brasileiro
1900	Armazém	Rua da Mooca.	Maria (sem mais identificações)	Não informada
1900	Armazém	Rua da Mooca.	Sem Identificação	Não aplicável
1901	Armazém	Rua da Mooca, 150.	Pietro Tebiase	Italiano
1903	Armazém	Rua da Mooca, 28-A.	Firmino Simões	Português ou brasileiro
1903	Armazém	Rua da Mooca.	Sem Identificação	Não aplicável
1904	Padaria	Rua da Mooca, 29.	Alfredo Chioffi	Italiano
1904	Armazém	Rua da Mooca, 33.	Sem Identificação	Não aplicável
1904	Armazém	Rua da Mooca, 126.	João Romão	Italiano
1906	Armazém	Rua da Mooca, 60.	José Hans	Alemão
1908	Armazém	Rua da Mooca, 260.	Carlos Clemente	Português ou brasileiro
1910	Padaria	Rua da Mooca, 214.	Odilo Lourenço	Português ou brasileiro
1910	Armazém	Rua da Mooca, 348.	José Antanussa	Italiano
1913	Armazém	Rua da Mooca, 296.	Sem Identificação	Não aplicável
1913	Botequim	Rua da Mooca, 345.	Pedro Arystaran	Italiano
1914	Armazém	Rua da Mooca, 237.	Arthur Tacioli	Italiano
1914	Armazém	Rua da Mooca, 241-A.	Salvatore Romano	Italiano

REFERÊNCIA: Caccavelli, Bruno. Lazer e sociabilidade dos Trabalhadores do bairro paulistano da Mooca (1900-1920). Dissertação (mestrado). Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, 2015, p. 91.

Segundo Caccaveli (2005) é interessante notar que entre os trabalhadores de fábricas de tecidos, atividades que exigia uma menor especialização, os salários não sofriam muita variação entre os homens, oscilando entre 135 e 150 mil réis. Entretanto, quando comparamos o salário dos homens com o das mulheres, podemos verificar que elas recebiam de 30 a 100 mil réis a menos do que o dos homens para realizar a mesma

função. As crianças, ainda, mais exploradas na indústria fabril, recebiam metade do salário pago às mulheres.

Quadro 9 - Média salarial mensal dos trabalhadores de fábricas de tecidos

Fábricas de tecidos	Média mensal (em mil réis)	Descrição
Contramestres	195,00	Controla as sessões da fábrica, observando, chamando atenção, et.
Cardas	150,00	Trata a fibra a ser utilizada no fabrico de fios
Tinturaria e alvejaria	150,00	Tingir fios têxteis, submetendo-os a banhos em substâncias corantes, para dar-lhes a coloração desejada
Preparo e engomação	145,50	Engomar é um processo contínuo, sendo dividido em diversas seções com finalidades bem distintas entre si, mas com um único objetivo ao final do processo, que é o de engomar o fio, ou seja, torná-lo mais resistente com a adição de goma e aquecimento
Tecelagem	144,00	Enrolar as teias nos órgãos dos teares, passando os fios por um rastilho a fim de manter a teia numa largura determinada e segundo a disposição de fabrico
Fiação	139,50	Abastecer os filatórios munindo-os com as bobinas de fios e adaptando-as aos fusos.
Batedores	135,00	Bater violentamente as fibras do Pavieiro. Isto é para separar as impurezas que são chamadas de maçaroqueira.
Malharia (mulheres)	108,00	Operar os teares para malharia, para produzir os tecidos
Fiação (mulheres)	103,50	Passar os fios pelas guias e fixando as extremidades dos mesmos às canelas, a fim de aprontá-las para a produção de espulas
Acabamento (mulheres)	97,50	Finalização da atividade de tintura
Contramestres (mulheres)	97,50	Observa, controla o processo de fiação
Franjaria (mulheres)	82,50	
Limpadeiras (mulheres)	75,00	
Espulas	48,00	Armazena os fios em espulas (de fiação)

(menores)		
Franjaria (menores)	48,00	
Maçaroca (menores)	48,00	As impurezas do algodão depois de batido é chamada de maçaroqueira. Os fios mais grossos são produzidos dessa maçaroca.
Carreteis (menores)	45,00	Enrolar o algodão bruto em carreteis; Enrola o fio que foi produzido do algodão em carretéis.

REFERÊNCIA: *Boletim do Departamento Estadual do Trabalho*. São Paulo: Secretaria da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. v.2, n.6, 1. trim., 1913; v.2, n.7, 2. trim., 1913; v.2, n.8/9, 3/4. trim., 1913.

Evidentemente, essa interferência na sociedade obedecia a padrões e limites pré-estabelecidos. Ainda tendo em vista tais condicionantes, elas jamais deixaram de ser agentes sociais e personagens atuantes no âmbito de suas histórias de vida.

Na tentativa de aclarar as experiências, vivências e as histórias destas meninas, é justo salientar o que Michelle Perrot tão bem esboça em "As mulheres ou os Silêncios da História", onde o espaço dedicado às mulheres, no decorrer da narrativa histórica, sempre se fez muito limitado; tornou-se necessário o engendramento de outras possibilidades de estudos. Perrot aponta para as produções femininas que estão atreladas ao âmbito privado, como o reduto do lar; um espaço notoriamente ocupado e regido pela mulher.

Ao pensar nas desvalidas da Congregação das Pequenas Irmãs da Divina Providência, percebemos como sujeitos que ficaram, por muito tempo, à margem da história oficial, da história narrada. Contudo, elas sempre estiveram lá, nos fins do século XIX, coexistindo com todo um processo de mudanças e permanências. Transformadas em elementos de uma estrutura, de um modelo de sociedade estabelecido; produzido e reproduzido.

Acredito que as asiladas tão presentes no desenrolar desta análise necessitam ser conduzidas ao campo de estudo, tendo em vista que é através do percurso de uma retomada às suas existências que se viabiliza ouvir os ecos dos discursos e ideologias predominantes da época, no que se relaciona à distribuição dos papéis sociais e sexuais, bem como do exercício do poder, e aos conceitos que a sociedade formulava versando sobre criança abandonada, órfãs, infância e filantropia.

O ensino institucional e formal no Brasil, durante o século XIX, primava pela diferenciação no que tange ao que deveria ser ministrado a homens e ao que seria transmitido às mulheres; com a demarcação precisa de seus objetivos. Aos homens, era conferida uma educação com o fim profissionalizante e de formação, enquanto que às mulheres, predominantemente, era destinada uma educação limitada, que tinha por finalidade lhes conferir polimento social.

Um dos pontos principais de nossas elucubrações se liga ao fato de que, por trás dessa intencionalidade de se educar o feminino, estavam imersas diversas implicações, interesses e receios, por parte dos grupos dominantes, o que dava um tom muito específico do que se entendia por educação feminina.

Evidentemente, o plano educacional apresentado à mulher nem sempre a contemplou em seus ensejos. Ele primava por moldá-las, desde muito cedo, para corresponderem a padrões específicos e, até mesmo, difundirem estas normas. No geral, até se poderia falar acerca de uma aceitação, entretanto, sem nunca descartar as possibilidades de resistência, de contestação e não submissão; de outra maneira, como se explicaria o temor das elites com referência à educação feminina?

Havia, inegavelmente, a ameaça de que elas pudessem ambicionar mais do que aquilo que lhes era socialmente oferecido; direitos legais, inclusive. Reconhecia-se então que de dentro do mundo feminino, poderia emergir um inimigo, ao menos, minimamente, incômodo. Por tais circunstâncias, sucede que, no século XIX, se deu tão pouca importância à educação das mulheres e, quando assim se procedia, era dentro de parâmetros muito bem delineados: a mulher aprendia para o lar, já o homem, por sua vez, com o intuito de se profissionalizar. Estavam aí, no método educativo, as colocações de seus papéis sociais. Naquele contexto, tal barreira se constituía, para dizer o mínimo, como algo complicado; visto que, até mesmo a obtenção deste ensino que o governo, a Igreja e as instituições sociais privadas designavam à mulher, não era concedida como um privilégio a que todas teriam a possibilidade de conquistar.

Assim, segue-se à conclusão de que a luta das mulheres por se inserir em uma sociedade que primasse por respeitá-la dignamente ainda seria árdua mas, felizmente, o que mudou frente a tudo isso, foram os fatores que as rodeavam, e não o fato de se renderem ao esmorecimento; visto que a própria força feminina nunca percorreu outras vontades que deixassem de perseguir o ideal de uma realidade bem semelhante à que

temos hoje em nossas mãos, em termos de empoderamento feminino, ainda que a luta, de maneira alguma, tenha se concluído.

3.7 - Quem são essas meninas?

Nome: Emília
Idade: sem informação
Categoria: interna
Ingresso: sem informação
Saída: aos 18 anos para se casar
Nacionalidade: portuguesa
Estado Civil: casada
Profissão: dona de casa

Emília nasceu em Portugal, no ano de 1911[57]. Filha de camponês analfabeto e de enfermeira, que era também professora. Apesar de oriundos de classes sociais distintas, e contrariando a vontade dos avós maternos, como Emília frisou ao registrar em sua carta, seus pais contraíram matrimônio e desta união restaram três filhos. Sua mãe veio a óbito logo após o seu nascimento.

O entendimento dos processos de socialização pelos quais Emília passou no decorrer de seu percurso torna-se, neste momento, *sui generis* para a apreensão das disposições sociais e culturais, bem como dos capitais que constituiu durante o seu itinerário, que foram acionados no decorrer de sua trajetória fora do Asilo. Como afirma Abrantes (2011, p. 122), tais processos são oriundos à todas as experiências dos indivíduos (familiares e escolares, por exemplo) e contribuem para a constituição das disposições internas que orientam a participação dos mesmos na vida social.

Tendo isso explicitado, a socialização familiar de Emília não se firmou como um peso representativo na assimilação inicial de capitais. Isso porque, como narrou, ela infimamente participou do convívio de sua família. Lembrando, como já foi mencionado, que o falecimento de sua mãe ocorreu logo após o seu nascimento.

Emília, órfã de mãe precocemente, retrata sua vida naquele asilo de maneira bastante saudosa, colocada ali desde tenra idade por seu pai, permaneceu por longo tempo na instituição. Embora relate algumas peripécias enquanto criança tornou-se muito querida entre as irmãs.

[57] As fontes não possibilitaram conhecer a data de nascimento e a cidade que Emília nasceu.

A inserção de Emília numa classe social diferente daquela a qual pertencia em sua infância, como ela própria explicita, deu-se em razão de seu casamento.

Alçou um bom *status* de vida. No transcorrer de sua história de vida, a religiosidade esteve e está presente até os tempos atuais. “Por mais difícil que a vida seja, se estamos com Deus, se mantivermos nossa fé, podemos superar tudo”. Ela menciona a todo o momento que Deus nunca falhou em sua providência, mostrando-se presente no decorrer de seu caminho em todos esses anos, mesmo nos mais difíceis e, desta maneira, não seria agora que falharia. Manteve contato com as freiras, mesmo depois de casada. Atribui às irmãs o mérito por ter sido capaz de edificar o lar e a família que possui.

Na visão da egressa, seu tempo de permanência na Congregação das Pequenas Irmãs da Divina Providência teve um impacto bastante positivo em sua trajetória, pois, segundo seu entendimento, houve um amparo à sua infância que não receberia, caso tivesse permanecido somente com seu pai e sentia-se feliz. Posteriormente, com a enfermidade que se abateu sobre seu pai, este foi morar com ela, suplicando-lhe perdão todos os dias por tê-la deixado no asilo. Emília, enfim relata ter cuidado dele com todo o seu carinho, mostrando sua infinita abnegação.

Seu depoimento corrobora o fato de que havia distinção no tratamento dispensado às meninas que ali moravam; todavia, isso não se converteu como impeditivo da vivência de uma infância feliz no asilo.

O que resultou mais marcante na trajetória de Emília, segundo seu ponto de vista, foi o carinho e a paciência dispensados pelas irmãs à sua pessoa. A mesma nos diz; “se não fosse por elas eu não teria nem um teto sobre minha cabeça, nem uma família, um lar, talvez estivesse até abandonada ou me perdido pelo mundo”, *ipsis litteris.*

Emília constituiu família, por meio de sua dedicação ao lar; transmitiu a seus filhos a formação adquirida na instituição, com lastro nos valores professados por sua religião; tais como, obediência e respeito aos mais velhos, e considera que todos têm boa educação: “Agradece enfim à Madre Teresa Grillo Michel que com seu amor ao próximo se esvaziou do mundo deixando riquezas, família, tudo por amor aos mais pobres e necessitados”.

Ela finaliza enfatizando que, devido à educação que recebeu, nunca passou por dificuldades em relação aos seus filhos, porque os educou justamente de acordo com o modo como foi educada: "Me realizei obedecendo a Deus e seguindo seus ensinamentos, é assim que se cresce".

O relato de vida de Emília corrobora o que NEGRÃO (2004) nos apresenta: "A representação feminina de mulher casada deveria inaugurar-lhe um novo *status* social, acompanhado de respeitabilidade, de valorização pessoal e social por administrar um lar. Nessa posição, assumia o poder característico das mulheres, definido em nossa cultura como o espaço doméstico por excelência, e o casamento legitimaria o seu lugar de inclusão na sociedade". (p.229).

Nome: Beatriz Carvalho
Idade: 67 anos
Categoria: interna
Ingresso: aos 8 anos sem precisar a data
Saída: aos 17 anos para casar
Nacionalidade: brasileira
Estado Civil: casada
Profissão: foi operária e dona de casa

Beatriz* sentiu nascer em si, desde muito cedo, o desejo de se casar. Seu maior sonho consistia em ter uma família tradicional, com pai, mãe, filhos, todos vivendo sob o mesmo teto. Esperava conseguir concretizar sua aspiração por meio da educação recebida no asilo.

Para tanto, assinala ter sido uma aluna dedicada; evidencia a consciência de que para, construir essa família tão almejada, cabia-lhe fazer com que, por meio de sua dedicação aos estudos, mas que também não poderia prescindir da ajuda divina. Era a isso que ela se apegava; mantinha a firme crença de que, pela sua fé, alcançaria a tão sonhada família estruturada.

Segundo Beatriz: "Deus me deu tudo isso: um marido muito bom e trabalhador, que me ofereceu conforto e filhos que foram muito bem-educados"; graças ao marido e a educação que ela recebeu principalmente ao que compete à educação religiosa, pois seus "filhos tornaram-se homens muito religiosos".

Na rememoração de sua trajetória de vida e formação, ela considera fundamental a educação recebida pelas freiras, no decorrer de seu período de institucionalizada. Por meio do relato de Beatriz, podemos inferir que ela, embora tenha sonhado com essa vida

familiar tradicional, antes de ver seu sonho realizado, porém, precisou trabalhar fora; todavia, durante este período não obteve êxito no exercício de seus empregos. Trabalhava vigorosamente e acreditava não receber proventos justos pelo serviço prestado. Após ter passado por alguns empregos, deixou o último deles para se casar, teve seus filhos e formou a família da qual ela sente muito orgulho.

Em seu processo rememorativo, ela enfatiza a busca por uma profissionalização também constituída como projeto de vida. Tal capacitação rendeu-lhe alguns trabalhos. Seu casamento constituiu-se em causa para a interrupção deste trabalho, mas ela não lamentava, mediante ao fato de que deixou de exercer um trabalho externo, mas passou a exercê-lo dentro de casa, cuidando de sua família.

Em sua história de vida, Beatriz clarifica que, embora tenha sonhado com uma família tradicional, isto nunca afetou seu desejo por liberdade e crescimento, sua vontade de possuir autonomia, possuir independência, possuir um emprego [...] eu gostaria muito de ter um emprego, de ganhar dinheiro, porque nunca tive dinheiro na minha mão. “Eu queria ter dinheiro para comprar presentes para os filhos no dia do seu aniversário e para dar aos netos o que eles pedem. Queria também conseguir guardar um dinheiro para eventuais contratempos, como doença; e, se sobrasse ter um dinheirinho guardado para mim”.

Pelas condições socioeconômicas das crianças pobres que estão em asilos e orfanatos, de uma maneira geral aspiram ter uma vida melhor; possui sonhos que desejam ver concretizados, quiçá maiores ainda por terem tido uma vida de privações em muitos outros aspectos. Aquela criança que teve uma infância de subordinação em diversos âmbitos vê, na possível independência financeira, um modo de romper com aquilo que estaria destinado a ela.

É possível constatar que Beatriz, mesmo tendo trabalhado como operária, em um dos seus empregos anteriores ao casamento, não introjetou tal qualificação como algo proveitoso em seu relato; ao contrário, este período de sua vida parece ter se constituído como uma experiência um tanto perturbadora, tendo influenciado inclusive a sua autoimagem, causando o comprometimento de sua autoestima. Nenhum emprego em que teve, revelou-se mais significativo para ela do que os cuidados dispensados à sua família; cuidar dos filhos e buscar ofertar a eles melhores condições de vida em comparação às que teve.

É passível de se notar, pela fala de Beatriz, que ela optou, inicialmente, pelo trabalho externo, posteriormente pelo casamento, sem, no entanto, demonstrar interesse em dar prosseguimento aos seus estudos. Indubitavelmente, a educação voltada para as habilidades manuais fornecidas pelo asilo deve ter acompanhou a sua trajetória.

Conforme vimos em Negrão (2004), qualquer criança, desvalida ou não, é um ser humano; embora fisicamente frágil e dependente dos adultos. Portanto, sem a devida capacidade de autoproteção. Apresenta potencialidades a serem desenvolvidas, razão pela qual se torna merecedora de respeito. E ainda, nos elucida seu pensamento, com os ensinamentos de um grande jurista Dallari (1986, pp 21-22):

> É necessário, especialmente, que a criança mais desprotegida, por não ter família, por ter nascido pobre, por ter deficiência física ou por ser vítima de alguma discriminação social, tenha respeitado, em condições de absoluta igualdade com todas as demais crianças, o seu direito de ser. É uma agressão à humanidade tratar qualquer criança como um ser inferior, como um erro da natureza ou produto de uma falha humana, como coisa desejável e incômoda não merecedora de respeito. É suprema indignidade praticar qualquer espécie de violência contra uma criança, seja a violência física, a psicológica ou a violência moral contida em todas as discriminações. Toda criança é sempre uma pessoa[..] Reconhecer alguém como uma pessoa significa não trata-la como um objeto ou um ser irracional.

O que podemos inferir do relato da vida de Beatriz é que, numa sociedade patriarcal, paternalista e carente de direitos em favor das mulheres, o trabalho fora de casa acabou se tornando, contraditoriamente, para as mulheres órfãs, o amparo de vida que lhes garantia a sobrevivência e um lugar para morar após sua saída da instituição. E, por mais sofrido, degradante e opressor que tenha resultado o trabalho para tais meninas, ele se tornou uma alternativa mais digna de sobrevivência.

Estando em conformidade com Perrot (1998), acreditamos que as fábricas, concomitantemente com outras instituições, cumpriu um relevante papel de socialização e conformação; a partir de valores e modelos construídos e valorizados pela sociedade. Não se pode olvidar o fato de que este contexto que engloba o universo fabril tem a sua parcela de contribuição para a formação de identidades, e de uma cultura política, que serviu aos propósitos dessa mesma sociedade.

Nome: Laurença
Idade: sem informação
Categoria: interna

Ingresso: criança, sem precisar a data
Saída: não saiu, tornou-se noviça
Nacionalidade: italiana
Estado Civil: solteira
Profissão: noviça

Laurença nasceu na Itália. Era filha de Vicenti e Angella, que eram comerciantes. Eles vieram para o Brasil a convite de interlocutores que trabalhavam para o governo durante o período da expansão italiana no país. Trabalharam, inicialmente, no interior de São Paulo em lavouras de café. No entanto, optaram por fixar moradia na capital, onde outros italianos haviam se fixado para trabalhar nas fábricas que tinham acabado de se instalar na região da Mooca.

Laurença narra ainda em sua memória que foi deixada no Asilo da Divina Providência em face dos problemas de ordem financeira e estrutural pelos quais seus pais estavam passando naquele momento, pois os soldos que recebiam em seus respectivos trabalhos na fábrica eram insuficientes para manter a família. Apesar de decidirem permanecer em São Paulo, o "desejo deles era o de dar continuidade à condição de comerciantes que exerciam na Itália", conforme relatou Laurença.

Seus pais, no entanto, não previram adoecer e falecer de febre amarela, segundo narrou Laurença. Tal fato pode ser explicado por dois motivos. Primeiro, porque a região da Mooca apresentava condições irrisórias de habitação e salubridade para seus habitantes, pois, segundo os sanitaristas da época, "as casas [eram] infectas, as ruas, na quase totalidade, não [eram] calçadas, [havia] falta de água para os mais necessários misteres, escassez de luz e de esgotos", conforme atesta Bandeira Júnior (1901). Segundo, porque, entre o final do século XIX e início do século XX, São Paulo foi acometida por um surto de diversas doenças, como febre amarela, varíola, febre tifoide, entre outras. O Brás, que fazia parte da região da Mooca nesse período, foi um dos bairros mais acometidos por essas doenças na capital Jefferson Cano (2009).

Sua entrada na Congregação deu-se um pouco antes do falecimento de seus pais, pois, como dito anteriormente, eles não tinham condições para manter a família e, por isso, resolveram entregá-la para as Irmãs para que ela pudesse, também, receber uma educação melhor do que eles poderiam lhe proporcionar. Laurença relata que desde pequena sempre sentiu certa vocação para o noviciado, porém, foi orientada pelas irmãs da Congregação a refletir sobre essa propensão. O fato de ter tido uma socialização

religiosa no Asilo, onde incorporou o universo simbólico da religião, segundo análise bourdieusiana, certamente possibilitou a ela direcionar todo o seu itinerário para o universo religioso, vindo a tornar-se freira.

Ao completar a idade de deixar o Asilo, Laurença deveria ser retirada da instituição pelos pais ou por um responsável. Como seus pais haviam falecido e o único familiar que tinha era um irmão, que segundo seu prontuário não se tratava de uma pessoa idônea, pois exercia a função de condutor de automóveis, o que era mal visto pela sociedade naquele período, restava a ela, que já era vocacionada ao noviciado, após passar por todo o ritual comum a esse tipo de segmento, permanecer na instituição e, com isso, passou a integrar a Congregação das Pequenas Irmãs da Divina Providência.

As informações contidas no prontuário destas meninas que optaram pelo noviciado, esclarecem que até mesmo os genitores, bem como os demais familiares e protetores, teriam a possibilidade de representar algum de tipo de risco ou ameaça. Inclusive, mesmo a função exercida pelo irmão, como condutor de automóveis, poderia ser vista como um perigo para a interna. Havia uma preocupação muito significativa acerca de como a família poderia influenciar no capital cultural das internas; isso incluía os hábitos, costumes, princípios morais da família e, até mesmo, o ofício exercido pelo familiar.

A análise dessas cartas, que nos foram confiadas pela instituição, autorizando que procedêssemos com nosso trabalho, tendo-as como referência; concedeu sua permissão, estando está condicionada à omissão do verdadeiro nome das egressas que no decorrer deste foram mencionadas, denota em seu desenvolvimento, a existência de certa simpatia destas egressas em relação à instituição, bem como houve continuidade no contato entre as irmãs, evidenciando a sobrevivência de um certo vínculo, uma amizade envolvendo as egressas e as irmãs do asilo.

Foi possível apreender ainda, com embasamento nesta análise, que cada ex-interna tentou representar de maneira peculiar o contexto socioeducativo em que se viu inserida no decorrer de sua formação, e o fez de acordo com o seu capital cultural, estando este ligado à sua classe de origem, ou através da educação recebida no período em que esteve asilada. Exemplificamos nossa análise por meio da fala de Pollak (1989, p.13): “Através desse trabalho de reconstrução de si mesmo, o indivíduo tende a definir seu lugar social e suas relações com os outros”.

Era recorrente, neste período, certa preocupação acerca da procedência das órfãs; razão pela qual não se pretendia também alargar seu capital cultural, mas, contrariamente a isto, objetivar mantê-lo inalterado; corroborando assim, o pensamento elitista da época de que, para estas meninas, deveria ser ofertado um ensino em moldes distintos, mas que portasse ares de que este seria o melhor que elas poderiam receber; haja vista que, se conseguissem absorver a educação que lhes era destinada, as mesmas não se constituiriam em um peso para a sociedade, aprenderiam a viver de seu trabalho, e no futuro teriam a possibilidade de se tornarem ser mães zelosas e boas esposas. A Igreja propagava isso como um bem social ofertado a essas meninas, que fatalmente poderia "se perder na vida", caso ali não estivessem.

Embora o discurso proferido pela elite e pela Igreja pudesse nos parecer um tanto acalentador, ao ser analisado com maior profundidade, deixa transparecer que à estas meninas estava destinado um futuro previsível, que se impunha de modo quase obrigatório. Ao analisar os discursos que confluíam entre os asilos da época, principalmente neste fragmento que faz parte do Relatório Geral da Santa Casa de Misericórdia, do ano de (1907, p. 21) é possível notar:

> As orphans continuam a ser educadas para o destino que devem ter: aprendem todos os trabalhos domésticos, que podem na vida facilitar o ganho honesto, a formação da família e uma decente colocação social. Principalmente a sua educação moral é religiosamente vigiada pelo fato de irem ter no Asylo criaturas de todas as classes, onde nem sempre a virtude dos paes, parentes ou protetores póde lhes servir de exemplo e espelho. Tenho posto, neste particular, cuidado bastante e severidade, sempre de acordo com a digna Superiora, para que as orphans, resguardadas durante o anno, de toda eiva de vícios, não saiam nas férias para lugares perigosos, onde aprendam as lições contrárias à moral e aos bons costumes e vão contaminar e perverter suas companheiras.

De acordo com Ribeiro (1996), fica evidente a exclusão social e política das quais essas meninas órfãs eram vítimas e, desta maneira, a assistência oferecida, tanto pela filantropia paulista quanto pela instituição católica, não foi capaz de suprir a demanda equivalente a sanar tal questão; está parece-nos apenas mais uma forma de buscar aliviar o sofrimento destas meninas, que uma tentativa real de as incluí-las na sociedade.

O passado destas egressas que vem à tona por meio de seus depoimentos nos assinala tantos pontos positivos quanto negativos, acerca do período em que se

mantiveram asiladas; nota-se ainda, a evidência de que, mesmo entre as internas, havia certa desigualdade velada que se insinuava imersa na rotina das meninas, no interior do asilo. Tal desigualdade, no entanto, era vista com naturalidade.

> Nós deixávamos a cama arrumada, voltávamos da missa, e íamos tomar café. Depois, as que estudavam iam para a classe, e as outras iam de duas em duas fazer as tarefas do orfanato. Nós limpávamos os banheiros, varríamos o pátio, encerávamos os corredores, lavávamos as xícaras do café, ajudávamos na cozinha, na lavanderia, varríamos os dormitórios e íamos para o almoço.[58]

A preparação da instituição, em se dirigir ao atendimento de certo segmento da sociedade, é notada também por meio das atividades que eram oferecidas a elas:

> A irmã tocava o sino e quando acabava o almoço as que estudavam a tarde iam para as classes e as que estudavam de manhã iam fazer as outras tarefas. Lavar os pratos, passar a roupa, ajudar na rouparia e limpar os banheiros do pátio e subíamos para o segundo andar enquanto as crianças estavam em aula nós íamos para a sala de bordado, costura, fazíamos flores de tecido de meia.[59]

Ainda, acerca do dia-a-dia das meninas no asilo, descreve-se assim:

> Nós fazíamos fila e recebíamos a merenda, comíamos e brincávamos e voltávamos para os nossos afazeres e novamente tocava o sino era hora da janta e depois brincávamos, tocava o sino e fazíamos fila no pátio, íamos para a igreja rezar o terço e íamos dormir, assim eram os nossos dias.[60]

No que se refere às questões de boas maneiras, verificamos:

> Em dias especiais como o domingo, éramos reunidas na classe e as irmãs nos ensinavam boas maneiras, nos contavam histórias de infância, enfatizando sobre a questão da limpeza de nossa casa e de nossas roupas. E que não importava se éramos pobres, se tínhamos um vestido, ele deveria estar limpo, e também a como nos comportarmos na mesa, e que se seguíssemos esses conselhos seríamos boas mães ou irmãs, se assim desejássemos.[61]

As questões de ordem religiosa também são explicitadas, nestas falas:

> Nós aprendemos o catecismo, nos prepararam para sermos filhas de Maria. Elas sempre diziam que Deus estava em todas as partes mesmo

[58] Carta de egressa localizada no Acervo da Congregação das Pequenas Irmãs da Divina Providência.
[59] Carta de egressa localizada no Acervo da Congregação das Pequenas Irmãs da Divina Providência.
[60] Carta de egressa localizada no Acervo da Congregação das Pequenas Irmãs da Divina Providência.
[61] Carta de egressa localizada no Acervo da Congregação das Pequenas Irmãs da Divina Providência.

> que nos trancássemos no quarto Deus estaria lá. Uma frase me marcou demais: "Eu *sou o que sou diante de Deus e diante dos homens".*[62]

Ainda no âmbito do nosso estudo que tange às questões religiosas, há sempre a recorrência das questões atreladas à fé, e acerca de como elas se mostraram primordiais na obtenção do sucesso; assim como nas escolhas de vida, e no êxito alcançado perante a criação dos filhos. Este último item que, aliás, também preocupava sobremaneira a elite paulista, no início do século XX. Á medida que estas mulheres tivessem condições de criar seus filhos de acordo com os conceitos cristãos; através disso, a população seria constituída por bons cidadãos, cidadãos de bem, e, sendo assim, alcançaríamos a Pátria regida pela Ordem e Progresso, tema tão em voga à época.

> "Eu só tenho que agradecer pela Benção, o amor de Deus, o carinho e a paciência das Irmãs que me ensinaram e formaram o meu caráter, me ensinaram a ser honesta, decente, digna para poder ensinar e criar minhas filhas e netos no caminho de Deus e seu filho Jesus Cristo meu Salvador. Agradeço à Madre Teresa Grillo Michel, pois se não fosse ela eu não teria um teto sobre a minha cabeça, uma família, um lar, talvez eu tivesse até morrido, abandonada ou me perdido pelo mundo".[63]

Reconstituir os percursos sociais, nas dimensões profissionais e familiares, abrange situações e pontos de referência pelos quais passaram essas meninas; o fim do tempo de asilada, ingresso no mundo do trabalho, dentro ou fora de casa, casamento, ascensão social. As recordações das egressas carregam consigo ressignificações de suas vivências, buscando no passado, algo significativo que representasse uma mudança em suas vidas.

Pode-se inferir, por meio das falas, que poucas foram as que deram continuidade aos estudos; por vezes, algumas delas ingressaram no mercado de trabalho; contudo, a maioria seguiu o caminho do casamento, como se esperava que acontecesse, consoante ao que era o intuito da Instituição e da sociedade da época. Como podemos observar em Marcílio (1998, p. 175).

> Considerava-se que não era conveniente dar às meninas desvalidas uma educação cultivada, uma "cultura de espírito superior à sua posição social" pois ela poderia despertar aspirações que não poderão ser realizadas. Era preciso inculcar nas meninas hábitos de trabalho e uma verdadeira educação moral. Por aí, já se podia perceber a

[62] Carta de egressa localizada no Acervo da Congregação das Pequenas Irmãs da Divina Providência.
[63] Carta de egressa localizada no Acervo da Congregação das Pequenas Irmãs da Divina Providência.

> tendência que dominou o ensino brasileiro até pouco tempo atrás: a existência de uma educação dualista- ilustrada, para os filhos da elite; e de caráter técnico-profissionalizante, para as categorias populares.

Ao analisar o discurso destas egressas, em sua fala carregada de recordações, é possível salientar diversos contrapontos, tanto no âmbito das questões relembradas de maneira positiva, quanto em questões que tiveram um impacto negativo sobre as suas histórias de vida, de cada uma delas; mostra-se presente também, a forma como a Instituição acabou inculcando-lhes padrões de dominação. De acordo com as escritas das cartas, a instituição foi fundamental para que estas atingissem as conquistas que foram capazes de alcançar, bem como, para terem a capacidade de passar adiante os ensinamentos que receberam. Contudo, evidenciam-se também indícios claros de que o tempo de asiladas deixou marcas indeléveis que as impactou, até certo ponto, negativamente.

A reconstrução pretendida acerca dos percursos sociais, no âmbito das dimensões profissionais e familiares, abrange situações e pontos de referência que se fizeram presentes no percurso destas meninas. As informações obtidas nos parecem importantes, quando são analisadas no âmbito dos dados coletados; bem como quando conseguimos, por meio destas falas, reconstruir as múltiplas representações construídas por essas meninas. É como se, enquanto estivessem exteriorizando sua história, nos permitissem passear simbolicamente pelo seu mundo, através da luz dos seus olhos.

Reconstrução esta de um passado que, por vezes, parece-nos presente, e que impactou sobremaneira a história destas meninas, nas várias esferas sociais, seja tendo-as se convertido em donas de casa, profissionais atuantes no mercado de trabalho, domésticas, entre outras.

Ao nos arriscarmos nesta construção de uma narrativa histórica, contidas nessas cartas, com o ensejo de compreender quais foram os caminhos seguidos de vida pós-instituição; não figurava entre nossos objetivos, o de entender este passado de uma forma linear. O intuito era basear-se em uma reconstrução, contando com as rupturas que poderiam tornar-se pertinentes no âmbito da compreensão de nossa análise, inseridos os condicionantes que detivessem a possibilidade de converterem-se pertinentes e, para conjecturar em que nível tal instituição resultou-se capaz de moldá-las, de acordo com o que sugeria a sociedade paulista da época.

Uma fala muito pertinente, proferida por uma egressa, pode emprestar elucidações para tal questão:

> Essas paredes foram meu pai e minha mãe, que me guardavam e me sustentaram todos os 9 anos que fiquei no asilo, e é por isso que agradeço por ter tido a oportunidade e choro por aquelas que não tiveram a mesma sorte que eu.[64]

Considerando o que escreve (HALBWACHS, 2006), partimos de um pressuposto inicial de que o indivíduo se recorda mais facilmente dos fatos que viveu em grupo, e de que tais lembranças duram pelo tempo em que esse grupo também existir, seja na prática ou, ainda, na memória de seus integrantes.

Simultaneamente, "na base de qualquer lembrança, haveria o chamamento a um estado de consciência puramente individual" (HALBWACHS, 2006, p. 42) que possibilita a reconstituição do passado, de forma que haja particularidades nas lembranças de cada um. Isso significa que, ainda que estando integrado em um grupo, o indivíduo não se descaracteriza e é capaz de distinguir o seu próprio passado. Há, portanto, uma relação intrínseca entre a memória individual e a memória coletiva, visto que não será possível, ao indivíduo, recordar lembranças de um grupo com o qual as mesmas não se identifiquem. Segundo Halbwachs (2006, p.39):

> Para que a nossa memória se aproveite da memória dos outros, não basta que estes nos apresentem seus testemunhos: também é preciso que ela não tenha deixado de concordar com as memórias deles e que existam muitos pontos de contato entre uma e outras para que a lembrança que nos fazem recordar venha a ser constituída sobre uma base comum. (HALBWACHS, 2006, p. 39)

Uma a uma, das cartas vêm regadas da vivência que cada egressa levava arraigado em sua identidade; há certo esforço em reconstruir um passado individual, mas que acaba tornando-se um passado coletivo também; pois o relato está permeado de fatos vivenciados junto à suas colegas, ou com as irmãs, e ainda, com membros da sociedade que contribuíam com a instituição. Neste momento, o individual e o coletivo se cruzam e, em certos momentos, se dissolvem para, novamente, voltarem a constituir-se em uma lembrança individual, no âmbito das memórias de cada uma destas egressas; este fato se dá como algo muito comum entre as meninas que passaram por estas

[64] Carta de egressa localizada no Acervo da Congregação das Pequenas Irmãs da Divina Providência.

instituições; como se pode notar por meio das leituras anteriores, no que concerne a sua vida pós-instituição.

Emerge sobre nossas consciências a conclusão de que a proposta de formar moças honestas, no âmbito de uma cidade em expansão, resultou-se em, mais que uma forma de higiene social, também oferecer à estas uma perspectiva de ascensão social; ainda que que limitada, de acordo com o que se era permitido, à época, oferecer à elas. Pobres, elas corriam o risco de serem seduzidas pela "vida fácil". Honestas, poderiam se tornar donas de casa e mães. Desenrolava-se diante de suas consciências a possibilidade de constituir família, nos moldes idealizados pela burguesia. Prendadas, as mulheres poderiam exercer o papel de donas de casa, segundo os parâmetros racionais e higiênicos vigentes.

Considerações Finais

O intento deste trabalho é, por meio da construção de uma narrativa histórica, mostrar como se deu a instalação da Congregação das Pequenas Irmãs da Divina Providência no Brasil. Nosso objetivo é de que, ao longo dos capítulos, tenhamos atingido o intuito de compreender os processos que motivaram a vinda desta Congregação para o Brasil, os lugares em que ela tentou se estabelecer, ou que foram obrigadas a tentar, o que deu início a uma relação tensa e conflitosa com o Bispo da Arquidiocese de São Paulo. No entanto, com o propósito definido, mesmo antes de chegar ao país, pela missão orientada pela Madre Superiora, pelas próprias características das irmãs e noviças que faziam parte deste grupo, fez com que elas desenvolvessem várias atividades, sendo o asilo, uma das mais significativas e duradouras e que foi objeto desta dissertação.

É de suma importância afirmar, em primeiro lugar, que o Asilo da Divina Providência desempenhou um papel "*sine qua non*" na chamada questão social. Com base em princípios idealizados comuns àquela época, respondeu à uma demanda crescente de crianças desvalidas com seu projeto de assistência e educação.

Pode-se considerar que naquele contexto de assistencialismo, o Asilo garantiu o direito social à sobrevivência material das internas pobres, órfãs ou em situações emergentes, segmentos absolutamente vulneráveis e incapazes de se manterem por si sós, merecendo toda a atenção da sociedade, em auxílio ao que o Estado deixava de fazer.

A Congregação das Pequenas Irmãs da Divina Providência foi uma destas instituições, voltadas inicialmente para as questões assistencialistas e proteção das crianças e, em seguida, para sua educação. Essa instituição, instalada em São Paulo, não foi um empreendimento isolado, ela fez parte de um projeto educacional bem mais amplo de instituições filantrópicas, lideradas por um grupo de intelectuais e políticos da cidade, que contou também com o respaldo da Igreja para responder a uma questão social pertinente ao período, ou seja, era necessário que instituições cuidassem dessas meninas desvalidas por um bem maior, a preocupação da elite paulista em relação ao futuro das mesmas, mas também pelo temor de que essas crianças pudessem causar problemas para a sociedade.

O asilo, como instrumento e estratégia política social, na sociedade paulista, integrada pela Igreja, viabilizou a prevenção contra a possibilidade de meninas se prostituírem ou mendigarem nas ruas, preparando-lhes para o amanhã. Ao analisarmos a quantidade de meninas que passaram pelo asilo podemos aferir que este representou uma iniciativa bem-sucedida na cidade, contribuindo na tentativa de solução para um problema social do período.

Refletimos que essa política assistencial- filantrópica não erradicou a exclusão, talvez por falta de uma política social mais ampla que mobilizasse outros segmentos da sociedade e também pelos conflitos que permearam todo o trajeto da instituição. Entretanto, conseguiu oferecer para aquela parte da população a assistência e educação que a sociedade paulista julgava ser suficiente e adequada para essas meninas.

Pode-se afirmar que as instituições supracitadas realizavam um trabalho assistencial para as pessoas que não eram atendidas pela municipalidade. Assim, estes órgãos de assistência tinham um papel "*sui generis*" no município de São Paulo, que era o de amparar os marginalizados, livrando-os de ambientes hostis e, ao mesmo tempo, promovendo a ordem pública.

Outra constatação encontrada nesta pesquisa é de que essa Congregação, assim como outras congregações católicas que se instalaram no Brasil, teve um papel significativo para o setor educativo na sociedade. A vinda dessas congregações para o Brasil que ocorreu em meados do século XIX, incentivadas pela Igreja, teve sua importância reconhecida, pois essas irmãs traziam para o Brasil, na maioria das vezes, experiências, saberes e projetos educacionais de distintas regiões da Europa para que aqui fossem implementadas.

Contraditoriamente, não podemos deixar de mostrar as várias distorções, como a inculcação de mecanismos de dominação e os conflitos nas esferas administrativas. Cabe-nos refletir que a representação simbólica do Asilo, mesmo tendo sido discriminante ou repressora em alguns momentos, acabou abrindo novos caminhos para a cidade de São Paulo, em especial para a região da Mooca. E daí, passa-se a compreender que o Asilo tenha sido o único caminho para muitas dessas meninas.

É possível ainda concluir que a instalação da Congregação das Pequenas Irmãs da Divina Providência compôs também a iniciativa da Igreja Católica na retomada de um lugar no espaço educacional. De acordo com Leonardi (2006), o contexto social em

que o Brasil se encontrava cooperou para consolidar a presença dessas Congregações no Brasil. Diante das propostas republicanas a Igreja buscava firmar ainda mais a sua presença no seio da sociedade. A Igreja buscou de todas as formas lutar pela hegemonia do campo educacional, a fim de promover a regeneração da sociedade pela educação centrada no ensino da religião católica.

O trabalho desenvolvido inicialmente pelas Pequenas Irmãs da Divina Providência de assistir e educar meninas pobres a partir de instrução escolar como (ler, escrever, contar e prendas domésticas) viu na pratica pedagógica, a possibilidade de incutir nas meninas também os valores da religião católica.

Ainda para as questões educacionais, essas meninas assistidas pela instituição receberam uma educação voltada para serem donas de casa, para o casamento. Como detalhamos anteriormente, o casamento era visto pelas internas como uma forma de ascensão social, como uma forma de retirar delas o estigma de "institucionalizada", garantindo-lhes uma identidade como sujeitos de direito, não sendo mais anônimas integrantes de um universo institucional. Representaria para elas ainda respeitabilidade e valorização pessoal para administrar um lar e o casamento legitimaria a sua inclusão na sociedade.

Para algumas delas o noviciado também foi a saída encontrada, em sua maioria as meninas que se tornaram noviças eram órfãs, em alguns casos tinham ou pai ou mãe, mas receberam a autorização para entrar para o noviciado e assim continuaram na congregação.

Ainda há parte dessas meninas que se tornaram operárias, posto que o bairro da Mooca centrava a maioria das indústrias no período e a expansão pela qual passava a cidade de São Paulo, além das mudanças socioeconômicas, fizeram emergir problemas que a Igreja e o Estado precisavam enfrentar; tais como o crescimento da população pobre na cidade advinda da expansão industrial e da imigração de italianos na cidade. Ao contrário do que pensavam esses italianos que vieram para o Brasil em busca de uma vida melhor, os mesmos culminaram por serem submetidos a uma vida desumana. Essas relações excludentes da cidade faziam aumentar significativamente a população pobre na mesma e, com isso, os problemas sociais em São Paulo, como a prostituição e o abandono de crianças.

Consequentemente, fez-se necessário criar espaços, tanto particulares como públicos, para abrigar os órfãos e desvalidos de São Paulo. Tornava-se imprescindível a criação de uma política eficaz que respondesse a essa demanda e, concomitantemente, garantisse assistência e educação para essa parcela da população.

As intenções da Igreja católica de criar instituições educativas e tentar conquistar a hegemonia no campo da educação não era apenas uma tentativa de combater o avanço do protestantismo no período; esta acreditava que a educação era um meio de regenerar a população, desde que fosse oferecida à ela educação moral e religiosa, principalmente através da educação feminina.

Sendo assim, concluímos que a história do reconhecimento da importância de se atentar à infância pobre na cidade de São Paulo foi uma iniciativa de sociedades particulares, dos filantropos, das associações confessionais, promotores e mantenedores da assistência pública à infância pobre e também da Igreja católica que juntos buscaram uma saída para essas emergências que surgiram com a expansão da cidade de São Paulo no período.

Atribuindo toda a primordialidade que é inerente a estes personagens históricos, não se pode deixar de mencionar o protagonismo destes para que, se não é possível afirmar que se deram todos os passos necessários para possibilitar a renovação do processo educativo e a concepção de infância que se têm atualmente a partir daquele momento; ao menos ocorra o reconhecimento deste período como lastro do que temos hoje em relação aos avanços e à visão de quanto ainda é necessário avançar no que tange à questão ao respeito à infância e à maneira como a sociedade enxerga a criança e, especialmente, a mulher.

Que este trabalho traga a quem perpassar o olhar por estas linhas um vislumbre claro sobre como o processo histórico em suas nuances remonta ao crescimento que temos hoje em nossas concepções atuais; contemplando os valores antigos como uma promessa cálida do que hoje culmina em uma necessidade premente do avanço que atualmente busca-se alcançar. E, assim, que se tenha a consciência que apenas durante o decorrer da história que se estabelece através da passagem do tempo, e conhecendo-a, é que atitudes ou valores aparentemente desacertados têm a possibilidade de se tornarem incríveis contribuições e acertos para a área da educação e para o processo educativo em todas as épocas em que se inscreve. E é essa a missão que aqui se imprime.

Referências Bibliográficas

ABRANTES, Pedro. Para uma teoria da socialização**.** Sociologia, *Revista de Letras da Faculdade do Porto*. Vol.XXI, 2011, p. 121-139.

ACCIOLY, Hildebrando- *Primeiros núncios no Brasil.* São Paulo: Progresso Editorial Sá, 1948.

ALBERTI, Verena. *História oral*. A experiência do CPDOC. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas,1990, p.11-23.

ALMEIDA, Jane Soares de. *Ler as letras: por que educar meninas e mulheres?* Campinas: Autores Associados, 2007.

ALMEIDA, Jane Soares de. *Mulher e Educação:* a paixão pelo possível. São Paulo: Editor UNESP,1998.

AZEVEDO, Crislane Barbosa. Higienismo e Educação: Práticas Higienistas nas Escolas Primárias Graduadas de Aracaju no início do século XX. *Anais da VII Semana de História.* São Cristóvão, 2004.

AZZI, Riolando (Org). *A vida religiosa no Brasil. Enfoques históricos*. São Paulo: Editora Paulinas, 1983.

_____. *"A Igreja e a República no Brasil", Vida Pastoral*. São Paulo, 1989.

_____. "A romanização da igreja a partir da República (1989)", in Riolando Azzi, *Inculturação e libertação,* 1986.

_____. A *Igreja e o menor na história social do Brasil.* São Paulo: Cehila, Paulinas 1992.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch. *Estética da criação verbal*. Tradução: Maria Ermantina Galvão G. Pereira. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BANDEIRA JUNIOR, Antônio F. *A Industria no Estado de São Paulo em 1901*.Typografia do 'Diário Oficial': São Paulo, 1901.

BARONAS, Joyce E. & AGUILERA, Vanderci de Andrade (Org.) *Scripturae nas Villas de São Luiz de Goaratuba e Antonina: manuscritos setecentistas e oitocentistas*. Londrina: Universidade Estadual de Londrina. Ed. UEL. 2007.

BAZERMAN, Charles. *Gêneros textuais, tipificação e interação*. DIONÍSIO, Ângela Paiva; HOFFNAGEL, Judith Chambliss, (orgs). Trad. e adaptação HOFFNAGEL, Judith Chambliss. São Paulo: Cortez, 2006.

BENCOSTTA, Marcus Levy Albino**.** *Igreja e poder em São Paulo: João Batista Corrêa Nery* e a *romanização do catolicismo brasileiro* (1908-1920)

BEOZZO, José Oscar et al. *História da Igreja no Brasil. Ensaio de interpretação a partir do povo*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1980.

BERTONHA, João Fábio. *Os italianos.* São Paulo: Contexto 2005

BERTUCCI, Liane M. *Impressões sobre a saúde: a questão da saúde na imprensa operária: São Paulo – 1891/1925*. Dissertação de mestrado. Unicamp: Campinas, 1992.

BOLLEME. Geneviéve. *O povo por escrito*. (Tradução de Antonio de Pádua Danesi). São Paulo: Martins Fontes, 1988.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico***.** Trad. Fernando Tomaz. 14. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

_____. *A economia das trocas simbólicas.* São Paulo: Editora Perspectiva, 1999.

_____. *A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer*. 2ª ed. São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1998.

BRESCIANI, Maria Stella. *O cidadão da República:* liberalismo versus positivismo. Brasil: 1879-1900. Revista USP, São Paulo, nº 17, marc./maio, 1995.

BUFFA, Ester. A Igreja Católica enquanto grupo de pressão na tramitação da LDB. In: PAIVA, Vanilda (Org.). *Catolicismo, educação e ciência.* São Paulo: Edições Loyola,1991.

BURKE, Peter. Cultura, Tradição e educação. In: GATTI Jr., D. & PINTASSILGO, J. *Percursos e desafios da pesquisa e do ensino de História da educação*. Uberlândia: EdUFU, 2007, p. 13-22.

BURKE, Peter. *História como memória social.* In: Variedades de história cultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2000.

CAMARA, S. *Sob a guarda da república: a infância menorizada no Rio de Janeiro da década de 1920.* Rio de Janeiro: Quartet, 2010.

_____. *Por uma ação preventiva e curativa da infância pobre: os discursos jurídico-educativos no Brasil e em Portugal nas décadas de 1910-1920*.Campinas: Autores Associados, 2007.

CAMARGO, Maria Rosa M. Cartas adolescentes. Uma leitura e modos de ser... In: MIGNOT, A. C. V.; BASTOS, M. H. C.; CUNHA, M. T. S. (Orgs.). *Refúgios do Eu. Educação, História, Escrita Autobiográfica*. Florianópolis: Mulheres, 2000. p. 203-228.

CANO, Jefferson. "A Cidade dos Cortiços: os trabalhadores e o poder público em São Paulo no final do século XIX". In: AZEVEDO, Elciene et al. (Org.). *Trabalhadores na cidade. Cotidiano e cultura no Rio de Janeiro e em São Paulo, séculos XIX e XX*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009, pp. 221-250.

CASTEJÓN, Agostinho. Igreja e democratização do ensino de 1º e 2º graus. *Cadernos da AEC do* Brasil. Igreja e democratização do ensino. Brasília: Associação de Educação Católica do Brasil, n.25,1985.

CASTELLS, M. *Problemas de Investigación en Sociologia Urbana***.** Mexico: Siglo XXI, 1971.

CASTILLO GÒMEZ, Antonio. "Um archipiélago desconocido. Archivos y escrituras de la gente común. ARCHIVAMOS. *Revista Trimestral de la Asociación de Archiveros de Castilla y Leon.* Nº 38 (4º trimestre de 2000). P.6-11.

CACCAVELLIi, Bruno. *Lazer e sociabilidade dos Trabalhadores do bairro paulistano da Mooca (1900-1920)*. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, 2015,

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense-universitária,1982.

CHAPOULIE, J. e BRIAND, J. P. A instituição escolar e a escolarização. Uma visão de conjunto. *Educação e Sociedade*, ano XV, nº 47, abril de 1994, p. 11-60.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural. Entre Práticas e Representações*. (Tradução de Maria Mauela Galhardo). Lisboa: Difel/Bertrand Brasil, 1990.

COSTA, Benedito Gonçalves; FRANÇA, Maria do Perpétuo Socorro G.de S. A. de. *Educação de meninas no Asilo de Santo Antônio:* regência das Irmãs Dorotéias sob o olhar romanizador do Bispo D. Antônio de Macedo Costa, na Amazônia (1878-1888). Curitiba: CRV,2016.

CURY, Carlos Roberto J. A opção pelos pobres e a democratização do ensino. *Revista de Educação da AEC do Brasil.* Democratização do ensino. Brasília: Associação de Educação Católica do Brasil.v.12, n.49,1983.

CUSTÓDIO, Maria Aparecida Corrêa. *A invenção do cotidiano feminino*: formação e trajetória de uma congregação católica (1880-1909). São Paulo. Annablume/FAPESP, 2014.

_____. *Artes de fazer uma congregação católica: Uma Leitura Certeausiana da formação e trajetória das filhas da Imaculada Conceição (1880-1909)*. 2011. Tese (Doutorado em História da Educação) – FEUSP, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

DALLABRIDA, Norberto. *A fabricação escolar das elites. O Ginásio Catarinense na Primeira República.* Florianópolis, SC: Cidade Futura/UDESC, 2001.

DALLARI, Dalmo de Abreu e KORCZAK, Janusz. *O direito da criança ao respeito.* São Paulo: Summus, 1986.

DECCA, Maria Auxiliadora G. *A vida fora das fábricas:* cotidiano operário em São Paulo (1920-1934). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

DUARTE, Adriano e PAOLI, Maria Célia. São Paulo no plural: espaço público e redes de sociabilidade. In: PORTA, Paula(org.). *História da Cidade de São Paulo – a cidade na primeira metade do século XX*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

ETCHEBÈHÈRE Júnior, Lincoln. A dessacralização toponímica dos municípios paulistas. *Tempo e Memória***.** Ano 2, n.3, ago/dez, 2004, p. 54.

FABRE, Daniel (Org). *Écritures Ordinaires. Centre Georges Pompido*u. Bibliothéque Publique d'Informatión, 1993. p. 11-30.

FARIA FILHO, L. M. de; FERNANDES, R. (orgs). *Para a compreensão histórica da infância*. Belo Horizonte: Autêntica. 2007. p. 263-282.

FARIA FILHO, Luciano Mendes(organizador) *Arquivos, fontes e novas tecnologias:questões para a história da educação***.** Campinas, SP: Autores Associados;

FARIA FILHO, L. M. (org.) *A infância e sua educação: materiais, práticas e representaç***ões**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004, p. 160-187.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. O processo de escolarização em Minas Gerais: questões teórico-metodológicas e perspectivas de análise. In. *História e historiografia*

da educação no Brasil / Thais Nivia de Lima e Fonseca, Cynthia Greive Veiga. – Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *República, Trabalho e educação:* A experiência do Instituto João Pinheiro 1909/1934. Bragança Paulista. Editora da Universidade São Francisco, 2001.

FAUSTINO, Evandro. *O catolicismo em São Paulo no Segundo Império e o dilema da modernidade*. 1991. Dissertação (Mestrado em História Social) – FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

FAUSTO, Boris. *Crime e cotidiano – A criminalidade em São Paulo (1880-1924*). São Paulo: Ed. Brasiliense, 1984.

FERREIRA, Tolstoi de Paula. Subsídios para a história da assistência social em São Paulo.*Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, São Paulo: Departamento de Cultura, v. 67, jun. 1940.

FOISIL, Madeleine." A escritura de foro íntimo". *História da Vida Privada, 3: Da renascença ao Século das Luzes*. / Organizado por Roger Chartier (Tradução de Hildegard Feist). São Paulo: Companhia das Letras, 1991.p. 331-369

FONSECA, Sérgio César da. A assistência à infância pobre na República Velha: comparações entre São Paulo e Ribeirão Preto (1900-1917). *Cadernos de História da Educação*. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, v. 8, n. 1, p. 203-220, jan.-jun. 2009.

FORQUIN, Jean-Claude. Saberes escolares, imperativos didáticos e dinâmicas sociais. *Teoria & Educação*, nr.5, 1992, p.28-49.

FRANCISCO, Milton. Maratona Atenas 2004: A (re)categorização em textos jornalísticos. In: *Revista D.E.L.T.A.*, 23, n. 2, p. 167- 202, 2007.

FRANCO, Ceni. *Italianos no Brasil:* "Andiamo in'Merica". 3ª ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

FRANCO, João Evangelista. O serviço de assistência aos menores no Estado de São Paulo.*Revista do Arquivo Municipal*. São Paulo, v. 97, ano 10, p. 7-44, set.-out 1944.

FREITAS, M. C. de; KUHLMANN JUNIOR, M. (orgs). *Os intelectuais na História da infância*. São Paulo: Cortez. 2002. p. 11- 60

FREITAS, Marcos C. *História social da infância no Brasil*. São Paulo: Cortez,1997.

GAETA, Maria Aparecida Junqueira Veiga. *Percurssos do ultramontahismo em São Paulo no episcopado de D. Lino Deodato Rodrigues de Carvalho.* (1873-1894). Tese de mestrado. São Paulo, 1992.

GARCIA, Erika. *"Escolas Populares:* iniciativas católicas em São Paulo (1910- 1941)" (Relatório de Iniciação Científica em Educação) – FEUSP, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

GINZBUGR, Carlo. *Andarilhos do Bem.* São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

2006.

GONDRA, José G. Medicina, Higiene e Educação Escolar. In: LOPES, Eliane M.T;

FARIA FILHO, Luciano M. de; Cinthya. *500 anos de Educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

GONDRA, José Gonçalves. *A arte de civilizar.* Medicina, higiene e educação escolar na corte imperial. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004..

GONDRA, José Gonçalves. Conformando o discurso pedagógico: a contribuição da medicina. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes (org.). *Educação, modernidade e civilização.* Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

GONDRA, José Gonçalves. Modificar com brandura e prevenir com cautela. Racionalidade médica e higienização da infância. In: FREITAS, Marcos Cezar de; KUHLMANN JUNIOR, Moysés (orgs). *Os intelectuais na história da infância.* São Paulo: Cortez, 2002.

GROSSI, Vicenzo. *Storia della Colonizzazzione Europea al Brasile e dell'Emigrazione Italiana nello Statto di San Paolo*. Milão-Roma- Nápoles, Ed. Albrighi&Segati, 1914.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva.* São Paulo: Vértice,1990.

HALL, Michael. Imigrantes na cidade de São Paulo. In: PORTA, Paula (org.). *História da Cidade de São Paulo – a cidade na primeira metade do século XX*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

HALL, Michael. O movimento operário na cidade de São Paulo: 1890-1954. In: PORTA Paula (org.). *História da Cidade de São Paulo – a cidade na primeira metade do século XX*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

HAUCK, João Fagundes. A Igreja na Emancipação – 1808-1840. In: BEOZZO, Oscar (org.). *História da Igreja no Brasil: segunda época*. Petrópolis: Paulinas, 1985.

HÉBRARD, Jean. "Por uma bibliografia material das escrituras ordinárias: a escrita pessoal e seus suportes". REFÚGIOS DO EU: EDUCAÇÃO, HISTÓRIA, ESCRITA AUTOBIOGRAFICA. /Mignot, A.C.V; Bastos, M.H.C., Cunha, M.T.S.(orgs) Florianópolis: Mulheres,2000. p. 29-61.

HISLDORF, M. L. S. "Tão longe, tão perto" As meninas do Seminário. In: STEPHANOU, Maria; Bastos, Maria Helena Camara (Org.). *Histórias e memórias da educação no Brasil.* Vol II: Século XX. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

HILSDORF, M. L. S. *O aparecimento da escola moderna, uma história ilustrada* – Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

HILSDORF, Maria Lucia. "As iniciativas dos republicanos". In: *História da Educação Brasileira: Leitura*s. São Paulo: Thomson, 2005.

IMPAGLIAZZO, M. *Poveri e Preghiera: La Congregazione delle Piccole Suore della Divina Provvidenza*. Milano: SAN PAOLO, 2005.

JANOTTI, Maria de Lourdes. O Diálogo Convergente: políticos e Historiadores no início da República. In: FREITAS, Marcos Cezar (org.). *Historiografia Brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2000.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto historiográfico. Tradução: Gizele de Souza. Revista Brasileira de História da Educação, São Paulo, n. 1, 2001, p. 9-44.

KFOURI, Nadir Gouvêa. *Estabelecimentos particulares cujo objetivo é prestar assistência aos menores abandonados do Município de São Paulo*. São Paulo: [s.n.], [1936].

KISHIMOTO, T. M. Educação Infantil integrando pré-escola e creches na busca da socialização da criança: Brasil 500 anos: tópicos em história da educação. In: VIDAL, Diana G.; HILSDORF, Maria L. Spedo. *Brasil 500 anos: tópicos em história da educação.* São Paulo: Edusp, 2001.

KISHIMOTO, T. M. Escolarização e brincadeira na Educação Infantil. In: SOUZA C. P. de(Org.). *História da educação: processos, práticas e saberes*. São Paulo: Escrituras, 1998.

KISHIMOTO, T. M. *A pré-escola em São Paulo: 1877 a 1940*.São Paulo: Loyola,1988.

KOCH, Ingedore G. V. As tramas do texto. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008. LIMA, Siumara Aparecida. *Relações anafóricas em textos produzidos em situação escolar no ensino médio*. Curitiba: Honoris Causa, 2011.

KOSSOY, B. *Fotografia e história***.** São Paulo: Ática, 2000.

KUHLMANN JR, M. Educando a infância brasileira. In: LOPES, E. et al *500 anos de educação no Brasil.*3.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p 469-496.

KUHLMANN JR, M. *Infância e Educação Infantil:* uma abordagem histórica. Porto Alegre: Mediação, 1998.

LANGLOIS, C. Le christianisme au feminin, Paris 1984.

LANZAVECCHIA, Renato. Teresa Grillo Michel, *La figure, le opere*. Milano. Rusconi, 1991.

LE GOFF, Jacques. *Memória.* In: *História e Memória*. Campinas: Ed UNICAMP, 1994.

LEONARDI, Paula. *Além dos espelhos. Memórias, imagens e trabalhos de duas congregações católicas francesas no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 2010.

LEONARDI, Paula. Congregações católicas docentes em São Paulo e a educação feminina. In: VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, 2006, Uberlândia. Anais do VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, 2006.

LEONARDI, Paula. Puríssimo Coração*:* um colégio de elite e sua imagem. *Pró-Posições***,** v. 15, n. 2 (44), Campinas, 2004.

LOPES, Juarez Rubens Brandão. *Desenvolvimento e Mudança Social: Formação da Sociedade Urbano Industrial no Brasil*. São Paulo: Ed. Nacional, 1976.

LOURO, Guacira Lopes. "Mulheres em Sala de Aula".HISTÓRIA DAS MULHERES NO BRASIL./organizado por Mary Del Priore.São Paulo.Contexto.1997.p.443-481.

LOURO, Guacira Lopes. Prendas e Antiprendas: *Uma escola de mulheres*. Rio Grande do Sul: Ed. da Universidade UFRGS, 1987.

LOWRIE, Samuel H. Assistência filantrópica na cidade de São Paulo.*Revista do Arquivo Municipal*. v. 27, ano 3, São Paulo: Departamento de Cultura, Set. 1936.

LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. *Igreja e política no Brasil: o partido católico (1870-1889*). 1979. Tese (Doutorado em História Social) – FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1979.

LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. *Os bispos do Brasil e a imprensa*. São Paulo: Edições Loyola, 1983.

MAGALHÃES, Justino Pereira de (2004). *Tecendo Nexos: história das instituições educativas*. Bragança Paulista/SP. Editora Universitária São Francisco.

MANACORDA, Mario Alighiero. *História da Educação: Da Antiguidade aos nossos dias*. São Paulo: Cortez, 1989.

MANOEL, Ivan *A. Igreja e educação feminina (1859-1919): uma face do conservadorism**o***. São Paulo: Editora da Unesp, 1996.

MARCÍLIO, Maria Luiza. A roda dos expostos e a criança abandonada na História do Brasil (1726-1950). In: FREITAS, Marcos Cezar. *História Social da Infância no Brasil.* São Paulo: Cortez, 2006.

MARCÍLIO, Maria Luíza. *História social da criança abandonada.* São Paulo: Hucitec, 1998.

MARCILIO, M. Luiza. *Família, Mulher, Sexualidade e Igreja na História do Brasil*. São Paulo: CEDHAL-CEHILA_ Ed. Loyola, 1993. 203 p

MARCILIO, M. Luiza. *História e População*. São Paulo: Fundação SEADE, 1990. 308

MARCILIO, M. Luiza. *A Cidade de São Paulo- povoamento e população. 1750-1850*. 1. ed. São Paulo: EDUSP- Pioneira, 1973. v. 1. 208 p.

MARCUSCHI, Luiz Antonio. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão.* São Paulo: Parábola, 2008.

MARSHALL, T.H. *Class, Citizenship and Social Development*. Chicago: Chicago University Press, 1964.

MARTINS, José de Souza. O migrante brasileiro na São Paulo estrangeira. In: PORTA, Paula (org.). *História da Cidade de São Paulo – a cidade na primeira metade do século XX*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de história oral.* São Paulo: Edições Loyola, 1996, p.51-61.

MERISSE, A. Origens das instituições de atendimento à criança pequena: o caso das creches**.** In: MERISSE, A. et al. *Lugares da Infância*. São Paulo: Arte e Ciência, 1997.

MICELI, Sergio. *A elite eclesiástica brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1988.

MIGNOT, Ana Cristina Venâncio; CUNHA, Maria Teresa Santos. (Org.). *Práticas de Memória Docente*. São Paulo: Cortez, 2003. p. 9 - 183. (Cultura, Memória e Currículo; v.3)

MOACYR, Primitivo. *A instrução pública no Estado de São Paulo*. Primeira década republicana (1890-1893). São Paulo: Cia Editora Nacional, 1942, 2 v. (Brasiliana, vol. 213-A, Biblioteca Pedagógica Brasileira)

MONARCHA, Carlos. *A escola Normal da Praça: o lado noturno das luzes.* Campinas: Edunicamp, 1999.

MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: HUCITEC/Polis, 1984.

MONCORVO FILHO, Arthur. *Histórico da proteção à infância no Brasil (1500-1922).* Departamento da Criança no Brasil. Rio de Janeiro: Paulo Pongetti & Cia., 1926.

MONDADA, Lorenza; DUBOIS, Daniele. Construção dos objetos de discurso e categorização: Uma abordagem dos processos de referenciação. In CAVALCANTE, Mônica Magalhães; RODRIGUES, Bernadete Biasi; GIULLA, Alena, (Orgs). Referenciação (*Coleção clássicos da linguística* I). São Paulo: Contexto, 2003. p.17-52.

MOTTA, Cândido N. N. da. *Os menores delinquentes e o seu tratamento no Estado de São Paulo.* São Paulo: Tipografia do Diário Oficial, 1909.

MOURA, Pe Laércio Moura. *A Educação católica no Brasil.* São Paulo: Edições Loyola,2000.

NEGRÃO, Ana Maria Melo. *Infância, Educação e Direitos Sociais:* Asilos de Órfãs (1870-1960), C*ampinas: área de Publicações CMU-UNICAMP*, 2004.

NORA, Pierre. "Entre memória e história. A problemática dos lugares". PROJETO HISTÓRIA.PUC/SP, nº 10, dez.1993. (Tradução de Yara Khouri). P. 7-28.

NUNES, Maria José. Freiras no Brasil. In: DEL PRIORE, Mary. *História das mulheres no Brasil.* São Paulo: Contexto, 1997.

OLIVEIRA, Milton Ramon. *"Formar cidadãos úteis"*. Os patronatos agrícolas e a infância pobre na Primeira República. Bragança Paulista, SP: EDUSF/CDAPH, 2003.

OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro. *Religião e dominação de classe – gênese, estrutura e função do catolicismo romanizado no Brasil.* Petrópolis: Vozes, 1985.

OLSON, David R. *O mundo no papel: as implicações conceituais e cognitivas da leitura e da escrita.* Tradução: Sérgio Bath. Revisão técnica: Rodolfo Ilari. São Paulo: Ática, 1997.

PADIN, Cândido. Igreja e democratização da sociedade e do ensino. *Cadernos da AEC do* Brasil. Igreja e democratização do ensino. Brasília: Associação de Educação Católica do Brasil, n.25,1985.

PAGLIA, V. *Storia dei poveri in Ocidente*, Milano 1994.

PASAVENTO, Sandra Jutahy. "Em busca de outra história: imaginando o imaginário", *Revista Brasileira de História*, vol.15, nº29. São Paulo,1995.

PEROSA, Graziela. (2005), *Três escolas para meninas.* Campinas. Tese de Doutorado. Faculdade de Educação da Unicamp.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da história, operárias, mulheres, prisioneiros.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

PERROT, M. Introdução. In: _____. História da vida privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

PESAVENTO, Sandra. Na contramão da vida: razões e sensibilidades dos filhos malditos de Deus (Antônio Rasgado, Benjamin, o Degolador, João Foguista). In: ERTZOGUE, M. H.; PARENTE. T. G (Orgs.). *História e sensibilidade. Brasília:* Paralelo 15, 2006. p. 161-177.

PINHEIRO, Maria.F.S. *O público e o privado na educação brasileira: um conflito na Constituinte* (1987-1988). Tese (doutorado) Departamento de Sociologia, UnB, 1991.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. Classes urbanas, formação, natureza, intervenção na vida política. In FAUSTO, Boris. *História da Civilização Brasielira*, tomo III,v.2,p 9-37. Rio de Janeiro: Difel,1977.

POCHMANN, M. *Desenvolvimento, trabalho e solidariedade*. São Paulo: Cortez / Perseu Abramo, 2002

POLLACK, Michel. "Memória, esquecimento, silêncio", *Estudos Históricos*, vol.2, nº3. Rio de Janeiro,1989.

PRIORE, Mary del (org.) *Mulheres no Brasil colonial. São* Paulo: Contexto, 2000.

PRIORE, Mary del (org.) *História das crianças do Brasil.* São Paulo: Contexto, 1999.

PRIORE, Mary del (org.) *História das mulheres do Brasil.* São Paulo: Contexto, 1997.

RABELO, Giani. *Entre o Hábito e o carvão*. Criciúma, Unesc, Dissertação de Mestrado, 2008.

REIS FILHO, Casemiro dos. *A educação brasileira e a ilusão liberal***.** São Paulo: Cortez; Campinas: Autores Associados, 1981.

RIBEIRO, Arilda Inês Miranda. *A educação feminina durante o século XIX: o Colégio Florence de Campinas 1863-1889. Campinas: área de Publicações CMU – UNICAMP,1996.*

RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. *A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios o presente*. São Pulo: Edições Loyola, 2004.

ROCHA, Heloisa Helena Pimenta. *A higienização dos costumes:* educação escolar no projeto do Instituto de Hygiene de São Paulo (1918-1925). Campinas, SP: Mercado de Letras; São Paulo: Fapesp, 2003.

RONCARATI, Cláudia. As cadeias do texto: construindo sentidos. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

RUFINONI, Manuela Rossinetti. *Preservação do patrimônio industrial na cidade de São Paulo.* São Paulo, FAUUSP, Dissertação de Mestrado, 2004.

SAMPAIO, Teodoro. *São Paulo no século XX e outros ciclos históricos*. 2ª ed., Petrópolis: Vozes; São Paulo: Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1978.

SANTA CATARINA, Pe. Fausto. *A serviço dos pobres*: A bem-aventurada Madre Teresa Grillo Michel. São Paulo, Escolas profissionais Salesianas, 2006.

SANTOS, Carlos Ferreira. *Nem tudo era italiano: São Paulo e pobreza (1890-1915*). 2ª ed., São Paulo: Annablume/ FAPESP, 2003.

SCHELBAUER, Analete Regina. *A constituição do método de ensino intuitivo na província de São Paulo (1870-1889***)**. 2003. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2003.

SCHUELER, Alessandra F. Martinez de. Crianças e escolas na passagem do império para a República. São Paulo. *Revista Brasileira de História*. 1999, vol.19, n.37,59-84. Artigo. FFLCH-HI, IEB.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez. Os jesuítas e a educação das crianças: séculos XVI ao XVIII. In: RIZZINI, I. (org.). *Crianças desvalidas, indígenas e negras no Brasil: cenas da Colônia, do Império e da República*. Rio de Janeiro. EDUSU. 2000, p.17-44. Capítulo. GEHPAI.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de. A "infância desamparada" no asilo agrícola de Santa Isabel: instrução rural e infantil (1880-1886). São Paulo. *Educação e Pesquisa*. 2000, v. 26, n. 1, jan/jun, p. 119-133. Artigo. FE, EE, IF, IP, MP.

SIERVI, Maria de Lourdes. *Pão, educação e trabalho: o orfanato Cristóvão Colombo e a educação profissionalizante de crianças na cidade de São Paulo (1895 a 1930).* 2002. Dissertação (Mestrado em História), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2002.

SILVA, Wesley. *Por uma História sócio-cultural do abandono e da delinquência de menores em Belo Horizonte, 1921-1941*. Tese de doutorado, São Paulo, FEUSP, 2006.

SIMMEL, G. *Les Pauvres***.** Introduction. Paris: Quadrige, PUF,1998.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2003.

SODRÉ, N.W. 1967. *Formação histórica do Brasil.* 4. ed. São Paulo, Brasiliense.

SOUZA, Maria Cecília C.C. de HILSDORF, Maria Lúcia S. Um olhar para os esquecidos José Vicente de Azevedo e a educação das crianças negras. In: ROCHA, Heloísa Helena Pimenta (org.). *Personagens, estratégias e saberes na construção da escola brasileira.* Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2006.

SOUZA, Ney de (org.). *Catolicismo em São Paulo – 450 anos de presença da Igreja Católica em São Paulo/ 1554-2004*. São Paulo: Paulinas, 2004.

SOUZA, Wlaumir Donizeti. *Anarquismo, Estado e pastoral do imigrante*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira. *Vida Urbana e gestão da pobreza*. São Paulo: Cortez, 1988.

SPOSATI, Aldaíza. Exclusão social abaixo da linha do Equador. In: VÉRAS, M.P. (org.) *Por uma Sociologia da Exclusão. O Debate com Serge Paugam*. Bicudo Véras M. P. (ed.) São Paulo: EDUC, 1999.

THALES DE AZEVEDO, *Italianos e gaúchos*- os anos pioneiros da colonização italiana no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1975.

THOMPSON, Edward P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. v. 1. A árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, Paul (1992). *A voz do passado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

TORRIANI, Carlos. *Madre Teresa Michel, fundadora da Congregação das "Pequenas Irmãs da Divina Providência*". São Paulo, Salesianas, 1989.

VALDEZ, Diane. *A representação de infância nas propostas pedagógicas do Dr. Abílio César Borges: o barão de Macahubas (1856-1891)*. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

VEIGA, C. G. A escolarização como projeto de civilização. In: *Revista Brasileira de Educação*, Set/Out/Nov/Dez, 2002, p. 90-170.

VÉRAS, M.P. Notas ainda preliminares sobre exclusão social. Um problema brasileiro de 500 anos. In: VÉRAS, M.P. *Por uma Sociologia da Exclusão. O Debate com Serge Paugam***.** São Paulo: EDUC, 1999.

VIÑAO FRAGO, Antonio. *Leer y Escribir. História de dos prácticas culturales*.México. Fundación Voces y Vuelos, 1999.

WERNET, A. *Os primórdios do ultramontanhismo em São Paulo (1851-1906): perspectiva de pesquisa*. São Paulo: SBPH, 1985.p. 257-263.

YAZBEK, Maria Carmelita. Classes subalternas e assistência social. São Paulo: Cortez, 1993.